PT - A LÓGICA DA DIFERENÇA

Margaret E. Keck

PREFÁCIO

Paulo Sérgio Pinheiro

Este livro é o estudo de uma anomalia. É o alerta que Margaret Keck faz logo no início do livro. Porque a existência do Partido dos Trabalhadores é uma completa irregularidade e anormalidade no âmbito do sistema partidário brasileiro e na história política brasileira. Pela primeira vez, um partido podia se reivindicar uma presença sólida na classe operária e propor um programa que traduzisse com clareza essa representação.

Essa novidade põe em relevo o fato de que outros partidos no período republicano, que pretenderam representar a classe operária, na realidade tiveram de se valer de intermediários diversos, fora da própria classe trabalhadora. Não se pretende com esse reconhecimento postular que os outros dois partidos mais emblemáticos (e não menos problemáticos...) que reclamaram essa representação, o PCB e o PTB, não tivessem bases operárias. Mas tanto um, reivindicando o papel de representante privilegiado da classe trabalhadora, como o outro, articulando bases sociais mais diferenciadas, jamais tiveram condições de fazer com que esse vínculo preferencial determinasse sua atuação.

De fato, a situação dos comunistas no quadro internacional mais amplo estava sobredeterminada pela política do Estado soviético, e a do PTB foi mamada pelos limites das relações preferenciais com os projetos populistas no Estado. Evidentemente, essas vinculações não impediram que tanto o PTB como o PCB pudessem desenvolver, em inúmeras conjunturas, intervenções e políticas autônomas desses laços de dependência e intervir em defesa dos interesses da classe operária.

O Partido dos Trabalhadores, ainda que liberado desses laços, terá de se referir, necessariamente, desde a sua fundação, a essas tradições e a essas heranças. E a avaliação de seu desempenho certamente será feita à luz dessas práticas de outros partidos ligados às classes trabalhadoras. Em nenhum momento o livro perde esses parâmetros porque consegue reconstituir, com grande rigor, essas heranças na prática partidária do movimento operário.

Mas o Partido dos Trabalhadores, se não conta com os obstáculos dessas ligações, além da própria política da classe operária, será marcado

desde os momentos fundadores por uma conjuntura especifica, a transição política. Maiores desafios para um partido que não contava, ao contrário de seus *adversários-referência*, com a experiência histórica de outras transições. O Partido dos Trabalhadores será marcado pela experiência única de surgir dentro dos marcos da ditadura militar e da iniciativa de sindicalistas no interior do sindicalismo oficial. O livro mostra como o PT irrompe num emaranhado de vários tabuleiros de xadrez com embates que se processavam simultaneamente entre: os militares e as oposições democráticas; as discussões sobre o cronograma e a extensão da abertura política; os debates sobre as visões conflitantes da abertura.

Margaret Keck já havia nos dado em português seu belo ensaio sobre o “novo sindicalismo” na transição brasileira, publicado no magistral balanço da transição, organizado por Alfred Stepan, *Democratizando o Brasil* (Paz e Terra, 1988). Agora, retoma aqui com profundidade todos os constrangimentos de uma transição da ditadura para o governo civil. E não necessariamente para a democracia. Margaret Keck destaca a exigência do PT para que esta passagem seja de fato para a democracia. Não basta ao PT a construção de condições institucionais para uma política democrática. Projeto que terá de enfrentar todas as tortuosas vias envolvendo outras correntes democráticas nas primeiras eleições para os governos estaduais em 1982, nas quais o PT manterá sua individualidade diante dos apelos de unidade. E, logo depois, na mobilização das diretas e no distanciamento da sagração de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral.

O Partido dos Trabalhadores, mais grave que anomalia, é um ato inesperado de criação política, como tão bem caracteriza Margaret Keck. Talvez seja essa condição que permita aliar ao rigor da pesquisa, à precisão da reconstituição, um olhar surpreendido, sem reverência solene. Porque fica clara a inovação da constituição de um partido de trabalhadores numa sociedade tão hierarquizada, separada por hiatos sociais e econômicos tão largos, de um racismo tão antioperário. E nada mais simbólico dessa proeza que a própria biografia de Lula e de tantos envolvidos na criação do partido.

Não estava escrito que o imigrante nordestino, tão igual a tantos milhões, viesse assumir o papel protagonista a ponto de candidatar-se à Presidência da República e deixando de ser eleito por uma pequena percentagem de votos no segundo turno nas eleições de 1989. Habilíssima a teia que Margaret Keck teceu entre o desenvolvimento da carreira de Lula, seu discurso, o enfrentamento dos impasses, sua prática sindical e a

evolução do partido e da conjuntura política brasileira. Sem nenhum tom hagiográfico ou de embevecimento diante dos feitos ciclópicos para um operário brasileiro, as tensões e contradições do percurso são devassadas com clareza e precisão.

Desafio maior do livro, plenamente realizado, foi situar a análise do partido além dos limites definidos das eleições e do sistema partidário, e considerar a sua atuação na relação com o movimento sindical, com outros movimentos sociais e no campo da construção das instituições políticas. Ao contrário dos outros partidos que competem no mesmo espaço político, como deixa claro Margaret Keck, o PT jamais renunciou a levar a luta em todas essas frentes. O que não foi realizado sem enormes dificuldades, pelas diferenças de ritmo, pelas temporalidades diversas entre todos esses níveis.

Fica claro que o PT, às vezes com penosos sacrifícios para o recrutamento de seus eleitores e para sua implantação, teve em toda a sua história uma compulsão para não fugir a esses bons combates. E agora, depois das formidáveis modificações que ocorreram na conjuntura político-ideológica internacional, está diante de novas e cruciais decisões. Deverá enfrentar toda a dramaticidade desses dilaceramentos, como aquele delicadíssimo da dupla militância e das várias correntes herdeiras da tradição socialista e leninista que se abrigaram no partido.

PT — A lógica da diferença nos dá uma plataforma segura, sofisticada, exaustiva para realizarmos nossos exercícios de previsão. O grande desafio será demonstrar a si mesmo, a seus eleitores e à sociedade que, apesar da presença dos elementos de opção socialista, o partido não está indissoluvelmente preso ao legado, digamos controvertido, da Terceira Internacional e do socialismo real, do autoritarismo dos projetos do marxismo soviético. Persiste a insistência da reivindicação de um socialismo que ainda resta a definir diante da débâcle generalizada dos socialismos autoritários, sem falar dos impasses de uma das vitrines mais próximas e admiradas — Cuba. Mas a riqueza das intervenções do PT, expostas por Margaret Keck, dá condições de prever a vitalidade para que essas amarras possam ser desprendidas. Porque, afinal, uma nova legitimidade pode ser reivindicada nas intervenções do PT nos movimentos sociais, além do seu campo próprio do sindicalismo, no horizonte da crítica da violência ilegal, dos direitos humanos da terceira

geração, da ecologia, da proteção de gênero e da infância. Nada está garantido, mas Margaret Keck na sua abrangente e fina análise expõe os rumos que essa mudança de curso poderá desencadear. Um livro que conta para a apropriação de um gesto político inesperado e para percebermos os fios que poderão tecer a nova trama.

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

Há dez anos, quando comecei a estudar o Partido dos Trabalhadores, frequentemente tinha de responder a perguntas confusas de cientistas sociais brasileiros e estrangeiros sobre o que me levava a pensar que valia a pena estudar o PT. Com certeza, havia boas razões para acreditar, no início dos anos 80, que ele seria um fenômeno de curta duração; a maneira pela qual se diferenciava dos outros partidos brasileiros e não se enquadrava nas características predominantes da transição brasileira para a democracia, bem como as sérias dificuldades com que se defrontava em seus primeiros anos de existência, parecia fadada a sobrepujar os melhores esforços de seus líderes e de quantos o apoiavam. Tal como o próprio PT, este estudo baseou-se em uma aposta — a de que, mesmo em um contexto dominado por poderosas forças continuístas, existia um espaço para a inovação no panorama político brasileiro. Apesar de provas irrefutáveis em contrário, o partido continuou a difundir sua visão diferente de política, ou seja, o estilo "vamos imaginar que fosse possível". Em 1991, dois anos depois de o candidato do PT quase ter chegado a conquistar a Presidência da República na primeira eleição presidencial direta em quase três décadas, um estudo como esse já não precisa mais de justificativas. Não obstante, muitos dos problemas que a sua criação suscitou e fez incluir na agenda política brasileira — tanto para o próprio partido quanto para o processo de democratização no país — continuam sem solução.

O cerne deste estudo está nos anos de formação do partido, do final dos anos 70 ao início da década de 80. A maior parte da pesquisa de campo foi realizada em 1982 e 1983; desde então, tenho viajado quase anualmente para o Brasil e continuado a seguir a evolução do PT. Embora inclua no texto alguns desdobramentos da segunda metade da década de 80, concentrei-me nos desafios com que o partido se defrontava durante seu período de formação, enfatizando sua interação com o movimento operário, especialmente na área da Grande São Paulo. Esse ponto de vista comporta vantagens e desvantagens. Embora nos forneça uma boa perspectiva para avaliar alguns aspectos da dinâmica geral do desenvolvimento do PT em seu início, ela não é a única; existem muitas outras histórias, além das que contei aqui. Ainda é preciso trabalhar muito sobre a relação do partido com a Igreja Católica e os movimentos sociais a ela vinculados, bem como sobre

as diversas organizações de esquerda que decidiram trabalhar no interior do PT. Sobretudo, faltam estudos sobre o crescimento do partido fora de São Paulo, em especial durante a segunda metade dos anos 80, quando passou a ganhar adeptos em âmbito nacional. Sua influência sobre o eleitorado da zona rural, nos sindicatos rurais e nos movimentos dos sem-terra cresceu enormemente nesses anos, e isto não foi abordado em minha pesquisa. A atração que o PT exerce sobre os setores médios, notada no recente estudo de Leôncio Martins Rodrigues, é algo que só posso discutir de forma hipotética; também esta é uma questão que reclama urgentemente por mais trabalho. Uma vez que o partido se prepara para reavaliar o próprio desenvolvimento, nesta primeira década de existência, em seu próximo Congresso de novembro de 1991, pode-se esperar que uma nova geração de analistas comece a responder a essas questões.

Não teria sido possível escrever este livro sem o auxílio de professores, colegas e amigos, nos Estados Unidos e no Brasil, bem como dos líderes e membros do PT. Na Universidade de Columbia, Douglas Chalmers e Alfred Stepan não só deram apoio como criticaram a dissertação em que se baseia este estudo, o mesmo ocorrendo com o grupo de estudos dos alunos de pós-graduação em Política Latino-Americana, que continua em atividade na Universidade. O Instituto de Estudos Ibéricos e Latino-Americanos da Universidade de Columbia financiou parte do trabalho de campo. No Instituto Helen Kellogg de Estudos Internacionais da Universidade de Notre Dame, onde trabalhei como professora associada (*fellow*) em 1985-86, Guillermo O'Donnell e Scott Mainwaring incentivaram-me de modo particular; Mainwaring comentou exaustivamente várias versões preliminares do presente texto. No Brasil, sou grata a todos os meus colegas do CEDEC, especialmente a Francisco Weffort, cujo apoio e visão crítica foram desde o início de um valor inestimável. Luís Inácio Lula da Silva, Francisco Weffort e Eduardo Suplicy abriram-me inúmeras portas no PT. Cristina Saliba ajudou-me a trabalhar com montanhas de recortes de jornais em 1982 e, nos últimos anos, tem-me acolhido, fazendo com que, longe de casa, sinta-me num lar em São Paulo. Também pude contar com bolsas de pesquisa e de viagem do Centro de Estudos Internacionais e de Área da Universidade de Yale durante o verão, e com o inestimável apoio moral e logístico da assistente administrativa do Programa de Relações Internacionais, Ann Carter Drier. Por seus comentários e outras contribuições a este trabalho, gostaria também de

agradecer a Regis de Castro Andrade. Lucia Avelar, Maria Victona Benevides, Peter Brooks, David Cameron, Marc Chernick, Emilia Viotti da Costa, Roque Aparecido da Silva, Evelina Dag-nino, William Foltz, Daniel Friedheim, Minam Golden, Luiz Eduardo González, Frances Hagopian, Daniel James, Marc Kesselman, Herbert Klein, Carol Martin, Rachel Meneguello, José Alvaro Moisés, Edson Nunes, Leigh Payne, Paulo Sergio Pinheiro, Maria Tereza Sadek, Kathryn Sikkink, Maria de Carmo Campello de Souza, Kurt Von Mettenheim, Carol Wise, além de um anônimo leitor da Yale University Press. Finalmente, sempre lembrarei das discussões sobre o PT e a democracia na América Latina que mantive durante anos com Charlie Gillespie, o qual veio a falecer algumas semanas antes de o livro ser concluído. Sua vida enriqueceu tanto seus amigos quanto o estudo da política latino-americana. Embora todas essas pessoas ajudassem a tornar este livro possível, qualquer erro ou falha de interpretação é, naturalmente, de minha responsabilidade.

Este livro é dedicado a meu marido, Larry Wright, que foi parte deste projeto, do começo ao fim, e que conseguiu não só sobreviver à sua realização como, ainda, continuar interessado.

SUMÁRIO

LISTA DAS TABELAS

1. INTRODUÇÃO

A transição brasileira para a democracia começou em 1973, com a decisão do presidente militar, general Ernesto Geisel, de dar início à liberalização gradual do regime, e terminou em 1989, com a realização da primeira eleição presidencial direta, depois de três décadas. Tão notável quanto a duração da transição foi a tentativa de os militares manterem controle sobre a situação durante grande parte do processo, bem como o desejo demonstrado pelas forças políticas mais importantes no campo democrático de não precipitar uma ruptura decisiva com o regime autoritário. Para os estudiosos que tentavam compreender a transição de regimes autoritários, a experiência brasileira de início parecia representar um modelo a ser seguido, por parecer propiciar uma oportunidade para que forças antagônicas pudessem negociar uma série de acordos ou pactos que garantiriam a continuidade da democratização.[1] As avaliações posteriores foram sendo cada vez menos otimistas, pois o processo de articulação do pacto foi-se mostrando tão elástico e permeável, que acabou por solapar sua própria credibilidade. Já em 1988, estudiosos como Guillermo O'Donnell haviam chegado ao ponto de duvidar da "sabedoria" do juízo do senso comum, segundo o qual a relativa prosperidade econômica do Brasil e o fato de ter vivido uma experiência autoritária menos repressiva resultariam em uma transição mais fácil. Ao contrário, argumentava O'Donnell que, em razão de o regime autoritário brasileiro ter tido um êxito relativo maior que os de outros países latino-americanos, tanto no plano econômico quanto político, os atores que sobraram daquele período conservaram um grau significativo de influência e poder no atual governo brasileiro. Como

[1] Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter, *Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies* (Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1986). Os autores ressaltam a importância da elaboração de pactos no processo de democratização. Contudo, também reconhecem problemas potenciais nessa fórmula, observando: "assim, a solução da transição sob forma da democracia limitada sofre um sério déficit de legitimidade a médio e longo prazos, se comparado a regimes onde aparentemente os cidadãos têm oportunidades reais de remover os ocupantes de cargos, e onde os líderes parecem mais verdadeiramente responsáveis pelos seus atos perante o público". (p. 42)

resultado da continuidade da sua presença, o Brasil mostra-se particularmente vulnerável ao estilo de regressão "por morte lenta".[2]

Os estudos sobre a transição brasileira produziram uma visão algo esquizofrênica a respeito das últimas décadas da história do país. Por um lado, os estudiosos que examinaram as instituições políticas e o Estado salientaram, com razão, uma continuidade essencial nos padrões de elaboração de políticas públicas e de interação política, a persistência de relações clientelísticas e patrimoniais, a predominância de acertos informais entre as elites sobre os acordos institucionais e a manutenção das prerrogativas militares.[3] Ao mesmo tempo, muitos acadêmicos brasileiros e estrangeiros discutiram algumas mudanças ocorridas na sociedade civil brasileira — o surgimento de um vasto espectro de movimentos sociais, que propunham reivindicações no plano socioeconômico e, ao mesmo tempo, questionavam noções elitistas acerca da política. Uma leitura desse tipo de trabalho pode dar a impressão de que a mudança, e não a continuidade, foi a característica dominante da transição brasileira. De forma análoga, a avaliação dos atores históricos reais sobre as oportunidades políticas abertas diante deles durante a transição também difere; de fato, a própria definição do que era possível tornou-se um campo de confronto político. Muitas elites políticas viam na emergência de novas formas de ação coletiva nos anos 70 uma ilustração clara da necessidade de se pôr fim ao regime militar, representando ao mesmo tempo uma onda de apoio à transição democrática. Para muitos dos participantes desses movimentos, esse processo significava a constituição de novos atores, cuja reivindicação de um lugar ao sol no cenário político ia muito além da exigência do fim do regime militar. Estudou-se muito pouco a interação entre esses dois processos: no primeiro, altamente conservador, as formas tradicionais de predomínio das elites foram mantidas e mesmo reforçadas; no outro, surgiram novas formas de organização social e política que tentaram contestar o *status quo*.

[2] Guillermo O'Donnell, "Challenges to democratization in Brazil", *World Policy Journal 5* (2): 282, Spring 1988.
[3] Ver, por exemplo, Frances Hagopian, "The politics of oligarchy: the persistence of traditional elites in contemporary Brazil" (tese de doutoramento, Massachusetts Institute of Technology, 1986); e Ben Ross Schneider, "Politics within the State: elite bureaucrats and industrial policy in authoritarian (tese de doutoramen: to, Berkeley, University of California, 1987). Sobre os militares, ver Alfred Stepan, *Rethinking military politics: Brazil and the Southern Cone* (Princeton, Princeton University Press, 1988).

Parte da dificuldade de se juntar essas duas visões do Brasil contemporâneo reflete uma genuína falta de interação, durante a transição, entre o Estado e os partidos políticos controlados pelas elites de um lado e, de outro, as novas formas de organização da sociedade. As duas visões refletem, num sentido muito real, dois Brasis: um, em que as interações pessoais entre as elites constituem a própria matéria da política e, outro, em que organizações cada vez mais representativas dos membros a elas afiliados reivindicam relações mais institucionalizadas. A falta de interação entre esses dois Brasis foi ilustrada de modo exemplar quando o governo Sarney tentou negociar um pacto social com os sindicatos, concedendo, nas conversações, uma posição privilegiada aos líderes trabalhistas que mais provavelmente apoiariam as propostas governamentais, e não àqueles que representavam as novas e mais poderosas organizações trabalhistas. A incapacidade do governo em reconhecer que a elaboração do pacto exigiria que se tratasse com as instituições mais representativas, e não com as mais dóceis, condenou as conversações ao fracasso, desde o início.[4] Entretanto, este exemplo nos leva a uma segunda razão para explicar a dificuldade dos analistas em entender a relação entre as duas versões da transição. Não é difícil entender que a maior parte dos trabalhos acadêmicos sobre a transição tenha salientado os aspectos ligados aos processos e à dinâmica, e não às estruturas e às instituições. Esta ênfase dada aos processos resultou de uma tentativa de se compreender e mapear a diversidade dos caminhos para a democratização, salientando, com razão, a incerteza essencial das transições de regime. Não obstante, mesmo nas primeiras análises teóricas sobre a transição de regimes na América Latina, a ideia de que a negociação de pactos poderia desempenhar um papel importante já levantava, implicitamente, algumas questões sobre a natureza das partes neles envolvidas. No decorrer da transição para a democracia, seria de esperar que as negociações entre pequenos grupos das elites pudessem gradualmente dar lugar a entendimentos entre instituições representativas.

Considerar a transição democrática no Brasil focalizando a construção das instituições ilumina aspectos que um modelo processual perde de vista. Em particular, essa perspectiva orienta nossa atenção para a

[4] Uma discussão desse processo se encontra em meu estudo “Labor and transition in Brazil”, em Samuel Valenzuela, ed., *Labor movements and transitions to democracy* (Notre Dame, University of Notre Dame Press, no prelo).

mediação — ou falta dela — entre os tipos de desdobramentos que se evidenciam na formação dos movimentos sociais e nas transformações do movimento operário, por um lado, e, por outro, a esfera pública do debate político e da tomada de decisões.

Até mais do que sua duração, o que é notável na transição brasileira para a democracia é o alto grau de permeabilidade, elitismo e personalismo das instituições nominalmente representativas — em particular, os partidos políticos.

Este livro é um estudo de uma anomalia. Diferentemente de outros partidos políticos criados nos anos 80, o Partido dos Trabalhadores tinha uma base sólida no meio operário e nos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que levava a sério a questão da representação (tanto na sua organização interna quanto em relação às bases eleitorais) e formulava sua proposta em termos programáticos. O PT e a central sindical com a qual está organicamente (embora não institucional ou juridicamente) vinculado, a CUT, constituem os novos, coerentes e institucionalizados atores políticos que surgiram durante a transição brasileira.

O PT nasceu da conjunção da súbita e generalizada onda de protesto operário do final da década de 70, com um período de debate na esquerda sobre o tipo de partido (ou partidos) político(s) que se deveria construir na transição para a democracia. Na agenda do partido, a contestação do *status quo* incluía reivindicações tanto no plano substantivo quanto no dos procedimentos e métodos de ação. Como partido socialista, propunha mudanças radicais na orientação das políticas econômicas e sociais, para beneficiar os menos favorecidos. Como partido democrático e participativo, sugeria uma nova concepção de política, na qual os setores da população anteriormente excluídos teriam poder para falar por si mesmos. Desde o início, tanto os que apoiavam quanto os que atacavam o PT reconheceram que o partido representava uma nova experiência na história política brasileira. A esquerda do espectro político legal no Brasil fora tradicionalmente ocupada por partidos populistas dirigidos pelas elites ou pelo Partido Comunista, durante o seu breve período de legalidade, em meados da década de 40.[5] Até então não havia surgido nenhum partido a

[5] Sobre o Partido Comunista, ver Ronald H. Chilcote, *The Brazilian Communist Party: conflict and integration 1922-1972* (New York, Oxford University Press, 1974); e Arnaldo

partir das bases, contando com um forte apoio da classe operária e tendo uma parte considerável de sua liderança originária do movimento operário.

A própria existência do PT parecia implicar o colapso de padrões fortemente enraizados de controle do sistema político das elites. Entretanto, a inexperiência do partido e a fraqueza da esquerda colaboraram para que o PT mantivesse uma posição bastante marginal com relação ao processo político por quase toda a década de 80. A natureza do próprio processo de transição e a capacidade de os políticos de elite (tanto os que inicialmente foram aliados dos militares quanto os de oposição) manterem um alto grau de controle arbitrário sobre o processo político, em nome da conciliação e da flexibilidade, foram outros fatores que contribuíram para a marginalização do PT. Ao se aproximar o fim do governo civil indiretamente eleito do presidente Sarney, a onipresença da corrupção e a incompetência governamental, além de uma profunda crise econômica, haviam abalado a legitimidade dessas elites, favorecendo, nas eleições presidenciais diretas de 1989, aqueles que menos se associavam com o regime de transição.

O confronto que daí resultou, entre Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva, líder do PT, foi uma rigorosa representação da distinção entre os dois Brasis anteriormente mencionada, ou, como disseram alguns comentaristas após as eleições, entre um Brasil desorganizado e outro organizado. De todos os candidatos que participaram do primeiro turno das eleições, Collor e Lula eram os que apresentavam as posições menos e mais definidas, respectivamente. Ao mesmo tempo em que a vitória de Collor demonstrava que os padrões elitistas da política no Brasil ainda continuavam predominando, a margem estreita de sua vitória constituía uma indicação do grau de polarização existente. Os pequenos 6% que faltaram para eleger um antigo metalúrgico, sindicalista e fundador do Partido dos Trabalhadores ao cargo máximo da República, nas primeiras eleições presidenciais diretas que ocorriam em três décadas no país,

Spindel, *O Partido Comunista na gênese do populismo* (São Paulo, Símbolo, 1980). Sobre o PTB, Partido Trabalhista Brasileiro (principal partido trabalhista populista da década de 1940), ver Angela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo* (Rio de Janeiro, IUPERJ/Vértice, 1988); e Maria Victoria Benevides, *O PTB e o trabalhismo* (São Paulo, Brasiliense, 1989).

indicavam que algo, de fato, devia ter mudado no Brasil. O PT era tanto um reflexo quanto uma causa dessa mudança.

O que se lerá a seguir é um estudo interpretativo das origens e dos anos de formação do PT e dos aspectos da transição democrática que, ao mesmo tempo, deram-lhe sustentação e forçaram-no a atuar dentro de limites definidos. Por ser tão diferente de outros partidos brasileiros, o PT, em sua trajetória política, oferece-nos um ponto de vista interessante a partir do qual focalizaremos a mudança institucional durante a transição. Sua sobrevivência, por mais anômala que possa ter parecido de início, lança luz sobre algumas mudanças na sociedade brasileira que não foram suficientemente levadas em conta pelas elites que conduziram a transição. Ao tempo em que o grosso da pesquisa em que se baseia este estudo estava sendo realizada, a sobrevivência do partido não era, de forma alguma, algo que parecesse inevitável. Como, então, podemos dar conta do desenvolvimento do partido?

Este estudo procura demonstrar que, para entendermos os anos de formação do PT, devemos levar em consideração tanto as oportunidades com as quais o partido pôde contar quanto os limites com que se defrontou. Nas primeiras fases da transição o enorme senso de possibilidade e a crença amplamente difundida de que grandes mudanças eram possíveis ajudaram o rompimento de barreiras culturais, a participação popular na política e a criação do partido. Posteriormente, à medida que a maioria dos políticos de oposição ia adotando uma perspectiva cada vez mais conservadora sobre as possibilidades de mudança, a impressão de que existiam opções ilimitadas foi desvanecendo e o PT passou a ser visto por amplos setores como um partido utópico ou, por causa de sua identificação com uma política de classe, rígido e sectário. A partir de 1982 até meados da década de 80, a dificuldade do partido em encontrar um lugar na arena política institucional fomentou uma série de dilemas e crises que quase o destruíram. Finalmente, a desilusão generalizada com a duração da transição e, em especial, com o desempenho desastroso da administração Sarney ajudou a impulsionar o PT para que viesse a ocupar a posição de uma alternativa real.

A ênfase dada ao contexto em que o PT se formou segue a linha daqueles enfoques da ação coletiva que veem a mobilização como uma

resposta a um aumento das oportunidades política.[6] Entretanto, mais do que a maioria dos estudiosos que trabalham nessa perspectiva, considero a oportunidade política como algo passível de interpretação pelos atores envolvidos na ação e o espaço político como um espaço construído nas lutas pela interpretação do que é possível. As oportunidades políticas nem sempre são reconhecidas e, mesmo quando visíveis, nem sempre são aproveitadas. Os elementos contextuais não podem, por si só, explicar por que o PT sobreviveu, nem por que finalmente conseguiu tornar-se um importante veículo de expressão do descontentamento com relação ao regime. Não obstante, eles ajudam a compreender por que, no caso brasileiro, a construção do movimento não deu lugar à formação das instituições por um processo linear, assinalando o término de um ciclo de mobilização, mas constituiu, ao contrário, uma passagem feita através de um processo mais circular e mutuamente reforçador, que envolveu uma tentativa de redefinição das fronteiras do político.

O enfoque que adotei neste trabalho faz parte daquela categoria de estudos da ciência política, atualmente designada como histórico-institucional. Ele procura focalizar, num quadro histórico concreto, um ato inesperado de criação política, problematizando tanto alguns elementos do contexto no qual o partido surgiu quanto o novo ator histórico assim criado. Num trabalho recente, Rogers Smith procura demonstrar que a ciência política faria bem em tomar como sua unidade central de análise "não classes ou grupos ou sistemas ou escolhas instrumentalmente racionais, mas, antes, como sugerem Skocpol e os novos institucionalistas, o problema mais geral da relação 'estrutura-agente' em si mesmo, a interação entre contextos estruturais que (possivelmente) exercem uma influência e as ações (possivelmente) significativas dos agentes políticos".[7] Tornando como foco de análise a complexa interação entre o contexto estrutural em que se formou o Partido dos Trabalhadores — no qual fatores socioeconômicos combinavam-se com variáveis especificamente políticas e com a teia de significados associados à transição para a democracia — e o

[6] Uma revisão dessas abordagens se encontra em Sidney Tarrow, "National politics and collective action: recent theory and research in Western Europe and the United States", *Annual Review of Sociology, 14:* 421-40, 1988.

[7] Rogers M. Smith, "The new non-science of politics: on turns to history in political science", texto elaborado para a Conferência da CSST com o tema "The historic turn in the human sciences", Ann Arbor, Michigan, 5-7 Oct. 1990.

conjunto de decisões e conflitos envolvidos na própria formação do partido, espero fazer com que ambos sejam vistos sob uma nova luz. Ao mesmo tempo, tal enfoque interativo talvez possa evitar alguns dos perigos tanto de um determinismo reducionista quanto de um idealismo voluntarista, ajudando a compreender os limites da vontade política, bem como as escolhas disponíveis para se interpretar os fatores coercitivos que restringem a ação política.

Desde o início, o partido defrontou-se com uma série de dilemas organizacionais e políticos, cujas resoluções estavam longe de ser asseguradas. Quais eram as concessões e os ganhos envolvidos no fato de o PT tornar-se um partido legal, dentro dos limites estabelecidos pelo regime militar? Como o partido poderia ajudar a promover a organização autônoma da classe trabalhadora (concebida em sentido amplo) e, ao mesmo tempo, representar os operários e os pobres no plano político? Os partidários eleitos para funções governamentais deveriam responder por seus atos perante os membros do partido ou perante o corpo mais amplo de seus eleitores? Como o partido poderia garantir da melhor forma a democracia interna e uma ampla participação? Como poderia lidar com as facções internas? Como iria resolver o dilema eleitoral[8] e avaliar as vantagens e desvantagens (*trade-offs*) envolvidas na escolha entre manter uma identificação estreita com sua base operária ou desenvolver uma proposta suficientemente ampla para ganhar eleições? As alianças com outros partidos poderiam diluir sua mensagem programática? Todos esses problemas colocavam-se de forma muito concreta, muitas vezes simultaneamente, durante a primeira década de existência do partido. O modo pelo qual ele enfrentou essas questões moldou de maneira profunda o início de sua evolução e deu-lhe condições para colher os benefícios de sua marginalização inicial. Portanto, o exame desse processo de formação é crucial. Essa análise concorda com Panebianco, quando este se propõe a

> ... reafirmar a intuição fundamental da sociologia clássica, em particular a weberiana, com relação à importância do momento de fundação das instituições. A maneira pela qual as cartas são distribuídas e os resultados das diferentes rodadas que se jogam na fase de formação de uma organização continuam, de muitas

[8] Sobre o dilema eleitoral dos partidos da classe trabalhadora, ver Adarn Przeworski, *Capitalism and social democracy* (Cambridge, Cambridge University Press, 1985), capítulo 3.

> maneiras, condicionando a vida dessa organização, mesmo depois de décadas. A organização certamente passará por modificações e mesmo por mudanças profundas, ao interagir, ao longo de todo o seu ciclo de vida, com o ambiente em constante transformação no qual se insere. Entretanto, as escolhas políticas cruciais feitas por seus fundadores, as primeiras lutas pelo controle organizacional, e o modo pelo qual a organização se formou, deixarão uma marca indelével.[9]

Além de sua interação com o ambiente político da transição, um elemento crucial na experiência formadora do PT (o que Panebianco chamaria seu "modelo genético") foi a relação entre o partido e o movimento operário. Os trabalhadores não foram o único elemento constitutivo da base inicial do partido — a esquerda organizada, ativistas católicos, políticos progressistas, intelectuais e representantes de outros tipos de movimentos sociais tiveram e continuam a ter um papel crucial em vários aspectos da organização do partido. Não obstante, foram os vínculos com um movimento cada vez mais autônomo e poderoso dos sindicatos brasileiros em prol de mudanças substantivas que favoreceram a legitimidade inicial do PT, bem como sua capacidade de sobrevivência, apesar de uma conjuntura política adversa.

O combativo movimento operário que se manifestou pela primeira vez nas amplas ondas grevistas de 1978-79 dava às elites brasileiras um poderoso sinal de que os trabalhadores estavam determinados a tomar seu destino em suas próprias mãos. Começando nos subúrbios industriais do ABC paulista, o coração da indústria automobilística, as greves espalharam-se por outros setores industriais e de serviços por todo o Brasil. Surgiram novos líderes, entre eles, o carismático Luís Inácio da Silva, conhecido por toda a parte como Lula. Ele, que começou em São Bernardo do Campo, tornar-se-ia o primeiro presidente do PT. Para muitos dos que defendiam a formação de um novo partido político de base popular — processo discutido no capítulo 3 —, o surgimento de novos e autênticos líderes operários mudou o foco do diálogo. A partir de então, a participação desses sindicalistas seria decisiva para a formação de um partido que se dizia representante dos trabalhadores.

[9] Angelo Panebianco, *Political parties: organization and power* (Cambridge, Cambridge University Press, 1988), p. xiii.

Assim, embora esta relação fosse vital para a formação e o desenvolvimento inicial do PT, ela não foi simples. O PT não era um partido que contava com um "patrocínio externo",[10] no mesmo sentido em que isto pode ser dito do Partido Trabalhista britânico; embora os sindicalistas desempenhassem um papel central na criação do partido, ele não foi criado pelos sindicatos enquanto organizações. As mudanças ocorridas nas organizações operárias no final da década de 70 e ao longo dos anos 80 não tiveram como resultado a criação de uma organização única em nível nacional, nem levaram a um enfoque consensual da ação política. Essas mudanças serão discutidas com mais detalhes no capítulo 8. Entretanto, embora o PT não fosse patrocinado pelos sindicatos, as relações que com eles mantinha legitimaram-no em certos momentos do seu desenvolvimento e desempenharam um papel central na constituição de uma coalizão dominante no interior do partido. O PT nunca foi simplesmente o braço político de um setor do movimento operário. Entretanto, definir o tipo de relação que o partido enquanto instituição deveria ter com o movimento operário, em especial com a CUT, foi um dos desafios mais difíceis que teve de enfrentar durante o período estudado.

O Partido dos Trabalhadores numa perspectiva comparativa

Para os pesquisadores europeus e americanos, entre os quais eu mesma me incluo, um dos aspectos mais fascinantes do surgimento do PT no Brasil, em 1979-80, consistia na sua aparente semelhança com os partidos de base socialista da Europa na virada do século. Muitos dos relatos iniciais sobre a formação do partido comparavam-no com o Partido Trabalhista britânico. A ideia era a de que, com o crescimento, no Brasil, do operariado industrial (bem como dos trabalhadores de alguns setores de serviço), tanto por seu volume quanto pela sua militância, o surgimento da classe operária como uma força **política** seria o próximo passo nesse processo. Implicitamente inferia-se que o espaço político que tal partido deveria ocupar estava organicamente dado, faltando apenas quem viesse preenchê-lo.

As análises sociológicas dos partidos e do desenvolvimento político reforçam amplamente essa impressão. A discussão de Lipset e Rokkan

[10] Idem, ibidem, p. 51.

sobre as divisões mais importantes que operam na formação dos sistemas partidários[11] poderia nos levar a interpretar o surgimento do PT como uma afirmação de classe enquanto fragmentação significativa na política brasileira — e nos aconselharia a considerar a relação entre o desenvolvimento de uma política de classe e outras parcelas importantes do sistema político. Os marxistas e os desenvolvimentistas liberais partilham alguns dos mesmos pressupostos acerca do desenvolvimento, a saber: uma vez que uma classe trabalhadora atinge certo nível de desenvolvimento — em termos de tamanho e sofisticação organizacional — é provável que seja considerada e tratada como politicamente relevante. Embora isso não signifique que a classe seja **sempre** uma variável politicamente importante em países que contam com um operariado desenvolvido, o poder da previsão é tal que sua ausência torna-se algo a ser explicado.[12] A renovada atenção dada à classe como variável politicamente significativa na Europa ocidental, após a agitação operária do final dos anos 60 e início da década de 70,[13] apenas reforça nossas expectativas, pela implicação de que, embora a sua relevância política nem sempre possa ser aparente, ela, entretanto, está lá, como um potencial.

O Brasil nunca teve um partido de afiliação de massa que correspondesse à tradição partidária socialista, socialdemocrata ou trabalhista europeia, mas os níveis de urbanização, industrialização e organização operária nos levariam a esperar que tal partido surgisse, se tal correlação fosse feita automaticamente. O pressuposto da correspondência (que é, efetivamente, a conjetura da importância da classe na determinação

[11] Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan, “Cleavage structures, Party Systems and voter alignments: an introduction”, em Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan, eds. *Party systems and voter alignments* (New York, The Free Press, 1967).

[12] Explicações desse tipo se encontram, por exemplo, na discussão de Kirchheimer sobre o declínio das classes e o surgimento do partido ônibus (Otto Kirchheimer, “The transformation of the Western European Party Systems”, em Joseph La Palombara e Myron Weiner, eds. *Political parties and political development*. Princeton, Princeton University Press, 1966, p. 177-200); as hipóteses de convergência ou da sociedade industrial – por exemplo, Ralf Dahrendorf, *Class and class conflict in industrial society* (Stanford, Stanford University Press, 1959), e a tese de Kornhausser sobre a sociedade de massas (William Kornhausser, *The politics of mass society*. Glencoe, The Free Press, 1959).

[13] Veja-se, como um exemplo apenas, a coleção em dois volumes editada por Colin Crouch e Alessandro Pizzorno, *The resurgence of class conflict in Western Europe since 1968* (New York, Holmes & Meier, 1978).

da organização política e do comportamento eleitoral em sociedades que atingiram certo nível de industrialização e urbanização, que adotaram o sufrágio universal) foi, na verdade, objeto de muita crítica teórica. Do argumento de Lipset e Rokkan de que a classe é apenas uma de um conjunto de divisões historicamente relevantes na formação dos partidos, até as hipóteses sobre o comportamento racional de Downs, passando pelo ataque de Sartori ao reducionismo sociológico no tratamento de questões políticas,[14] ficou claro que as distinções de classe, num dado contexto socioeconômico, não se traduzem de forma direta em um tipo particular de partido e/ou comportamento eleitoral. A distinção entre um uso descritivo do conceito de classe nas relações de produção e a ideia de formação de classe — o que os marxistas costumavam simplesmente chamar a diferença entre classe em si e classe-para-si — foi, ela própria, discutida como um processo político na obra de Adam Przeworski.[15]

Examinando a existência desta aparente correspondência histórica no caso dos partidos socialdemocratas europeus, Alessandro Pizzomo procurou demonstrar que não foram os próprios processos socioeconômicos que deram origem a partidos de massa, mas sim a conjuntura política que esses processos produziram nos sistemas políticos desses países. A **crise** originada pelo surgimento das massas urbanas e a extensão do sufrágio, e não a taxa de emprego na indústria ou o aumento do tamanho das cidades, criaram o contexto e a oportunidade para sua formação. Essas condições, por definição, eram destinadas a não durar.[16] A capacidade de tais partidos de desempenhar uma função integradora, isto é, de ganhar para as instituições democráticas a fidelidade da classe trabalhadora, pode também ter sido vinculada aos tipos de condições contextuais esboçadas por Robert Dahl: a existência anterior de um sistema parlamentar apoiado por uma

[14] Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan, “Cleavage structures, Party Systems and voter alignments: an introduction”, cit.; Anthony Downs, *An economic theory of democracy* (New York, Harper & Row, 1957); Giovanni Sartori, “From the sociology of politics to political sociology”, em Seymour Martin Lipset, ed. *Politics and the social sciences* (New York, Oxford University Press, 1969).

[15] Adam Przeworksi, *Capitalism and social democracy*, cit., especialmente os capítulos 1-3.

[16] Alessandro Pizzorno, “The individualistic mobilization of Europe”, em S. R. Graubard, ed. *A new Europe? A timely appraisal* (Boston, Beacon Press, 1964), citado em Stefano Bartolini, “The membership of mass parties: the social democratic experience 1889-1978”, em Hans Daalder e Peter Mair, eds. *Western European Party Systems* (Beverly Hills, Sage, 1983), p. 213.

classe média ampla e fiel com uma liderança de elite fiel e experiente; a extensão pacífica da participação política através do sufrágio, desenvolvendo lideranças operárias e permitindo-lhes participar do sistema político e entrar no governo; a vontade e capacidade dos empresários de darem aos operários melhores condições socioeconômicas; e a capacidade do governo de empreender reformas estruturais sem alienar outros segmentos sociais.[17] Embora no Brasil a crise em tomo da democratização possa de fato assemelhar-se por seu impacto àquela que, segundo Pizzorno, existia na Europa na virada do século, aqui as condições especificadas por Dahl não se acham preenchidas.

Apontar esses problemas não significa pretender que o projeto do PT fosse impossível ou irrealista, mas apenas enfatizar ainda mais que os tipos de condições nas quais os partidos de massa surgiram e cresceram no contexto europeu muito provavelmente não se aplicam aqui, e que, embora alguns dos *insights* desenvolvidos naquele contexto possam fornecer uma base para a formulação de questões sobre a dinâmica e os dilemas do desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores, não podemos importar os modelos em todas as suas partes. No desenvolvimento dos sistemas partidários ou modelos de participação política latino-americanos, somente o Chile apresenta uma correspondência razoável com a literatura europeia; ao contrário de muitos outros países da América Latina, o Chile de fato teve um Poder Legislativo relativamente bem desenvolvido antes do surgimento de estruturas estatais burocráticas fortes, e algumas das condições apontadas por Dahl parecem aplicar-se melhor ao caso chileno. Pode muito bem ser que, como argumenta Fernando Henrique Cardoso, a combinação das circunstâncias apresentadas pelo processo de transição e a dinâmica entre, de um lado, a existência de um Estado centralizado e burocratizado e, de outro, o surgimento de novas formas de participação, venha a produzir uma configuração diferente dos partidos no Brasil.[18]

Assim, há sérias razões para se duvidar que os partidos políticos no Brasil seguirão a trajetória de desenvolvimento dos primeiros países que se industrializaram. Todavia, os analistas brasileiros continuam notando que

[17] Robert A. Dahl, "Some explanations", em Robert Dahl, ed. *Political oppositions in Western democracies* (New Haven, Yale University Press, 1966), p. 361.
[18] Fernando Henrique Cardoso, "A democracia na América Latina". *Novos Estudos Cebrap 10*: 45-56, out. 1984.

são necessários mecanismos políticos para mitigar os níveis extremos de desigualdade social e econômica do país. A realização de um nível moderado de "cidadania social" sob o regime capitalista praticamente sempre ocorreu quando houve algum partido (ou partidos) importante(s) de esquerda aliado(s) de alguma forma a um movimento operário. A origem do PT, significativamente diferente da dos partidos de esquerda que o Brasil conheceu no passado, bem como as mudanças importantes que ocorreram na organização e na capacidade de atuação do movimento operário inevitavelmente colocaram a questão de saber se ele, PT, poderia ser um veículo para a realização de mudanças desse tipo.

De um ponto de vista histórico, as clivagens politicamente relevantes no Brasil não foram essencialmente sociológicas; ao contrário, foram políticas e relacionais, ou, mais especificamente, basearam-se no acesso aos detentores do poder de Estado e nas atitudes com relação a eles (a chamada "situação"). Assim, o sistema pluripartidário do período 1945-64 foi organizado em grande parte em volta da figura e do legado de Getúlio Vargas e o sistema bipartidário de 1965-80 em torno do apoio ou da oposição ao governo militar.[19] Embora tanto classe quanto região figurem como variáveis importantes na análise do comportamento eleitoral, elas nunca forneceram medidas adequadas de previsão. Ao contrário, as diferenças sociológicas devem ser entendidas em *relação* às divisões primárias político-relacionais. As propostas baseadas em questões de justiça substantiva — o que O'Donnell chama *lo popular*[20] — ocultaram uma dimensão de classe sob uma mensagem populista mais ampla.[21]

Por outro lado, as clivagens politicamente relevantes no Brasil também não foram essencialmente ideológicas. O lugar central que o

[19] Até 1945, os partidos eram basicamente regionais; esse fato foi reforçado pela importância dos governadores estaduais durante a Primeira República. Apenas com a reforma partidária de 1945 é que se fizeram esforços para garantir a implantação de um sistema partidário nacional. Uma discussão dos sucessivos sistemas partidários do Brasil, encontra-se em Bolivar Lamounier e Rachel Meneguello, *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro* (São Paulo, Brasiliense, 1986).
[20] Guillermo O'Donnell, "Tensions in the bureaucratic-authoritarian-State and the question of democracy", em David Colher, ed. *The new authoritarianism in Latin America* (Princeton, Princeton University Press, 1980).
[21] Sobre classes e populismo, ver Francisco Weffort, *O populismo na política brasileira* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978).

Estado ocupa na vida política brasileira faz com que se organize uma oposição entre "os de dentro" e "os de fora", e não entre organizações que apresentam visões programáticas alternativas.[22] Douglas Chalmers formulou a hipótese de que, no contexto sociopolítico latino-americano, os partidos que não apresentam identificações sociológicas e ideológicas muito claras podem, na verdade, ser funcionais.[23] Este argumento, no entanto, parece não poder sustentar-se diante da existência de **questões** altamente polarizadoras, em especial os conflitos redistributivos, que produzem polarização segundo um alinhamento de classes e desafiam a capacidade das hierarquias verticais para contê-los. Um caso típico do Brasil no início dos anos 60 foi a questão da reforma agrária; outro foi a proposta das reformas de base por João Goulart, em que se incluíam não só a reforma agrária mas também a incorporação de novos grupos (os analfabetos) ao sistema político e a possível legalização do Partido Comunista. O surgimento dessas questões, particularmente no contexto da crescente agitação social tanto no campo quanto nas áreas urbanas, polarizou o Congresso em dois blocos opostos (cada um dos quais formado por facções da maioria dos partidos) e pôs fim à possibilidade de compromisso baseado em oscilantes alianças de expediente.

Enquanto a "questão social" era tratada, sobretudo fora do sistema político competitivo, esse tipo de configuração partidária fluida podia funcionar, ainda que de maneira conflitiva. O Congresso brasileiro não era um corpo político destinado tão só a ratificar decisões tomadas em outra parte, apesar de apresentar uma ficha de serviço relativamente pobre em termos de iniciativa legislativa. Sua importância residia particularmente na capacidade que tinha de provocar crises governamentais.[24] No entanto, a fraqueza dos partidos políticos brasileiros tem muito a ver com o relativo

[22] Sobre o período 1945-64, ver especialmente Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)* (São Paulo, Alfatomega, 1976). Para uma discussão recente e fascinante dos mecanismos de utilização dos recursos estaduais pelo partido em Minas Gerais, ver Frances Hagopian, "The politics of oligarchy...", cit.

[23] Douglas A. Chalmers, "Parties and society in Latin America", em Steffan W. Schmidt, James C. Scott, Cari Lande e Laura Guasti, eds. *Friends, followers and factions: a reader in political clientelism* (Berkeley, University of California Press, 1977).

[24] Ver Maria do Carmo Campello de Souza, Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964), cit., p. 106; e Robert Packenham, "Functions of the Brazilian National Congress", em Weston Agor, ed. *Latin American legislatures: their role and influence* (New York, Preget, 1979), p. 259-86.

isolamento das principais decisões em matéria de políticas públicas no campo social com relação ao processo da política competitiva, uma herança do Estado centralizado de Vargas.[25] As mudanças que tiveram lugar sob o regime militar, tanto nas relações trabalhistas quanto na política de seguridade social, mantiveram a posição central do Estado, mas eliminaram muito da dimensão paternalista da sua administração nas questões sociais. Esta desvinculação teve um efeito sobre a politização das questões sociais durante a transição para a democracia. Com o aumento dos poderes conferidos ao Congresso na Constituição de 1988, é provável que essa politização venha a aumentar.

Num corpo político fluido como o que existe no Brasil, é difícil achar o nível apropriado de análise para discutir as instituições políticas. A maioria dos estudiosos concorda que é problemático falar sobre partidos políticos no contexto de um "sistema" partidário no Brasil; de fato, no prefácio à versão brasileira do seu livro *Partidos e sistemas partidários,* Giovanni Sartori nega a adequação do seu modelo para analisar os sistemas partidários brasileiros, por serem carentes de consolidação estrutural. Sartori procura demonstrar que a unidade de análise apropriada no caso dos países latino-americanos (à exceção do México e do Chile) é o partido político considerado de forma individual.[26]

Entretanto, os partidos políticos não se desenvolvem isoladamente, mas, sim, em relação aos desafios e aos dilemas que surgem na luta pelo controle político para se determinar a forma de uma sociedade. Se chegam a se institucionalizar, parece provável que, como Angelo Panebianco e outros procuraram demonstrar, eles desenvolvam um interesse crescente pela sua própria sobrevivência organizacional, e os incentivos que motivam a lealdade à organização passem a dizer menos respeito à identidade coletiva que aos benefícios seletivos.[27] Essa visão do padrão de institucionalização partidária pressupõe, no entanto, um nível de institucionalização do sistema político e padrões de comportamento político que historicamente não

[25] Este é um argumento central em Maria do Carmo Campello de Souza, op. cit.

[26] Giovanni Sartori, *Partidos e sistemas partidários* (Rio de Janeiro, Zahar, 1982).

[27] Ver Angelo Panebianco, *Political parties: organization and power*, cit., capítulo 4.

existiram no Brasil, a não ser durante a transição para a democracia,[28] período durante o qual se desenvolveram lentamente.

Diante disso, as perspectivas de que um partido como o PT viesse a se consolidar pareciam frágeis. O espaço político na esquerda não é dado organicamente, mas construído. Num ambiente institucional como o do Brasil, onde, historicamente, os partidos políticos definiram-se mais em relação ao Estado que em relação uns aos outros, localizá-los em um espectro balizado pelas posições de direita/esquerda sempre foi um empreendimento precário. As arenas institucionais no interior das quais um partido como o PT — mesmo mantendo ligações com um movimento operário cada vez mais organizado — poderia promover mudanças significativas eram tão fracamente institucionalizadas (no sentido atribuído por Huntington a esse termo)[29] que, com frequência, elas serviram para desorganizar, e não organizar, a vida política no Brasil.

Há também outras diferenças. Na maioria dos países europeus nos quais se desenvolveram partidos trabalhistas, socialistas e socialdemocratas fortes, o setor manufatureiro representava por si só mais de 20% da população economicamente ativa no início do século XX. Se combinarmos a manufatura, a mineração, a construção e os transportes,[30] esta proporção torna-se ainda mais dramática. No Brasil, esses setores representavam 15,24% da PEA em 1872, e alcançaram somente 19,65% em 1960.

[28] Scott Mainwaring, "Political parties and prospects for democracy in Brazil", texto apresentado no XIV Congresso Mundial da International Political Science Association, Washington, 28 de agosto a 1º de setembro de 1988.

[29] Huntington mediu a institucionalização segundo quatro dimensões: adaptabilidade-rigidez; complexidade-simplicidade; autonomia-subordinação; e coerência-desunião. Ver Samuel P. Huntington, *Political order in changing societies* (New Haven/London, Yale University Press, 1968), especialmente o capítulo 1.

[30] Em seu estudo sobre estratégia partidária, organização de classes e voto individual, Adam Przeworski e John Sprague adotaram uma definição de trabalhadores que incluía "assalariados manuais empregados em mineração, manufatura, construção e agricultura, pessoas aposentadas nestas ocupações, e os membros adultos inativos de suas famílias", definição mais completa do que a que está sendo usada operacionalmente neste trabalho. Ver Adam Przeworski, *Capitalism and social democracy*, cit., p. 104. Para fins de comparação, estou utilizando números agregados para a proporção da população economicamente ativa empregada em mineração, manufatura, construção e transporte, reconhecendo que esses dados só podem ser considerados indicativos, e não inteiramente descritivos da estrutura de classe.

Comparativamente, a mudança que ocorreria ao longo das duas décadas seguintes foi enorme: entre 1960 e 1980 o emprego nesses setores triplicou em termos absolutos, e subiu para 29,07% da PEA.

Tabela 1.1 – Empregos na indústria manufatureira, mineração, construção civil e transportes:
um quadro comparativo

País	Data	Total de empregos em manuf., min., constr., transporte	% da PEA
Bélgica	1880	1.001.500	37,3
Bélgica	1910	1.767.800	51,1
Bélgica	1961	1.815.500	51,7
Bélgica	1978	1.596.391	.39,1
França	1886	4.590.000	. 27,6
França	1906	6.884.000	33,2
França	1962	8.316.700	42,2
França	1975	7.858.500	36,0
Alemanha*	1882	6.690.300	37,9
Alemanha	1907	12.012.200	44,8
Alemanha	1961	16.655.100	64,6
Alemanha	1978	9.531.000	35,3
Grã-	1881	7.039.000	55,3
Grã-Bretanha	1911	10.996.000	60,0
Grã-Bretanha	1961	12.720.400	53,0
Grã-Bretanha	1977	11.004.000	41,9
Itália	1881	4.558.700	27,2
Itália	1911	4.912.300	29,9
Itália	1964	9.061.000	45,0
Itália	1978	8.565.000	39,4
Suécia	1880	173.200	9,5
Suécia	1910	676.500	30,8
Suécia	1960	1.669.400	51,5
Suécia	1975	1.380.599	35,8
Brasil	1872	810.500	15,2
Brasil	1920	1.443.000	15,1
Brasil	1950	2.928.300	17,1
Brasil	1960	4.453.000	19,7
Brasil	1980	12.572.706	29,1

* Os dados de 1882 e 1907 são da Alemanha unificada; os de 1961 e 1978 são da República Federal Alemã.

Fonte: Os dados até a década de 1960, inclusive, são de T. Deldycke, H. Gelders, J. M. Limbor, "La Population Active et sa Structure" (Université Libre de Bruxelles, Institut de Sociologie, Centre d'Economie Politique, Editions de l'Institut de Sociologie, 1968). Os dados da década de 1970 relativos à Europa são do International Labour Office, *Yearbook of Labour Statisties 1979* (Genebra: International Labour Organization, 1979). Os dados relativos ao Brasil da década de 1980 são do IBGE, *Censo Demográfico do Brasil: Mão-de-Obra 1980*.

Se o único fator levado em conta fosse o tamanho, poder-se-ia argumentar que a população trabalhadora que historicamente deu seu apoio ou participou da formação dos partidos socialistas ou trabalhistas no Brasil só alcançou uma "massa crítica" necessária após o período de rápido crescimento industrial do final dos anos 60 e início da década de 70; tendo alcançado essa massa crítica, a formação de um tal partido deveria ser esperada e, em correspondência com o modelo, resultados semelhantes deveriam seguir-se.

No entanto, problemas significativos com esta formulação tornam improvável que o desenvolvimento do PT venha a seguir, quase cem anos mais tarde, exatamente o mesmo caminho que os partidos socialistas, socialdemocratas ou trabalhistas da Europa. A diferença está no momento do "tempo mundial" em que surgiu o partido. Os partidos mais antigos cujas bases encontravam-se em movimentos operários atravessaram seu período de formação numa época em que o tamanho absoluto e relativo da classe operária industrial estava expandindo e continuaria ainda a fazê-lo por algum tempo. A noção do "seremos todos" parecia razoável. As comunidades operárias e as organizações socialistas fundiam-se para formar uma base cultural distintiva, que enfrentava como único sério concorrente, no plano ideológico, a Igreja Católica, como demonstra o crescimento de correntes operárias democrata-cristãs e social-cristãs em países como a Itália e a Bélgica.

A formação de partidos de massa, nessa conjuntura da história mundial, também traz à mente vários fatores que foram analisados para explicar por que declinaram no contexto europeu. A burocracia estatal ocupou lugar central nos processos de tomada de decisões, o que debilitou o papel dos partidos como canal de acesso ao governo; a transmissão de informação política solapava, na grande mídia, suas funções educativas e informativas; o Estado de bem-estar substituiu o papel de assistente social

antes desempenhado por alguns partidos; o Estado passou a competir com o partido e com associações voluntárias tanto a nível de sociabilidade e participação de afiliados, como a nível de lazer; e, em alguns casos, o financiamento estatal substituiu, em termos de importância para esses partidos, o financiamento através da rede de afiliação [31]. No mínimo, os dois primeiros fatores dessa lista são tão importantes no Brasil quanto nos países para os quais se coloca a questão do declínio do partido de massa,[32] e o primeiro talvez ainda mais. Os processos sócio-históricos associados ao surgimento dos partidos operários de massa, isto é, a industrialização e a extensão do sufrágio (a todos os adultos alfabetizados; os analfabetos ainda permaneceriam excluídos), ocorreram no Brasil sob os auspícios de um Estado centralizado, onde o Congresso tinha um papel muito limitado na determinação das políticas públicas. Nas condições vigentes no final do século XX, a possibilidade de se constituir um "partido-ghetto" não está entre as opções disponíveis.[33]

De início, os partidos operários adotaram estratégias eleitorais porque acreditavam que o processo de industrialização levaria irrevogavelmente a uma situação em que os trabalhadores constituiriam uma maioria absoluta da população. Assim, o sufrágio universal, objetivo desde cedo defendido pelos partidos operários europeus, faria com que, nos sistemas democráticos cujas instituições políticas baseiam-se no governo da maioria, esses partidos, mais cedo ou mais tarde, chegassem ao poder. Na verdade, como os operários nunca se tornaram uma maioria numérica nesses países, esses partidos foram forçados a escolher entre manter sua "pureza" de classe ou ampliar sua proposta em direção a

[31] Esses argumentos estão resumidos em Stefano Bartolini, "The membership of mass parties...", cit.

[32] Um artigo clássico sobre o declínio dos partidos de massas, no qual o autor discute sua famosa ideia sobre a ascensão do partido ônibus, é o de Otto Kirchheimer, "The transformation of the Western European Party Systems", cit., p. 177-200.

[33] Fernando Henrique Cardoso desenvolve este argumento em "A democracia na América Latina", cit.; embora ele talvez coloque uma ênfase indevida em sua afirmação de que o Brasil corresponde a um modelo de sociedade de massas moderna, seu argumento, em linhas gerais, parece válido.

outros grupos, com risco de diminuir a importância da classe como um princípio organizador do comportamento político.[34]

Como mostram os dados da tabela 1.1, no momento em que o Partido dos Trabalhadores se formava no Brasil, na maior parte do mundo o tamanho do operariado industrial estava de fato em declínio. No Brasil, entre os anos 60 e 80, ele se expandira a uma taxa extraordinariamente rápida, pois a industrialização deslocou-se para a produção ampliada de bens de capital e de consumo duráveis. Entretanto, as tendências atuais da indústria brasileira sugerem que se deva esperar uma desaceleração da taxa de expansão do operariado industrial, à medida que novas tecnologias intensivas e importantes forem sendo utilizadas. Apesar dos custos relativamente baratos da mão de obra no Brasil, as indústrias automobilísticas, por exemplo, já avançaram bastante na introdução da robótica para substituir o trabalho humano em suas fábricas. Se isso ocorrer, o PT pode esperar pela estabilização e mesmo diminuição da sua base social entre os trabalhadores industriais, o que o coloca quase desde o início em uma posição defensiva, situação que seus congêneres europeus só tiveram que enfrentar bem mais tarde em sua história.

Em termos ideológicos, a competição pela conquista dos "corações e mentes" dos trabalhadores brasileiros foi para o PT, muito mais poderosa e sofisticada que para os partidos trabalhistas europeus em formação. O partido tinha de lutar não só contra a tradição como, também, em certa medida, contra a modernidade. A ampla difusão do rádio e da televisão como instrumentos de homogeneização cultural militava contra o tipo de identidade operária que os socialistas europeus procuraram construir no final do século XIX e início do século XX.

A "modernidade" também invoca todo um complexo de novas questões sociais que desafiaram as fronteiras da agenda social da esquerda tradicional no Brasil, num período em que, no caso petista, essa agenda mal estava formada. Embora o partido inicialmente definisse o operariado industrial como sua base principal, desde o começo ela incluía membros de outros tipos de grupos. Alguns deles tornaram-se uma parte cada vez mais importante do próprio movimento operário nos anos 80, com a nítida

[34] Sobre este dilema e os compromissos eleitorais envolvidos, ver Adam Przeworski, *Capitalism and social democracy*, cit., especialmente p. 99-133.

ascensão do sindicalismo "dos setores médios". Outros abarcavam uma série de organizações, que iam dos "velhos" movimentos sociais, centrados em reivindicações materiais, até os "novos", preocupados com questões qualitativas — ecologia, direitos das mulheres, minorias raciais, homossexuais. Esses grupos gravitaram em direção ao PT, pois viam nele um representante de uma proposta política alternativa que promovia a participação democrática e a discussão de formas de democracia direta. A mistura, no interior do PT, entre "velhos" e "novos" tipos de movimentos[35] não foi fácil, levando um observador a comentar logo no início que, ao invés de os movimentos tornarem-se uma "correia de transmissão" para o partido, estava ocorrendo o oposto: o PT estava no polo de recepção de um rol de lavanderia onde se expressavam as preocupações de toda uma série variada de grupos que não se integravam organicamente em nenhuma forma coerente de prática partidária. O cimento que agregou todos esses elementos, na medida em que alguma coisa foi capaz de fazê-lo, foi sua condição comum de exclusão da agenda política no Brasil. Esta constituía, no entanto, uma base comum bem precária. A orientação dos militantes do movimento operário no interior do partido voltava-se para as preocupações tradicionais dos partidos trabalhistas e socialistas, e baseava-se no crescimento econômico e industrial. Essas preocupações eram essencialmente quantitativas, embora a noção de uma cidadania ativa lhes fornecesse um componente qualitativo. Para os militantes de classe média dos "novos movimentos sociais", as questões qualitativas eram as mais importantes; para alguns — os ecologistas, por exemplo — a orientação quantitativa era até mesmo contraproducente. Não obstante, a persistência de uma flagrante desigualdade no Brasil acabaria por convencer esses "pós-materialistas" que seu desejo de viver em uma sociedade igualitária e participativa exige que a ação política passe por um estágio em que ambos se combinem. Discutindo a ascensão de valores pós-materialistas na Europa, Inglehart notou que eles se direcionam para a esquerda precisamente por causa da dimensão igualitária do desejo de uma sociedade qualitativamente diferente.[36]

[35] Uma discussão dos "novos" movimentos sociais no Brasil se encontra em Scott Mainwaring e Eduardo Viola, "New social movements, political Culture and democracy", *Telos 61* (Fall 1984), p. 17-52.

[36] Ronald Inglehart, *The silent revolution: changing values and political styles among publics* (Princeton, Princeton University Press, 1977), capítulo 13.

Os partidos socialistas e socialdemocratas europeus têm também enfrentado um desafio crescente por parte dos "novos movimentos sociais" na última década. Entretanto, mais uma vez, isso ocorreu num estágio muito posterior de sua história, e bem depois de a maioria deles ter tomado conscientemente a decisão de aceitar as concessões e compromissos *(trade offs)* envolvidos na busca de aliados em outras classes. A tentativa de integrar novas reivindicações qualitativas em programas socialistas ocorreu no contexto de um esforço para expandir a base desses partidos, num momento em que os movimentos operários, embora na defensiva, haviam, em grande parte, conquistado seu lugar no sistema político. Não se tratava de uma aliança dos excluídos, no sentido brasileiro.

O fato de se analisar o PT sob uma perspectiva comparativa não leva à conclusão de que estamos tratando aqui de um partido socialista "em desenvolvimento", cuja criação "tardia" pode ser explicada pelo fato de ele ter surgido num país "em desenvolvimento", também "tardio" em alcançar os padrões dos modelos europeus. Todavia, as diferenças anteriormente discutidas levantam importantes questões sobre o surgimento e a sobrevivência do partido. Apesar do fato de não haver sinal de que as instituições políticas brasileiras estejam se tornando, em sua maioria, mais representativas, mais coerentes ou mais autônomas (na verdade, mais institucionalizadas), tanto o Partido dos Trabalhadores quanto algumas partes do movimento operário têm mostrado um desempenho cada vez melhor com relação a todas as medidas de institucionalização propostas por Huntington, embora não no mesmo grau. O partido era uma anomalia quando de sua criação, principalmente porque parecia responder em sua dinâmica a um conjunto de elementos diferentes daqueles que dominavam as fases iniciais da transição brasileira para um governo civil; ele continua a ser uma anomalia porque ainda obedece a uma lógica distinta e enfrenta dilemas diferentes daqueles encontrados nos outros partidos políticos no Brasil.[37] Constituir uma anomalia não denota necessariamente irrelevância. Precisamente por ser uma anomalia, o PT podia servir de canal de expressão a um amplo descontentamento com o *status quo,* como ocorreu nas eleições do final dos anos 80. Mas a capacidade de se constituir em

[37] Ver, especialmente, Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*, cit.; Scott Mainwaring, "Political parties and prospects for democracy in Brazil", cit.; e Guillermo O'Donnell, "Challenges to democratization in Brazil", cit.

veículo de protesto não significa o mesmo que a de promover a implementação de mudanças sociais substantivas. O período de formação do partido, tema deste estudo, agora está concluído. Saber se o PT conseguirá usar sua nova legitimidade como instrumento de protesto de massa para tornar-se um partido de massa inteiramente institucionalizado, e se, ao fazê-lo, poderá transformar o ambiente político no Brasil, são questões que permanecem em aberto.

Organização do texto

Os capítulos que seguem tentam integrar elementos contextuais e organizacionais para entender a formação de um partido que, sob vários aspectos, representava uma nova experiência no Brasil. Ao longo da maior parte do seu período de formação, o PT foi frequentemente mais notável por seus fracassos que por seus êxitos; à medida que o fim da transição foi se aproximando, muitos observadores deslocaram seu foco de análise dos julgamentos de acertos ou erros para o reconhecimento daquilo que o partido havia tentado.

O capítulo 2 apresenta uma breve visão de conjunto sobre a transição brasileira para a democracia e seu contexto institucional e histórico. O desenvolvimento, no final dos anos 70 e início da década de 80, de uma visão hegemônica da transição segundo a qual ela apresentava apenas possibilidades muito limitadas de mudança, e a consequente deslegitimação da ideia de que visões alternativas (e conflituais) deveriam tornar-se parte do processo institucional de democratização, ajuda a explicar a marginalidade inicial do PT.

O capítulo 3 discute o desenvolvimento da organização social e política no interior da oposição democrática nos anos 70 e o desenvolvimento do que parecia de início ser um discurso consensual no debate da esquerda sobre a democracia. Tratava-se de um consenso frágil, cuja unidade baseava-se em uma oposição comum ao regime autoritário, mais que em uma visão comum sobre o papel que organizações e movimentos de tipos muito distintos são chamados a desempenhar num regime democrático.

O capítulo 4 desloca-se da lógica do consenso para a da diferença, considerando mais especificamente o desenvolvimento de um movimento

operário combativo e os debates e eventos que levaram à fundação do Partido dos Trabalhadores.

O capítulo 5 examina a tentativa do partido de dar forma institucional à sua pretensão de ser um partido de massa democrático e participativo, dentro dos limites da regulamentação dos sistemas partidário e eleitoral por parte do Estado. A legislação eleitoral teve uma influência importante na maneira pela qual o partido se formou e sobre as relações no seu interior. As experiências eleitorais posteriores, as relações contínuas do PT com outros movimentos sociais e a existência de diversas facções no interior do partido estimularam o debate interno sobre a identidade partidária e o desenvolvimento de estruturas internas para processar essas diferenças.

O capítulo 6 considera a evolução do enfoque do PT sobre as eleições. Em particular, presta atenção à sua primeira experiência eleitoral em 1982, cujos resultados, significativamente piores que os esperados, levaram a uma reavaliação fundamental tanto do seu equilíbrio interno de forças quanto da força relativa de sua base social.

Embora a decisão de muitos militantes petistas de centrar sua atuação, depois de 1982, em atividades organizacionais no interior dos sindicatos ou dos movimentos sociais, e não na organização do partido, parecesse na ocasião significar que batiam em retirada do campo da política, a força crescente dessas organizações e do movimento operário em particular reforçou indiretamente a imagem do partido; esta relação é discutida no capítulo 7.

O crescimento da influência do partido no movimento operário e em outros movimentos sociais ajudou a transformá-lo em receptáculo de um importante voto de protesto, em 1985, 1988 e 1989, e contribuiu para o seu crescimento constante nas eleições legislativas de 1986 e 1990. O PT enfrentou sérias dificuldades para lidar com aqueles poucos cargos institucionais conquistados em 1982 e a atitude generalizada de “volta às bases” não deu, de início, grande importância à sua resolução. Os dilemas políticos envolvidos na relação entre a organização partidária e os representantes eleitos, que se relacionam à dificuldade de o partido formular uma estratégia para a ação política — e também social —, são discutidos no capítulo 8.

Na primeira metade dos anos 80, quando a maior parte da pesquisa para este livro foi realizada, frequentemente parecia que as dificuldades em resolver os desafios internos e externos destruiriam o partido. Se a conjuntura política tivesse permanecido de tal forma que o PMDB pudesse reivindicar para si o crédito de uma transição democrática bem-sucedida, essas questões poderiam ter produzido exatamente esse resultado. Mas a grande distância que se criou entre as expectativas e o desempenho, particularmente durante o governo Sarney, e o caráter cada vez mais amorfo que, enquanto instituição, o PMDB passou a demonstrar, terminaram por abalar a credibilidade de sua pretensão. Quando a frágil presença pública do PT foi reforçada pelos ganhos eleitorais de 1985 e 1986, cresceu também o incentivo para que o partido levasse mais a sério tanto a necessidade de uma maior institucionalização interna quanto a de formular uma estratégia política. À medida que o partido amadurecia, aumentava também sua capacidade de capitalizar os recursos políticos que desenvolvera anteriormente. Sua diferença, de início a razão de sua fraqueza, tornara-se uma fonte de sua força.

Apesar da explosiva emergência do PT como um ator crucial no plano nacional nas eleições de 1988 e 1989, seu futuro permanece uma questão aberta. Ainda que o partido pretenda refletir e representar uma evolução significativa da sociedade brasileira, ele continua, em certa medida, a falar no vazio. Ao mesmo tempo em que se viu impedido, por seu próprio projeto, de adaptar-se inteiramente ao seu ambiente político, ele não conseguiu, por outro lado, transformá-lo. Dez anos após o seu início, o PT continua a ser uma anomalia. Não obstante, sua sobrevivência e crescimento dão provas de que o Brasil está mudando tanto a partir das bases quanto a partir de cima.

2. A TRANSIÇÃO BRASILEIRA PARA A DEMOCRACIA

Durante os anos 80, a queda dos regimes militares na América Latina estimulou a produção de vários estudos teóricos e empíricos sobre a transição dos regimes autoritários.[1] Os trabalhos atuais sobre a "transição para a democracia" ocupam um lugar interessante no campo mais geral dos estudos sobre padrões de mudança. O uso da própria palavra "transição" nesse sentido tem algo de problemático: há uma tensão entre a utilização quotidiana do termo (quando, por exemplo, se fala na formação de uma "equipe de transição" para tratar dos detalhes da transferência de poder entre um governo e outro) e seu lugar na teoria social, onde nos acostumamos a empregá-lo para significar um modo de organização ou formação social (como na transição do feudalismo para o capitalismo, ou a transição para o socialismo).

A palavra transição não foi geralmente empregada na teoria social para descrever uma mudança de um tipo de regime político para outro. Na verdade, falar de "transição para o autoritarismo" soa particularmente estranho e, no entanto, a maneira pela qual esses estudos sobre a democratização enfatizam, e com razão, a reversibilidade do processo, implica a possibilidade de utilizar o termo dessa maneira.

Apontar os elementos contraditórios existentes na noção de transição não significa de forma alguma negar sua adequação — na verdade, trata-se exatamente do oposto. O termo toma da teoria social seu sentido de transformação fundamental e do uso corrente a ideia de uma mudança de pessoal, e é precisamente esse tipo de tensão que caracteriza os processos políticos que vêm sendo chamados de "transições para a democracia". A

[1] Contribuições importantes incluem o artigo seminal de Dankwart Rustow, "Transitions to democracy: toward a dynamic model", *Comparative Politics* 2 (Apr. 1970), p. 337-63; Douglas Chalmers e Craig Robinson, "Why power contenders choose liberalization", *International Studies Quarterly* (Mar. 1982), p. 3-36; Guillermo O'Donnell, Philippe Schmitter e Laurence Whitehead, eds., *Transitions from authoritarian rule: prospects for democracy*, 4 volumes (Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1986), que inclui tanto ensaios teóricos como estudos de caso.

ambiguidade reside na tensão entre a impressão de enorme possibilidade, por um lado, e, por outro, de poderosas restrições.[2]

Contrariamente aos estudos sobre os colapsos do regime empreendidos em **reação** aos eventos que os provocaram, grande parte dos novos trabalhos sobre a democratização começou bem antes da reinstituição dos regimes democráticos nesses países. Tais estudos sobre a transição para a democracia, feitos nos anos 80, não tinham nenhuma ilusão de que o desenvolvimento econômico traria um "inevitável" movimento em direção à democracia política, como era comum há duas décadas; ao contrário, procuravam observar tendências nesse sentido que pudessem ser reforçadas. Assim, o estudo da democratização constituía tanto um reflexo quanto uma parte integrante do próprio processo que examinava.

Na verdade, o modo como esse tipo de pesquisa focalizou seu objeto seguiu com frequência a dinâmica do processo. À medida que se deslocava o campo da contestação política, também o centro da atenção política se alterava. Durante os anos 70, no Brasil, a busca de um contrapeso ao poder do Estado autoritário estimulou intelectuais de oposição a procurar encontrar e estudar fontes potenciais de resistência no interior da sociedade civil – organizações de base da Igreja, associações de bairro e sindicatos operários[3] –, aumentando a visibilidade desses movimentos. Com a aproximação da reforma dos partidos políticos, em 1978-79, a atenção deslocou-se da organização social para as instituições políticas. Os debates intelectuais sobre a natureza e as possibilidades da transição para a democracia mantinham, assim, vínculos estreitos com os debates políticos sobre oportunidades e estratégias. Ambos retornaram a uma questão central da teoria democrática — a relação entre cidadania e justiça social. Não é

[2] Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter, *Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies* (Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1986), v. 4.

[3] Veja-se, por exemplo, Cândido Procópio Ferreira de Camargo et alii, *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* (São Paulo, Edições Loyola, 1976); e Paul Singer e Vinicius Caldeira Brant, eds., *São Paulo: o povo em movimento* (Petrópolis, Vozes/ CEBRAP, 1980).

por acaso que os trabalhos de tantos cientistas sociais brasileiros nos anos 70 citavam a obra de T. H. Marshall.[4]

Muitos desses escritos sobre a redemocratização na América Latina salientavam a necessidade de separar as questões de procedimento das que fossem substantivas e relevantes para o processo. A lógica de se fazer tal separação parecia inescapável. Os regimes de transição enfrentavam dívidas externas assombrosas, pressões para implementar programas de estabilização do FMI, baixas taxas de crescimento interno e, frequentemente, índices astronômicos de inflação. Ao mesmo tempo, tinham de lidar com o protesto social contra a desigualdade da distribuição de renda, muitas vezes exacerbada durante o período autoritário. No Brasil, por exemplo, o percentual da renda concentrado nos 10% superiores da população economicamente ativa subiu 8,1% entre 1960 e 1980, enquanto a proporção concentrada nos 50% inferiores caiu 3,2%.[5] Havia pouca probabilidade de se encontrar logo de início uma solução para esses problemas. Assim, a consolidação dos novos regimes democráticos parecia requerer uma base de apoio especificamente **política**, fundada em procedimentos e em instituições democráticas, sem recorrer à dimensão substantiva, historicamente contida nos programas populistas ou desenvolvimentistas. Em outras palavras, ela envolveria a separação entre o que O'Donnell certa vez chamou de dimensão da **cidadania** e dimensão popular (*lo popular*) compreendidas na legitimidade do Estado.[6]

A distinção entre questões substantivas e de procedimento tem certa clareza analítica, mas corresponde cada vez menos às expectativas que os atores históricos reais mantêm com relação aos sistemas políticos democráticos. Da definição minimalista de Schumpeter do método

[4] Ver T. H. Marshall, *Citizenship and social class other essays* (Cambridge, The University Press, 1950). Marshall afirma que "a preservação das desigualdades econômicas foi dificultada pelo enriquecimento do *status* da cidadania". (p. 77).

[5] Os 10% superiores da PEA ganhavam 39,6% da renda em 1960, 46,7% em 1970 e 47,7ph em 1980. Para os 50% inferiores da PEA, os dados correspondentes foram 17,4%, 14,9% e 14,201o. Em 1985 este último índice havia caído mais ainda, atingindo 13,1%. Dados do IBGE, dos Recenseamentos de 1960, 1970 e 1980 e do PNAD de 1985, citados em Eduardo Matarazzo Suplicy, *Da distribuição da renda e dos direitos à cidadania* (São Paulo, Brasiliense, 1988), p. 32.

[6] Guillermo O'Donnell, "Tensions in the bureaucratic-authoritarian-State and the question of democracy", em David Colher, ed. *The new authoritarianism in Latin America* (Princeton, Princeton University Press, 1980).

democrático — como "aquele arranjo institucional para se chegar a decisões políticas no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelo voto popular"[7] – até a definição de Robert Dahl da poliarquia — envolvendo a exigência de que os cidadãos tenham a oportunidade de formular preferências, de manifestá-las pelo voto e de pesá-las de forma igual[8] – o que se enfatizou foi o lado do *input* do sistema. A preocupação com o *output* caía no reino da economia política. Obviamente, entre ambos havia ligações: o projeto de Schumpeter consistia precisamente em descobrir tais vínculos — para determinar se era possível manter um método democrático num sistema socialista.[9] Dahl certamente tinha consciência das restrições impostas por fatores socioeconômicos à capacidade de participação dos cidadãos. Grande parte dos trabalhos sobre desenvolvimento político no Terceiro Mundo, nos anos 60 e 70, preocupava-se com essas questões. A dificuldade estava em entender a **relação** entre o *input* e o *output*, os fins e os meios, cidadania efetiva e efetivo desempenho governamental para a legitimidade e a estabilidade de um sistema político democrático. Este é um problema não só para os que estudam as novas democracias no Terceiro Mundo, mas também para todos os que analisam a política democrática nos países de capitalismo avançado. Questões que se presumia terem sido resolvidas com o surgimento do estado de bem-estar retornaram com um grau inabitual de força. A atenção que se tem dado recentemente à justiça redistributiva[10] e à relação entre os lados do *input* e do *output* da política democrática[11] representa tentativas de redefinir essas relações. Também constitui objeto de contínuo debate saber em que medida a legitimidade e a estabilidade democráticas baseiam-se no **desempenho** dos governos democráticos, tanto quanto (e talvez mais do

[7] Joseph A. Schumpeter, *Capitalism, socialism and democracy* (New York/Evanston, Harper & Row, 1950), p. 269.

[8] Robert A. Dahl, *Polyarchy: participation and opposition* (New Haven/London, Yale University Press, 1971), p. 2.

[9] Joseph A. Schumpeter, *Capitalism, socialism and democracy*, cit., especialmente o capítulo XXIII.

[10] A obra de John Rawls, *A theory of justice* (Cambridge, Harvard University Press, 1971), que tentou oferecer uma base racional para a derivação dos princípios de justiça, gerou uma onda de novos trabalhos nesta área. Uma abordagem diferente, centrada na noção de "desigualdades complexas", é a de Michael Walzer, *Spheres of justic*e (New York, Basic Books, 1983).

[11] Veja-se, por exemplo, Francis G. Castles, ed., *The impact of parties: politics and policies in democratic capitalist States* (London/Beverly Hills, Sage, 1982).

que) na manutenção dos procedimentos democráticos.[12] Recentemente, com o colapso dos regimes comunistas na Europa, oriental, este debate ganhou uma nova dimensão. No caso desses países da Europa oriental, vários analistas salientaram a necessidade de uma liberalização econômica como precondição para a democracia política; não obstante, os que propõem a restauração da democracia provavelmente terão dificuldade em ignorar as questões distributivas.

Portanto, o problema teórico central no estudo da transição democrática na América Latina nos é familiar — o que tornaria possível consolidar um sistema político baseado em regras de competição política geralmente aceitas e em direitos de cidadania, em países caracterizados por uma evidente desigualdade social? E, como um corolário, pode-se (ou deve-se) esperar dos governos democráticos que tratem da questão da democracia social ao mesmo tempo em que se confrontam com a instalação de uma democracia política em condições de funcionamento?

O início de um processo de transição de regime provavelmente abrirá um debate amplo sobre os parâmetros e objetivos nele envolvidos. Esse "debate sobre a democracia" é importante por várias razões. Em primeiro lugar, ele envolve uma reavaliação de termos de discurso herdados do passado, no curso da qual noções como "poder", "política", "liberdade" e "democracia" — o que alguns teóricos chamam de "conceitos essencialmente contestados"[13] – são objeto de revisão no plano conceitual. Embora não seja uma condição suficiente para a mudança política, uma parte do processo de mudança reside precisamente nesse debate conceitual, por meio do qual "eventos antes considerados como meros fatos chegam a ser vistos como resultados de um processo político e, desta forma, como

[12] Para uma visão geral das tendências atuais na literatura de política comparada que trata dessas questões, ver Peter Lange e Hudson Meadwell, "Typologies of democratic systems: from political inputs to political economy", em Howard-Wiarda, ed., *New directions in comparative politics* (Boulder/London, Westview Press, 1985), p. 80-112.

[13] Ver W. B. Gallie, "Essentially contested concepts", Proceedings of the Aristotelian Society, 56: 167-98,1955-1956. William E. Connolly afirma que esses conceitos não se prestam a uma definição precisa por meio de critérios de razão universal, e que "este hiato entre os termos herdados do discurso e as constelações em mutação da vida social contribui tanto para a contestabilidade dos conceitos centrais como para a dimensão inerentemente criativa da conceitualização política". Ver William E. Connolly, *The terms of political discourse* (Princeton, Princeton University Press, 1983), p. 203-5.

propriamente sujeitos ao debate político e ao jogo de pressões".[14] Num período de transição, esse debate tem uma visibilidade e uma urgência que não são aparentes durante os momentos em que as encarnações institucionais do "poder" e da "democracia" exercem um controle mais previsível sobre o grau de contestação a que podem estar sujeitas.

Em segundo lugar, o "debate sobre a democracia" transforma-se em campo de lutas sobre as regras do jogo e sobre os atores que serão reconhecidos como legítimos participantes do processo político. Quanto mais os vários participantes do debate aceitarem a legitimidade de uma multiplicidade de definições do que é possível e criarem instituições (ou utilizarem as já existentes) para mediar os conflitos inevitáveis que daí resultam, tanto mais provável será um resultado democrático. Se, por outro lado, os parceiros mais poderosos insistirem sobre a necessidade de uma definição única do que é possível, normalmente apresentada, como "senso comum" ou "realismo", será menos provável que se preocupem com o desenvolvimento de instituições capazes de fazer a mediação entre definições e objetivos distintos. Isto provavelmente fará com que sejam menores as possibilidades de se chegar a resultados democráticos.

A transição no Brasil: uma visão geral

O que significa democratizar o Brasil? O declínio do poder militar produziu um conjunto desordenado de expectativas e esperanças conflitivas entre os brasileiros, para não falar dos cientistas sociais que tentavam entender os processos de mudança de regime. Outros observadores estrangeiros viam a difusão das ideias democráticas como uma feliz substituição do obscuro processo pelo qual o autoritarismo se espalhara pelo continente nas décadas anteriores. No final da década de 70, quando a democratização era uma esperança no horizonte, as distinções (ou o potencial de conflito) entre essas expectativas ainda estavam subordinadas a um amplo movimento do sentimento popular em favor de um retorno a um governo civil. Entretanto, à medida que o processo de transição foi seguindo seu curso, as diferenças com relação aos tipos de mudanças contempladas deslocaram-se da periferia para o centro do debate político.

[14] William E. Connolly, *The terms of political discourse,* cit., p. 220.

Ao longo da transição brasileira — que começou com uma flexibilização das restrições que os militares haviam imposto aos direitos civis e continuou através da posse de um governo civil e a redação de uma nova Constituição —, alguns tipos distintos de atores políticos desempenharam seu papel no debate e na luta contínua acerca do futuro do país. Nas fases iniciais, novos atores sociais vieram juntar-se ao partido político de oposição para pressionar os militares, visando obter novas concessões. Nesse período, movimentos de bairro, associações profissionais e um movimento sindical que começava a ressurgir passaram cada vez mais a assumir uma aparência política, produzindo (ou acrescentando-se a) um fermento que alguns autores chamaram de "a explosão da sociedade civil". A sociedade civil tornou-se o principal campo de interação política. Nas fases posteriores, à medida que o campo da luta política se deslocava para as instituições estatais, também os atores políticos relevantes locomoveram-se para as organizações político-partidárias, juntamente com os aparelhos burocráticos e os que tinham capacidade de influenciá-los. Os movimentos sociais não desapareceram — na verdade, durante os anos 80, alguns deles, especialmente os movimentos de invasão em áreas urbanas e o movimento dos sem-terra no campo, tornaram-se muito maiores e mais militantes que os que lhes serviam de contrapartida nas fases iniciais da transição. A diferença está em que, no final dos anos 70, tais movimentos eram interpretados como parte da estrutura mais ampla de uma oposição democrática, enquanto na década de 80 os aspectos predominantes eram seu papel contestatório e sua capacidade de rompimento.

O processo de transição brasileiro tornou-se notável pela sua duração e pela moderação e cautela de que deram provas as forças dominantes de oposição ao regime autoritário. Com o passar do tempo, essas características reforçaram vários aspectos particularmente ambíguos do processo de transição, e a indeterminação política, que inicialmente aparecera como um espaço aberto à criatividade, acabou por representar apenas uma forma de evitar uma ação mais decisiva. Em primeiro lugar, faltavam à transição brasileira limites temporais e substantivos claramente definidos. Em segundo, o projeto de liberalização, que envolvia um conjunto muito pequeno de agentes políticos, foi levado a efeito sob a força coercitiva de restrições. Elas mantiveram o consenso entre aqueles que faziam a democratização parecer mais importante que uma ação decisiva. Finalmente, os militares não estavam desacreditados ao deixarem o poder e

conservaram um grau significativo de unidade interna; assim, puderam manter — ou eram vistos como se estivessem efetivamente mantendo — uma capacidade substancial de intervenção no processo político.

O regime militar brasileiro teve um certo número de características excepcionais que, na opinião de muitos observadores, deveriam facilitar o processo de transição. Em primeiro lugar, foi menos repressivo que seus congêneres no Cone Sul.[15] A menor incidência de desaparecimentos e mortes nas mãos dos militares não significou, entretanto, a falta de mecanismos para o exercício de um poder arbitrário. O Ato Institucional nº 5,[16] decretado em fins de 1968, e a Lei de Segurança Nacional, de 1969,[17] negaram direitos básicos como o *habeas corpus* e deram ao regime amplos poderes para deter e aprisionar cidadãos, por motivos que integravam uma longa lista de ofensas vagamente definidas à nação. Em segundo lugar, ao longo da maior parte do regime militar, o Brasil conservou muitos dos instrumentos do governo constitucional. Entre eles incluíam-se um Congresso em funcionamento (ainda que com prerrogativas muito limitadas), eleições regulares para o Legislativo e para alguns cargos executivos municipais, e um sistema bipartidário (por mais artificial que possa ter sido). Os militares tentaram manter o controle sobre essas instituições através de uma variedade de leis e de atos institucionais e de mudanças nas regras eleitorais que favoreciam o partido que apoiava os militares — a ARENA, mais tarde PDS. O fato de os militares não terem tentado produzir uma fórmula alternativa de legitimidade, nem implantar arranjos institucionais alternativos, levou Juan Linz à sua famosa

[15] Relativizar a repressão é sempre perigoso; observar que houve menos brasileiros do que uruguaios, chilenos ou argentinos torturados e mortos não deve diminuir o significado do sofrimento daqueles. Ver Márcio Moreira Alves, *Tortura e torturados* (Rio de Janeiro, Idade Nova, 1966); Amnesty International, *A report on allegations of torture in Brazil* (London, T. B. Russell, 1972) e atualizações subsequentes; e Joan Dassin, ed., *Torture in Brazil: a report by the Archdiocese of São Paulo,* trad. de Jaime Wright (New York, Vintage Books, 1985).

[16] Um resumo do Ato Institucional nº 5 encontra-se em Maria Helena Moreira Alves, *State and opposition in military Brazil* (Austin, University of Texas Press, 1985), p. 95-100. Este Ato também deu ao Poder Executivo, por um período de tempo indeterminado, o poder de fechar ou intervir no Congresso e no Judiciário, suspender os direitos políticos dos cidadãos, demitir servidores públicos e juízes, declarar o Estado de Sítio, confiscar a propriedade privada de "subversivos", governar por decreto e julgar crimes políticos em cortes militares.

[17] Idem, ibidem, p. 118-9.

caracterização do Brasil como uma "situação autoritária", mais que um regime autoritário.[18]

A liberalização iniciada pelo presidente Geisel em 1974 restaurou gradualmente muitos dos direitos civis e políticos que haviam sido suspensos durante a década precedente, tornando possível o crescimento de um movimento pela restauração da democracia — cada vez mais amplo em suas bases e ruidoso em sua presença — que incluía elites políticas, associações profissionais, um setor do movimento operário de militância recente e um amplo espectro de movimentos sociais associados à Igreja Católica. Não obstante, os militares conservaram uma parte considerável de controle sobre o processo, pretendendo manter-se no Poder Executivo pelo menos até 1991. Uma reforma partidária extinguiu, em 1979, o sistema bipartidário, que havia sido artificialmente criado pelos militares em 1966. A Aliança de Renovação Nacional, ARENA, partido favorável ao regime, e o Movimento Democrático Brasileiro, MDB, o partido oficial de oposição, foram dissolvidos e em seu lugar criaram-se seis novos, dos quais cinco sobreviveram. O Partido Democrático Social, PDS, foi formado como sucessor da ARENA; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB; o Partido Democrático Trabalhista, PDT; e o Partido dos Trabalhadores, PT, formaram-se a partir da oposição ao regime militar; e o Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, encaixou-se de certo modo entre os dois blocos. No início, o PMDB foi de longe o maior dos partidos de oposição.

Em 1982, pela primeira vez em dezessete anos, tiveram lugar as eleições para os governos estaduais, para o Congresso Federal, para um terço do Senado, para os Legislativos estaduais, além das Prefeituras e Câmaras de Vereadores da maioria dos municípios. Entretanto, incapaz de decidir-se por um candidato militar aceitável para a eleição presidencial indireta de 1984, o presidente Figueiredo (1979-85) abdicou do controle sobre a escolha de seu sucessor. A divisão no partido governamental, o PDS, que resultou na escolha do ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf, como seu candidato, levou à vitória a chapa da coalizão de oposição, integrada por Tancredo Neves e José Sarney, nas eleições presidenciais indiretas. Os dissidentes do PDS formaram um novo partido, o Partido da

[18] Juan J. Linz, "The future of an authoritarian situation or the institutionalization of an authoritarian regime: the case of Brazil", em Alfred Stepan, ed. *Authoritarian Brazil* (New Haven, Yale University Press, 1973).

Frente Liberal, PFL, que se juntou ao PMDB numa "Aliança Democrática" para apoiar Tancredo Neves. Líder conservador da oposição, Tancredo Neves fora eleito governador de Minas Gerais em 1982 pelo PMDB. Sarney, que rompera com o PDS por ocasião da designação de Maluf, fora anteriormente presidente da agremiação. Assim, a súbita morte de Tancredo Neves antes de sua posse fez com que o antigo presidente de um partido que havia apoiado o regime militar por duas décadas de governo autoritário se tornasse o chefe executivo da Nova República, recebendo o encargo de liderar a transição para a democracia. Essa ambiguidade também se refletiu no interior do PMDB; uma parte considerável dos seus deputados eleitos em 1986 era composta por antigos membros do partido do governo. O Congresso eleito em 1986 foi encarregado de redigir uma nova Constituição, promulgada em 1988, e finalmente as eleições presidenciais diretas puderam ser realizadas no final de 1989.

A duração da transição resultara inicialmente da determinação dos militares de manterem o controle do processo. Entretanto, os líderes políticos da oposição democrática, devido à cautela com que empreenderam em passos sucessivos a negociação das mudanças, contribuíram para a sua indefinição. Uma década inteira, após o início da liberalização do regime, muitos políticos da oposição, inclusive Tancredo Neves, deram apenas um apoio circunstancial ao movimento de massa pelas eleições diretas para a Presidência, que literalmente mobilizou, em 1984, milhões de brasileiros nas capitais estaduais e em cidades menores. Depois da derrota da emenda constitucional em favor da restauração das eleições diretas proposta pelo PMDB, a possibilidade de uma vitória da oposição (oportunidade que se apresentou graças a uma divisão no partido do governo), mesmo em um pleito não inteiramente democrático, parecia preferível aos líderes do PMDB ao empreendimento muito mais arriscado de confrontar-se com os militares; por isso, continuaram mobilizando a população. Mesmo depois da posse de Sarney, muito embora a possibilidade de se fixar uma data para a eleição direta de um novo presidente fosse debatida com frequência, pouco se fez, na verdade, a esse respeito. A decisão foi deixada a cargo da Assembleia Constituinte eleita em 1986. Assim, ao longo dos dois primeiros anos da "Nova República", elementos tão básicos envolvidos nas regras do jogo quanto a duração do mandato presidencial continuaram indefinidos.

Essa indefinição foi típica da transição brasileira, e é especialmente notável quando a comparamos com o caso espanhol, frequentemente citado como outro exemplo de mudança gradual de regime. De fato, existem alguns pontos de semelhança. Em ambos os casos, antes do "momento de fundação" de um novo regime, houve um longo período de desgaste da base social do autoritarismo. Por exemplo, alguns atores econômicos cruciais convenceram-se, em ambos os casos, de que a manutenção de uma ditadura não só não era mais necessária, como também era até mesmo prejudicial a um desenvolvimento capitalista saudável. Em ambos os casos, os intelectuais desempenharam um papel crescente de oposição. Tanto no caso brasileiro quanto no espanhol, eles produziram uma convergência entre os líderes políticos que, no interior do regime, procuravam empreender reformas e líderes moderados de oposição, dispostos a colaborar num processo de liberalização gradual. No Brasil e na Espanha os líderes políticos do regime autoritário desempenharam o papel principal nas fases iniciais da transição; a liberalização ocorreu em etapas e houve um esforço deliberado por parte das elites tradicionais para controlar o grau da abertura.[19]

Entretanto, à medida que a transição brasileira progredia, algumas diferenças importantes entre os dois países acabaram por se evidenciar. Em primeiro lugar, embora não houvesse uma clara ruptura política entre o antigo e o novo regime, no caso espanhol, houve um rompimento simbólico importante — a morte de Franco. Não obstante houvesse uma continuidade substancial, tanto em termos políticos quanto pessoais, entre o período imediatamente anterior e posterior a Franco, sua morte forneceu um ponto de referência em relação ao qual os agentes políticos podiam orientar, tanto retrospectiva quanto prospectivamente, suas estratégias e sua conduta. Não houve, no Brasil, uma linha divisória comparável. Em segundo lugar, a importância do contexto internacional, no caso espanhol, não encontra contrapartida para o Brasil. O desejo de tornar-se parte da Europa funcionou, no plano econômico, cultural e político, como um poderoso incentivo ao rápido estabelecimento de instituições democráticas. Para os industriais espanhóis, as vantagens de participar da Comunidade Econômica Europeia pesavam muito mais na balança do que quaisquer vantagens

[19] Para uma comparação entre o caso do Brasil e o da Espanha, realçando as semelhanças entre os dois, ver Donald Share e Scott Mainwaring, "Transitions through transaction: democratization in Brazil and Spain", em Wayne Selcher, ed., *Political liberalization in Brazil* (Boulder, Westview Press, 1986).

oferecidas pela continuação da ditadura; a participação espanhola na CEE encontrava-se bloqueada devido a um sistema político que já não mais oferecia quaisquer benefícios reais.[20] Durante os anos 70, muitos industriais brasileiros concluíram que a manutenção do regime militar não era necessária ao seu bem-estar e poderia até representar-lhe um obstáculo. Mas, não obstante a presença desses industriais na oposição brasileira, a mudança de atitudes dos homens de negócios não foi nem tão generalizada nem tão sem ambiguidades quanto na Espanha. Nenhum claro incentivo **positivo** à democratização no Brasil teve o mesmo peso que o desejo da Espanha de incorporar-se à CEE.

Esses dois fatores — a importância simbólica da morte de Franco e o impulso em direção à democratização dado pelos fatores externos — influenciaram, por sua vez, a dinâmica do próprio processo. Na Espanha, depois da morte de Franco, as elites tinham boas razões para querer implementar o processo de transição tão rápido quanto possível, embora ainda procedessem com alguma cautela. No Brasil, as elites achavam-se mais divididas, e o domínio do processo pelos militares e não pelos civis significava que os aspectos institucionais da transição tinham de ser negociados com (e por) uma poderosa instituição burocrática que, embora dividida, não iria ser parte integrante das novas instituições políticas democráticas. Na Espanha, as elites tinham potencial para fazer parte delas. Embora as atitudes dos militares na Espanha fossem um componente importante do ambiente político, eles eram (normalmente) antes comentadores que protagonistas. O desejo dos militares brasileiros de retornarem às casernas era ao mesmo tempo ambivalente e condicional; o desejo das elites espanholas de juntar-se à Europa o era muito menos.

A extensão dos direitos civis e a mudança institucional começaram na Espanha com a morte de Franco, embora ao nível da sociedade tivessem começado anteriormente, já que direitos não garantidos legalmente passaram a ser exercidos *de facto*. Antes da morte de Franco, algumas medidas repressivas ocasionais e apressadas pontuaram um período de vários anos, durante os quais a organização sindical cresceu, as publicações clandestinas circularam e o sentimento antirregime tornou-se parte da moda. Quando Franco morreu, em novembro de 1975, a maioria dos

[20] Edward Malefakis, "Spain and its francoist heritage", em John H. Herz, ed. *From dictatorship to democracy* (Westport/CT/London, Greenwood Press, 1982), p. 219-20.

direitos civis foi restaurada e alguns líderes reformistas passaram a fazer parte do gabinete. Como no Brasil, houve um período caracterizado pela ambiguidade e pela falta de um projeto claro, mas durou menos de um ano. Em 1976 e 1977, Suarez concedeu a anistia aos prisioneiros políticos, legalizou o Partido Comunista e convenceu as Cortes a se dissolverem. As eleições realizadas em junho de 1977 (as primeiras eleições legislativas livres no país em 43 anos) deram cerca de 3/4 dos votos para a UCD centrista e o socialista moderado PSOE. Em outubro, firmou-se um pacto entre os sindicatos e os partidos Comunista e Socialista, visando controlar as reivindicações operárias durante a crise econômica; já em 1978 uma nova Constituição democrática fora elaborada e aprovada em um *referendum* nacional por uma esmagadora maioria de votos. Todo esse processo não levou mais de três anos.

As diferenças na coordenação e sequencia temporal das várias iniciativas, neste caso e no brasileiro, são evidentes. Quando se realizaram as primeiras eleições espanholas, dois anos após o início do processo, o Partido Comunista já era legal e havia reformistas integrados no governo. O que estava em jogo ficou claro; quem ganhasse formaria um governo. A demorada incerteza sobre o momento da realização das primeiras eleições presidenciais no Brasil e o fato de os interesses em jogo no pleito eleitoral de 1982 terem sido ainda definidos em função da presença dos militares no poder conferiram àquelas eleições um sentido de outro tipo. A criação de novos partidos políticos e a eleição pelo voto popular dos governadores de estado, pela primeira vez desde 1965, tiveram uma clara importância e constituíram os principais fatores que ajudaram a criar a impressão de que eram estas as eleições que marcavam a "fundação" do novo regime. Não obstante, a centralização dos recursos e dos processos decisórios nas mãos do Executivo federal e uma burocracia tecnocrática limitavam o poder, tanto dos governadores quanto do Legislativo; isto significou que as expectativas criadas pelo entusiasmo e o discurso da "mudança" em torno das eleições de 1982 foram maiores que a capacidade dos candidatos "de oposição" eleitos para responder a elas. Na Espanha, o desempenho do governo democrático pode ter causado desilusões, mas era um governo eleito; no Brasil, havia um amplo espaço para que a desilusão com a transição se sedimentasse antes que fossem estabelecidas instituições inteiramente democráticas, especialmente um presidente eleito pelo voto popular. A ambiguidade que daí resultou refletiu-se nas periodizações

variadas do processo de transição brasileira: alguns começaram a falar de política "democrática" no Brasil a partir de 1982; outros alegaram que a transição foi concluída com a posse de um governo civil, em 1985; outros ainda esperaram pelas eleições presidenciais de 1989.

A ambiguidade tem sido vista como uma característica definidora da transição brasileira e reflete não só o modo pelo qual os militares deixaram o poder, como também alguns aspectos duradouros do sistema político brasileiro. O ponto de referência para a transição do autoritarismo não está apenas no antecessor imediato do novo regime, mas também na história institucional do país. Importa saber em que medida estamos falando de redemocratização. Não é por acaso que, com a restauração da competição política na Argentina, Uruguai e mesmo no Peru, os parceiros políticos relevantes para a transição foram os mesmos que já eram significativos antes do período autoritário.[21] No Chile, a influência dos partidos políticos anteriores a 1973 continuou a estruturar a oposição a Pinochet; a "Campanha do Não" no plebiscito de 1988 e a coalizão que obteve a vitória nas eleições presidenciais de 1989 resultaram das negociações entre esses partidos.[22]

Ao contrário do que ocorreu com governos similares na Argentina, Uruguai, Peru e Chile, o regime militar brasileiro manteve em funcionamento o Congresso (ainda que destituído de alguns de seus poderes) e um sistema partidário por quase todo o período em que se conservou no poder. Não era mais o mesmo sistema partidário; os partidos políticos anteriores foram extintos em 1965 e dois outros foram criados, de cima para baixo — um, destinado a apoiar o governo (ARENA); outro, a atuar como uma oposição leal (MDB). Apesar de sua artificialidade, esses partidos competiram de fato em eleições regulares, de 1966 a 1979; o sistema partidário instituído no final do Estado Novo, centrado em torno do PSD/PTB/UDN, durou apenas sete

[21] Uma exceção no caso peruano é o surgimento de uma esquerda forte, embora muito fragmentada, a qual, como o PT no Brasil, depende muito do movimento dos trabalhadores urbanos. Ver Evelyne Huber Stephens, "The peruvian military government, labor mobilization and the political strength of the left", *Latin American Research Review*, 18 (2): 57-94, 1983.

[22] Ver Artur° Valenzuela e J. Samuel Valenzuela, "Party oppositions under the chilean authoritarian regime", em J. Samuel Valenzuela e Arturo Valenzuela, eds., *Military rule in Chile: dictatorships and oppositions* (Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1986), p. 184-229; e Manuel Antonio Garretón, "Chile: in search of lost democracy", Kellogg Institute Working Paper n. 56, 1986.

anos mais (1945-65)[23] o sistema vigente no período 1945-64 era altamente polarizado em torno da figura e do legado de Getúlio Vargas; o de 1965-79, em torno da questão do regime militar. Embora o MDB sempre fosse potencialmente uma oposição desleal sob o regime autoritário, seu comportamento, ao longo da maior parte de sua história, assemelhou-se ao que Linz denominou uma semioposição;[24] sua incapacidade de assumir uma posição mais "de princípio" contra o regime deveu-se à eficácia da repressão seletiva a seus líderes, ao rigoroso controle por parte do governo tanto sobre as regras eleitorais como sobre a mobilização de clientelas nas eleições, bem como à fraqueza das forças que potencialmente poderiam contrabalançar esse poder ao nível da sociedade. Entre 1945 e 1964, a UDN podia bater às portas dos quartéis; para o MDB, não havia tal opção. O MDB só se tornou uma oposição eleitoral efetiva quando o governo Geisel liberalizou as regras eleitorais em 1974[25] e, em consequência do inesperado êxito de seu desempenho eleitoral, adotou uma posição cada vez mais ruidosa de oposição de princípio ao próprio regime militar.

A formação dos novos partidos políticos era uma parte essencial da estratégia de transição controlada do regime adotada pelos militares, tal como ocorrera na transição do regime do Estado Novo de Vargas em 1945. Tanto os militares quanto o governo Vargas deram início, a partir do próprio governo, a reformas destinadas a esvaziar a oposição, e tentaram utilizar os trunfos que sua situação de ocupantes do poder lhes dava para privilegiar seus herdeiros políticos. Dois elementos centrais nas reformas políticas instituídas em 1945 foram o estabelecimento de uma data para as eleições (para a Presidência e para um Congresso Constituinte) e de regulamentações para a formação de partidos políticos. A lei eleitoral de 1945 estabelecia a criação de Tribunais Eleitorais, o voto compulsório para todos os adultos alfabetizados, o voto secreto, um princípio majoritário para

[23] Uma breve descrição da sequencia de sistemas partidários na história do Brasil se encontra em Lamounier e Meneguello, *Partidos políticos e consolidação democrática...*, Cit.

[24] Juan Linz, "Opposition in and under an authoritarian regime: the case of Spain", em Robert A. Dahl, ed. *Regimes and oppositions* (New Haven/London, Yale University Press, 1973), p. 191-210.

[25] Discussões sobre partidos e eleições sob o regime militar encontram-se em Bolivar Lamounier et alii, *Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979* (Petrópolis, Vozes/Cebrap, 1980); Bolivar Lamounier e Fernando Henrique Cardoso, eds., *Os partidos políticos e as eleições no Brasil* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975); e Fábio Wanderley Reis, ed. *Os partidos e o regime* (São Paulo, Símbolo, 1978).

a eleição do presidente, dos governadores de estado e dos senadores, e a representação proporcional com um sistema de quociente eleitoral para a Câmara Federal de Deputados e as Assembleias Legislativas Estaduais. A legislação partidária destinava-se explicitamente a consolidar os partidos e fazer das eleições um canal para a transição para um novo regime. Embora pela legislação partidária de 1932 fosse permitida a existência de partidos em um único estado e candidatos sem legenda, a lei de 1945 exigia que os partidos fossem organizados em nível nacional ao mesmo tempo em que os proibia de orientação antidemocrática; os candidatos deviam obter o patrocínio de um deles, e os eleitores podiam ser registrados em bloco, mediante listas preparadas por funcionários do governo.[26]

A legislação partidária de 1945 favoreceu os detentores de cargos na administração pública. O PSD, organizado pelas elites estaduais nomeadas por Vargas para os governos dos estados, estava em melhor situação para beneficiar-se dela; em menor medida, o PTB aproveitou-se do acesso aos sindicatos corporativistas e dos recursos das burocracias ligadas ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social para constituir sua base inicial. A União Democrática Nacional, UDN, foi organizada com base em um espectro político relativamente amplo de oposição à ditadura de Vargas. Incapaz de poder contar com o acesso às máquinas clientelísticas, e unida apenas por aquilo a que se opunha, a frente inicialmente ampla representada pela UDN rapidamente se cindiu, e o partido permaneceu altamente fragmentado por todo o resto de sua história. Envolveu-se em lutas constantes, dividido entre saber se devia aliar-se ao PSD contra ameaças a interesses de classe (particularmente as propostas de reforma agrária) ou se devia adotar uma postura intransigente de oposição a todos os herdeiros de Vargas. Embora os membros da UDN participassem de muitos gabinetes de presidentes do PSD e, durante a presidência Dutra, colaborassem formalmente para garantir uma maioria no Congresso, sua incapacidade de

[26] Ver Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*, cit., p. 114-22; e Phyllis J. Peterson, "Brazilian political parties: formation, organization, and leadership, 1945-1959" (tese de doutoramento, University of Michigan, 1962), p. 48-60.

conquistar uma vitória em sucessivas eleições presidenciais tornou-os particularmente suscetíveis à tentação de pedir intervenções militares.[27]

Tanto na transição de 1945 quanto na que teve início nos anos 70, os detentores do poder sob o regime autoritário estavam determinados a conservar uma porção significativa de controle sobre o processo. Em ambos os casos, a legislação partidária e eleitoral favorecia os que apoiavam o regime. Entretanto, em 1945, as fronteiras institucionais do processo estavam claramente delineadas desde o princípio: as eleições que marcaram a "fundação" do novo regime envolveram a escolha pelo voto popular direto de um novo presidente e de um Congresso que deveria atuar como Assembleia Constituinte. As eleições para os executivos estaduais deveriam vir mais tarde, garantindo que os antigos interventores nomeados por Vargas ainda estivessem controlando as máquinas políticas estaduais no momento da formação dos partidos e das primeiras eleições. Na década de 80, a ordem do processo se reverteu. As primeiras eleições a terem lugar sob a nova legislação partidária envolviam os governos estaduais, municipais e a representação do Legislativo, criando a possibilidade de que candidatos da oposição viessem a ganhar o controle de máquinas clientelísticas nos estados, e assim afetar os próximos pleitos. As vitórias da oposição em 1982 sem dúvida ajudaram a enfraquecer a capacidade de os militares manterem o controle sobre a sucessão presidencial. Entretanto, esses pleitos não estavam destinados a exercer um papel de "fundação" de um novo regime, embora contivessem elementos dessa natureza (por exemplo, a escolha direta dos governadores de estado pela primeira vez desde 1965). A Assembleia Constituinte só seria eleita em 1986 e as primeiras eleições presidenciais diretas não teriam lugar antes do final de 1989.

A constituição da base social dos partidos políticos durante as duas transições também foi distinta, particularmente no que se refere aos setores populares organizados. Ao contrário do que ocorrera sob o regime Vargas, onde uma legislação corporativista fora percebida como uma extensão dos direitos sociais e de organização dos trabalhadores e dos pobres, a sua

[27] Há uma literatura substancial sobre os partidos políticos durante o período 1945-64. Sobre a UDN, ver especialmente Maria Victoria de Mesquita Benevides, *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981). Sobre o PSD, ver Lucia Hippolito, *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985).

aplicação sob o governo militar foi vista como medida repressiva e fator de exclusão; as mudanças no sistema de relações trabalhistas acabaram por eliminar a maioria dos benefícios que o operariado colhera de suas relações com o Estado, reforçando seus aspectos coercitivos. Ao longo dos anos 70, ao lado da reivindicação da restauração dos direitos civis e políticos, o discurso da oposição protestou contra a exacerbação da desigualdade sob o regime autoritário, conquistando dessa forma uma porção crescente de votos de áreas pobres e, em especial, do operariado industrial.

A lealdade da classe operária a Vargas em 1945 significou que os trabalhadores não se tornaram parte do movimento de oposição ao regime. Na verdade, no movimento "queremista", anterior às eleições de 1945, os sindicatos juntaram-se ao Partido Comunista no apelo feito a Vargas para que este permanecesse na Presidência durante a Assembleia Constituinte; a suscetibilidade de Vargas a esse apelo foi uma das causas que levaram os militares a apresentar-lhe o ultimato que o forçou a renunciar. O operariado apoiou o PTB graças às burocracias estatais ligadas ao Ministério do Trabalho, à Previdência Social e aos sindicatos; embora alguns operários fossem eleitos para a Assembleia Constituinte pela legenda do Partido Comunista Brasileiro, PCB, e em menor proporção pelo PTB (cujos candidatos trabalhistas eram mais provavelmente advogados que operários), eles não tiveram uma atuação particularmente eficaz na própria Assembleia. Talvez o fato de organizar o voto operário através de instituições estatais corporativistas tenha impedido uma articulação política forte dos interesses operários durante a maior parte do período 1945-64. A repressão levada a cabo pelo governo Dutra contra a militância do movimento operário e a proscrição do Partido Comunista no início de 1947 certamente reforçaram essa tendência,[28] tal como o fato de as principais decisões relativas às políticas sociais serem tomadas pela burocracia federal, e não pelo Congresso.[29]

[28] Ver Timothy Fox Harding, "The political history of organized labor in Brazil" (tese de doutoramento, Stanford University, 1973), capítulo V.

[29] Note-se a diferença entre a legislação sindical brasileira nas décadas de 1930 e 1940 e a legislação chilena nas décadas de 1920 e 1930. Embora ambas estabelecessem amplos controles corporativistas sobre o movimento trabalhista, o fato de que a legislação chilena foi produto de ações do Congresso, e que as funções de fixação de taxas de reajuste salarial, estabelecimento ou expansão dos limites do seguro social e reformas no código eram prerrogativas do Legislativo, fizeram com que estas fossem muito mais acessíveis aos

Na transição que começou em meados da década de 70, os setores mais combativos e melhor organizados da classe operária estavam resolutamente do lado da oposição ao regime militar, e os novos líderes operários reivindicavam que os sindicatos se tornassem mais autônomos com relação ao Estado. Entretanto, essa proposta de maior autonomia com relação ao Estado exigia uma completa reavaliação das estratégias e instrumentos de ação operária — incluindo-se aí a consideração da necessidade e da possibilidade de influenciar a configuração política do Brasil futuro. Para alguns, a formação do Partido dos Trabalhadores destinava-se a desempenhar esse papel. Outros esperavam que o PMDB, como partido que sucedia à ampla frente de oposição formada nos anos 70, continuaria a constituir um polo fundamental de atração para os que buscavam mudanças sociais. Em 1945, os interesses corporativos agregavam-se de cima para baixo em organizações políticas distintas, cujo papel era fazer a mediação das lutas sociais através das instituições de Estado; na transição que teve início nos anos 70, a questão de saber como estabelecer o vínculo entre o aspecto "social" e o "procedimental" do processo de democratização era muito mais conflitiva.

A indefinição do processo brasileiro teve uma influência significativa sobre as estratégias das forças de oposição. O prolongado período de incerteza quanto ao momento em que os militares deveriam afastar-se do poder reforçou a posição do maior partido de oposição, o PMDB, segundo o qual a questão colocava-se em termos de regime militar X oposição democrática (encarnada no partido). Embora o discurso do PMDB continuasse a reclamar por mudanças, seu enfoque mostrou-se conservador quando se tratou de confrontar-se efetivamente com o regime. O pressuposto, reforçado pelos ganhos do partido em sucessivas eleições desde 1974, era o de que o curso natural das coisas levaria o PMDB ao poder.

Esta suposição não era infundada. Ao longo das fases iniciais da transição, o PMDB tinha sido capaz de utilizar-se do imenso reservatório de legitimidade que havia construído desde 1974 para manter sua posição

partidos políticos da classe trabalhadora. Ver, por exemplo, J. Samuel Valenzuela, "The chilean labor movement: the institutionalization of conflict", em Arturo Valenzuela e J. Samuel Valenzuela, eds., *Chile: politics and society* (New Brunswick, NJ, Transaction Books, 1976), p. 135-71; e Alan Angell, *Politics and the labour movement in Chile* (London, Oxford University Press, 1972).

como força de oposição hegemônica, e sua visão essencialmente bipolar das alternativas existentes era o senso comum do momento. Embora participassem da mobilização de massa de 1984 na campanha das "Diretas Já!", os líderes do PMDB, fora das vistas do público, também envolveram-se em negociações para ganhar a aceitação, por parte do regime militar, de uma possível vitória do líder conservador do partido, Tancredo Neves, em eleições indiretas; quando a emenda constitucional pela restauração das eleições diretas não conseguiu alcançar no Congresso os 2/3 dos votos necessários à sua aprovação, o partido não tardou em aceitar o veredicto.

Dentro desta definição da situação, a própria existência do Partido dos Trabalhadores era ilegítima — o PT era o que vinha "estragar a festa" e, dividindo a oposição, fazia o jogo do regime militar. O senso comum dominante, transformado em "bom senso", ditava que uma transição para a democracia se produziria através de uma série de negociações delicadas entre as elites, que somente mudanças muito limitadas eram possíveis, e que a manutenção de um consenso amplo no interior da oposição era de importância primordial. Assim, várias lutas desenrolavam-se ao mesmo tempo: uma, entre os militares e os vários componentes da oposição democrática, a propósito do cronograma e da extensão da abertura política; e outra, no interior da oposição, que dizia respeito à legitimidade de visões conflitantes sobre a transição e sobre um futuro desejado.

A existência de um senso comum dominante entre as elites políticas — uma crença em possibilidades limitadas e na necessidade do consenso — teve importantes consequências no plano institucional. Para a maior parte dos líderes da oposição, evitar o conflito parece ter sido um objetivo muito mais importante que a construção de mecanismos para lidar com ele. O "fim" da transição era implicitamente definido como a chegada da oposição ao poder. Considerando que o regime militar tinha continuado a realizar eleições para a maioria nem o Congresso nem o Judiciário, a democracia não tinha que implicar uma ruptura institucional com o regime anterior. Uma vez restauradas as eleições diretas para todos os cargos, o fim da transição teria sido alcançado. Para alguns, a eleição indireta de um líder civil da oposição, com o pressuposto de que as próximas eleições presidenciais seriam diretas, já constituía uma base suficiente para se pretender afirmar que o Brasil era uma democracia.

Esta é uma concepção bem fraca de democracia — que certamente se enquadra numa definição minimalista dos regimes democráticos, mas deixa de lado muitas das dimensões interativas da política democrática. Pretender que as diferenças sejam subordinadas a uma interpretação universalista da realidade — daquilo que é possível — elimina um dos principais elementos da prática democrática: a lógica da diferença. José Nun procurou demonstrar que a possibilidade da **comparação**, mais que a subsunção, é o que cria a deliberação democrática. A comparação constitui essencialmente um problema político; uma política democrática não se baseia na justiça e na liberdade, mas é **aquilo que as torna possíveis**. Uma política democrática genuína requer que abandonemos a ideia de uma racionalidade única; a principal tarefa consiste em criar **instituições políticas** que tornem possível a comunicação e a confrontação de diferentes discursos e facilitem "transações autênticas" baseadas na lógica da diferença.[30]

Para a maioria das elites políticas da oposição, o que estava em jogo na transição brasileira era a construção de um regime democrático, e não a de condições institucionais para uma política democrática. Uma vez realizada a transição do regime, haveria tempo para se falar sobre as diferenças. Antes disso, seria não só prematuro como de fato prejudicial à democratização. Esta separação entre o processo de transição de regime e um de construção de uma política democrática constitui um elemento peculiar do caso brasileiro; mesmo na Espanha, o exemplo comparativo mais frequentemente citado de uma transição gradual para a democracia, as elites políticas esperavam que os dois processos ocorressem simultaneamente.

O Partido dos Trabalhadores desafiava o senso comum dominante e insistia em afirmar que a construção de uma instituição política capaz de representar uma visão distinta sobre o que a democracia deveria significar no Brasil era um componente necessário no processo de democratização. Para os fundadores do PT, o que de mais importante ocorreu nos anos 70 não foi o crescimento da força da oposição ao regime, tal como podia ser medida pelos sucessivos triunfos eleitorais do PMDB (embora estes também fossem importantes), mas antes o surgimento de uma grande

[30] José Nun, "Elementos para una teoria de la democracia: Gramsci y cl sentido comun", texto apresentado no seminário internacional "Gramsci e a América Latina", Istituto Gramsci, Ferrara, Itália, 11-13 de setembro de 1985.

variedade de movimentos que reclamavam mudanças substantivas e pretendiam expressar-se por seus próprios meios no campo da política. Assim, a transição tinha que criar um espaço dentro do qual esses novos atores sociais pudessem participar; o reconhecimento das diferenças não era o fim do processo, mas seu começo.

Os partidos e a transição democrática

O papel desempenhado pelos partidos na América Latina despertou um maior interesse entre os acadêmicos a partir das transições democráticas dos anos 80. Embora se reconheça que eles não tiveram de modo geral um papel tão central para a vida política quanto os seus congêneres na Europa ocidental e nos Estados Unidos, permanece, no entanto a intuição de que a consolidação de regimes democráticos pressupõe a existência de partidos que sejam capazes de processar conflitos,[31] articular escolhas políticas coerentes[32] e produzir o consentimento[33]. Como Mainwaring indica, os estudiosos deixaram de se perguntar por que os partidos na América Latina não têm uma vida que se compare com a dos seus modelos do Primeiro Mundo, mas sim qual é o papel que efetivamente desempenham, como se relacionam com o Estado e outros agentes políticos e sociais, e como as diferenças nas estratégias e papéis dos partidos em diferentes países ajudam a entender processos e resultados de mudanças de regime.[34] De importância crucial com referência a esse último ponto é a configuração histórica dos partidos em relação ao Estado e a outros agentes, o que aconteceu com eles sob os regimes militares e o papel que desempenham na definição das regras — e do que está em jogo — nos processos de transição. É interessante notar que, na maioria dos países do Cone Sul que passaram por transições para a democracia, a configuração dos partidos ao final dos

[31] Liliana de Riz, "Política y partidos. Ejercicio de análisis comparado: Argentina, Chile, Brasil y Uruguay", *Desarrollo Económico*, 25 (100): 661, jan./mar. 1986.
[32] Charles Guy Gillespie, *Negotiating democracy: politicians and generais in Uruguay* (New York, Cambridge University Press, no prelo), capítulo 1.
[33] Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter, *Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies*, cit., p. 59-61.
[34] Scott Mainwaring, "Political parties and democratization in Brazil and the South- em Cone", *Comparative Politics*, Oct. 1988, p. 113-4. Charles Guy Gillespie, em *Negotiating democracy...*, cit., atribui importância fundamental ao papel dos partidos tanto no colapso da democracia como na transição democrática no Uruguai.

regimes militares era bastante semelhante àquela que os precedeu. Particularmente importante para este estudo é entender como tomou forma a relação entre os partidos, o operariado e o Estado ao longo desses processos.

Nesse sentido, o surgimento do Partido dos Trabalhadores representou uma evolução singular, não só no Brasil, mas também nas transições de regime que ocorreram mais ou menos concomitantemente em outros países do Cone Sul. Há várias razões para isso. O regime militar brasileiro desorganizou as lealdades de tipo partidário, anteriormente existentes em um grau muito maior que seus congêneres no Chile, Uruguai e Argentina; diferentemente dos outros, os militares brasileiros preencheram, com a criação de novos partidos, o espaço organizacional deixado em aberto pela extinção dos partidos anteriores. Sua capacidade para fazê-lo pode dever-se à duração relativamente curta dessas lealdades antes da tomada do poder e à natureza dos respectivos sistemas partidários anteriores aos regimes militares. Existem também diferenças cruciais nas consequências dos regimes militares sobre a classe operária dos países do Cone Sul: a proporção de operários industriais na população economicamente ativa do Chile, Argentina e Uruguai caiu substancialmente no período militar, enquanto no Brasil ela cresceu [35]. Os sindicatos sofreram repressão nos quatro países, mas sua força relativamente maior nos três primeiros transformou os líderes sindicais em alvos de repressão física (isto é, tortura e assassinato) numa medida bem maior que no Brasil.

No Chile, os sindicatos logo adotaram estratégias políticas, devido à existência de oportunidades relativamente maiores para expressar reivindicações no plano político através dos partidos do que através de atividades puramente sindicais,[36] e os partidos Comunista e Socialista, formados no início do século, embora fragmentados, continuaram a desempenhar na clandestinidade um papel importante durante o regime

[35] Dados sobre as mudanças na composição da PEA se encontram em Paul W. Drake, "Los movimientos urbanos de trabajadores bajo el capitalismo autoritario en el Cono Sur y Brasil, 1964-1983", em Marcelo Cavarozzi e Manuel Antonio Garreton, eds., *Muerte y resurrección: los partidos politicos en el autoritarismo y las transiciones del Cono Sur* (Santiago, FLACSO, 1989), p. 102-9.
[36] Ver J. Samuel Valenzuela, "Labor movement formation and politics: the Chilean and French cases in comparative perspective" (tese de doutoramento, Columbia University, 1979).

Pinochet.[37] Antes do golpe, os partidos chilenos constituíam claramente a espinha dorsal do sistema político, e o Congresso, mais que a burocracia, era a principal arena para a qual se canalizavam os conflitos políticos. O regime militar procurou destruir as organizações trabalhistas nacionais, atomizar a representação sindical, restringindo-a ao nível do local de trabalho, e promover uma nova geração de líderes trabalhistas democrata-cristãos. Não obstante, as identificações de tipo partidário permaneceram vivas no interior dos sindicatos e continuaram a estruturar identidades na sociedade civil chilena; na transição para a democracia, os partidos **enquanto organizações** foram mais uma vez os canais da negociação sobre os parâmetros do processo.

Também no Uruguai, por muito tempo, os partidos foram centrais na política democrática do país, já que os Blancos e os Colorados datam do século passado. Entretanto, ao contrário do Chile, esses eram "partidos-depósitos", onde todas as opiniões podiam ter lugar e a canalização do conflito político podia ocorrer em grande medida no interior dos próprios partidos, devido ao sistema de "voto duplo simultâneo" do país, mediante o qual vários candidatos da mesma legenda podiam concorrer para o mesmo cargo.[38] Antes dos anos 70, os partidos de esquerda, em particular o Partido Comunista, tinham um peso substancialmente maior nos movimentos sociais e, sobretudo no movimento operário do que o seu desempenho eleitoral. A existência de negociações coletivas de salários e condições de trabalho, um estado de bem-estar de tamanho considerável e uma redistribuição substancial de renda antes dos anos 60 significavam que, no Uruguai, diferentemente do Chile, os partidos operários, embora mantendo uma retórica revolucionária, tenderam a concentrar-se em atividades

[37] Arturo Valenzuela e J. Samuel Valenzuela, "Party oppositions under the Chilean authoritarian regime", cit.
[38] A melhor análise do sistema uruguaio de voto duplo simultâneo e do seu impacto no sistema partidário se encontra em Luiz Eduardo González, "Political structures and prospects for democracy in Uruguay" (tese de doutoramento, Yale University, 1988). O sistema brasileiro de sublegendas funcionou de maneira semelhante no regime militar, mas, ao contrário do sistema uruguaio, só se aplicava aos cargos eleitos por maioria. Os partidos uruguaios também podem apresentar várias listas nas eleições (que são proporcionais) para o Congresso.

corporativas e de grupos de pressão, mais que em estratégias políticas.[39] A crise econômica dos anos 60, juntamente com a influência da revolução cubana, levaram a um aumento da militância sindical e à formação de algumas organizações neo-esquerdistas, muitas das quais juntaram-se aos comunistas em 1971 para criar o Frente Amplio como uma terceira força eleitoral (enquanto algumas outras juntaram-se aos Tupamaros na luta armada).[40] Apesar da repressão sofrida pelas organizações de esquerda sob o regime autoritário no Uruguai, o Frente Amplio ressurgiu com mais força, ainda que com algumas mudanças na correlação interna de suas forças. Depois da derrota da proposta do regime de uma nova Constituição em 1980, o sistema partidário uruguaio foi reconstituído e os partidos negociaram formalmente as regras da transição com os militares.[41]

Na Argentina, a identificação de tipo partidário foi historicamente ao mesmo tempo forte e extremamente polarizada, mas os próprios partidos não tiveram um papel central na vida política do país. Em seu lugar, o surgimento de uma política de massas produziu um padrão de relações diretas entre o Estado e os grupos corporativos, em particular os sindicatos operários e as Forças Armadas.[42] Embora semelhante ao Brasil na fraqueza de seus partidos, a Argentina caracterizou-se por organizações imensamente mais fortes no interior da sociedade civil. Para os trabalhadores argentinos, o peronismo constituiu (e constitui ainda) uma identidade complexa, frequentemente paradoxal, informada pela experiência histórica e encarnada nos sindicatos, mas não mediada por uma organização política.[43] Esta qualidade de não mediação envolvida na identidade política peronista (e antiperonista) significou historicamente que os partidos sempre resistiram a se autodefinir como "partes", procurando, em vez disso, fazerem-se passar por instrumento da expressão legítima da nação. Assim, eles personificam o conflito, em vez de servirem de instrumento à sua mediação e, no passado,

[39] Martin Gargiulo, "El desafio de la democracia: la izquierda política y sindical en el Uruguay pos-autoritario", texto apresentado no encontro da Latin American Studies Association, Boston, 22-25 de outubro de 1986, p. 4-5.
[40] Charles Guy Gillespie, *Negotiating Democracy...*, cit., capítulo 2.
[41] Esse processo de negociação está descrito com detalhes em Charles Guy Gillespie, *Negotiating democracy...*, cit.
[42] Scott Mainwaring, "Political parties and democratization in Brazil and the Southern Cone", cit., p. 100-3.
[43] Ver especialmente Daniel James, *Resistance and integration: peronism and the Argentine working class, 1946-1976* (Cambridge, Cambridge University Press, 1988).

demonstraram um grau bem pequeno de lealdade para com as instituições democráticas.[44] Há alguns sinais de que a intensidade desta polarização talvez possa estar sofrendo algum declínio, na esteira do último regime autoritário; eventos como a colaboração na Multipartidária formada em 1981 para contestar a política econômica do regime e fortalecer o impulso para a transição, a emergência do Partido Radical como uma alternativa eleitoral viável e a luta sobre a natureza do peronismo pós-Perón constituem, todos eles, elementos que talvez possam modificar a tendência argentina a uma política de veto. No entanto, o peso histórico da identidade peronista continua a frustrar as tentativas de criação de novas organizações políticas de esquerda que contenham bases populares e significativas.

Nesses três casos, as identidades e os partidos políticos anteriormente existentes sobreviveram ao regime militar, ainda que com algumas mudanças nas relações que mantêm entre si, e desempenharam um papel ativo na negociação das regras da transição. A efetiva extinção da atividade política de tipo partidário ao longo de quase todo o período dos regimes militares no Chile, Argentina e Uruguai produziu, como consequência não intencional, o congelamento das identidades partidárias. A reconstituição das organizações partidárias e as primeiras eleições nesses países tiveram uma significação muito mais claramente "fundacional" do que as eleições no Brasil, representando uma transferência de poder a civis. A velocidade dos processos de transição, o fato de ter sido melhor definido o que neles estava em jogo (muito embora a possibilidade de reversão permanecesse presente) e a sobrevivência de partidos preexistentes significaram que as discussões entre os políticos da oposição, e entre eles e os militares, foram levadas a cabo entre agentes organizacionais razoavelmente bem definidos, concentrando-se concretamente nos arranjos institucionais específicos da transição. No Brasil, a demora e os limites relativamente indefinidos da transição, ao lado da ausência de negociações formais entre agentes institucionais sobre suas regras, produziram um tipo muito diferente de movimento em direção à democracia — onde a própria "transição" tornou-se um momento político específico, enquadrando uma luta relativa tanto à natureza e limites do próprio processo quanto às identidades dos agentes nele engajados. A singularidade do Partido dos Trabalhadores deriva em parte de sua tentativa, no interior do processo de transição, de criar uma

[44] Liliana de Riz, "Política y partidos...", cit., p. 672-6.

identidade política que rompia ao mesmo tempo com o padrão de relações que caracterizavam o período autoritário e com tradições históricas. Em outros países do Cone Sul, esse espaço organizacional foi historicamente ocupado por partidos que datavam de antes do regime militar e mantiveram um grau substancial de legitimidade entre seus eleitores. No Brasil, o problema não consistia somente em ocupar esse espaço, mas também em criá-lo.

3. A OPOSIÇÃO AO AUTORITARISMO E O DEBATE SOBRE A DEMOCRACIA

As transições de regime do tipo das que o Brasil passou constituem momentos históricos raros e especiais. São momentos privilegiados para os cientistas sociais precisamente porque, ainda que por um breve espaço de tempo, a interação entre a ação humana e as determinações estruturais torna-se visível, e crenças aceitas sobre os limites do que é e não é possível abrem-se a inesperados desafios. São, portanto, momentos eminentemente **políticos**. A luta política não consiste apenas em uma batalha pelo poder no interior de um campo bem definido, segundo regras bem definidas, mas é também uma luta relativa à forma desse campo e à natureza das próprias regras. Embora certos atores possam possuir predisposições históricas para aceitar ou rejeitar regras escritas por outros, numa transição eles precisam ratificar tais predisposições, **escolhendo**, de forma pública, fazê-lo ou não.

As transições constituem momentos altamente interativos. O contexto de negociação é definido e as questões são colocadas na agenda, simultaneamente ou em sequencia, como resultado das relações entre os agentes envolvidos e a experiência histórica que informa sua avaliação da situação. A literatura sobre as transições de governos autoritários estabeleceu uma distinção entre processos de liberalização e de democratização; O'Donnell e Schmitter chamaram o primeiro de um processo de redefinição e extensão de direitos, e designaram o segundo como uma aplicação crescente das regras e procedimentos da cidadania. Esses processos, por sua vez, envolvem duas relações cruciais: uma, entre os ocupantes de funções no regime e os grupos considerados capazes de garantir a transferência de poder que envolve o menor grau de ruptura (para a liberalização); e, a outra, entre os grupos e indivíduos dentro da oposição ao regime autoritário. Esta última é especialmente importante para se pensar sobre a democratização.

Neste capítulo minha preocupação básica estará centrada na segunda relação; obviamente, elas são interligadas, já que as relações intra-oposição se desenvolvem no contexto estabelecido pelo processo de liberalização. O Estado tenta promover alguns grupos e excluir outros. Os oposicionistas importantes têm suas próprias estratégias, que podem ser aumento de poder

ou marginalização de novos políticos, ou ambas as coisas em momentos diferentes do processo. As estratégias do Estado e dos agentes sociais mudam em resposta às ações de um e do outro.[1] A maneira pela qual isto ocorreu no Brasil estabeleceu o cenário tanto para o surgimento do Partido dos Trabalhadores quanto para o modo pelo qual ele se relacionou com outras forças políticas e sociais durante a transição.

No Brasil, durante o período de liberalização, membros da elite de oposição, intelectuais, a imprensa e a Igreja Católica incentivaram o surgimento de uma série de movimentos sociais que reclamavam melhorias nas suas condições materiais e, ao mesmo tempo (pelo menos por implicação, dizia-se), o direito de participar dos processos decisórios que afetavam suas vidas. Embora organizações de movimentos sociais urbanos tivessem existido por várias décadas,[2] nos anos 70 sua presença foi interpretada como parte de um movimento de base ampla na sociedade em favor da democratização.

O movimento operário, que também começou a passar por transformações profundas nesse período, constituía um outro tipo de fenômeno, tendo uma poderosa base institucional própria. A existência de estruturas corporativistas que ligavam o operariado ao Estado significava que as mudanças nas práticas trabalhistas tinham que ocorrer em um ambiente onde o Estado constantemente fazia-se presente — para o operariado, a sociedade civil não era uma esfera de liberdade, mas um espaço inteiramente penetrado por hierarquias de dominação estatal na vida organizacional e pelo poder capitalista no local de trabalho. Assim, a "autonomia", para o novo movimento sindical, não era um conceito abstrato, mas tinha um sentido claro e concreto. Isso deu um tom específico na sua relação com outros grupos de oposição ao regime; os novos líderes sindicais não estavam dispostos a trocar uma forma de tutela por outra.

---

[1] Uma discussão das relações dialéticas entre Estado e sociedade se encontra em Maria Helena Moreira Alves, *State and opposition in military Brazil*, cit.; e Alfred Stepan, "State power and the strength of civil society in the Southern Cone of Latin America", em Peter B. Evans, Dietrich Rueschemeyer e Theda Skocpol, eds., *Bringing the State back in* (Cambridge, Cambridge University Press, 1985).

[2] Para uma descrição das associações de moradores em São Paulo nos anos 50 e 60, ver José Álvaro Moisés, "Classes populares e protesto urbano" (tese de doutoramento, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1978).

No final dos anos 70, intelectuais de oposição, elites políticas e a imprensa, através do seu discurso e dos eventos aos quais escolheram dar ênfase especial, teceram conjuntamente uma poderosa imagem de consenso oposicionista sobre a necessidade da democratização. A "Oposição", nessa versão ampliada, incluía elites econômicas e políticas dissidentes, a Igreja Católica, movimentos sociais, estudantes e, finalmente, o operariado; sua imagem era, assim, a imagem de toda uma sociedade, da "sociedade contra o Estado". As diferenças entre esses grupos eram minimizadas em nome da unidade da oposição.

Embora as lideranças sindicais participassem dessa convergência, – elas nunca falaram da "Oposição" com a mesma reverência manifestada por alguns outros grupos que se envolveram no processo. Após a criação do Partido dos Trabalhadores, alguns intelectuais do PMDB afirmaram que Lula fora "criado" pela imprensa em 1977, e que sem a publicidade que lhe foi dada pelos líderes e jornalistas da oposição, ele teria continuado a ser um obscuro jovem sindicalista de São Bernardo. Certamente a imprensa ajudou a fazer de Lula uma figura nacional antes que, por qualquer outro meio, ele tivesse conseguido essa posição. Mas a chave para se entender sua adoção pela imprensa reside no processo interativo de construção da oposição.

A ascensão do "novo sindicalismo" adequava-se às necessidades da oposição política; mais que uma aglomeração de grupos pequenos e relativamente isolados que constituíam os movimentos sociais, o "novo sindicalismo" assinalava a existência de um descontentamento popular massivo e organizado com relação ao regime e representava uma clara prova de que a democratização era necessária para resolver o potencial de conflito social. Havia uma convergência conjuntural entre a necessidade das elites oposicionistas de um impulso de massa e a necessidade de reconhecimento dos novos líderes sindicais; eles ajudaram-se mutuamente. Não obstante, a força desses líderes trabalhistas não se devia somente ao reconhecimento da elite, mas também à sua base organizacional cada vez mais sólida, que se sobrepunha, paradoxalmente, à estrutura sindical oficial que havia servido por tanto tempo para oprimi-los. Manter-se em seus cargos dependia primordialmente de sua capacidade de conservar a lealdade dos membros afiliados à organização. A ação política constituía em grande

parte um meio de ampliar o espaço de negociação para os próprios sindicatos, mais que um fim em si mesma.

Este capítulo não tem a pretensão de debater o desenvolvimento da oposição ao regime autoritário no Brasil em seu conjunto.

Nas discussões sobre a democracia que ocorreram em diferentes níveis nos anos 70, tornara-se cada vez mais claro que, para a maioria dos agentes políticos, as instituições liberais eram o ponto de chegada de uma oposição democrática; para outros, elas eram o ponto de partida. A começar pelo estabelecimento de regras institucionais mínimas, poder-se-ia esperar que surgissem novos pactos e processos democratizantes.[3]

Não só a forma do processo estava em questão, mas também seu conteúdo. O debate, para a oposição progressista, para os movimentos de base e o movimento sindical, então, emergentes, bem como para a esquerda, tinha muito mais a ver com a maneira pela qual se combinavam esses dois elementos de um processo de democratização — forma e conteúdo — do que com a importância e legitimidade das reivindicações sociais apresentadas. Essa questão, juntamente com uma consciência crescente por parte de segmentos do operariado e de outros movimentos populares da necessidade de se construírem instituições políticas com as quais pudessem se identificar, constituem o pano de fundo para a criação do Partido dos Trabalhadores. Este capítulo e o seguinte irão traçar em linhas gerais o perfil desse debate e de alguns dos agentes que dele participaram, já que a discussão acerca da democracia e da redemocratização em geral acabou por centrar-se cada vez mais na natureza dos partidos políticos que sucederiam o sistema bipartidário criado em 1965.

“Tecendo os fios da sociedade civil”

A decisão do presidente Geisel de promover a liberalização gradual do regime autoritário deu à atividade da oposição nova legitimidade e vigor, permitindo que os agentes sociais e políticos começassem, para além dos problemas imediatos que enfrentavam, a considerar as possibilidades para o

[3] Esta distinção foi feita por Marcus Faria Figueiredo e José Antonio Borges Cheibub, “A abertura política de 1973 a 1981: quem disse o quê, quando — inventário de um debate”, *Bib 14*: 38, 1982.

futuro. Durante a segunda metade dos anos 70 surgiu uma grande variedade de movimentos, alguns em torno de reivindicações locais, outros de questões políticas nacionais. Ao mesmo tempo, o partido oficial de oposição, o MDB, começou a usar o sistema eleitoral de modo plebiscitário, convertendo cada eleição, de 1974 em diante, em um voto a favor ou contra o regime militar.

O avanço do MDB nas eleições legislativas de 1974 e no pleito municipal de 1976 convenceu o regime militar de que o quadro eleitoral existente teria de ser modificado, se se quisesse manter sob controle o processo de liberalização. A proibição, estabelecida em 1976, da discussão das questões pelo rádio e pela televisão no horário gratuito de propaganda eleitoral, conhecida como Lei Falcão (Art. 250 do Código Eleitoral, segundo modificação pela Lei nº 6639/76 (art. 1),[4] não conseguiu abalar o prestígio do MDB**,** levando os estrategistas do regime a concluir que o sistema bipartidário estabelecido em 1965 já não mais servia ao seu propósito. A construção de instituições liberalizadas para uma democracia limitada exigia a formação de um amplo bloco conservador e o fim do ambiente eleitoral plebiscitário.[5] Isto significava que Geisel tinha de acabar com os excessos da direita militar e ganhar a confiança dos liberais do MDB. O presidente finalmente conseguiu controlar o Exército, que matou, sob tortura, o jornalista Vladimir Herzog e o metalúrgico Manoel Fiel Filho (outubro de 1975 e janeiro de 1976, respectivamente).[6] Conquistar aliados na oposição revelou-se uma tarefa mais difícil — mesmo entre as elites que haviam sido beneficiadas durante o regime militar.

A oposição crescente do setor empresarial à política econômica do governo, especialmente ao que considerava como excessivos privilégios concedidos às empresas estatais produziu um debate completo sobre o

[4] *Legislação eleitoral e partidária* (Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1982), p. 88.

[5] A melhor discussão da evolução de um contexto eleitoral plebiscitário se encontra em Bolivar Lamounier, “O voto em São Paulo, 1970-1978”, em Bolivar Lamounier, ed. *Voto de desconfiança...*, cit., p. 15-80.

[6] Bernardo Kucinski, *Abertura, a história de uma crise* (São Paulo, Editora Brasil Debates, 1982), p. 48-50. Sobre a dimensão militar, ver Alfred Stepan, *Rethinking military politics: Brazil and lhe Southern Cone* (Princeton, Princeton University Press, 1988). O melhor ensaio bibliográfico sobre a liberalização é o de Marcus Faria Figueiredo e José Antonio Borges Cheibub, “A abertura política de 1973 a 1981...”, cit.

estatismo a partir de 1974. Por volta de 1976-77, a oposição empresarial assumiu uma configuração política[7] e, através de iniciativas como a do Fórum da *Gazeta Mercantil,* começou a transformar a crítica econômica da política do Estado em crítica política da institucionalidade do Estado.[8] Assim, representantes da comunidade empresarial vieram juntar-se a outros setores de elite da sociedade civil — a Ordem dos Advogados do Brasil, por exemplo,[9] — na reivindicação do fim do domínio do arbítrio. Embora a identificação dos empresários com a oposição tendesse a diminuir à medida que aumentava a mobilização da classe operária, em meados dos anos 70 ela constituía um poderoso sinal do colapso das bases de sustentação do regime[10] e ajudava a incentivar outros grupos dentro da sociedade civil a expressar suas críticas.

Em 1973, às vésperas da eleição de Geisel para a Presidência, Fernando Henrique Cardoso escreveu sobre a necessidade de se fortalecerem as instituições da sociedade civil. Era um momento estranho para estar comentando tal assunto: a presidência do general Médici, que então chegava ao fim, caracterizara-se como o governo de um dos períodos mais negros de repressão que o Brasil jamais conheceu. Um de seus objetivos tinha sido precisamente destruir qualquer aparência de "instituição" autônoma na sociedade civil, deixando, em seu lugar, uma despolitização generalizada baseada no medo. "Aparentemente", escrevia Fernando Henrique, "escapam deste quadro sombrio de despolitização, nos limites em que a situação o permite, setores importantes das igrejas — que passaram a atuar como uma espécie de partido do povo de Deus —, segmentos universitários e profissionais (juízes, advogados, jornalistas e mesmo tecnocratas), bem como a militância operária".[11]

---

[7] Ver Luiz Carlos Bresser Pereira, *O colapso de uma aliança de classes* (São Paulo, Brasiliense, 1978), p. 114-35.

[8] Fernando Henrique Cardoso, "O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro", *Dados, 26* (1): 9-27, 1983.

[9] Ver Maria Helena Moreira Alves, *State and opposition in military Brazil*, cit., p. 160-8.

[10] Luiz Carlos Bresser Pereira, *O colapso de uma aliança de classes,* cit., p. 127. Para uma discussão extensa da aliança que sustentou o regime, ver Peter Evans, *Dependent development: the alliance of multinational, State, and local capital in Brazil* (Princeton, Princeton University Press, 1979).

[11] Fernando Henrique Cardoso, "A questão da democracia", em Paulo Krischke, ed. *Brasil: do "milagre" à abertura* (São Paulo, Cortez, 1982), p. 114. Publicado originalmente em Debate e Crítica, n. 3, Hucitec, 1973.

A sobrevivência de alguma iniciativa política por parte desses setores, argumentava ele, significava que:

> Ainda que o curso de um processo como esse seja relativamente lento, ele será certamente mais demorado se não começar já. Não para "pedir" democracia, no sentido de reabertura do jogo de partidos controlados pelo Estado e pelas classes dominantes, mas para criar um clima de liberdade e respeito que permita a reativação da sociedade civil, fazendo que as associações profissionais, os sindicatos, as igrejas, os grêmios estudantis, os círculos de estudo e debates, os movimentos sociais, em suma, exponham de público seus problemas, proponham soluções, entrem em conflitos que são construtivos para o país. Neste contexto, é preciso não esquecer que dentro do aparelho de Estado também será preciso legitimar as divergências construtivas e eliminar as tendências favoráveis à uniformidade pseudoconsensual. (...) *Em poucas palavras: é preciso ir tecendo os fios da sociedade civil* de tal forma que ela possa expressar-se na ordem política e possa contrabalançar o Estado, tornando-se parte da realidade política da Nação.[12] (Grifo da autora)

O processo que Cardoso previu com tal presciência em 1973 percorreu um longo caminho na meia década que se seguiu. A sociedade civil no Brasil foi reativada e fortalecida numa medida considerável. Ao final dos anos 70, o debate político sobre a construção de instituições democráticas, em especial os partidos políticos, refletia uma nova preocupação com a necessidade de incorporar os setores populares à política.

Este processo ocorreu de forma peculiar, que deveria ter uma importante influência sobre todo o processo de transição. Ao invés de desenvolver vínculos formais entre forças oposicionistas cuja natureza e objetivos eram reconhecidamente diversos, os fios da sociedade civil foram tecidos de modo a formar uma poderosa imagem de uma oposição unida — uma **imagem** na qual cada nova forma de protesto constituía uma contribuição para formar uma gigantesca tapeçaria cuja mensagem essencial era a reivindicação da mudança. A falta de vínculos institucionalizados entre as forças sociais e políticas, se fosse percebida de alguma forma pelos agentes envolvidos, não era considerada particularmente importante; o primordial era o crescente consenso da sociedade contra o Estado autoritário.

---

[12] Idem, ibidem, p. 117-8.

O papel dos intelectuais

Os intelectuais desempenharam um importante papel na oposição antiautoritária. Em São Paulo, por exemplo, trabalhando em institutos de pesquisa como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, CEBRAP, e mais tarde o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, CEDEC, e o Instituto de Estudos Sociais e Políticos, IDESP, assumiram como seu encargo o papel de curadores do debate político no Brasil, apesar do fato de não haver praticamente nenhum espaço público onde ele pudesse ter lugar. Esses intelectuais tentaram, pedaço a pedaço, reconstruir o discurso verbal e escrito da sociedade sobre si mesma e, ao mesmo tempo, desempenhar um papel no trabalho de moldar, fundindo-as, as forças que se opunham ao regime militar. Tomaram especial cuidado em discutir e preservar as histórias dos grupos excluídos — o operariado e os movimentos comunitários, por exemplo,[13] — às vezes ao preço de correrem riscos eles próprios.[14]

Preservar a história e um espaço de debate era particularmente importante numa situação em que a censura havia, por anos a fio, estreitado os limites da informação disponível. Os jornais de oposição que tentaram confrontar-se abertamente com o regime em geral foram forçados a fechar, como consequência das perseguições contínuas do censor. Não obstante, outros novos continuavam a ser lançados em seu lugar, e os jornalistas deram provas de extraordinária criatividade e resistência ao tentar levar a melhor sobre os censores. A censura não se limitava a jornais explicitamente oposicionistas, como *Opinião* e *Movimento*, mas estendia-se também a revistas humorísticas como *O Pasquim* e igualmente à grande imprensa. A censura ao jornal arquidiocesano *O São Paulo* só foi levantada em meados de 1978.[15]

[13] O foco social desse trabalho está resumido nos dois volumes encomendados pela Diocese de São Paulo: Cândido Procópio Ferreira de Camargo et alii, *São Paulo 1975: crescimento e pobreza,* cit.; e Paul Singer e Vinicius Caldeira Brant, eds. *São Paulo: o povo em movimento,* cit.

[14] Em setembro de 1976, o CEBRAP foi alvo de um atentado da Aliança Anticomunista Brasileira, que na mesma época também colocou várias bombas na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Veja a cronologia desses eventos no *Almanaque Abril 1983* (São Paulo, Abril, 1983), p. 38.

[15] Sobre a censura e a reação da imprensa brasileira, ver Joan R. Dassin, "Press censorship and the military State in Brazil", em Jane Leftwich Curry e Joan R. Dassin, eds. *Press*

O ressurgimento do movimento estudantil

Atuante novamente a partir da segunda metade dos anos 70, o movimento estudantil teve uma influência importante por causa de sua visibilidade. Mas, apesar da onda crescente de protesto estudantil a partir de 1975, os estudantes levaram muito tempo para reconstituir as organizações destruídas em 1968 — em especial a União Nacional dos Estudantes, UNE, que continuara a funcionar precariamente na clandestinidade depois que seu congresso de 1968, realizado em Ibiúna, fora dissolvido pela polícia. A repressão militar e a proibição das organizações estudantis autônomas a partir do final dos anos 60 haviam deixado os estudantes com poucas alternativas para uma ação política legal. Muitos abandonaram as universidades para participar do que, de forma romântica, viam como uma luta armada de libertação nacional,[16] enquanto outros dedicaram-se a atividades culturais. Em meados dos anos 70, embora os grupos esquerdistas ainda fossem importantes nos *campi* universitários, o alvo do radicalismo estudantil havia se deslocado da burguesia para a ditadura. Esse deslocamento devia-se em parte à desastrosa derrota dos grupos guerrilheiros; nele também refletia-se o fato de que, na década compreendida entre meados dos anos 60 e 70, a população estudantil universitária quadruplicara,[17] de tal sorte que o seu sentimento político refletia agora uma seção mais ampla da sociedade.

Apesar dessas mudanças, os militares ainda viam o ressurgimento do ativismo estudantil em 1975 como a revivescência de um perigoso

control around the world (New York, Praeger, 1982), p. 149-86; e Robert N. Pierce, *Keeping the flame: media and government in Latin America* (New York, Hastings House, 1979), p. 23-54. "O Brasil proibido", *Coojornal, 4* (59), novembro de 1980, é um suplemento especial desse jornal de Porto Alegre sobre a censura. Sobre a política da liberalização da imprensa, há o estudo de Celina R. Duarte, "The press and redemocratization in Brazil", texto apresentado no XII Congresso Mundial da International Political Science Association, Rio de Janeiro, 9-14 de agosto de 1982.

[16] Sobre o movimento estudantil na década de 1960 e a opção de alguns estudantes pela luta armada, ver João Quartim, *Dictatorship and armed struggle in Brazil (*London, New Left Books, 1971), e Antonio Mendes Jr., *Movimento estudantil no Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1982, Série "Tudo é História"), p. 74-90. Um fascinante relato ficcionalizado deste período está em Alfredo Syrkis, *Os carbonários* (São Paulo, Global, 1980).

[17] No Brasil os alunos matriculados na universidade eram 124.214 em 1964, 425.478 em 1970, 937.593 em 1974, 1.377.286 em 1980, e 1.367.609 em 1985. Dados do IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil* 1981, p. 202; 1987, p. 233.

movimento clandestino. As tentativas de reconstrução das organizações estudantis e a primeira grande greve dos estudantes na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo foram esmagadas. Em 1976, os estudantes conseguiram realizar um congresso nacional, mas decidiram não reativar a UNE por causa da contínua repressão. No ano seguinte, as tensões explodiram: a violenta repressão policial de uma marcha de dez mil estudantes, que causou grande dano material à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, transformou-se em uma *cause célebre*. Na Universidade de Brasília, a polícia arrancou das salas de aula estudantes acusados de liderar uma passeata. Uma tentativa de realização de um congresso nacional em Belo Horizonte levou a uma operação militar de porte — estradas foram bloqueadas, as entradas da cidade fechadas e 850 estudantes foram presos.[18]

A histeria da reação dos militares e da polícia acalmou-se em certa medida após os incidentes de 1977, embora a legislação que proibia qualquer organização estudantil, que não aquelas autorizadas pelo governo, continuasse em vigor. Entretanto, as tropas foram retiradas dos *campi* universitários. Em 1978, formou-se em São Paulo, pela primeira vez em dez anos, a primeira União Estadual de Estudantes, UEE, e, no ano seguinte, em maio de 1979, foi realizado em Salvador o congresso de criação de uma nova União Nacional dos Estudantes, UNE. Seguindo um padrão que deveria tornar-se típico do processo de abertura brasileiro, os estudantes reconquistaram seu espaço público, mas o direito que lhes garantia sua posse ainda não fora legalmente reconhecido.

A Igreja e os movimentos populares

Nunca será exagerado salientar a importância da Igreja Católica ao garantir, nos anos mais difíceis do período autoritário, um espaço de interação e organização, uma rede de comunicações e a defesa dos direitos humanos. Este não é lugar para discutir as raízes históricas e teológicas da posição da Igreja no Brasil.[19] Com a adoção da defesa dos direitos humanos

[18] Bernardo Kucinski, *Abertura, a história de uma crise*, cit., p. 106.

[19] Para uma breve introdução à Teologia da Libertação, ver T. Howland Sanks e Brian Smith, "Liberation ecclesiology: praxis, theory, praxis", *Theological Studies* 38, mar. 1977. Uma documentação das principais conferências dos bispos latino-americanos encontra-se em José Martins et alii, *De Medellín a Puebla* (São Paulo, Edições Paulinas, 1979). Um dos

e a opção preferencial pelos pobres como princípios para **toda** a Igreja brasileira (obviamente com variações em sua aplicação prática) a Igreja pôde, **enquanto** instituição, confrontar-se com o Estado. Com isso não se pretende sugerir que a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, tenha declarado uma guerra santa contra o regime autoritário. Não obstante, enquanto instituição, ela assumiu posições contra a tortura, a repressão e a opressão econômica e social que eram frequentemente mais fortes que as de suas congêneres em outras partes da América Latina.

A Igreja deu cobertura a um sem-número de iniciativas organizacionais, das quais a mais conhecida foi a das Comunidades Eclesiais de Base, lançadas nas dioceses por todo o Brasil no final dos anos 60, sobretudo após a Conferência dos Bispos Latino-Americanos de 1968 em Medellín, na Colômbia. Através do reexame dos ensinamentos cristãos, muitas comunidades, especialmente em áreas pobres, acabaram desenvolvendo uma crítica social com base na sua experiência imediata.[20] Há uma enorme variação nas atividades das CEBs, dependendo em parte da orientação do padre ou religioso por ela responsável — que pode, ou não, participar dos encontros com os membros da comunidade — e também do contexto social no qual funcionam.[21]

Muitos membros das CEBs passaram a se integrar ativamente também em outros movimentos sociais,[22] em especial nos movimentos de bairro e no movimento operário. Por exemplo, da Pastoral Operária, em São Paulo, participavam militantes sindicais que também eram membros das

mais importantes documentos da CNBB, "Exigências cristãs de uma ordem política", está na *Revista de Cultura Contemporânea, 1* (2): 103-6, jan. 1979. Sobre a história da evolução da "opção preferencial pelos pobres" na Igreja Brasileira, ver Thomas C. Bruneau, *The political transformation of the Brazilian Catholic Church*, (New York, Cambridge University Press, 1974), e Scott Mainwaring, *The Catholic Church and politics in Brazil 1916-1985* (Stanford, Stanford University Press, 1986).

[20] Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Beatriz Muniz de Souza e Antônio Flávio de Oliveira Pierucci, "Comunidades Eclesiais de Base", em Paul Singer e Vinicius Caldeira Brant, eds. *São Paulo: o povo em movimento*, cit., p. 59-82; e Frei Betto, *O que é Comunidade Eclesial de Base* (São Paulo, Brasiliense, 1981).

[21] Ver a seção especial de *Novos Estudos Cebrap, 1* (2): 48-58, abr. 1982.

[22] Ver, por exemplo, Ana Maria Doimo, "Social movements and the Catholic Church in Vitória, Brazil", em Scott Mainwaring e Alexander Wilde. eds. *The progressive Church in Latin America* (Notre Dame, University of Notre Dame Press, 1989), p. 193-223; e Scott Mainwaring, *The Catholic Church and politics in Brazil 1916-1985*, cit., p. 182-206.

CEBs e que, desde 1976, passaram a concorrer com chapa própria às eleições do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo.[23] Os ativistas sindicais e dos movimentos sociais que participavam das CEBs também colaboraram na organização do apoio da Igreja às greves dos metalúrgicos em 1978-80. A sobreposição de papéis entre os membros dessas distintas organizações era frequente; os vínculos com a Igreja constituíam um componente essencial das redes dos movimentos sociais que se desenvolveram nos anos 70.

Embora as organizações ligadas à Igreja Católica trabalhassem essencialmente em nível local, houve casos em que as CEBs deram início a movimentos mais amplos, no plano regional ou nacional, ou então deles participaram. Um dos mais conhecidos que, nos anos 70, desenvolveu-se a partir das atividades das CEBs foi o Movimento contra a Carestia, iniciado em 1973. Em 1977, esse movimento já tinha apoio em mais de cem bairros na Grande São Paulo, além de contar ainda com o apoio de clubes de mães, da Frente Nacional do Trabalho, de líderes estudantis das universidades de São Paulo, de organizações regionais do MDB, da Associação dos Médicos Sanitaristas, da Pastoral Operária e do Movimento de Mulheres pela Anistia, entre outros. Em março de 1977, uma assembleia reunindo setecentos delegados das CEBs elegeu uma coordenadoria e, com apoio da arquidiocese de São Paulo, propôs-se a fazer um abaixo-assinado com um milhão de assinaturas — tarefa aparentemente impossível. Em agosto de 1978, o documento já contava com 1.300.000 assinaturas. Durante o grande encontro realizado na Praça da Sé em São Paulo, em frente à Catedral, para marcar a conclusão do abaixo-assinado, a polícia investiu contra a multidão com cavalos e gás lacrimogêneo e pouco faltou para que invadisse a própria Catedral. No mês seguinte, uma comissão apresentou o abaixo-assinado ao presidente Geisel, em Brasília. A única resposta do governo foi um comunicado, logo a seguir, denunciando a falsificação de muitas assinaturas no documento.[24]

[23] Entrevista com Anísio Batista de Oliveira, Pastoral Operária, São Paulo, 18 de outubro de 1982.

[24] As descrições do Movimento contra a Carestia basearam-se em Bernardo Kucinski, *Abertura, a história de uma crise*, cit.; no *abcd Jornal*, dez. 1979, p. 13; e em Paul Singer, "Movimentos do bairro", em Paul Singer e Vinicius Caldeira Brant, eds. *São Paulo: o povo em movimento* (Petrópolis, Vozes, 1980), p. 97-101.

Assim, a Igreja atuava simultaneamente como arena, promotora e protetora dos movimentos contestatórios. Sobretudo nas periferias urbanas, não havia outro espaço de participação e de desenvolvimento de lideranças de base. Quando o incentivo por parte da iniciativa e da liderança leiga era forte, como ocorria nas áreas onde o Movimento contra a Carestia havia começado, as CEBs, os clubes de mães e as pastorais da Igreja constituíam um centro a partir do qual fluíam os quadros para um sem-número de outros movimentos de base. A realização do encontro do movimento na Praça da Catedral, ponto central da cidade, denotava, mais que sua importância logística, um reconhecimento da proteção simbólica e prática que a Igreja ainda oferecia diante de uma ameaça muito real de repressão às reivindicações populares. Na verdade, a partir de então, a praça tornar-se-ia um ponto de reunião tradicional para os grupos dos movimentos (e, posteriormente, também para o PT).

Entretanto, é preciso notar que o papel de cobertura desempenhado pela Igreja Católica, tal como descrito aqui, conscientemente não ia além de uma função agregadora. Nunca houve, por exemplo, uma intenção de criar um partido político com base na Igreja; na realidade, o discurso radical católico colocava sob suspeita os partidos políticos e as instituições em geral. Embora as CEBs e outras organizações ligadas à Igreja realizassem assembleias de delegados em nível regional e nacional, estas não tinham por objetivo centralizar as atividades dos grupos locais. Ao contrário, dava-se (e ainda se dá) uma grande importância à iniciativa e à participação locais, prevalecendo a ideia de que as organizações em níveis mais elevados impediam a participação ativa da base e permitiam a manipulação das reivindicações populares por aqueles cujos interesses encontravam-se em outra parte.[25] A organização católica dos movimentos de base promoveu um etos cujos valores centrais eram a autonomia (em relação ao Estado e aos partidos) e a auto-organização e cuja imagem prototípica era a "caminhada", a longa marcha do povo de Deus em direção a uma sociedade

[25] Scott Mainwaring discute a possibilidade de que este *basismo* das organizações católicas poderia impedir o desenvolvimento das instituições políticas, ao mesmo tempo em que estimulava a participação. Ver o seu *The Catholic Church and politics in Brazil*, cit., capítulo 9. Para uma crítica geral do "basismo" e da política de oposição, ver Fernando Henrique Cardoso, "Regime político e mudança social", *Revista de Cultura e Política, 3*: 7-26, nov.-jan. 1981, e a discussão que se segue, travada por Carlos Estevam Martins, Célia Galvão Quirino, Maurício Tragtemberg e José Álvaro Moisés, p. 27-47.

mais justa — ou ao reino de Deus. O importante era o processo em si, mais que os seus fins. A ambivalência que daí resultou no que se refere à relação entre a organização das bases e a ação política em níveis superiores, permaneceu desde então característica dos ativistas católicos de base, que levaram consigo, para o interior do PT, esta crença no lugar fundamental da iniciativa local.

O movimento operário

Os ativistas católicos também concentraram-se na organização das bases de sindicatos cujos líderes eram considerados "pelegos".[26] Na área metropolitana de São Paulo, por exemplo, a partir de meados dos anos 70, a Pastoral Operária incentivou a organização de movimentos de oposição sindical no sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, em Osasco e, em menor proporção, na região do ABC.[27] Também organizaram as bases com o objetivo de criar comissões de fábrica. Na medida em que a legislação existente não permitia a realização de eleições ao nível da fábrica como um todo, essas comissões frequentemente representavam apenas um núcleo de trabalhadores militantes, o que levou outros setores do movimento operário a acusar os sindicalistas católicos de estarem mais preocupados em criar estruturas paralelas do que em ganhar o controle das organizações sindicais.[28]

Dentre os movimentos mencionados no artigo de 1973 de Fernando Henrique Cardoso, o movimento operário foi um dos últimos a surgir na esfera pública. Algumas razões são apontadas para explicar este fato: o efeito inibidor da legislação trabalhista corporativista; o efeito cautelar da

[26] *Pelego*: termo depreciativo comum, que significa "lacaio do ministério do trabalho infiltrado no sindicato". Literalmente, é uma manta de lã usada entre a sela e o cavalo para reduzir a fricção.

[27] A região do ABC compreende os subúrbios industriais de São Paulo onde se localiza a maior parte das grandes fábricas automobilísticas e metalúrgicas. Inclui Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, e em geral também Diadema.

[28] Durante este período os sindicalistas católicos relacionaram-se com a Igreja de diferentes maneiras, Mainwaring afirma que a JOC desligou-se cada vez mais da igreja institucional e dos sacramentos, à medida que a sua lealdade para com a classe trabalhadora tornou-se mais forte do que sua filiação religiosa, em forte contraste com as CEBs, que mantêm fortes vínculos institucionais. Ver Scott Mainwaring, "The Catholic Youth Workers' Movement (JOC) and the emergence of the popular Church in Brazil", *Working Paper* n. 6 (Notre Dame, Kellogg Institute, University of Notre Dame, dez. 1983).

severa repressão das últimas grandes greves em 1968; a rápida expansão da classe operária urbana a partir da incorporação de migrantes de áreas rurais, que julgavam a pobreza e a exploração em relação ao seu lugar de origem e não em relação às condições de vida urbana em geral; o crescimento do mercado de trabalho nas principais áreas metropolitanas no final dos anos 60 e início da década de 70. Antes de 1978, considerava-se que esses fatores tornavam extremamente improvável o surgimento de um movimento operário num futuro previsível; a falta de lideranças com suficiente vontade de enfrentar o sistema e uma combinação de falta de organização e satisfação relativa, pelo menos nas indústrias avançadas, deveriam manter os operários quietos.[29]

Entretanto, a hipótese da satisfação relativa foi severamente abalada pelas descobertas de um estudo de fábrica sobre os operários da indústria automobilística na área de São Bernardo, feito por John Humphrey, em meados dos anos 70. Ele demonstrava que, nos setores industriais avançados, a insatisfação com o trabalho era elevada, dada a aceleração dos movimentos e a precariedade das condições de segurança; a pressão financeira das matrizes sobre os gerentes de fábrica forçava-os a manter um índice extraordinariamente alto de rotatividade da mão de obra para conservar um piso salarial baixo.[30] Embora o protesto não assumisse uma forma institucional nesse período, ele de fato ocorria com alguma regularidade, sob a forma de operações tartaruga, sabotagem e mesmo ocasionalmente uma greve ao nível de uma única fábrica. No entanto, essas ações não vinham a público e raramente contribuíam para o processo de organização.[31]

[29] Há muitos trabalhos históricos excelentes sobre o movimento trabalhista brasileiro. Ver especialmente Kenneth Paul Erickson, *The Brazilian Corporative State and Working Class Politics* (Berkeley, University of California Press, 1977). Para uma discussão da burocratização dos sindicatos, ver Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins, *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil* (São Paulo, Hucitec, 1979). Um estudo clássico do estabelecimento do controle estatal sobre os sindicatos em São Paulo é o de Azis Simão, *O sindicato e o Estado* (São Paulo, Dominus, 1966).

[30] John Humphrey, *Capitalist control and workers' struggle in the Brazilian auto industry* (Princeton, Princeton University Press, 1982).

[31] Para um retrospecto das formas de luta nas fábricas durante esses anos, ver *abcd Jornal*, dez. 1979, p. 3-4.

Embora houvesse amplos sinais de insatisfação no meio operário no início e em meados dos anos 70, a militância operária distinguia-se sob alguns aspectos fundamentais de outras práticas nos movimentos sociais. Ela ocorria num contexto já altamente institucionalizado, e a forma de sua institucionalização era regulada por lei. A organização operária pela base podia desafiar as lideranças sindicais existentes e tentar ganhar o controle dos sindicatos, ou então permanecer em nível de grupos de discussão de fábrica. Entretanto, ela não podia criar uma organização paralela capaz de competir com o sindicato em termos de legitimidade. Um ressurgimento do movimento operário dependia não só da organização "pela base", mas também da penetração ou da resposta do aparelho sindical que, quer se gostasse quer não, continuava a ser a expressão do movimento operário. Assim, até a campanha de 1977 pela recuperação das perdas salariais e as greves de 1978, discutidas no próximo capítulo, esperava-se que as mudanças no movimento operário aconteceriam de forma muito lenta e a partir de seu próprio interior, através de um aumento do grau de consciência dos trabalhadores, na esperança de construir um movimento operário democrático, que viria a rejeitar as estruturas corporativistas que o atrelavam ao Estado.

Assim, quando Luís Inácio da Silva, o Lula, como será chamado a partir de agora, e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, do qual era presidente, assumiram uma posição de liderança no "novo sindicalismo", muitos observadores, tanto de dentro como de fora do movimento operário, demonstraram suspeita. Como pensavam que a renovação "legítima" do sindicato seria feita pelas bases, vinda das "oposições sindicais", não esperavam que um líder, presidente de seu sindicato, viesse a incentivar a democratização e a participação da base ou pressionar pela autonomia sindical. Por outro lado, Lula acreditava que a tarefa mais importante dos militantes operários era conseguir ganhar o controle institucional dos sindicatos, afirmando que as "organizações pela base" nas fábricas tinham pouca representatividade e não faziam sentido em uma situação autoritária. Qualquer líder de fábrica que fosse reconhecido correria um sério risco de ser despedido do emprego; tentar criar uma

organização clandestina iria contra a reivindicação de uma maior participação e de democracia sindical.[32]

Portanto, o renascimento do movimento operário surpreendeu a maioria dos observadores — tanto pelo momento em que ocorreu quanto por ter acontecido de forma suficientemente dramática para poder ganhar uma rápida ascendência no processo social e reivindicar um papel de liderança no tecido mais amplo dos movimentos que então apareciam. Esse processo será discutido com maiores detalhes no próximo capítulo. Entretanto, é importante lembrar que os líderes do novo movimento operário baseavam sua reivindicação de legitimidade no fato de terem sido eleitos em seus sindicatos; esta era uma reivindicação mais institucional que ideológica.

A sociedade civil e as instituições políticas

Esta foi, necessariamente, uma introdução breve e altamente impressionista sobre alguns dos tipos de agentes sociais que surgiram no pequeno espaço aberto pela "distensão" de Geisel. À exceção dos vínculos estabelecidos pelos ativistas católicos entre os diferentes tipos de organizações, havia poucas ligações organizacionais.[33] Os líderes operários criavam redes pessoais de relações com quem ocupava posições semelhantes no movimento e tinha a mesma forma de pensar; um certo número de organizações envolveu-se em movimentos orientados por questões específicas, como o Movimento contra a Carestia. Eram raras e frequentemente de curta duração as tentativas de criar redes formais que substituíssem as informais já existentes. Em geral, a articulação entre os diferentes setores de oposição ao regime ocorria através de contatos pessoais entre as lideranças, a partir de questões específicas. A organização era, em geral, local, e nos raros casos em que se construíram vínculos horizontais, como no Movimento contra a Carestia, a falta de objetivos intermediários, que teriam enriquecido o caráter de construção gradual do

[32] Muitas entrevistas com Lula em 1978 enfatizam este ponto. Ver, por exemplo, "São Bernardo: uma experiência de sindicalismo autêntico", entrevista com Luís Inácio da Silva, em *Cara a Cara, 1*(2): 54-66, jul.-dez. 1978, especialmente p. 58-60.
[33] Sobre este ponto, ver Vinicius Caldeira Brant, "Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo", em Paul Singer e Vinicius Caldeira Brant, eds. *São Paulo: o povo em movimento*, cit., p. 9-28.

movimento na luta quotidiana, tendeu a incentivar uma situação em que o próprio movimento se converteu em objetivo; assim, por natureza, ele próprio se autolimitava em termos de duração. Quando o objetivo do Movimento contra a Carestia foi alcançado, os que o haviam apoiado dispersaram-se diante da repressão militar e da recusa de o regime reconhecer a legitimidade do movimento.

Não há nada de extraordinário nisso. Os tipos de movimentos e organizações populares que foram aqui discutidos tinham pouco em comum, à exceção de uma orientação geral no sentido de estabelecer as condições materiais que tornariam possível uma vida mais digna; por isso tinham ainda menos em comum com os grupos de elite da oposição. O que sucedia, pois, com o desejo de Cardoso de ver "tecidos os fios da sociedade civil"? Em que medida as organizações de base emergentes vieram somar-se aos grupos de elite da oposição (industriais, a Associação Brasileira de Imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil e outros semelhantes)?

Dois exemplos servirão para demonstrar a relação de certo modo contingente e contraditória entre a oposição de elite e a popular. O primeiro foi um movimento organizado em torno de uma única questão, a da anistia. O segundo foi o comportamento do partido político de oposição, o MDB, nas eleições de 1978. Em ambos os casos, membros da oposição de elite tentaram atrair a oposição popular contra o regime, oposição essa que se manifestava no movimento operário e nos outros movimentos sociais. Embora ambos tivessem algum êxito nessa empresa, o mecanismo utilizado para ampliar sua base foi a cooptação dos líderes populares, de modo a que dessem seu apoio ao partido e ao movimento da anistia ou deles participassem. Isto não envolvia nem a criação de uma base popular articulada para a organização, nem o desenvolvimento de vínculos institucionais permanentes entre as organizações.

A campanha da anistia

Começou em 1975, com a formação do Movimento das Mulheres pela Anistia, que recolheu 16.000 assinaturas em apoio a um manifesto em favor da anistia. O movimento tinha um exército compulsório de ativistas nas famílias dos exilados ou dos cassados que haviam perdido seus mandatos no Congresso ou seus empregos em um expurgo, após a subida

dos militares ao poder. Ao final de junho de 1977, segundo as estimativas, 4.682 pessoas encontravam-se nessa situação (incluindo-se aí trezentos professores, quinhentos políticos, cinquenta ex-governadores e prefeitos, bem como diplomatas, sindicalistas e servidores públicos); cerca de dez mil brasileiros foram exilados durante algum período do regime militar.[34]

Em fevereiro de 1978, o movimento ampliou-se com a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia, CBA. Mesmo a OAB, que inicialmente fora reticente em abordar a questão, passou a integrar o Comitê. A organização do CBA coincidia com as revelações acerca da morte sob tortura do jornalista Vladimir Herzog e com greves de fome de prisioneiros políticos. Em outubro de 1978, numa decisão pioneira, um juiz do Tribunal Federal em São Paulo determinou que o governo era o responsável pela prisão ilegal e tortura de Herzog no quartel-general do DOI-CODI em São Paulo. Ao final de 1978, apesar de algumas divisões internas, a campanha da anistia convertera-se na principal campanha da oposição.

Entretanto, tratava-se de uma campanha cujo sentido imediato era mais importante para a elite de oposição, já que a grande maioria dos que haviam sido cassados ou exilados vinha de famílias de elite. Pressionado a manifestar-se quanto ao seu grau de apoio à anistia política, em entrevista ao *Pasquim,* Lula declararia:

> Sou a favor, só que me coloco na minha situação: sou pela anistia da classe trabalhadora, que é quem realmente merece perdão. Nem perdão, merece é liberdade. Sou contra qualquer cidadão estar preso por demonstrar sua ideologia política, mas também acho que a classe trabalhadora é uma eterna prisioneira. Ao invés de pedir anistia pra poucos, prefiro pedir pra toda a classe trabalhadora, entende. Um homem que levanta às quatro e meia da manhã e dorme às dez horas da noite para ganhar Cr$ 3.000,00 [cerca de dois salários mínimos] é um eterno presidiário. (...) Resolvendo apenas o problema dos cassados, os trabalhadores ficarão do mesmo tamanho: f.... e mal pagos. Como sempre estiveram. Os cassados um dia já tiveram liberdade.[35]

---

[34] *Coojornal*, jul. 1977.
[35] Entrevista com Luis Inácio da Silva, *Pasquim* (24-31 mar. 1978), republicada em Luís Inácio da Silva, *Lula: entrevistas e discursos* (Guarulhos, O Repórter de Guarulhos, 1981), p. 35.

Os sentimentos expressos por Lula nessa entrevista refletiam uma importante divisão entre a oposição ao regime integrada pelas elites e os movimentos de base, juntamente com o movimento operário. Lula e outros líderes dos movimentos sociais apoiavam a anistia, participavam de manifestações e nelas falavam em seu favor. Mas eles queriam ampliar o alcance da questão, argumentando que o movimento da anistia dava muita atenção à volta dos exilados e à restauração de direitos de que os trabalhadores nunca gozaram, mas não cuidava o suficiente das questões sociais. O potencial de tensão entre os que davam ênfase aos direitos políticos e os que salientavam as questões socioeconômicas já era evidente na campanha da anistia; ela aumentaria ao longo do processo de democratização.

A ampliação do MDB

A reconstituição de um sentimento oposicionista, tanto entre as elites quanto nos setores populares, ocorreu inicialmente fora do partido "oficial" de oposição; este tinha chegado a um ponto tal de descrédito durante o governo Médici que alguns de seus membros eram favoráveis à sua dissolução. Mas, com o início da distensão de Geisel e o afrouxamento de algumas das restrições na campanha para as eleições legislativas de 1974, a ausência de qualquer outra instituição agregadora levou a uma renovação do MDB. De início, isto se manifestou mais no aumento vertiginoso do número de votos para o partido nas eleições de 1974 que no aumento dos quadros partidários; até 1974, havia mais vagas que candidatos para preenchê-las.[36]

Ao apresentar seus candidatos para as eleições de 1978, o MDB não procurou necessariamente membros do partido, mas sim quem tivesse grande popularidade, um bom potencial para conquistar votos: estudantes, sindicalistas, jornalistas e outros líderes populares. O partido também decidiu apresentar Fernando Henrique Cardoso, um dos mais conhecidos intelectuais da oposição, como um segundo candidato para o Senado, aproveitando a opção da sublegenda.[37] A decisão de Cardoso de concorrer

[36] Fernando Henrique Cardoso, "Partidos Políticos", em Paul Singer e Vinícius Caldeira Brant, Eds. *São Paulo: o povo em movimento*, cit., p.192.

[37] Utilizando a sublegenda, um partido podia apresentar até três candidatos para um cargo. O total dos votos determinava o partido vencedor; dentro deste, o candidato mais votado assumia o cargo.

era motivada pelo desejo de ver o MDB assumir posições mais fortes sobre as questões sociais e promover uma maior participação popular.[38]

A escolha pelo MDB de candidatos ligados às bases, muitos dos quais chegaram a se eleger, representava um potencial para uma vinculação mais estreita do que a existente até então entre o partido e os movimentos sociais. Não obstante, esses puxadores de voto das bases não tinham qualquer controle sobre a máquina partidária, e muitos dos movimentos sociais dos quais eram originários ainda consideravam o MDB como parte da ordem autoritária. Aos seus olhos, os partidos apareciam no momento das eleições, faziam promessas e depois desapareciam; as organizações partidárias geralmente dissolviam-se entre as eleições, sem absorver aqueles que haviam mobilizado.

A campanha de Cardoso para o Senado tentou utilizar-se de recursos e de grupos que até então não haviam sido atraídos pelo MDB: artistas, cantores, líderes políticos vítimas de expurgo dos militares, estudantes, intelectuais, bem como os sindicatos. O suplente de Cardoso, Maurício Soares de Almeida, advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, significava uma escolha importante do ponto de vista do movimento operário. Além disso, Cardoso trouxe líderes sindicais combativos para as discussões da estratégia da campanha. Lula qualificou-o publicamente como uma "reserva moral" da sociedade, e o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo foi para as portas das fábricas fazer campanha para Cardoso. Este tentou também vincular sua campanha à de outros candidatos populares que mantinham ligações com a Igreja, com os estudantes e assim por diante.[39]

Embora o MDB não se transformasse em uma organização popular e de massa, nem seu aparelho mantivesse uma relação permanente com as organizações dos movimentos sociais, foi importante que se elegessem

[38] Fernando Henrique Cardoso, em "As opções políticas dos empresários", III Ciclo de Debates Patrocinado pelo Grupo Casa Grande, Rio de Janeiro, 8 de maio de 1978, publicado em Alfredo Bosi et alii, *Conjuntura nacional* (Petrópolis, Vozes, 1979), p., 126-7.

[39] Sobre a campanha para o Senado de Fernando Henrique Cardoso, ver Shiguenoli Miyamoto, "Eleições de 1978 em São Paulo: a campanha", em Bolivar Lamounier, ed. *Voto de desconfiança...*, cit., p. 117-72. As informações sobre a campanha em São Bernardo vêm de uma entrevista feita em São Paulo, em 29 de novembro de 1982, com Devanir Ribeiro, que na época da campanha era dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

como seus representantes alguns candidatos que podiam fazer a ponte entre os dois. No mínimo, eles aumentaram a visibilidade das organizações e das campanhas ligadas aos movimentos de base, aumentando o seu acesso ao espaço público [40].

Portanto, a "Oposição" era menos uma organização que uma ideia. Ela representava uma imagem poderosa de convergência social, mas não dependia de nenhuma forma particular. Era uma imagem de consenso, sobreposta a uma sociedade caracterizada por uma terrível estratificação social e uma multiplicidade de visões do futuro. Por ser capaz de atrair os votos desse eleitorado tão diverso, o MDB era talvez a única organização suficientemente flexível; no entanto, ele o fazia como parte de um sistema bipolar que tinha seus dias contados. Além disso, para muitos brasileiros, ele continuava sob suspeita, por causa de sua origem enquanto partido oficial de oposição do regime militar. Sendo o voto compulsório, havia apenas duas escolhas efetivas — sim ou não, ARENA ou MDB, regime ou oposição. Ao pensar no futuro, sim ou não, não era o bastante.

O debate sobre os novos partidos políticos

Em 1978, a previsão de uma reforma na legislação sobre os partidos políticos estimulou um debate generalizado entre os intelectuais da oposição sobre os tipos de novos partidos políticos que melhor contribuiriam para estender e aprofundar a democratização no Brasil. Dentre os participantes dessa discussão estavam intelectuais que terminariam por ajudar a fundar o Partido dos Trabalhadores — como Almino Afonso, um dos mais ativos promotores dessa questão, antigo deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, e Ministro do Trabalho na presidência de João Goulart. Almino Afonso passara doze anos no exílio durante O regime militar, voltando para o Brasil em 1976. Para impedir o ressurgimento do populismo, ele defendia a necessidade de um partido popular, nacional e democrático, com uma visão do socialismo no horizonte

[40] Sobre o MDB e os movimentos sociais nas eleições de 1978, ver Fernando Henrique Cardoso, "Partidos políticos", em Paul Singer e Vinicius Caldeira Brant, eds. *São Paulo: o povo em movimento*, cit., p. 177-206, e Maria Helena Moreira Alves, *State and opposition in military Brazil*, cit., p. 141-68. O artigo de Cardoso contém também uma descrição fascinante do funcionamento interno do MDB. Uma coletânea de artigos sobre as eleições de 1978 se encontra em Bolivar Lamounier, ed. *Voto de desconfiança...*, Cit.

e uma estrutura verdadeiramente democrática e participativa. Em vez de ser manipulado por líderes políticos que representavam outras classes, o povo e a classe operária estariam no interior do partido, participando de suas lideranças e suas decisões.[41] Em 1978, a primeira fase da reforma da legislação sobre os partidos políticos forçou os membros da esquerda socialista e não socialista a procurar pontos de possível unidade. Além da proposta de Almino de um partido popular, as opções discutidas incluíam uma revivescência do PTB, uma frente popular, a formação eventual de um partido dos trabalhadores e a manutenção do MDB como uma alternativa que continuava a ser viável. O debate sobre os novos tipos de partidos que deveriam ser considerados incluía questões (1) sobre as intenções do regime ao mudar o sistema partidário e as oportunidades existentes no interior das estruturas legais vigentes ou eminentemente prováveis; e (2) sobre as prioridades sociais e políticas de um novo partido (ou partidos).

Havia certamente fortes razões para se temer que o regime e as elites tradicionais manteriam o processo de reforma sob controle estrito. O "pacote" de abril de 1977 destinava-se explicitamente a retardar o avanço aparentemente irrevogável do MDB.[42] A "missão Portella" — uma série de conversações com os líderes da oposição (entre os quais políticos do MDB, líderes da OAB, membros da Igreja Católica e dos sindicatos, entre outros) empreendidas pelo ex-ministro da Justiça e presidente do Senado, Petrônio Portella — levara o governo à conclusão de que a divisão da oposição era uma possibilidade real. [43]

O "pacote" da reforma, longamente esperado, saiu em outubro de 1978 sob a forma da Emenda Constitucional nº 11 e deveria entrar em vigor em 1º de janeiro de 1979. O "pacote" restaurava um certo número de

[41] Ver a entrevista com Almino Afonso feita por Augusto Nunes e Jorge Escoteguy, "O diálogo merece respeito", *Veja*, 29 mar. 1978, p. 3-6. Veja também as afirmações de Ahnino republicadas em Bosi et alii, *Conjuntura nacional*, cit., p. 46-50, 55-6. Este livro republica uma série de debates de abril-junho de 1978, nos quais proeminentes cientistas sociais, líderes políticos e dirigentes de importantes movimentos sociais discutiam uma série de problemas da transição democrática, desde reforma partidária até reforma agrária, política nuclear e legislação trabalhista.

[42] Para uma boa descrição do "pacote" de abril, ver Maria Helena Moreira Alves, *State and opposition in military Brazil*, cit., p. 148-51.

[43] Ver José Álvaro Moisés, *Lições de liberdade e opressão* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982), p. 51-3.

direitos políticos e civis, inclusive o *habeas corpus,* e revogava todos os Atos Institucionais e Complementares.[44] Entretanto, algumas medidas arbitrárias continuavam em vigor: o direito de o presidente promulgar decretos-leis sobre questões financeiras e restrições das prerrogativas do Congresso em questões orçamentárias; o Decreto-Lei nº 477, que proibia a atividade política nas universidades; a lei antigreve; e a "lei da inelegibilidade", que impedia alguém de apresentar-se como candidato para cargos políticos ou sindicais, por exemplo, se já tivesse tido seu mandato revogado. Além disso, o presidente conservava amplos poderes de "salvaguarda" para restaurar o governo arbitrário pela declaração do Estado de Emergência. A outra "salvaguarda" havia sido votada em agosto de 1978, quando a Lei de Segurança Nacional fora ampliada de modo a incluir em sua lista de crimes contra a nação todas as greves de empregados públicos, inclusive nos bancos.[45]

O artigo 152 do "pacote" da reforma, que tratava da formação de novos partidos políticos, era ambíguo. Geisel relutava em desmantelar de uma só vez todo o sistema partidário de 1965; em vez de dar um passo definitivo, ele simplesmente afrouxara um pouco as regras. Segundo o artigo 152, um novo partido poderia ser formado provisoriamente por 10% dos representantes de cada casa do Congresso. Os novos partidos teriam existência definitiva se conquistassem 5% dos votos para o Congresso, distribuídos entre pelo menos nove estados da federação, com 3% dos votos em cada um deles. Esperava-se que a ARENA permanecesse igual, e que o MDB fracionar-se-ia em diversos partidos. Entretanto, estava claro, a partir da estipulação de que os partidos deveriam ser compostos por membros do Congresso, que a intenção era que os partidos se formassem de cima para baixo.

Alguns participantes do debate acreditavam que outras formas de organização política fundamentalmente nova eram necessárias e possíveis. O cientista social José Álvaro Moisés, por exemplo, argumentava que, sem

[44] Sobre o "pacote", ver "Emenda Constitucional nº 11", *Constituição da República Federativa do Brasil* (Brasília, Câmara dos Deputados, Centro Gráfico, 1981), p. 178-85. Para uma discussão do "pacote", ver Maria Helena Moreira Alves, "The formation of the National Security State": the State and the opposition in military Brazil (tese de doutoramento, Massachusetts Institute of Technology, 1982), p. 635-41.
[45] Ver Bernardo Kucinski, *Abertura, a história de uma crise*, cit., p. 91-5.

novos tipos de partidos capazes de realizar a intermediação política, a base da autoridade só poderia ser coercitiva.[46] Embora a oposição tivesse crescido de maneira impressionante com o avanço eleitoral do MDB a partir de 1974, ela ainda se definia essencialmente pela sua negação ao regime militar, ou pelas referências abstratas à Assembleia Constituinte, às liberdades democráticas ou à liberdade sindical. Faltava ao MDB um projeto que tivesse ressonância na vida e na experiência quotidiana do povo.

Em vez de dizer simplesmente "liberdade sindical", era importante discutir "os caminhos pelos quais os trabalhadores possam se constituir em agentes políticos, de tal forma que venham a ser a garantia, propriamente, desta democracia que estamos advogando".[47] Para Moisés, isto requeria um programa socialista popular, descentralizado e internamente democrático, capaz de considerar a construção do socialismo como uma pedagogia ou uma guerra de posição, e não como um simples assalto ao poder.[48]

Por sua vez, o sociólogo Francisco Weffort procurava demonstrar que a ausência de partidos claramente enraizados na sociedade tornava difícil esclarecer diferentes interpretações da relação existente entre as reivindicações institucionais (de democracia) e as demandas socioeconômicas.[49] O argumento de Weffort defendia uma visão pluralista da relação entre partido e classe, reconhecendo, em primeiro lugar, que poderia existir mais de um partido organizado com referência a um grupo social determinado e, em segundo, que os partidos existiam não só com relação ao Estado, mas também com relação a outras formas de expressão da classe social. Essas relações só poderiam ser destrinchadas na prática pelos partidos que se formassem; elas não podiam ser resolvidas *a priori*.[50]

Moisés e Weffort apoiavam a criação de um partido democrático, popular e socialista, e tornaram-se membros fundadores do PT. Outros

[46] Ver as declarações de José Álvaro Moisés, no debate publicado como "Novos partidos políticos: as tendências das oposições", *Contraponto, 3* (3): 11-6, ago. 1978.
[47] Idem, ibidem, p. 14.
[48] Idem, ibidem, p. 15-6.
[49] Francisco Weffort, em "A crise política e institucional", *Revista de Cultura Contemporânea, 1* (p: 55, jan. 1979. Este artigo é uma transcrição de um debate sobre a crise política brasileira, realizado no CEDEC em 27 de abril de 1978.
[50] Idem, ibidem, p. 57-8. Para outras reflexões do mesmo teor, ver Francisco Weffort, *Por que democracia?* (São Paulo, Brasiliense, 1984).

setores da esquerda defendiam um partido declaradamente socialista, a começar pela organização de uma tendência socialista no interior do MDB. No debate sobre os novos partidos publicado em *Contraponto*, Júlio Tavares, da Convergência Socialista, afirmava que, embora os trabalhadores fossem os responsáveis pela mudança, seria necessário conquistar mais espaço antes que um verdadeiro partido socialista de massa pudesse constituir-se. A "Tendência Socialista", do MDB do Rio Grande do Sul, manifestava a esperança de que uma coalizão de operários, estudantes e intelectuais evoluiria em direção à construção de um partido operário independente. Entretanto, outras organizações de esquerda, inclusive o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil, PC do B, de tendência maoista, consideravam prematura a discussão sobre um partido socialista ou operário, enfatizando a necessidade de manter uma frente ampla antiautoritária.[51]

Outros participantes do debate mostravam-se mais otimistas sobre a possibilidade de utilização das organizações políticas existentes. No final de 1978, influenciado pela experiência de sua campanha para o Senado, Fernando Henrique Cardoso começou a defender a ideia de que o MDB era, de fato, aquele partido popular sobre o qual vinham discutindo. Por mais amorfo que estivesse no momento, já contava com o apoio dos setores populares e constituía um grupo em torno do qual os futuros partidos poderiam organizar-se. Permanecer fora do MDB, afirmava, era facilitar as coisas para o "Partido da Ordem".[52] Cardoso fazia objeção à ideia de um partido dos trabalhadores baseado no fato de que os que propunham sua criação reduziam as relações sociais às relações no local de trabalho (ignorando a história das relações de classe no Brasil, onde o operariado e o mercado de consumo de massa haviam-se formado essencialmente ao mesmo tempo), ou então acreditavam que a verdadeira ação popular só era possível "fora da política", nas organizações comunitárias de base. Essas ideias, acreditava ele, eram uma receita para a marginalidade política.[53] Logo depois de Cardoso ter feito sua escolha, Almino também entrou no

[51] Este ponto de vista foi expresso por Raimundo de Oliveira, no debate publicado como "Novos partidos políticos: as tendências das oposições", *Contraponto, 3* (3): 18-9, set. 1978.
[52] Fernando Henrique Cardoso, em "Novos partidos políticos: as tendências das oposições", *Contraponto, 3* (3): 25, set. 1978.
[53] Idem, ibidem, p. 26. Fernando Henrique Cardoso desenvolve este ponto sob um prisma mais teórico em "Regime político e mudança social".

MDB, pretendendo ganhar apoio dos membros da "tendência popular" para a sua proposta.

Outro importante elemento na discussão sobre os novos partidos foi a volta do exílio em 1979 de Leonel Brizola, companheiro de lutas do presidente Goulart, líder da esquerda do PTB antes do golpe de 1964, governador popular no Rio Grande do Sul e deputado federal pelo Rio de Janeiro. Em meados dos anos 70, ele trabalhava entre os brasileiros no exílio na organização de um núcleo de um novo PTB. Apoiado pela socialdemocrata alemã, Brizola e outros interessados na reorganização do PTB insistiam em que o trabalhismo tinha uma identidade independente do populismo com o qual o partido por muito tempo fora identificado e combinava uma ideologia nacionalista com a ênfase dada à justiça social.[54] Brizola procurava construir uma aliança nacionalista, progressista e pluriclassista, afirmando que a classe operária tinha uma organização muito débil para ser capaz de mostrar uma iniciativa importante. Esperando pela desintegração do MDB na esteira da reforma partidária, Brizola pensava que o peso histórico do nome do PTB ajudaria a atrair seus setores progressistas.

A única coisa sobre a qual concordavam os participantes do debate sobre as formas adequadas de organização era que os operários e outros setores populares, especialmente os ativistas dos movimentos sociais, tinham de ser incorporados a um partido político ou a mais de um. Embora as avaliações acerca do papel e da capacidade das classes populares cobrissem um espectro amplo de opinião — desde a sua caracterização como agentes de democratização, devido ao seu interesse especial nos direitos associados aos resultados da democracia (Cardoso e, em certa medida, Almino Afonso), passando pela ideia de que eram agentes da transformação socialista (Convergência Socialista e outros pequenos grupos de esquerda), para chegar à sua representação como participantes de mobilizações de massa em larga escala (Brizola e os trabalhistas) — todos atribuíam um papel central à vinculação das reivindicações socioeconômicas às demandas institucionais.[55]

[54] Cybilis da Rocha, em "Novos partidos políticos: as tendências das oposições", *Contraponto, 3* (3): 40-1, set. 1978.
[55] Para uma discussão teórica do hiato entre os dois tipos de exigências, ver Juan Carlos Torre, "Esquema para a análise dos movimentos sociais na América Latina", *Revista de*

No momento em que ocorria essa discussão inicial, era extremamente difícil vincular ambas as reivindicações; em sua maior parte, a discussão era sobre os setores populares no abstrato. Os movimentos sociais, embora cada vez mais visíveis, tinham uma organização muito fraca. A Campanha de Reposição das Perdas Salariais de 1977, discutida no próximo capítulo, havia demonstrado que os novos líderes operários estavam encontrando formas criativas de luta e começando a romper com a tradição do peleguismo, mas não havia ainda nenhum sinal público de que tivessem uma audiência de massa significativa entre a classe operária. Nessas circunstâncias, segundo Cardoso, o papel dos intelectuais era "modesto" e consistia em "tentar formular, de uma maneira aceitável para esses grupos [do movimento social], aquilo que já está implícito na ação deles".[56] Naturalmente, o problema estava em como interpretar o que estava implícito, e em saber se o ato da interpretação deveria ser levado a cabo desconsiderando esses grupos ou em diálogo com eles. A "interpretação" podia variar colorida pelas diferentes avaliações sobre as oportunidades, dadas as posições relativas de poder dos militares e das organizações de oposição sobre o potencial político dos novos movimentos de base e do movimento operário e, finalmente, sobre o sentido e o valor de formas alternativas de organização. A formulação de Gramsci acerca do papel do intelectual orgânico, da qual se aproxima muito a afirmação de Cardoso, era bem clara nesse ponto, considerando que existiria uma relação orgânica:

> ... se os intelectuais tivessem sido organicamente os intelectuais das massas, e se tivessem compreendido e tornado coerentes os princípios e os problemas levantados pelas massas em sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social. A questão colocada aqui era aquela à qual já nos referimos, a saber: um movimento filosófico é adequadamente assim chamado quando se dedica à criação de uma cultura especializada no interior de grupos intelectuais restritos, ou antes quando, e somente quando, no processo de elaboração de uma forma de pensamento superior ao "senso comum" e coerente num plano científico, ele nunca se esquece de permanecer em contato com a massa das pessoas comuns e na verdade encontra nesse contato a origem dos problemas que se

Cultura Contemporânea, CEDEC, 1(2): 67-74, jan. 1979; ver também, no mesmo número, o debate "A crise política e institucional", p. 44-66.

[56] Fernando Henrique Cardoso, citado em Alfredo Bosi et alii, *Conjuntura nacional*, cit., p. 116.

> propõe a estudar e a resolver? Somente através desse contato uma filosofia torna-se "histórica", purifica-se de elementos intelectualistas de caráter individual e transforma-se em "vida".[57]

As grandes greves de 1978 e 1979 mudaram o contexto do debate. Elas produziram novos vínculos entre os líderes operários combativos e deram a impressão de que existia uma base operária massiva e mobilizada, desejosa de mudanças. O problema que Cardoso colocara, sobre a interpretação do que está implícito na ação dos grupos sociais, já não era mais apenas uma questão a ser debatida entre os intelectuais; em vez disso, ela tornara-se um assunto a ser negociado entre grupos cada vez mais organizados. Muitos líderes operários já não mais queriam deixar o ato de interpretar aos outros — desejavam criar uma oportunidade, em termos organizacionais, para que os trabalhadores pudessem falar por si próprios. O próximo capítulo discutirá o crescimento da nova militância no movimento operário e a concretização do projeto de formação do Partido dos Trabalhadores.

[57] Antonio Gramsci, *Selections from the prison notebooks*, editado e traduzido por Quentin Hoare e Geoffrey Nowell Smith (New York, Intemational Publishers, 1971), p. 330.

4. O MOVIMENTO SINDICAL E A FORMAÇÃO DO PT

As transformações ocorridas no movimento sindical nos dois últimos anos da década de 70 exerceram uma influência fundamental no debate sobre a formação de um partido de base popular. As greves de 1978 e 1979, deflagradas pelos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, e o surgimento de líderes operários reconhecidos pela opinião pública, como o presidente do sindicato de São Bernardo, Luís Inácio da Silva (Lula), trouxeram novos elementos à equação do problema. O crescimento do "novo sindicalismo" significava aos que propunham a criação de partidos representativos das massas populares que os trabalhadores não mais podiam ser referidos por eles no abstrato, como componentes das bases desse tipo de partido, mas, ao contrário, tinham de entrar em negociações diretas com eles. Tanto as limitações sistêmicas — as expectativas sobre o conteúdo da reforma partidária e um crescente interesse na sobrevivência do MDB enquanto organização — como os desacordos com relação ao tipo de partido que deveria ser criado contribuíram para levar essas discussões ao colapso. Consequentemente, alguns dos que delas participaram optaram pela permanência no MDB e outros pela formação de um partido dos trabalhadores. Este capítulo examina tais discussões e considera os fatores que convergiram para formar esse partido em São Paulo. Esses fatos são os seguintes: a existência de lideranças nacionalmente conhecidas, interessadas na sua criação; uma base de massa capaz de responder à ideia do partido; a atividade de um setor da esquerda organizada engajada na divulgação dessa ideia; e, finalmente, a boa vontade de alguns membros do MDB no Legislativo que se juntaram a esse esforço.

A emergência do novo sindicalismo

O movimento sindical sob o regime militar

As relações trabalhistas no Brasil foram codificadas durante o governo Vargas nos anos 30 e início da década de 40, num processo que culminou com a Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, em 1943. Constituindo uma das pedras fundamentais do modelo corporativista brasileiro, esta legislação continuou praticamente intacta até o final do

regime militar. A CLT definia os sindicatos como órgãos destinados a colaborar com o governo para a promoção da paz social. Os que eram reconhecidos pelo Estado deveriam deter o monopólio da representação em cada categoria profissional. O Ministério do Trabalho tinha amplos poderes para intervir nos seus negócios internos, inclusive o direito de substituir, por funcionários do governo, líderes sindicais eleitos. Os sindicatos eram financiados através de uma contribuição sindical, representando o valor do pagamento de um dia de trabalho por ano, descontado do salário pago a cada trabalhador, independentemente de ele ser filiado ou não ao sindicato. Esta contribuição era distribuída segundo critérios fixados pelo governo. Os trabalhadores filiados aos sindicatos pagavam suas mensalidades, além da contribuição sindical. Um sistema de Tribunais do Trabalho deveria supervisionar a celebração dos contratos de trabalho, intervindo compulsoriamente como árbitro em caso de disputas. As greves só eram consideradas e julgadas legais em casos raros depois de terem sido submetidas a um complexo procedimento burocrático. Os contratos de trabalho consistiam, sobretudo, em acordos individuais entre o trabalhador e seu patrão; os contratos coletivos negociados diretamente entre os sindicatos e os empregadores, embora legais, eram raros.[1] A lei não contemplava a representação sindical ao nível da fábrica. As Federações e Confederações eram organizadas verticalmente por categoria profissional, com dirigentes escolhidos em eleições nas quais cada sindicato tinha apenas um voto, independentemente do seu tamanho. Tampouco se contemplava o reconhecimento legal de organizações centralizadas que agrupassem membros de diversas categorias profissionais, mas só em 1978 foi

[1] As negociações coletivas eram possíveis sob a CLT, e os contratos coletivos, quando existiam, tinham precedência sobre os individuais. Há alguns dados que indicam que, ao menos em São Paulo, as negociações acerca de aumentos salariais se tornaram mais comuns no início dos anos 60, antes do golpe militar. Numa análise de 23 disputas contratuais em São Paulo, entre janeiro e março de 1964, Mericle mostrou que 47,8% foram resolvidas por acordos coletivos. Mesmo assim, a falta de um "dever de negociar" no código trabalhista significava que o incentivo dos empregadores para negociar era seu desejo de evitar a arbitragem compulsória dos tribunais trabalhistas — incentivo este que raramente produzia efeitos. Ver Kenneth Scott Mericle, "Conflict regulation in the Brazilian industrial relations system" (tese de doutoramento, Universidade de Wisconsin, 1974), p. 200-7.

acrescentado à legislação trabalhista um artigo específico determinando a proibição de centrais sindicais.[2]

Embora a legislação desse ao governo poderosos mecanismos de controle dos sindicatos, também incluía elementos que, pelo menos em princípio, constituíam amplos programas de bem-estar social. Juntamente com outros incentivos aos líderes sindicais para trabalharem no interior do sistema (tais como a perspectiva de nomeação para cargos nos Institutos de Previdência ou como juízes nos Tribunais do Trabalho), estes constituíam importantes elementos de cooptação na legislação trabalhista. Os líderes sindicais podiam, frequentemente, utilizar esses cargos para garantir benefícios concretos para o operariado.

Antes de 1964, a aplicação das cláusulas mais restritivas da legislação trabalhista variava de acordo com a conjuntura política.

Para entender como isso acontecia, é necessário considerar as relações trabalhistas sob uma perspectiva que leve em conta os recursos e as estratégias de que dispunham os movimentos dos trabalhadores no plano político, além das formas puramente corporativas de sua regulamentação.[3] Em momentos distintos, as relações políticas entre os sindicatos e o Estado davam aos primeiros e a seus líderes possibilidades de conquistar benefícios, às vezes apesar das estipulações existentes na legislação, outras precisamente por causa delas. Com o segundo governo de Vargas, estabeleceu-se o padrão do chamado sindicalismo populista, segundo o qual o operariado apoiava as políticas governamentais em troca de um afrouxamento dos controles mais estritos sobre os sindicatos; assim, por

[2] O texto da Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 e suas emendas se encontram em Adriano Campanhole e Hilton Lobo Campanhole, eds., *Consolidação das Leis do Trabalho e legislação complementar* (62. ed. São Paulo, Atlas, 1983). O desenvolvimento dessa legislação é discutido em José Albertino Rodrigues, *Sindicato e desenvolvimento no Brasil* (2. ed. São Paulo, Símbolo, 1978), Capítulo II.

[3] Exemplos dessa abordagem incluem Alessandro Pizzorno, “Political exchange and collective identity in industrial conflict”, em Colin Crouch e Alessandro Pizzorno, eds. The *resurgence of class struggle in Western Europe since 1968* (New York, Holmes and Meier, 1978), Volume 2; Edward Shorter e Charles Tilly, *Strikes in France: 1830-1968* (London, Cambridge University Press, 1974); e Peter Lange e George Ross, “Conclusions: French and Italian union developments in comparative perspective”, em Peter Lange, George Ross e Maurizio Vanicelli, *Unions, change and crisis: French and Italian union strategy and lhe political economy, 1945-1980* (London, George Allen and Unwin, 1982).

exemplo, os sindicatos puderam conquistar maiores salários nas grandes mobilizações grevistas de 1953 e 1957. Formaram-se centrais sindicais para estimular as relações de tipo intersetorial cujo desenvolvimento, já em sua própria concepção, as confederações corporativistas deveriam encarregar-se de frustrar.[4] Este tipo de relação entre o operariado e o Estado chegou ao auge com o governo Goulart; entretanto, no início dos anos 60, a ocorrência de ciclos de mobilização e a escassez de recursos por parte do governo levaram ambos os lados a uma crescente radicalização, assustando a classe média e as comunidades empresariais e ajudando a criar o clima psicológico para o golpe militar em 1964.[5]

Após o golpe, o governo militar utilizou a fundo todos os poderes que lhe conferia a legislação trabalhista corporativista para aumentar o controle sobre o movimento sindical. Entre 1964 e 1970, o Ministério do Trabalho efetuou 536 intervenções em organizações sindicais, substituindo líderes eleitos por pessoas por ele nomeadas. Destas intervenções, 80,6%(ou um total de 432) ocorreram entre 1964 e 1965 e, dentre elas, 383 tiveram lugar em sindicatos, 45 em federações e 4 em confederações, afetando, assim, 18,75% dos sindicatos, 42% das federações e 82% das confederações do país. Só em São Paulo, 115 sindicatos, bem como 7 federações num total de 18, sofreram intervenção.[6]

Depois do expurgo dos sindicatos, o novo regime passou, gradativamente, a oferecer-lhes funções na administração da previdência social, forçando os dirigentes sindicais a dedicar um tempo cada vez maior ao gerenciamento de programas de assistência médica e dentária e outros semelhantes. Ao mesmo tempo, uma política de arrocho salarial,

[4] Há uma extensa literatura sobre as questões trabalhistas brasileiras de 1930 a 1964. Em inglês, veja-se Kenneth Paul Erickson, *The Brazilian corporative State and working class politics*, cit., e Timothy Fox Harding, “The political history of organized labor in Brazil” (tese de doutoramento, Stanford University, 1973). Obras-chave em português são citadas na bibliografia: ver, em especial, as obras de Moraes Filho, Simão, Rodrigues, Weffort, Moisés, Maranhão, Neves e Martins.

[5] Para uma discussão mais extensa desse período, ver Margaret E. Keck, “From movement to politics: the formation of the workers’ party in Brazil” (tese de doutoramento, Columbia University, 1968), p. 76-101.

[6] Angelina Cheibub Figueiredo, “Política governamental e funções sindicais”, 1975, mimeog., citada em Maria Hermínia Tavares de Almeida, “O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança”, em Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida, eds. *Sociedade e política no Brasil pós-1964* (São Paulo, Brasiliense, 1983), p. 199.

juntamente com o fim das garantias de estabilidade no emprego, representada pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, trouxe dificuldades reais para os trabalhadores. O arrocho salarial não terminou com a recuperação econômica e o período do "milagre" que teve início a partir de 1968, mas continuou até 1974.[7]

Como se não bastasse o arrocho salarial, o DIEESE, instituição de pesquisa dos sindicatos, descobriu provas de que em 1973 o governo havia manipulado os índices relativos ao aumento do custo de vida. Um grupo de economistas do Banco Mundial confirmou os dados do DIEESE, afirmando que em 1973 o índice correto deveria ser de 22,5%, e não de 14,9%, conforme afirmara o governo.[8] A *Folha de S. Paulo*, de 31 de julho de 1977, publicou resumos de várias partes desse relatório. A Fundação Getúlio Vargas, responsável pelo cálculo desses índices, publicou no mesmo mês uma "revisão em suas contas" de 1973, onde o índice de inflação anteriormente apresentado subiu de 15,5% para 20,5%.[9] Tomando conhecimento do fato, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo solicitou ao DIEESE um estudo estimativo do aumento salarial adicional que os metalúrgicos deveriam ter recebido, caso não tivesse havido a manipulação dos índices. A resposta do DIEESE foi um índice de 34,1%.

A Campanha de Reposição das Perdas Salariais

Com os resultados do estudo do DIEESE, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, juntamente com os outros sindicatos metalúrgicos da região (Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), lançou uma campanha pela reposição desses 34,1%. Embora nem o governo nem a Justiça do Trabalho estivessem dispostos a fazer concessões com relação a este assunto, a Campanha de Reposição das Perdas Salariais foi, no entanto, um importante passo avante. Em primeiro lugar, ela mostrou aos trabalhadores que os sindicatos podiam ser mais que simples

[7] Sobre política salarial e emprego, ver Fernando Lopes de Almeida, *Política salarial, emprego e sindicalismo 1964/1981* (Petrópolis, Vozes, 1982).
[8] José Álvaro Moisés, "Problemas atuais do movimento operário no Brasil", *Revista de Cultura Contemporânea, 1* (1): 49, jul. 1978.
[9] Luís Flavio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Paulo 1977/1979* (São Bernardo do Campo, Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983), p. 39.

entidades de prestação de serviços sociais, conseguindo reunir sob a bandeira da reivindicação da recomposição salarial várias lutas localizadas que então ocorriam em fábricas específicas. Antes dessa campanha, como as reivindicações sindicais tendiam a ser feitas a nível jurídico, era necessário haver, mais do que mobilização e organização dos operários nas fábricas, boas relações com os advogados dos sindicatos. Como consequência dessa campanha, os lideres sindicais passaram a compreender a importância da organização nas fábricas, ao mesmo tempo em que os operários nas indústrias começavam a ver os sindicatos como organizações que apoiavam suas reivindicações e principal instrumento de que dispunham para expressá-las.[10]

A mensagem do sindicato de São Bernardo durante a Campanha de Reposição das Perdas Salariais — "vamos partir pro pau", "não vamos arredar pé" — sugeria que já estava na hora de os operários perceberem que o Estado não iria resolver seus problemas. No ano seguinte, o sindicato de São Bernardo decidiu boicotar as negociações salariais para mostrar que os resultados seriam os mesmos, quer delas participassem, quer não: a reunião anual em que essas decisões eram tomadas não foi, na verdade, uma reunião; nela o governo apresentou o aumento salarial daquele ano, recusou-se a considerar outros tipos de reivindicação e adiou a reunião. Conforme fora previsto, São Bernardo recebeu exatamente o mesmo aumento salarial que os outros sindicatos, sem ter participado das negociações. A mensagem era que, para conseguir maiores salários, outros meios mais diretos teriam de ser usados.

As greves de 1978-79

Embora o sindicato não fosse oficialmente responsável pela deflagração da greve iniciada a 12 de maio de 1978, quando os trabalhadores da Scania sentaram-se diante de suas máquinas, sua resposta foi rápida. A greve, deflagrada e organizada no interior da fábrica, começou

[10] A importância da organização nas fábricas se evidenciou no fato de que o sindicato de São Bernardo, que iniciou a campanha, chegou a ter 17 representantes sindicais trabalhando em diversas fábricas, com estabilidade no emprego, e que numa das fábricas por ele estudadas este fato teve um efeito significativo na sindicalização ocorrida entre 1975 e 1978. John Humphrey, *Capitalist control and workers' struggle...*, cit., p. 140-5. Ver também Luís Flavio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, *As lutas operárias e sindicais*, cit., p. 42-3.

com o turno das 7h, e, às 8h, um membro da liderança sindical, Gilson Menezes, convocou o sindicato. Entrevistados mais tarde, tanto ele quanto o delegado da General Motors de Santo André salientaram a importância de o sindicato não ser envolvido com a convocação da greve, mas representar um canal de negociação. Gilson Menezes preferiu ser o único membro da comissão de greve da Scania a falar com a gerência, para não prejudicar o emprego dos outros.

Já na hora do almoço, Devanir Ribeiro, representante do sindicato, estava na Scania e a companhia propôs uma reunião para aquela tarde. Quando os representantes da empresa pediram-lhe para convencer os trabalhadores a voltarem ao trabalho, Lula recusou a proposta. Numa assembleia na terça-feira seguinte, os operários votaram pela volta ao trabalho até sexta-feira, prazo durante o qual esperava-se que uma solução para o problema seria encontrada. Então, também a Ford parou, seguida por outras empresas da região. Ao chegar a sexta-feira, a tensão já era grande e, quando a Scania ofereceu 6,5%, Lula pediu a Gilson Menezes que afixasse a proposta no quadro de avisos, a fim de que os operários pudessem discuti-la. Votaram pela continuação da paralisação, mas já na segunda-feira seguinte começaram a retornar ao trabalho, um por um. As negociações conduzidas pelo sindicato conseguiram um aumento de 11%.[11]

Ao analisar as lições da greve, Lula comentou que se surpreendera com a confiança dos trabalhadores no sindicato e salientou a importância de eles se unirem em ocasiões de confronto com patrões que, por sua vez, assumiam uma posição bastante coesa. Deixando de lado sua recusa anterior de falar sobre política, Lula acrescentou:

> Eu acho que o econômico e o político são dois fatores que a gente não pode desvincular um do outro. (...) A luta que aconteceu no ABC foi por salário, mas a classe operária, ao brigar por salário, teve um resultado político na sua movimentação. Por isso, afirmo que a primeira lição da greve é que não se pode subestimar a capacidade de luta do trabalhador brasileiro. Em segundo lugar, penso que esses 14 anos de proibição de greves deixaram não só os empresários como também os dirigentes sindicais despreparados para enfrentar a movimentação. Eu, por exemplo, nunca tinha estado numa greve.

[11] "A greve na voz dos trabalhadores da Scania a Itu", em Oboré, ed. *História imediata* (São Paulo, Alfa-Ômega, 1979), p. 8-10.

> Não tinha nenhuma experiência... E, finalmente, den,tro disso tudo, eu acho que o trabalhador conseguiu perceber o quanto vale sua força de trabalho.[12]

Em 1979, as greves pipocaram por todo o Brasil. Mais de três milhões de trabalhadores paralisaram o trabalho, alguns em setores onde os sindicatos tinham capacidade de liderá-los, outros não. Lula, Olívio Dutra — dos bancários do Rio Grande do Sul — e João Paulo Pires Vasconcelos — dos metalúrgicos de João Monlevade, Minas Gerais — converteram-se em uma espécie de grupo de assessoria, ajudando em alguns casos a negociação entre os lideres sindicais e suas bases em rebelião. Comentando a natureza caótica das greves de 1979, a socióloga do trabalho Maria Hermínia Tavares de Almeida disse que elas pareciam inspiradas mais pela necessidade de testemunhar as aspirações operárias de liberdade, autonomia e direito a uma cidadania plena, do que por qualquer reivindicação de curto prazo.[13] Em 1979, a questão dos direitos dos trabalhadores e sua participação passou a ser colocada na agenda do debate sobre a democracia não mais de maneira abstrata, mas explicitamente, através das ações e reivindicações dos próprios operários.

Em 1979, os metalúrgicos de São Bernardo estavam bem mais preparados para uma greve do que no ano anterior, mas, por outro lado, o mesmo ocorria com os patrões. Enormes assembleias grevistas realizaram-se no estádio de São Bernardo e as principais empresas da área pararam completamente. Entretanto, com a intervenção do governo no sindicato e a resistência dos patrões, decidiu-se que os trabalhadores deveriam voltar ao trabalho e esperar que as coisas esfriassem por um período de 45 dias, antes de retomar a greve. Nesse período, embora continuassem as negociações com os patrões, a tensão crescia e transformava-se em febre; os trabalhadores estavam preparados para retomar o movimento a qualquer momento. Finalmente, depois de oferecerem um aumento de 6%, os patrões recusaram-se a ir, além disso. Era claro que estavam preparados para resistir a uma greve por mais tempo do que os operários tinham condições de mantê-la. Lula e outros dirigentes sindicais tiveram de ir à assembleia dos grevistas com uma proposta que, apesar de não ser a que apoiavam,

[12] Idem, ibidem, p. 56.

[13] Maria Hermínia Tavares de Almeida, "Novo sindicalismo e política (análise de uma trajetória)", 1983, mimeog., p. 12.

acreditavam ser tudo o que conseguiriam obter. Lula descreveu aquela assembleia como o dia mais difícil de sua vida. Depois de uma comemoração de Primeiro de Maio no estádio com 150.000 pessoas, toda a cidade estava mobilizada. A assembleia esperava que Lula lhes trouxesse um acordo favorável ou então que continuasse a liderá-los. Ao contrário, depois de um discurso de outro dirigente sindical em favor do acordo, ele pediu um voto de confiança na liderança do sindicato e conseguiu obtê-lo.

As greves de 1979 atingiram quinze estados e espalharam-se muito além do setor metalúrgico, afetando os trabalhadores dos serviços urbanos, da indústria têxtil, do setor de mineração, dos bancos, da construção civil, professores e muitos outros. Uma das greves mais dramáticas envolveu os trabalhadores de cana nas fazendas de Pernambuco, refletindo o alto grau de organização dos trabalhadores agrícolas, que viera crescendo desde meados dos anos 70. Embora a maioria das greves se concentrasse em torno das reivindicações salariais, algumas começaram a ir mais além, contestando aspectos da legislação sindical, exigindo a organização da representação sindical ao nível da fábrica e medidas de garantia de estabilidade no emprego. Ainda que variasse o grau de êxito alcançado entre as diferentes categorias, não houve, em nenhum caso, alguma concessão com relação a essas últimas reivindicações. Por outro lado, a decisão governamental de alterar a lei salarial, fazendo com que o aumento anual passasse a semestral, foi uma vitória para o movimento sindical como um todo.

Em razão de sua extensão e da atenção que, juntamente com Lula, mereceram dos meios de comunicação de massa, as greves de 1978 e 1979 mostraram aos trabalhadores sua importância como agentes políticos. Mas também convenceram alguns líderes sindicais de que só a greve era insuficiente, enquanto o Ministério do Trabalho e o aparelho repressivo do Estado interviessem em favor dos patrões. Já que a resposta do governo transformaria automaticamente uma greve industrial em greve política, os trabalhadores precisariam de um instrumento político para fazer com que sua voz fosse ouvida. Especialmente para os metalúrgicos, que continuavam a representar o cerne do “novo sindicalismo”, a ideia de formar um partido próprio entrou na agenda das discussões.

A formação do PT

Primeiras iniciativas

Durante a maior parte de 1978 e no início de 1979, discutiu-se, nos sindicatos de São Bernardo do Campo, Santo André, Osasco, Santos, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas e Porto Alegre, a possibilidade de se lançar um partido político. Lula levantou essa questão no final de 1978, por ocasião de uma conferência de trabalhadores do setor petroquímico na Bahia. A ideia de um partido dos trabalhadores foi oficialmente lançada, pela primeira vez, como uma resolução do Encontro de Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado em Lins, São Paulo, em janeiro de 1979. A decisão desse encontro sobre política partidária conclamava os trabalhadores a superarem sua marginalização, unindo-se para formar um partido marcado pela democracia interna, pelo reconhecimento da importância primordial dos trabalhadores na vida social brasileira e pela base política independente através da qual o poder seria conquistado. Essa mesma resolução pedia aos metalúrgicos que lançassem esse processo em nível nacional.[14]

Terminado o encontro de Lins, discutiu-se a interpretação da proposta: a ideia era lançar um partido dos trabalhadores num futuro imediato ou indeterminado? Um comitê informal — que incluía as figuras de Henos Amorina, representante dos metalúrgicos de Osasco; Jacó Bittar, pelos petroleiros de Paulínia, SP; Paulo Skromov Matos, representando os operários do setor de couros de São Paulo; Robson Camargo, um dirigente do sindicato dos artistas de São Paulo, e Wagner Benevides, dos petroleiros de Belo Horizonte — tentou apressar esse processo. Esse grupo esboçou uma *Carta de Princípios* e fez distribuir cerca de duzentas mil cópias do texto por ocasião das comemorações do Primeiro de Maio nas grandes cidades de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Ceará. A intenção declarada do comitê era, em seguida, recolher sugestões das bases sindicais para, depois, realizar encontros de comitês estaduais durante o mês de junho, o que, por sua vez, levaria à formação de

[14] IX Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, Lins, SP, 22-26 de janeiro de 1979, *Atas*, Resoluções sobre Política Partidária, p. 5-6.

uma comissão nacional encarregada de redigir a plataforma final. O grupo planejava registrar o PT no tribunal eleitoral em 25 de maio.

A ação do comitê, que preventivamente esvaziava qualquer outra iniciativa, causou tumulto. Muitos líderes sindicais e outros que se mostravam favoráveis à ideia de um partido dos trabalhadores argumentavam que o comitê estava andando depressa demais e que não era representativo nem dos sindicatos aos quais pertenciam seus integrantes. João Paulo Pires Vasconcelos afirmava que a publicação do documento violava um acordo segundo o qual se deveria discutir a proposta do partido com as bases sindicais, antes de se fazer qualquer coisa com relação à sua implementação. Ele acusava o "Grupo dos Quatro" de vanguardismo, não só por causa de sua ação de esvaziamento preventivo, mas também porque muitos de seus membros pertenciam a partidos clandestinos trotskistas ou eram deles simpatizantes.

A controvérsia sobre a *Carta de Princípios* deixou claro que ainda existiam grandes diferenças com relação ao tipo de partido e quanto ao modo de sua formação. Wagner Benevides concluiu que as reuniões posteriores ao congresso de Lins foram importantes porque corrigiram a impressão (ou intenção) de que o PT deveria ser um partido de metalúrgicos. Embora o comitê que esboçou a carta fosse composto exclusivamente por líderes sindicais, seus membros estavam agindo enquanto indivíduos e não como representantes de seus sindicatos. Esta distinção converteu-se em um elemento importante no debate sobre a maneira de se criar o partido. Camargo salientou a diferença funcional entre o sindicato e o partido ao defender sua participação nos encontros. Agumeron Cavalcanti (do Sindicato dos Médicos) e Hugo Perez (presidente da Federação de Eletricitários de São Paulo, também presidente do DIEESE) objetaram que a decisão de lançar um partido tinha que ser tomada pelos sindicatos enquanto organizações.[15]

[15] Sobre a controvérsia da *Carta de Princípios*, ver "Sindicatos lançam partido", *O Estado de S. Paulo*, 1º de maio de 1979; "Lançamento do PT divide sindicalistas", *Folha de S. Paulo*, 1º de maio de 1979; "Em seis capitais o PT anuncia seus planos", *Jornal da Tarde*, 2 de maio de 1979; "Responsáveis pelo PT admitem que foram precipitados", *Folha de S. Paulo*, 4 de maio de 1979. Uma cópia do documento está incluída em Mário Pedrosa, *Sobre o PT* (São Paulo, Ched Editorial, 1980), p. 51-62.

A formação de um partido dos trabalhadores entrou mais uma vez em discussão em junho de 1979, no Encontro Nacional dos Metalúrgicos, realizado em Poços de Caldas, onde foi votada uma resolução semelhante à de Lins.[16] Os delegados discordavam quanto ao momento certo de se lançar um partido, mas concordavam que a proposta deveria ser discutida pelas bases. Lula era um dos que achavam que aquele ainda não era o momento certo. Talvez essa impressão tenha sido influenciada por sua avaliação do sentimento vigente entre os líderes sindicais fora de São Paulo; aparentemente, ele havia levantado a questão da criação de um partido duas semanas antes, em Porto Alegre, encontrando forte oposição por parte do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos.

Entretanto, depois do encontro de Poços de Caldas, o ritmo das discussões foi acelerado e suas perspectivas ampliaram-se. Naquele mesmo mês, realizou-se em São Bernardo uma reunião entre líderes sindicais, intelectuais e políticos do MDB. Em 26 de junho Lula anunciou em Belo Horizonte que uma primeira versão do programa seria distribuída aos operários para ser discutida na semana seguinte. Depois disso a criação do PT só dependeria da vontade dos trabalhadores. Nesse pronunciamento, ele já não se referia apenas às bases sindicais, mas também às associações de bairro. Um partido dos trabalhadores, dizia ele, significava um partido de todos os assalariados. Esta era uma importante mudança de ênfase, ao distanciar do PT a ideia de um partido de sindicatos.

As negociações com intelectuais e políticos

Em meados de 1979, uma série de reuniões entre líderes sindicais que apoiavam a formação de um partido dos trabalhadores, intelectuais e políticos do MDB, visava encontrar um terreno comum para um partido político que defendesse os interesses populares. O encontro de junho, promovido por Almino Afonso, Fernando Henrique Cardoso e Lula, constituía uma tentativa, por parte do primeiro, de convencer tanto os líderes sindicais quanto os membros do Congresso de que a proposta de um partido popular era a melhor alternativa. Mesmo entre os que apoiavam a

[16] X Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Brasil, Poços de Caldas, MG, 4-9 de junho de 1979, *Atas*; ver em especial a sessão plenária sobre Problemas Nacionais.

formação de um partido dos trabalhadores, havia posições muito diferentes com relação ao que ele deveria ser. Alguns argumentavam que uma organização operária deveria romper não só com a política elitista, mas também com a eleitoral, posição obviamente inaceitável para os políticos presentes. Alguns, como Paulo Skromov, argumentavam que o diálogo com os políticos era uma perda de tempo. Lula continuava a sustentar que um partido dos trabalhadores tinha que apresentar uma proposta que fosse atraente para os assalariados e os pobres em geral, e não apenas para os trabalhadores filiados aos sindicatos.

Os resultados das discussões iniciais não foram conclusivos. À medida que se aproximava a Reforma Partidária definitiva do governo, tornava-se cada vez mais difícil forjar uma definição comum. Em 18 de agosto de 1979, um grupo de políticos da esquerda do MDB organizou um grande encontro em São Paulo para discutir a ideia do Partido dos Trabalhadores. Ali reuniram-se cerca de quatrocentas pessoas, incluindo políticos do MDB, líderes sindicais, estudantes, intelectuais e representantes de cerca de cem movimentos diversos.[17] Nesse encontro, Lula saiu em defesa da formação de um partido dos trabalhadores independente, dizendo que suas portas deveriam estar abertas aos políticos progressistas do MDB.[18] "Os dirigentes sindicais que defendem a formação do PT", afirmava Lula, "chegaram à conclusão de que devem participar politicamente porque, dentro da atual estrutura sindical, já tentaram fazer tudo para melhorar a situação do trabalhador, não conseguindo". Ao mesmo tempo, Lula argumentava que o PT não deveria ser formado pelos sindicatos enquanto instituições, já que isso poderia comprometer a autonomia sindical; os debates sobre o partido deveriam ter lugar **fora** dos sindicatos, sem exigir que seus líderes apoiassem o PT.[19]

As discussões que resultaram desse encontro foram a última tentativa de se chegar a um compromisso entre os que reivindicavam a formação de um partido dos trabalhadores e os que apoiavam a proposta de um partido popular ou então a renovação do MDB. Criou-se uma comissão integrada

[17] "Forças de oposição visam manter posição unitária", *Folha de S. Paulo*, 19 de agosto de 1979.
[18] "Dirigente sindical defende um Partido dos Trabalhadores", *Jornal do Brasil*, 19 de agosto de 1979.
[19] "Lula expõe princípios para o PT", *Folha de S. Paulo*, 19 de agosto de 1979.

por sete parlamentares, sete líderes sindicais e oito intelectuais, para se estabelecer uma estrutura necessária à organização de encontros e debates e se tentar redigir um programa comum. Entre os parlamentares que participavam dessa comissão, só Aírton Soares acabaria por se filiar ao PT. Embora as propostas de o partido representar os interesses dos assalariados e dos oprimidos em geral — pequenos proprietários, intelectuais, trabalhadores rurais e urbanos etc. — correspondessem a seus desejos, a possibilidade de acordo acabou por se desvanecer devido às suas diferenças de avaliação tanto da estrutura, que dava lugar às oportunidades políticas, quanto da identidade e dos interesses dos grupos envolvidos.

Para Fernando Henrique Cardoso e Almino Afonso, o objetivo era chegar a uma fórmula por meio da qual pudessem atrair para a proposta um grande número de políticos, tendo em vista os privilégios que a Reforma Partidária iria conceder aos parlamentares no processo de formação partidária. Roque da Silva relatou posteriormente que, no processo de redação da proposta provisória, Cardoso e Almino detiveram-se em cada novo item para computar o número de políticos com os quais se poderia contar para apoiá-lo e aqueles que assim seriam afastados. Ao mesmo tempo, Almino vinha mantendo conversações com políticos de todo o país e não encontrava apoio para a formação de um partido popular. Numa conversa com Francisco Weffort nesse período, ele disse que os membros do MDB com os quais havia falado tinham-se manifestado majoritariamente em favor da permanência no partido que sucederia o MDB; Cardoso disse então a Weffort que finalmente ele próprio havia chegado a essa mesma decisão. Weffort, tal como a grande maioria dos outros participantes das discussões sobre o partido popular, discordava.

As diferentes avaliações estratégicas sobre a oportunidade de se criarem novos partidos políticos constituíam em grande parte uma resposta à Reforma Partidária iminente e aos seus conteúdos previsíveis. Esperava-se que ela viesse conceder tantos privilégios aos membros do Congresso na formação dos partidos — o direito de formar um partido com o apoio de 10% do Congresso, por exemplo — que muitos políticos viam o jogo político como algo que só eles seriam capazes de controlar. Como seria difícil formar partidos "externamente", os parlamentares esperavam constituir os polos de atração para os que procuravam criar novos partidos, como de fato ocorreu no caso de Cardoso e Almino, por exemplo. Entretanto, esta atração não pode

ser explicada apenas com base em uma avaliação do conteúdo provável da legislação sobre os partidos. O êxito eleitoral do MDB, especialmente em 1978, criou um interesse por parte dos que dele participavam para que o partido sobrevivesse enquanto organização.

Embora fossem sinceros em seu desejo de criar um partido de participação popular, alguns dos integrantes do debate sobre os novos partidos acreditavam que a inclusão de candidatos populares e a campanha de Cardoso para o Senado demonstravam que o MDB poderia transformar-se nesse partido. Para outros, e para alguns dos líderes sindicais e populares envolvidos na discussão, o risco de não conseguir legalizar um partido criado fora do Congresso era superado pelo risco de que as reivindicações populares fossem ignoradas num partido dirigido pelas elites. No momento em que se realizavam as últimas reuniões, todo mundo sabia que a discussão havia acabado. Almino e alguns poucos permaneceriam no MDB, enquanto os demais apoiariam o PT. Embora a ruptura formal só viesse a ocorrer em outubro, por ocasião do encontro de fundação do partido — quando o próprio Weffort finalmente nele ingressou —, ela já era visível bem antes.[20]

A decisão de criar o PT

Entretanto, enquanto prosseguiam essas discussões, realizavam-se encontros *ad hoc* em diferentes pontos do país, tentando criar comissões provisórias para lançar o PT. Um grupo de líderes sindicais organizou uma comissão desse tipo em Porto Alegre em 27 de maio de 1979 e propôs a convocação de um encontro regional em 45 dias. Em Minas Gerais, foi fixada para o dia 27 de julho a realização de um encontro estadual para lançar o PT. Em setembro, relatava-se a ocorrência de encontros para fundar o PT no Ceará, no Paraná e no Rio de Janeiro. Falando num desses encontros em Salvador, Bahia, Lula defendeu um partido dos trabalhadores não sectário, que incluiria todos aqueles que não fossem proprietários de meios de produção, bem como pequenos proprietários rurais e urbanos.[21]

[20] Quanto às discussões entre os líderes sindicais, políticos e intelectuais, baseei-me, em grande medida, em algumas entrevistas: com Francisco Weffort, dezembro de 1982 (uma discussão onde Lula também esteve presente, mas fez raras intervenções); com Roque Aparecido da Silva, 27 de novembro de 1982; e com Maria Helena Moreira Alves, 28 de novembro de 1982.

[21] "PT não quer ser só dos operários", *Jornal do Brasil*, 19 de setembro de 1979.

Em 30 de setembro, uma série de debates deu início ao lançamento do PT no Rio de Janeiro, contando com a participação de vários sindicalistas (de fora — nenhum dos presentes era do próprio estado do Rio) e parlamentares. Entre os sindicatos do Rio, só os integrantes da Chapa 2 dos Rodoviários, de oposição, dispuseram-se a participar dos debates;[22] outros argumentavam que a discussão do PT ainda era demasiado restrita e que a proposta necessitava de um debate mais amplo entre os trabalhadores.

Nesses encontros, os fundadores do partido ainda preocupavam-se em difundir a ideia do PT e não em estabelecer o partido como uma organização estruturada (o que, de toda forma, ainda não era permitido por lei). No encontro do Rio, Jacó Bittar e outros articuladores, que acabavam de voltar de uma viagem por Fortaleza, Belém e Manaus, onde já se haviam formado núcleos para debater o futuro partido, distribuíram nota aos estudantes conclamando-os a "discutir a criação do Partido dos Trabalhadores". A nota continua: "o governo deseja criar partidos de seu interesse, enquanto os oportunistas falam em criar partidos de nosso interesse, o que temos certeza não ser verdade. Nós, trabalhadores, desejamos criar o nosso partido, um canal que nos permita manifestar, expressar e agir politicamente".[23]

A decisão de lançar o Partido dos Trabalhadores em outubro deveu-se mais provavelmente ao fato de a iminência da Reforma Partidária conjugar-se a pressões internas (que serão discutidas em maior profundidade no próximo capítulo). A proliferação de indivíduos e grupos que pretendiam falar em nome do PT, especialmente entre a esquerda organizada, pode ter convencido os sindicalistas envolvidos na sua articulação de que, para manter sob controle o processo, o partido teria de ser oficialmente lançado. De qualquer modo, 14 de outubro marcou um ponto de inflexão do processo: o foco deslocou-se para a organização formal do Partido dos Trabalhadores enquanto uma agremiação partidária, e não mais apenas uma ideia. No restaurante São Judas Tadeu em São Bernardo, cerca de cem pessoas — intelectuais, parlamentares e líderes sindicais — decidiram estruturar o PT como organização política, com a formação de uma comissão nacional provisória. O encontro aprovou uma Declaração Política e

[22] "Sindicalista não vê o PT como opção", *Folha de S. Paulo*, 28 de setembro de 1979.

[23] "Criadores do PT querem debater com estudantes", *Folha de S. Paulo*, 4 de outubro de 1979, p. 4.

um documento chamado “Sugestões para Formas Transitórias de Funcionamento”. O Partido dos Trabalhadores estava lançado.

Fatores que contribuíram para a formação do PT

À parte o efeito óbvio da mudança na legislação que permitia a criação de novos partidos, alguns fatores agregaram-se para tornar possível a formação do Partido dos Trabalhadores. O fato de o partido ter começado em São Paulo e lá ter permanecido mais forte deve-se apenas em parte à concentração de trabalhadores industriais na região e à sua experiência (ainda que não muito longa) de participação em movimentos grevistas. E tampouco pode esse fato ser inteiramente explicado pela frase comumente repetida de que “Lula só há um”. O PT foi criado porque um conjunto de fatores combinou-se em São Paulo (incluindo-se aí a região do ABC) em um momento histórico preciso, quando as alternativas pareciam abertas e o futuro ainda não determinado. Uma vez criado o partido, alterou-se o peso relativo de cada um desses fatores. Sua própria existência tornou-se o elemento mais importante para que sobrevivesse e aumentasse sua área de influência, não ficando mais restrito aos locais onde fora inicialmente forte. Mas, em 1979 e início de 1980, apesar de dois anos de discussões, a concretização da ideia de um partido dos trabalhadores autônomo e independente estava longe de constituir um fato evidente.

Em primeiro lugar, encontrava-se em São Paulo o núcleo central das lideranças trabalhistas conhecidas em nível nacional, particularmente Luís Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e líder das primeiras grandes greves que ocorriam no país decorrida uma década. Em segundo lugar, uma base de massa já se manifestara em São Paulo no final dos anos 70, por ocasião das greves e de um sem-número de lutas sociais. Esses dois elementos envolvidos na formação do PT são os mais frequentemente citados nas tentativas de análise do seu desenvolvimento. Mas a existência de líderes e de uma base não é suficiente para explicar o surgimento de tal partido, numa situação que conservava muitas das características de um regime autoritário. Apesar de terem experimentado sua força nos movimentos grevistas, os trabalhadores achavam-se ainda em grande parte excluídos — e, sob o regime militar, excluídos à força — do sistema político no Brasil. O terceiro fator que entra nesse quadro de formação do PT consiste na preparação do

terreno para o seu lançamento pela esquerda organizada, cuja visibilidade crescente no plano público no final dos anos 70 ajudou a ampliar a possibilidade de que um espaço à esquerda do espectro político viesse a ser ocupado. Finalmente, à medida que se consolidava o processo de criação do Partido dos Trabalhadores, parte da esquerda do PMDB em São Paulo sentiu-se aos poucos marginalizada da liderança do partido. Os sete deputados da Assembleia Legislativa Estadual de São Paulo que deixaram o MDB para filiar-se ao PT no início dos anos 80 forneceram-lhe um apoio essencial em termos logísticos e de infraestrutura durante o período de sua legalização.

As lideranças reconhecidas em nível nacional

Luís Inácio Lula da Silva nasceu na zona rural de Pernambuco em 1946. Seu pai, um pequeno sitiante, partiu para São Paulo quando Lula era ainda criança. Em 1952, sua mãe colocou os filhos e os pertences da família em um pau-de-arara e, entre os sacolejos do caminhão, que constituía o meio de transporte mais barato para se chegar ao sul, viajou para São Paulo. Ao chegar, descobriu que seu marido estava vivendo com outra mulher.

Lula teve uma infância difícil, vendendo amendoim e tapioca pelas ruas com seu irmão mais velho e morando em um apartamento de quarto e cozinha com a mãe, os sete irmãos e irmãs e três primos. Lula ficou mais tempo na escola que seus irmãos, concluindo o curso primário. (Depois ele fez um curso ginasial supletivo, mas nunca se convenceu de que valesse alguma coisa.) Em 1960, aos 14 anos de idade, conseguiu um emprego numa fábrica de parafusos e entrou para a escola técnica de treinamento do SENAI. Como a maioria dos garotos da classe operária da região, Lula sonhava em trabalhar na indústria automobilística. “Naquele tempo”, contaria ele, “o pessoal da indústria automobilística recebia uns dez aumentos por ano. Era o pessoal da elite. Tinham casa, era o cara que primeiro comprou televisão, o cara que primeiro comprou carro. Eu via o pessoal da VEMAG passar, porque era perto lá de casa, na época do Natal, cheio de caixa de brinquedos pros filhos”.[24]

Ao contrário de seu irmão José Ferreira da Silva (conhecido como Frei Chico), que se envolveu com o Partido Comunista, Lula nunca foi

[24] Mário Morei, *Lula, o metalúrgico: anatomia de uma liderança* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980), p. 33.

muito interessado em política quando jovem. Seu primeiro contato com o sindicato ocorreu em 1966, quando seu irmão levou-o a uma reunião; havia então uma grande disputa entre a oposição e o grupo que liderava naquele momento o sindicato, apoiado por seu irmão. Ouvindo os ataques da oposição ao irmão, Lula decidiu que não queria saber do sindicato. Entretanto, depois de começar a trabalhar na Villares naquele mesmo ano, passou a entender o sentido da exploração. Naquela empresa as máquinas eram usadas num sistema de revezamento: um operário utilizava-a no turno do dia e outro no da noite; a companhia incentivava uma competição entre ambos, para ver quem produziria a maior quantidade de anéis de ferro. Lula percebeu que assim os trabalhadores haviam aumentado dez vezes mais sua produtividade sem receber um aumento de salário. Os patrões continuavam argumentando que a fábrica não estava tendo lucro. Ele sabia que alguma coisa estava errada, mas ainda não sabia explicar o quê.

Convidado a candidatar-se para um cargo no sindicato em 1968, porque se acreditava que ele era fácil de controlar, Lula aceitou, mais por espírito de aventura do que por qualquer outra coias.[25] Em 1969, tornou-se suplente no sindicato e casou-se. Dois anos depois, sua primeira esposa faleceu em trabalho de parto. Na eleição seguinte, Lula passou a ser dirigente sindical em tempo integral, e o presidente do sindicato, Paulo Vidal, encarregou-o da administração da previdência, cargo geralmente considerado como o mais baixo em termos de emprego sindical. No entanto, para Lula, esta foi uma experiência positiva, pois permitiu aumentar seu contato com as pessoas comuns afiliadas ao sindicato e, simetricamente, diminuir sua admiração pelo presidente, que, como ele percebia agora, sabia muito pouco sobre o que pensava a base do sindicato. Ao chegar o momento das eleições seguintes, Vidal estava cansado da presidência. Pensou então que, se Lula fosse eleito presidente e ele secretário-geral, poderia continuar a dirigir o sindicato através de Lula. Assim, em 1975, Luís Inácio da Silva tornou-se presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Até aquele momento, pouco havia para impedi-lo de se converter em mais um dirigente sindical de carreira.

Entretanto, a partir de 1975, Lula tornou-se politicamente mais consciente. Viajou muito por conta do sindicato, frequentou cursos e debates. A prisão de seu irmão, Frei Chico, chocou-o profundamente, a

[25] Idem, ibidem, p. 41, 66-7.

ponto de fazê-lo perder o medo de falar em assembleias e de encontrar alguém que lhe perguntasse alguma coisa a que não pudesse responder:

> A partir da prisão do meu irmão é que perdi o medo. Se lutar pelo que ele lutou foi motivo para ser preso e torturado, então vai ter que prender e torturar muita gente. Eu conheço meu irmão, é um soldador, um pobre coitado que ganha Cr$ 20.000 por mês e agora está desempregado, passando uma pior, naquela época era pior ainda. Foi preso porque diziam que era comunista. Foi muito bom porque despertou em mim uma consciência de classe muito grande.[26]

Embora os líderes sindicais que mantinham ligações com partidos políticos de esquerda se amedrontassem diante do clima geral de repressão que continuava a pairar sobre o trabalho de organização operária, o fato de Lula não ter nenhum vínculo com qualquer grupo e sua ingenuidade política acabaram voltando-se a seu favor: ele simplesmente seguia em frente e dizia o que pensava. Consciente da inexistência de conexões entre o sindicato e suas bases, ele começou a ir para os portões das fábricas e discutir sobre o sindicato. Instituiu melhorias no planejamento e nos procedimentos administrativos e começou a utilizar-se efetivamente do DIEESE como instituição de pesquisa.[27]

Em 1976, Lula firmou-se como o verdadeiro presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. Um primeiro passo importante nesse sentido foi conseguir separar as negociações do sindicato da Federação dos Metalúrgicos — organismo de âmbito estadual. Em segundo lugar, num confronto com a Ford, que ameaçava reduzir os salários juntamente com a jornada de trabalho, Lula recusou-se a convocar uma assembleia dos operários da companhia, porque esta insistia em que ela tivesse lugar no interior da fábrica. Lula sabia que, nessas condições, os operários ficariam por demais intimidados para votarem com independência. Num comunicado separado à imprensa, Paulo Vidal disse que Lula teria de convocar uma assembleia. Nesse ponto, Lula convocou uma reunião dos dirigentes sindicais e anunciou que, a partir de então, os contatos com a imprensa para falar em nome do sindicato seriam feitos pelo presidente ou, na sua

[26] Altino Dantas Jr., ed. *Lula sem censura* (Petrópolis, Vozes, 1981), p. 29.
[27] Mário Morei, *Lula, o metalúrgico: anatomia de uma liderança*, cit., p. 69-70.

ausência, pelo vice-presidente e só depois disso pelo secretário-geral. Era a sua declaração de independência.[28]

A partir desse momento, Lula e o sindicato redobraram os esforços para desenvolver um outro tipo de relação com as bases sindicais. Em vez de distribuir panfletos com um texto corrido, que poucas pessoas liam, o sindicato inventou uma figura de desenho animado, "João Ferrador", um simpático sujeitinho de boné que se tornou o símbolo dos metalúrgicos. Os panfletos do sindicato passaram a ser apresentados em forma de revista em quadrinhos, misturando o humor à mobilização. Com o novo estilo, mais trabalhadores passaram a responder à literatura do sindicato nos portões das fábricas, interessados nas lições de João Ferrador: que o sindicato era mais que uma organização de serviço social.

Com a Campanha de Reposição das Perdas Salariais de 1977, Lula converteu-se em figura nacional. Após ter recebido do DIEESE um estudo que solicitara sobre as perdas resultantes da manipulação governamental dos índices de aumento do custo de vida, Lula começou a entrar em contato com outros líderes sindicais para discutir a possibilidade de uma campanha em torno dos 34,1%. Embora a resposta não fosse entusiástica, começou a perceber que isto era algo a que as bases reagiriam quando, depois de convocar uma assembleia para debater a questão, novecentas pessoas compareceram. Convocou então outra assembleia para a semana seguinte e vieram dez mil pessoas — nesse ponto Lula teve certeza de que a campanha funcionaria.

A campanha de 1977 transformou Lula definitivamente em um líder. "Sozinho eu presidi", afirmaria ele. "Falei e gritei o que quis. Antes eu ficava amarrado, porque sempre tinha um cara do meu lado que falava mais do que eu. Foi aí que eu consegui me soltar, consegui ser eu mesmo".[29] Com seu jeito desabrido de falar, sem travas na língua, Lula também se tornou uma figura popular nos meios de comunicação de massa. Sua foto saiu estampada na capa da revista semanal *Isto é* e ele foi longamente entrevistado pelo popular jornal humorístico *O Pasquim*. Os grandes jornais reproduziam suas declarações. Os políticos lhe pediam para falar em nome

[28] Altino Dantas Jr., ed. *Lula sem censura,* cit., p. 31-2.
[29] Mário Morei, *Lula, o metalúrgico: anatomia de uma liderança,* cit., p. 122. Luís Inácio da Silva, *Lula: entrevistas e discursos,* cit., p. 32.

do movimento sindical. Em dezembro de 1977, por exemplo, ele foi convidado a encontrar-se com o senador Petrônio Portella para discutirem planos para a reforma; Portella prometeu levantar no Congresso as ideias expressas por Lula, mas a plataforma da reforma que apresentou não mencionava nada sobre os trabalhadores. "No Brasil", Lula comentaria, "ninguém fala no trabalhador".[30] A importância nacional de Lula foi confirmada em 1978 durante a primeira grande greve que ocorria depois de uma década, espalhando-se por outros setores, chegando a envolver um total de quinhentos mil trabalhadores, e, um ano depois, pela sua liderança em uma onda de greves que, iniciada pelos metalúrgicos, acabou por se espraiar por mais de três milhões de trabalhadores.[31]

Lula não era o único líder envolvido na criação do PT que gozava de credibilidade nacional. A evolução do movimento sindical no final dos anos 70 colocara em evidência uma nova geração de líderes às vezes chamados de "autênticos", que tinham em comum o compromisso de reforçar a organização das bases sindicais, bem como a disposição de se engajar em ações militantes com pleno conhecimento dos riscos que isso comportava. Embora riem todos estivessem envolvidos com a criação do PT, eram muitos os que participavam desse processo. Entre os outros, além de Lula, incluía-se Olívio Dutra, presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre desde 1975. O trabalho de Dutra na organização da base de seu sindicato foi tão eficiente que, ao final dos anos 70, ele podia vangloriar-se de contar com um índice de sindicalização de 85%, uma cifra assombrosa, mesmo para uma categoria profissional pequena. (Num total de dezesseis mil bancários, cerca de 14.500 pertenciam ao sindicato.) Em 1977, o sindicato organizou uma convenção de suas bases para discutir os aspectos políticos das lutas trabalhistas, envolvendo questões relativas à autonomia, à legislação sindical e ao arrocho salarial.[32] Juntamente com Lula, Arnaldo Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, João Paulo Pires Vasconcelos e alguns outros, Dutra fez parte do que alguns chamaram de "a intersindical volante", que, a partir de 1978, entrou em contato com

[30] Luis Inácio da Silva, *Lula: entrevistas e discursos*, cit., p.32.
[31] Os dados sobre o número de trabalhadores de cada setor em greve em 1978 e 1979 encontram-se em Maria Helena Moreira Alves, "The formation of the National Security State: the State and the opposition in military Brazil", cit., p. 743-67.
[32] Antonio Hohlfeldt, "Obvio Dutra: um líder sindical", entrevista com Olívio Dutra, *Encontros com a Civilização Brasileira, 22*: 11-36, abr. 1980.

sindicatos de todo o país para tentar unificar suas lutas e reivindicações. João Paulo Pires Vasconcelos era outro que estava envolvido nas discussões sobre a criação do PT e, embora não decidisse filiar-se ao partido até 1985, para concentrar suas energias no trabalho sindical, continuou como seu simpatizante. Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade em Minas Gerais desde 1970, João Paulo gozava de amplo respeito pela qualidade do seu trabalho com as bases. Jacó Bittar, outro fundador do PT e também presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia, São Paulo, ajudou a colocar seu sindicato na linha de frente dos que exigiam o fim das restrições impostas aos sindicatos dos setores estatais.

Entretanto, Lula foi a figura-chave para a criação do PT. Como primeiro líder operário responsável pelo desencadeamento de campanhas e greves que aumentaram o poder de todo o movimento sindical brasileiro, sua voz era a que se fazia necessário ouvir para dar legitimidade à formação de um partido.[33]

A base de massa

Embora a disposição de participar de greves, demonstrada por um número significativo de trabalhadores não provasse necessariamente a sua propensão de filiar-se a um partido como o PT, os números indicam que a base de **massa potencial** de um partido desse tipo era bem diferente no final dos anos 70 daquela encontrada na situação anterior a 1964. Entre 1960 e 1980, o emprego no setor secundário (incluindo manufatura, construção civil e "outras atividades industriais") subiu de 2.940.242 para 10.674.977.[34] Comparando-se com os dados de 1950, o que se verifica é que esse número havia quase quintuplicado.[35] No mesmo período, a

[33] Sobre o papel de Lula, ver a entrevista com José Vilar Sobrinho (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade), publicada como "O sindicato de João Monlevade", *Cadernos do CEAS, 67*: 55-67, especialmente p. 64, maio-jun. 1980. Sobrinho relata que, embora o nível de organização das bases em João Monlevade já fosse bem alto em 1978, em virtude dos esforços de João Paulo Pires Vasconcelos, foi só depois das greves do ABC que o sindicato de Monlevade conseguiu conquistar uma redução na jornada de trabalho, reivindicação pela qual o sindicato vinha lutando há nove anos.

[34] Vilmar Faria, "Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura de emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos", em Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida, eds. *Sociedade e política no Brasil pós-1964*, cit., p. 146-7.

[35] Idem, ibidem, p. 155.

população urbana aumentou numa proporção de cerca de 5,64% por ano;[36] entretanto, durante os anos 70, o emprego urbano cresceu ainda mais rápido. O setor de serviços expandiu-se consideravelmente, sobretudo no setor estatal e de serviços sociais, mais do que no setor relativamente marginal de serviços pessoais (empregados domésticos, jardineiros etc.).[37]

Entretanto, ao mesmo tempo em que crescia o emprego, caíam os salários. O economista Edmar Bacha notou que "apesar do aumento espetacular do PIB per capita depois da II Guerra Mundial, em termos de alimentos os salários urbanos medianos hoje não são maiores e provavelmente são mais baixos do que há trinta anos. Como um grupo funcional, em termos das necessidades mais básicas, parece que os trabalhadores urbanos não qualificados não se beneficiaram de modo algum do fato de a renda *per capita* do país ter mais que triplicado no período sob consideração".[38] Durante os anos 70, o salário mínimo real era 15% mais baixo que em 1963 — um número cujo significado torna-se claro quando percebemos que, segundo dados de 1976, cerca de 46,5% da população economicamente ativa no Brasil ganhava menos de um salário mínimo, dos quais pouco mais da metade vivia em zonas rurais. Mesmo nas áreas urbanas, e tomando como referência a renda familiar e não a individual, em 1976, 12,4% das famílias brasileiras ganharam até um salário mínimo, e 32,2% das famílias ganharam até dois salários mínimos.[39] Em 1974, ao final do "milagre", 13% da população das áreas metropolitanas ou do Distrito Federal, 26% dos residentes em áreas urbanas não metropolitanas e 44% da população rural poderiam ser qualificados como pessoas vivendo em condições de pobreza absoluta.[40]

O percentual de trabalhadores filiados aos sindicatos em relação à população economicamente ativa permaneceu razoavelmente estável, num índice pouco inferior a 25%, significando que, em termos absolutos, o número de trabalhadores sindicalizados aumentou substantivamente. Em

[36] Idem, ibidem, p. 140.

[37] Idem, ibidem, p. 152.

[38] Edmar Bacha, "Crescimento econômico, salários urbanos e rurais: o caso do Brasil", Pesquisa e Planejamento Econômico, 5(3): 585, 687, dez. 1979, citado em Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida, eds. *Sociedade e política no Brasil pós-1964*, cit., p. 156.

[39] Vilmar Faria, "Desenvolvimento, urbanização e mudanças...", cit., p. 156.

[40] Idem, ibidem, p. 158-9.

1960, não havia ainda nenhum sindicato rural legal, e o número total de trabalhadores sindicalizados no país era inferior a 1,5 milhão. Em 1978, quase dez milhões de trabalhadores eram sindicalizados.[41] Isto certamente não constituía um reflexo da militância dos sindicatos considerados, e nem é possível determinar o que dizem esses dados sobre a legitimidade do sindicato enquanto instituição para os que nele se filiaram. Depois do golpe de 1964, a intervenção militar nos sindicatos havia eliminado a maior parte das lideranças de esquerda e/ou populistas e os militares continuaram exercendo um controle estrito sobre a força de trabalho através de uma combinação de mecanismos coercitivos e legal-burocráticos por todo o período em questão. Além das intervenções, os sindicatos sofreram um golpe duro com a política econômica recessiva de meados dos anos 60, que tinha como eixo central o controle salarial — na verdade, um arrocho salarial. Apesar dessas dificuldades crescentes, até o final dos anos 70 os líderes sindicais preferiam criticar verbalmente o governo autoritário a envolver-se diretamente na ação; as lembranças da violenta repressão às greves dos metalúrgicos de Contagem, Minas Gerais, e Osasco, São Paulo, em 1968, serviram por longo tempo como um aviso sobre o que poderia acontecer, caso os trabalhadores saíssem da linha.[42]

Embora o crescimento da classe trabalhadora urbana fosse importante em si mesmo, o PT também pôde contar com outras formas de organização social, além dos sindicatos, que contribuíram para a formação de sua base de massa potencial. As comunidades eclesiais de base, que se contavam aos milhares só em São Paulo e cujos membros desempenhavam um papel cada

[41] Maria Hermínia Tavares de Almeida, "O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança", em Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida, eds. *Sociedade e política no Brasil pós-1964*, cit., p. 194-6.

[42] Sobre as greves de Osasco e Contagem, ver Francisco Weffort, "Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968", *Cadernos CEBRAP 5*, 1972. Um relato em primeira mão escrito por José Ibrahim, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, se encontra em José Ibrahim, "A história do movimento de Osasco", em *Cadernos do Presente,* 2. As diferenças de posicionamento entre a liderança de esquerda do sindicato e os militantes católicos, quanto às comissões de fábrica, à greve e a outras questões, são discutidas em Fernando Andrade, "Movimento operário e sindicatos: a greve de Osasco vista por José Ibrahim", entrevista com José Ibrahim em Debate (Paris), 22: 25-8, maio de 1976. Para uma discussão das greves no contexto das relações trabalho-Estado, ver Kenneth Paul Erickson, *The Brazilian corporative State and working class politcs*, cit., p. 170-1, e Maria Helena Moreira Alves, *State and opposition in military Brazil*, cit., p. 80-91.

vez mais ativo em outros movimentos sociais, ajudaram a ampliar a base potencial do partido. A população urbana em rápida expansão defrontava-se com condições precárias de vida nas favelas das periferias urbanas e nos cortiços da cidade, produzindo uma profusão de movimentos locais em torno de questões como transporte, saneamento básico, habitação e saúde. As ligações entre o movimento operário e esses de bairro, forjadas em grande parte pelo papel central neles desempenhado pelos ativistas católicos, foram cruciais na mobilização do apoio local para as greves em 1978 e 1979, revelando-se importantes também para expandir a base de discussão do projeto do PT além dos sindicatos. O etos desses movimentos de base, enfatizando a autonomia e a auto-organização, encontrava eco na insistência com a qual os organizadores do PT afirmavam que os trabalhadores e os pobres não podiam confiar em setores da elite para defender seus interesses, precisando assim fazer ouvir sua própria voz na política. O movimento estudantil, em cujo meio muitos participantes procuravam uma alternativa aos partidos tradicionais, constituiu outra fonte de recrutamento para o partido.

A esquerda organizada

Por ocasião do encontro de Lins, a ideia de um partido dos trabalhadores parecia responder a uma necessidade geral da classe operária. Mas nos meses seguintes o desacordo quanto ao tipo de partido a ser formado produziu sérias divisões entre os sindicalistas que participavam do encontro. Já em meados de 1979, a base sindical do partido tinha começado a se estreitar, tendendo a limitar-se aos sindicatos "autênticos". Os líderes sindicais que mantinham vínculos com o Partido Comunista Brasileiro, PCB, opunham-se de forma particular à formação do PT, não só porque não poderia haver mais de um partido da classe operária, o PCB, como também pelo fato de os comunistas sentirem que o radicalismo do PT e dos sindicatos que o apoiavam poderia pôr em risco o processo da transição negociada. Do seu ponto de vista, a melhor alternativa era continuar militando no interior do MDB e do seu sucessor, o PMDB, para, finalmente, trabalhar pela legalização do próprio PCB.

Outras facções da esquerda organizada, em especial os grupos trotskistas, foram ativos promotores da formação do partido. No final dos anos 70, muitas pequenas organizações de esquerda, frequentemente

originárias do movimento estudantil, começaram a organizar-se de forma mais aberta. Publicavam jornais que eram vendidos publicamente em bancas. Embora continuassem a ser ilegais e as poucas bancas que vendiam suas publicações sofressem ataques com bombas por parte de terroristas de direita ligados aos militares, esses grupos não estavam, apesar de tudo, sujeitos ao tipo de repressão que caracterizara o inicio da década. Um dos mais ativos dentre eles era a Convergência Socialista, que desde sua formação, em janeiro de 1978, havia falado da necessidade de se criar um partido socialista.[43] A Convergência foi um dos primeiros e mais ardentes defensores da ideia de um partido dos trabalhadores, embora, juntamente com outros grupos de esquerda, ela tentasse de início esvaziar a proposta para trazer mais sindicalistas para sua órbita de influência. Alguns dos sindicalistas envolvidos no lançamento da *Carta de Princípios* eram simpatizantes da Convergência e muitos outros participavam de outros grupos de esquerda.[44]

Vários outros grupos de esquerda que acabaram por se filiar ao PT mantiveram-se afastados por mais tempo. No momento em que o partido se formava, a Liberdade e Luta — organização sobretudo estudantil que marcara sua presença nos campi universitários por volta do período das greves estudantis de 1977 e que era familiarmente conhecida por seu acrônimo, “Libelu” — e o Movimento pela Emancipação do Proletariado, MEP, ainda consideravam Lula um “pelego”, sobretudo por causa do papel que desempenhara ao pôr fim à greve de 1979.

É difícil seguir ou avaliar a influência de uma única organização nas fases iniciais do Partido dos Trabalhadores e, exceto em casos raros, isso não é particularmente importante. Entretanto, é importante salientar que, no final dos anos 70, essas organizações ganharam uma presença pública e o discurso de esquerda sobre o socialismo e as relações de classe tornou-se mais visível. Um exemplo interessante de uma publicação de esquerda que teve êxito em marcar sua presença em âmbito regional foi o *abcd Jornal*, na área de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema.

[43] Maria d’Alva Gil Kinzo, “Novos partidos: o início do debate”, em Bolívar Lamounier, ed. *Voto de desconfiança...*, cit., p. 235.
[44] Entrevista com Roque Aparecido da Silva, São Paulo, 27 de novembro de 1982.

Iniciado em 1975 por um coletivo de jornalistas de esquerda, o jornal, no início, saiu esporadicamente. Embora não fosse um sucesso de vendas, teve, no entanto uma boa acolhida quando começou a ser distribuído nos portões das fábricas. No começo de 1978, o coletivo podia contar com a participação de várias organizações de vizinhanças locais, bem como com membros de grupos organizados de esquerda, inclusive o MEP, a Ala Vermelha e a Convergência Socialista, e o jornal começou a sair com maior regularidade. Em fevereiro de 1979, tornou-se um semanário. Sua excelente cobertura do movimento operário na área conquistou-lhe um apoio cada vez maior por parte dos sindicatos e outras organizações populares, evidenciado pelo crescimento constante do número e da natureza de anúncios colocados no jornal pelos sindicatos. Embora a princípio se tratasse de anúncios gerais ou comemorativos, em 1979 os sindicatos anunciavam suas reuniões, assembleias de trabalhadores e outros tópicos de interesse no *abcd Jornal*. Quando a publicação começou a sair semanalmente, anúncios de congratulação enviados por um grande número de sindicatos na região demonstraram que o jornal tinha conseguido angariar leitores fiéis entre os operários.

Assim, a cobertura do jornal sobre as origens do PT é particularmente interessante. Desde o início, com um editorial no número de fevereiro de 1979, intitulado “Quem tem medo do partido dos trabalhadores”,[45] o jornal falou do PT como se este já existisse ou estivesse a ponto de tornar-se realidade. No final de julho, outro editorial sobre o mesmo assunto escrevia que o Partido dos Trabalhadores rejeitava o argumento de que um novo MDB teria de ser criado como uma frente ampla de oposição. Os trabalhadores necessitavam de uma organização política que se somasse aos sindicatos para impedir o governo de decretar leis contra o interesse nacional e para ajudar a conquistar a democracia para os operários e não só para os patrões. O editorial prosseguia dizendo que as bases já haviam discutido e aprovado essa ideia.[46] O número de 20-28 de agosto anunciava que o PT dentro em breve iria começar a recolher as assinaturas necessárias

[45] *abcd Jornal*, fevereiro de 1979, p. 2. O editorial se admirava com o fato de que, quando os sindicalistas “autênticos” discutiam o PT, eram acusados de dividir a Oposição.
[46] *abcd Jornal*, 23-29 de julho de 1979, p. 2.

para a sua oficialização[47] e que isso seria organizado através de núcleos nos locais de trabalho. Na semana seguinte, um editorial condenava mais uma vez os que acusavam o PT de ser divisionista e fazer o jogo do governo ou de ser obreirista.[48] Entretanto, na edição seguinte, o jornal já não falaria como se o partido existisse, entrando de frente no ponto mais quente do debate: o editorial, significativamente intitulado "Ficar no bate-boca não resolve", reclamava a criação imediata do partido.[49] Na semana que se seguiu, o relato da volta do exílio de líderes populistas históricos como Leonel Brizola (que vinha para organizar o PTB) e Miguel Arraes (para ajudar a fazer do PMDB uma frente de oposição) foi motivo para reclamar uma urgência ainda maior.[50] Em resposta à votação da Reforma Partidária, o título do editorial contestava: "... não dá mais para esperar!".[51]

A tendência de apressar a formação do PT não pode ser atribuída inteiramente à esquerda — o entusiasmo de alguns dos que propunham a sua criação criou uma confusão de tal sorte, que não se sabia exatamente se essas pessoas estavam organizando movimentos em favor do PT ou o próprio partido. Isso ocorria de maneira ainda mais acentuada no nordeste do Brasil, onde em muitos casos a esquerda levava à frente, sozinha, a proposta do PT. As tentativas de precipitar a formação do partido não surtiram efeito em grande parte porque se reconhecia que, para deslanchá-lo, seria necessário contar com Lula. Por mais que a esquerda pudesse criticar o que designava como sua vacilação, ela reconhecia que Lula era ainda o líder operário por excelência e que sem ele não haveria Partido dos Trabalhadores. Embora os esforços sistemáticos da esquerda para radicalizar o discurso do partido às vezes criassem conflitos com outros dos seus fundadores, o ativismo dos esquerdistas contribuiu significativamente para a formação do PT. Isto foi especialmente verdadeiro durante o processo de legalização, assunto discutido no próximo capítulo, quando o partido teve de criar rapidamente um grande número de organizações locais.

[47] Provavelmente, este fato se relacionou com o anúncio, feito por Paulo Skromov em 2 de setembro, de que seria iniciada uma campanha por assinaturas. Ver "PT busca apoio com assinaturas", *Jornal do Brasil*, 3 de setembro de 1979.
[48] *abcd Jornal*, 27 de agosto-2 de setembro de 1979.
[49] *abcd Jornal*, 3-10 de setembro de 1979, p. 2.
[50] *abcd Jornal*, 10-17 de setembro de 1979, p. 2.
[51] *abcd Jornal*, 8-14 de outubro de 1979.

Os políticos

A atitude de muitos membros do PT com relação aos políticos foi desde o princípio ambivalente, e continuaria a sê-lo pelos anos que se seguiriam. Os encontros de junho e agosto anteriormente discutidos e a tentativa de ajeitar um compromisso entre os que apoiavam o Partido dos Trabalhadores e a tendência popular do MDB refletiam de fato um interesse real por parte de muitos políticos do MDB, especialmente aqueles eleitos em 1978 com um sufrágio popular. Entretanto, filiar-se ao Partido dos Trabalhadores constituía uma empreitada arriscada, que muito provavelmente alijaria os que a empreendessem da direção do partido, se a experiência fracassasse, e não garantiria sua reeleição, caso fosse bem-sucedida, mas permanecesse restrita. O número de parlamentares que se arriscaram a filiar-se ao PT no início foi, portanto, bastante pequeno, e alguns dos que o apoiaram desde o princípio, como Edson Khair, do Rio de Janeiro, logo ficaram pelo caminho, não tendo conseguido ganhar para si uma esfera pessoal de influência por meio desse partido. Para os outros, era difícil resistir ao argumento de que seus eleitores seriam mais bem servidos se se mantivesse o mais amplo movimento democrático possível e se se tentasse influenciar suas ações. Isto, afinal de contas, era o que vinham tentando fazer desde 1978. O único parlamentar que se filiou ao PT em 1979 além de Khair foi Antonio Carlos de Oliveira, que era também presidente do MDB no estado de Mato Grosso do Sul.

O grosso da filiação dos parlamentares veio depois de meados de janeiro de 1980, quando uma disputa sobre eleições internas no MDB de São Paulo fez com que alguns membros da tendência popular sentissem que estavam sendo marginalizados da liderança do partido. No mês seguinte, Lula e outros líderes do PT tiveram encontros frequentes com os membros da tendência popular na Assembleia Legislativa de São Paulo, à medida que os que já se haviam filiado ao novo partido tentavam recrutar outros. O deputado Eduardo Suplicy, simpatizante do PT desde o início, chegou ao ponto de consultar a opinião do maior número possível dos que o apoiavam sobre a reação que teriam caso se filiasse ao partido — uma indicação de como a discussão da opção pelo PT foi levada a sério por alguns membros do Legislativo.

Apesar dos conflitos que surgiram com relação aos direitos que os deputados podiam reivindicar num partido político por força de sua

posição, os benefícios que eles levaram consigo para o PT foram enormes. O partido estabeleceu sua primeira sede em São Bernardo, contando com o compromisso de 76 membros que se prontificaram a contribuir com uma quantia entre Cr$ 100,00 e Cr$ 500,00 (US$ 3/US$ 5) por mês para pagar o aluguel.[52] No Congresso e nas Assembleias Legislativas, cada partido tinha direito a um escritório com o respectivo pessoal para o exercício de sua liderança parlamentar, incluindo-se aí salas de reunião, serviços de escritório e telefônicos — esses últimos, grátis para outras partes do Brasil. Todos os parlamentares podiam dispor dos carros com motoristas pertencentes ao Poder Legislativo. Havia pessoal auxiliar para pesquisa, serviço postal e preparação de outros materiais impressos. A maioria dos deputados do PT dedicou o máximo possível desses recursos ao trabalho partidário. Podiam também dispor de assessoria jurídica para o processo de registro do partido e recrutamento de seus membros.

Evidentemente, os recursos que os deputados trouxeram para o partido foram muito importantes, especialmente nas suas fases iniciais. Além disso, eles ajudaram a ampliar o eleitorado do PT. Diferentemente dos fundadores do partido, os deputados não contavam com um apoio diretamente vinculado a um voto sindical. No estado de São Paulo, Geraldo Siqueira, por exemplo, elegeu-se com o apoio dos estudantes; Irma Passoni, uma das fundadoras do Movimento do Custo de Vida, desenvolvia grande atividade entre as organizações da Igreja na zona sul de São Paulo; Sérgio Santos conquistou sua base de apoio em outras lutas urbanas na Freguesia do ó; Marco Aurélio Ribeiro participou ativamente de trabalhos de assessoria jurídica; João Batista Breda, psiquiatra e homossexual declarado, teve suas bases nos novos movimentos de classe média; Airton Soares, que se tornou líder do PT no Congresso, foi participante ativo da campanha da anistia. Finalmente, além de fornecer recursos e contribuir para a ampliação das bases do partido, os parlamentares, ao se filiarem ao PT, obrigaram-no a levar mais a sério a relação entre a organização das bases e o poder político. A origem de muitos dos conflitos relacionados com os representantes parlamentares que ocorreram a seguir pode ser encontrada na natureza fundamentalmente mal resolvida dessa relação.

[52] "Dirigentes do PT formam núcleo no ABC", *Jornal do Brasil*, 1º de dezembro de 1979.

Conclusões

A formação do PT introduziu sérias tensões no debate sobre a democratização que vinha ocorrendo desde meados dos anos 70. Os que defendiam de forma tão eloquente (e na verdade continuaram a defender) a necessidade de se garantir a participação dos trabalhadores e dos setores populares no processo de democratização acusavam os organizadores do Partido dos Trabalhadores de dividir a oposição e, com isso, fazer o jogo do regime. Em certo sentido, naturalmente, eles tinham razão: na medida em que o objetivo do regime ao abolir o sistema bipartidário era dividir o MDB, ele conseguiu alcançá-lo. Entretanto, no apelo à unidade da oposição havia vários pressupostos que entravam fundamentalmente em conflito com os objetivos e perspectivas que surgiam no movimento sindical.

Um deles consistia em presumir que os direitos dos trabalhadores estavam **incluídos** nos direitos democráticos em geral. No entanto, nos depoimentos publicados sobre o significado da democracia, muitos dos trabalhadores entrevistados responderam que, para eles, os direitos dos trabalhadores são **identificados** com a democracia. A diferença está, portanto, em saber se os direitos dos trabalhadores são uma questão de equidade a ser resolvida por procedimentos democráticos, ou se, ao contrário, constituem eles próprios procedimentos democráticos fundamentais.

O segundo problema consistia em saber se se deveria ou não levar em conta as práticas partidárias que tiveram lugar durante o período autoritário. A maioria dos militantes dos movimentos sociais e do movimento sindical pouco se recordava do período anterior a 1964, se é que dele tinha alguma lembrança. O fato de, até 1978, e em grande parte mesmo depois disso, o MDB (para não falar da ARENA) não ter dado grande atenção aos setores populares fora dos períodos eleitorais foi tão importante na formação das atitudes dos fundadores do PT com relação aos partidos políticos quanto a crítica ao populismo anterior a 1964. "Não basta um programa que interesse aos trabalhadores", argumentava Lula em setembro de 1979, "pois todos os partidos têm um programa nesse sentido, mas até hoje não vi nenhum partido defender na prática esses interesses. A classe trabalhadora já está saturada desses partidos e o que é preciso é que aqueles que defendam os interesses dos trabalhadores sejam

os maiores interessados, ou seja, os próprios trabalhadores que deverão compor a cúpula do partido".[53]

Em terceiro lugar, apesar do seu óbvio interesse em pôr fim ao regime autoritário, a maioria dos líderes do PT guardava uma profunda desconfiança tanto dos políticos da elite quanto do Estado. A lição que a liderança metalúrgica de São Bernardo tentara ensinar ao boicotar as negociações salariais em 1978 foi reiterada por declarações de Lula em outros contextos. Numa visita à favela da Maré no Rio de Janeiro em 1980, instado a apoiar a luta dos que ocupavam a área, Lula concordou, mas respondeu:

> [A política] não é coisa só de doutor: o povo das favelas não pode mais achar que as soluções dos seus problemas vêm de fora, elas vêm de dentro. Não basta entregar reivindicações aos políticos: é necessário que eles saibam que vocês estão dispostos a brigar e organizar. [...] Nós precisamos nos recusar, de uma vez por todas, a servir de massa de manobra de terceira classe, espoliada de qualquer direito.[54]

Em outras palavras, só confiando em suas próprias forças é que os trabalhadores e os pobres poderiam esperar que viessem a ocorrer mudanças em sua situação.

E, finalmente, os vínculos entre as diversas organizações da sociedade civil, embora ainda rudimentares, estavam começando a representar um desafio para o "hiato" que se reconhecia existir em larga escala entre o político e o social. O apelo anterior de Cardoso por uma sociedade civil mais forte para contrabalançar o Estado **autoritário** (a curto prazo) e o Estado em geral como garantia de uma democratização significativa (a longo prazo) não deu suficiente atenção aos problemas muito reais da mediação política — não só entre o Estado e a sociedade, mas também entre visões agudamente conflitantes tanto do presente quanto do futuro — que daí resultariam. Sua formulação parecia implicar — como talvez fosse adequado no momento — uma oposição de duas mãos. Não obstante, o fortalecimento da organização da sociedade civil também envolvia um processo de **diferenciação** no interior da própria

[53] "Lula concorda com frente de oposições", *Folha de S. Paulo*, 6 de setembro de 1979.
[54] "Organizem-se, diz Lula aos favelados", *Folha de S. Paulo*, 27 de julho de 1980.

sociedade civil e, juntamente com ele, o reconhecimento de interesses e conflitos que escapavam a uma imagem dualística de oposição entre Estado e sociedade.

5. A ESTRUTURAÇÃO DO PT: LEGISLAÇÃO ELEITORAL E ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

As exigências da nova legislação partidária aprovada em 1979 exerceram uma influência crucial sobre a maneira pela qual se estruturou o PT e os esforços que desenvolveu para se tornar um partido com base de massa e internamente democrático. A legislação brasileira estipula minuciosamente como devem ser as estruturas e os processos internos dos partidos políticos e dá aos Tribunais Eleitorais poder de supervisão sobre seu funcionamento interno.[1] Entretanto, para os partidos interessados em estabelecer formas mais autênticas de participação de suas bases, a legislação atuou como um freio, cerceando o processo de democratização interna. Existem muitos estudos sobre o fracionamento partidário, a democracia interna, os padrões de seleção de lideranças, a determinação das políticas, o financiamento e o recrutamento dos membros dos partidos, mas o grau de regulamentação das estruturas partidárias por parte do Estado e a influência por ela exercida foram objeto de uma atenção bem menor.[2] A regulamentação estatal dos partidos políticos no Brasil foi crucial para a evolução do Partido dos Trabalhadores, não só por causa do tipo de estruturas que a lei tornou obrigatórias, mas também pela influência que ela exerceu sobre a configuração das relações de poder no interior do partido.

Este capítulo começa por examinar as exigências legais relativas à organização partidária e sua importância no período inicial de formação do PT, particularmente na medida em que facilitaram ou impediram o desenvolvimento de sua proposta — ser um partido de massa baseado na democracia interna. Esse contexto legal ajuda a entender as tentativas, às vezes tortuosas, de o partido sobrepor formas democráticas de organização

[1] Os motivos para essas exigências tão extensas, assim como seus efeitos, são complexos e contraditórios. Segundo Phyllis Peterson, o desenvolvimento da legislação partidária no Brasil desde a década de 1930 até o inicio dos anos 60 refletia um empenho crescente em fazer dos partidos veículos genuínos para a representação democrática; assim, a regulamentação se destinava a garantir que os partidos não se estabelecessem puramente como veículos pessoais de seus fundadores, e que possuíssem alguma presença institucional permanente. Ver Phyllis J. Peterson, "Brazilian political parties: formation, organization and leadership, 1945-1959", cit.

[2] Uma exceção no caso brasileiro é o estudo de Maria d'Alva Gil Kinzo sobre o MDB, *Oposição e autoritarismo* (São Paulo, IDESP/Vértice, 1988).

a estruturas que a lei tomava obrigatórias. Contudo, apesar das dificuldades, o esforço do PT no sentido de criar condições que tomassem possível uma participação ativa de seus membros foi o que o diferenciou dos outros partidos brasileiros e ajudou a fazer de seus afiliados um importante recurso político com o qual o partido podia contar. Ao fazê-lo, entretanto, estimulou também uma luta interna contínua sobre a identidade do partido. Embora essa disputa tenha contribuído para criar uma imagem muito difundida do PT como um partido altamente dividido em facções, o processo de aprendizagem de como lidar com as diferenças internas constituiu uma parte importante da sua evolução institucional.

A Reforma Partidária de 1979

Em 19 de outubro de 1979, o governo finalmente enviou ao Congresso o tão esperado projeto de reforma da legislação sobre os partidos políticos. A reforma, promulgada como Lei nº 6.767 de 20 de dezembro de 1979, introduzia importantes modificações na Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei nº 5.682 de 27 de julho de 1971), especialmente no que diz respeito às normas sobre a formação de partidos.[3] Ela dissolvia os dois partidos existentes, a ARENA e o MDB, criados pelo Ato Institucional nº 4 (20 de novembro de 1965) para substituir os partidos anteriores, extintos um mês antes, pelo Ato Institucional nº 2 (27 de outubro de 1965). O regime militar esperava que a permissão de formar novos partidos iria dividir a oposição, contendo, assim, não só o crescente avanço do MDB no Congresso, como prováveis novas vitórias nas eleições seguintes para os governos estaduais, que teriam lugar pelo voto direto pela primeira vez desde 1965. Embora se reconhecesse amplamente que isto constituía um estratagema para dividir o MDB, a oposição vinha há longo tempo reclamando o direito de formar novos partidos políticos e não podia facilmente opor-se a essa ideia, quando finalmente ela se concretizou. A Reforma Partidária concedeu ao Estado um papel central na conformação da organização partidária através de dois mecanismos: uma legislação minuciosa sobre as estruturas internas dos partidos e o poder de declará-los legais ou ilegais. Aparentemente, só o PT protestou contra a extensão e o

[3] O texto comentado da Lei Orgânica dos Partidos Políticos se encontra em *Legislação eleitoral e partidária* (Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1982).

conteúdo de tal regulamentação estatal; na realidade, ela era típica do papel histórico do Estado no Brasil, não sendo vista como uma aberração.[4]

Para obter o reconhecimento legal provisório, um novo partido tinha de publicar manifesto, programa e estatutos, e as cópias deveriam ser apresentadas ao Superior Tribunal Eleitoral pela Comissão Diretora Nacional Provisória, composta de sete a onze membros eleitos pelos fundadores do partido (que tinham de ser pelo menos em número de 101). A Comissão Diretora Nacional Provisória deveria designar oficialmente comissões estaduais que, por sua vez, indicavam comissões municipais e comissões para as zonas eleitorais nas capitais dos estados (Art. 6); cópias das minutas das reuniões realizadas para designar essas comissões, reconhecidas oficialmente em cartório, deveriam ser também encaminhadas ao Tribunal Eleitoral. Uma vez completadas as formalidades iniciais, um partido tinha doze meses para organizar-se, o que significava realizar convenções no mínimo em um quinto dos municípios de pelo menos nove estados, e uma convenção para eleger um diretório nacional. Um partido assim registrado só poderia começar a funcionar imediatamente se entre seus fundadores se incluíssem pelo menos 10% dos representantes do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado) (Art. 14, I) ou se fossem eleitos nas eleições mais recentes para a Câmara dos Deputados com pelo menos 5% do total de votos de pelo menos nove estados, com um mínimo de 3 alo em cada um deles (Art. 14, II).

A legislação também descrevia as estruturas partidárias permanentes e suas funções. Aqui, a reforma de 1979 não revisou a Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 1971. Os órgãos deliberativos eram constituídos pelas Convenções Municipais, Regionais e Nacionais, e os órgãos de direção pelos Diretórios Distritais, Municipais, Regionais e Nacionais. A bancada era responsável pela ação parlamentar e previa-se a formação de Conselhos

[4] A existência de uma relação cartorial entre as organizações e o Estado brasileiro não é, absolutamente, um fenômeno novo, mas de modo geral ainda não foi examinado em relação a dinânmica interna do desenvolvimento da política partidária. Para uma descrição do conteúdo da legislação partidária anterior, ver Phyllis J. Peterson, "Brazilian political parties...", cit., capítulo 2. Peterson interpreta as mudanças legais como uma tentativa de "aperfeiçoar o funcionamento da democracia por meio de mudanças no sistema legal" (p.62), e não como parte de uma tradição mais ampla de regulamentação estatal. Para uam discussão sobre o Estado e as organizações de interesses no Brasil, ver Philippe Schmmitter, *Interest conflict and political change in Brazil* (Stanford University Press, 1971).

de Ética Partidária, Conselhos Fiscais e Consultivos e Departamentos Trabalhistas, Estudantis e Femininos. A maioria de uma bancada podia, através da liderança partidária, requerer a convocação de qualquer órgão de direção do partido, no nível apropriado, para tratar de matérias específicas. Os casos em que os órgãos partidários superiores poderiam interferir nos inferiores eram também especificados (Art. 27), juntamente com os termos de eleição da liderança partidária, o funcionamento dos congressos dos partidos, e o direito de neles participar, as regras para a formação de organizações partidárias municipais e os procedimentos de deliberação dos diferentes órgãos.

A filiação dos membros do partido era de responsabilidade do Diretório Municipal, devendo para isso utilizar-se de uma ficha oficial aprovada pelo Superior Tribunal Eleitoral. Ela deveria ser preenchida em três vias e, depois de aceita pelo partido, tinha de ser mandada para a Justiça Eleitoral para ser autenticada e ter uma das cópias arquivada. Das duas vias restantes, uma ficava com o partido e outra voltava para o membro a ele filiado.

A Lei Orgânica dos Partidos Políticos também cobria a disciplina partidária interna, especificando as condições para a suspensão e expulsão de membros do partido e a perda de mandatos parlamentares por infração das posições partidárias. Além disso, regulamentava as finanças e os métodos contábeis dos partidos; os relatórios financeiros teriam de ser regularmente submetidos à Justiça Eleitoral. Os partidos eram proibidos de receber auxílio financeiro de pessoas e organizações estrangeiras, órgãos do Estado (inclusive empresas estatais), empresas privadas ou sindicatos (Art. 91).

O título VIII, relativo ao Fundo Partidário (Fundo Especial para a Assistência Financeira dos Partidos Políticos), discutia a constituição, administração e distribuição de fundos estatais para os partidos. As doações privadas, cujo volume era limitado, deveriam ser publicadas ao final de cada ano no *Diário Oficial da União*, juntamente com o relatório sobre a utilização desses fundos (Art. 95, IV, 2). Dez por cento do fundo partidário administrado pelo Estado devia ser dividido igualmente entre os partidos; e os restantes 90% teriam de ser repartidos proporcionalmente entre eles, segundo suas respectivas bancadas na Câmara dos Deputados (Art. 97). Esses fundos deveriam ser redistribuídos no interior dos partidos pelos

Diretórios Nacionais, sendo pelo menos 80% deles destinados às seções regionais, proporcionalmente ao número de representantes que cada região tinha em suas Assembleias Legislativas estaduais. A proporção desses fundos a ser redistribuída para os órgãos partidários em nível regional e local era também estipulada por lei, cabendo a maior parte às áreas eleitoralmente mais fortes (Art. 99).

O valor monetário proveniente do fundo partidário poderia ser usado para a manutenção das instalações físicas do partido, pagamento de pessoal (até 20% do total recebido), propaganda política, recrutamento, realização de eleições, fundação e manutenção de institutos de educação política e treinamento de quadros partidários (Art. 105). Os relatórios financeiros em que se discriminaria o uso desses fundos deveriam ser apresentados anualmente ao Tribunal de Contas da União.[5]

Tais exigências rigorosas para a formação dos partidos favoreciam claramente os que já contavam com organizações partidárias locais herdadas, principalmente quanto ao número de membros e à estrutura. O PDS copiava essencialmente as estruturas da ARENA. O PMDB e o PP,[6] antes de sua fusão com o PMDB, podiam utilizar-se das organizações locais do antigo MDB para facilitar sua legalização; entretanto, ambos tiveram de realizar um significativo trabalho extra de organização, já que o MDB não tinha um número suficiente de estruturas locais em funcionamento para enquadrar-se automaticamente na nova legislação. Para o Partido dos Trabalhadores, cuja concepção era tão nova quanto sua organização, preencher os requisitos da lei significava essencialmente partir da estaca zero.

Ao criar o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, como sucessor do MDB, seus líderes esperavam manter o ímpeto e a legitimidade que o partido conseguira acumular desde as eleições de 1974. Embora as elites mais conservadoras da oposição também formassem sua própria agremiação, o Partido Popular, PP, sua intenção era participar de coligações com o PMDB nas eleições para o Senado e para o governo dos estados. O pacote eleitoral de novembro de 1981, que estendia a todos os

[5] Ver *Legislação eleitoral partidária*. Um resumo mais detalhado da legislação se encontra em Margaret E. Keck, "From movement to politics...", cit., p. 228-34.

[6] O Partido Popular, partido democrático conservador cujos fundadores incluíam o empresário paulista Olavo Setúbal e o político mineiro Tancredo Neves. O PP fundiu-se com o PMDB no final de 1981.

cargos eletivos a proibição de formar coligações como estipulado pela reforma de 1979 para as eleições municipais e do Congresso, tornou isso inviável. Consequentemente, o PP fundiu-se ao PMDB sob o nome deste último. Aparentemente, a determinação dos militares de controlar com mão firme o processo acabou por se voltar contra eles, com a fusão dos dois maiores partidos de oposição. Nem a regra anticoligação que imaginou beneficiar o PDS ao supor a divisão da oposição, nem os militares parecem ter previsto a possibilidade de uma fusão. Desta forma, o PMDB assim ampliado entendeu que sua vocação consistia em manter unida uma oposição da qual era o legítimo representante.

Os dois partidos que deliberadamente ficaram fora do quadro de um "consenso de oposição" foram o Partido Democrático Trabalhista, PDT, de Leonel Brizola, e o Partido dos Trabalhadores. A tentativa de Brizola de reavivar o carisma do antigo PTB se frustrou quando, após a reforma partidária, ele perdeu a batalha pelo nome do PTB para Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas. Então contra-atacou com a formação do PDT, pretendendo fundir a política trabalhista tradicional brasileira com uma orientação socialdemocrata mais moderna. Na verdade, em seus primeiros anos de existência, o PDT organizou-se, sobretudo em torno da personalidade de Brizola. (O PTB de Ivete Vargas não poderia ser realmente chamado de partido "de oposição": ele servia principalmente como veículo de candidaturas individuais — por exemplo, a de Sandra Cavalcanti no Rio de Janeiro, Jânio Quadros em São Paulo, em 1982, e novamente nas eleições de 1985 para a Prefeitura, e Antonio Ermírio de Morais nas eleições de 1986 para o governo do estado — e frequentemente votava com o PDS no Congresso).

A estruturação do PT

Vários aspectos da legislação partidária tiveram particular relevância no que se refere ao desejo de o PT criar um partido de massa. Em primeiro lugar, a lei especificava o número de membros que um partido teria que recrutar em cada localidade para ser reconhecido e ter o direito de apresentar candidatos nas eleições. O intuito dos organizadores do partido de garantir que seus membros fizessem uma escolha politicamente consciente ao se filiarem à agremiação nem sempre foi viável durante o período de legalização. Em segundo lugar, as regras de financiamento que

proibiam doações por parte de organizações e exigiam que todos os doadores constassem de uma lista no relatório oficial enviado ao estado, juntamente com a proibição constante da legislação trabalhista de que os sindicatos mantivessem relações formais com os partidos políticos, fizeram com que o PT não pudesse contar com o tipo de base financeira típico de muitos partidos políticos de base operária, como, por exemplo, o Partido Trabalhista britânico, que foi essencialmente financiado pelos sindicatos, e o Partido Socialdemocrática sueco. Há exceções: confrontando-se com uma regulamentação semelhante, os socialdemocratas alemães conseguiram instituir uma estrutura viável de pagamento de quotas.

A Declaração Política tirada por ocasião da reunião de fundação do PT em São Bernardo deixava claro que o objetivo era criar um partido legalmente reconhecido, como atesta o trecho abaixo:

> A ideia do Partido dos Trabalhadores surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende das fábricas aos bairros, dos sindicatos às Comunidades Eclesiais de Base, dos Movimentos contra a Carestia às associações de moradores, do movimento estudantil às associações profissionais, do Movimento dos Negros ao Movimento das Mulheres, e ainda outros, como os que lutam pelos direitos das populações indígenas.

O partido deveria ser um **canal** através do qual esses grupos poderiam organizar-se e participar politicamente, transformando a visão dominante da política como esfera de atividade de elite em uma nova concepção de construção de uma democracia de base. O partido deveria ser uma **organização nacional**, criando as condições para tornar possível uma democratização real das instituições políticas e da sociedade a médio e longo prazos. Para colocar o poder econômico e político nas mãos dos trabalhadores, o PT tinha de construir uma organização **internamente democrática**, cujas decisões e programas deveriam vir das bases.[7]

O partido não criou estruturas de organização imediatamente após a reunião de São Bernardo e por algum tempo não estava claro qual era o apoio real com que contava sua proposta, nem quem tinha direito de falar em seu nome. Em alguns estados, já havia grupos em formação para

[7] Partido dos Trabalhadores, "Declaração Política", São Bernardo do Campo, 13 de outubro de 1979.

convocar encontros do partido; em outros, como Minas Gerais, os líderes sindicais apresentavam comunicados qualificando de precipitada a sua formação. Em meados de novembro de 1979, os organizadores do PT em São Paulo finalmente decidiram criar secretariados de organização e formação de núcleos,[8] finanças e imprensa, estabelecendo comissões para organizar as reuniões. Por essa época, constava que existiam organizações pró-PT em quatorze estados.

Um problema que causava certa preocupação nos primeiros meses de existência do partido era saber se o PT seria ou não julgado um "partido de classe" e, assim, proibido em virtude do Art. 5 da Lei de Reforma Partidária. Isso exigiu que seus líderes considerassem quais eram as opções alternativas.[9] Para Lula, o fato de o PT ser ou não declarado legal importava menos que o processo educativo de discussão do partido pelos operários e a organização dos seus núcleos de base. Jacó Bittar chegou a dizer que, se o PT não tivesse sido registrado até 1982, apoiaria os candidatos do partido que sucedesse a "tendência popular" do MDB.[10] Não obstante, todas as declarações iniciais diziam que o PT pretendia ser um partido legal e seus líderes logo começaram a manifestar mais confiança em seu futuro. Embora fosse improvável que o PT conseguisse garantir seu registro através da adesão de 10% dos membros do Congresso, Lula insistia em que o partido se apresentaria às eleições de 1982 em pé de igualdade com os outros.[11]

Criar um novo partido de baixo para cima, sem poder contar, para começar, com uma grande base parlamentar, constituía uma tarefa particularmente difícil e, assim, os organizadores do PT decidiram publicar o manifesto tão tarde quanto possível, visando ganhar tempo para se organizar nos municípios.[12] A primeira etapa do processo de legalização

[8] O uso que o PT faz do termo *núcleo* corresponde à definição de núcleos feita por Sartori: "unidades mínimas e locais de base... o nível de análise de núcleos inclui os militantes e os participantes do partido". Giovanni Sartori, *Parties and party systems: a framework for analysis* (Cambridge, Cambridge University Press, 1976), p. 73-4.

[9] Uma reunião para discutir esta questão foi realizada em São Bernardo em 21 de novembro, com a participação de Jacó Bittar, Lula, Henos Amorina, Olívio Dutra, Francisco Weffort e José Álvaro Moisés.

[10] "PT não pretende adiantar-se ao anseio da base", *Folha de S. Paulo*, 25 de novembro de 1979.

[11] "Trabalhadores", *O Estado de S. Paulo*, 30 de novembro de 1979.

[12] No dia 4 de dezembro, Lula, Wagner Benevides, Olívio Dutra, Jacó Bittar e intelectuais envolvidos no PT reuniram-se na casa de Vinicius Brant para discutir como isso poderia ser

ocorreu em 10 de janeiro de 1980 quando, na sede do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, foi lida uma primeira versão do manifesto do partido. Um mês depois, numa reunião com cerca de mil pessoas no Colégio Sion, em São Paulo, o manifesto foi aprovado e pelo menos quinhentos dos presentes assinaram-no como membros fundadores do partido. Nesse encontro também se decidiu que os membros da comissão de organização continuariam funcionando como Comissão Nacional Provisória até que se pudesse realizar um encontro nacional do partido.[13] Estavam presentes representantes de núcleos locais do partido de dezessete estados. Também foram dadas as linhas gerais de orientação para uma discussão nacional do programa do partido. Ela deveria concentrar-se em seis pontos: método de elaboração, concepção geral, programa para a democracia, programa para a sociedade, programa para a conjuntura e plano de ação.[14]

O objetivo era completar o processo de organização das comissões provisórias em nível estadual e municipal por volta de meados de abril de 1980, ocasião em que se deveria convocar um encontro nacional para discutir o programa e eleger a nova liderança nacional. Na realidade, o processo levou um pouco mais de tempo, em parte por causa da prisão de alguns líderes do PT (inclusive a de Lula) durante a greve de 41 dias dos metalúrgicos, em abril e maio. Apesar disso, em maio foram realizados encontros regionais em dezenove estados para eleger as comissões regionais, e em início de junho aconteceu o encontro nacional.

---

feito. Ver "PT quer sair logo depois da sanção da lei", *Folha de S. Paulo*, 5 de dezembro de 1979.

[13] Eram estes: Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia (SP); Luís Inácio da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (SP); José Cicote, representante do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André (SP); Paulo Skromov, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Artefatos de Couro de São Paulo; Manoel da Conceição, ex-líder camponês que havia sido preso e exilado pelo regime militar; Henos Amorina, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco (SP); José Ibrahim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco na época da greve de 1968, depois da qual foi preso e exilado; Arnóbio Vieira da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itanhaém (SP); Wagner Benevides, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Belo Horizonte (MG); Olívio Dutra, presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre (RS); e Edson Khair, deputado federal do Rio de Janeiro.

[14] Partido dos Trabalhadores, "Pontos para a elaboração do programa", São Paulo, janeiro de 1980. Para discussões sobre o encontro no Colégio Sion, ver: "PT adia eleição da comissão nacional", *Folha de S. Paulo*, 11 de fevereiro de 1980; "PT, um partido que não quer agora o poder", *Jornal da Tarde*, 11 de fevereiro de 1980; *abcd Jornal*, 12-25 de fevereiro de 1980.

Nessa ocasião aprovou-se o programa, mas não os estatutos do partido, em parte devido a desacordos quanto à atribuição de poderes deliberativos ou consultivos aos núcleos partidários.[15] A conferência elegeu uma comissão de juristas com mandato para esboçar uma versão final dos estatutos nos próximos dias.[16] O encontro nacional também aprovou a chapa única apresentada para a Comissão Nacional Provisória, cuja composição resultou de um compromisso entre os sindicalistas que apoiavam Lula e os militantes de esquerda agrupados em torno de José Ibrahim.[17]

No final de setembro de 1980, já se haviam formado comissões no número mínimo necessário de municípios em doze estados (Espírito Santo, Acre, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Goiás, Amazonas, Ceará, Minas Gerais) e esperava-se que a Paraíba e São Paulo a eles viessem juntar-se em pouco tempo.[18] Em 22 de outubro, o PT requereu seu registro provisório ao Superior Tribunal Eleitoral, apresentando documentação sobre a organização de comissões regionais em dezoito estados e, em treze deles, comissões municipais em 647 municípios.[19] O partido também apresentou os nomes de seis deputados federais como seus delegados junto à Justiça Eleitoral.[20] Por decisão unânime, o Tribunal reconheceu em 1º de dezembro

---

[15] Essa questão será discutida em detalhes mais adiante neste capítulo.

[16] Para descrições jornalísticas do Encontro Nacional, ver Movimento, 9-15 de junho de 1980; "PT fará convenção nacional", *O Estado de S. Paulo*, 31 de maio de 1980; "Dirigentes do PT otimistas com seu Encontro Nacional", *Folha de S. Paulo*, 31 de maio de 1980; "Encontro Nacional do PT tende para uma chapa única", *Folha de S. Paulo*, 1º de junho de 1980; "Moderados devem dirigir PT", *O Estado de S. Paulo*, 1º de junho de 1980; "PT não inclui Constituinte em seu programa", *Jornal do Brasil*, 2 de junho de 1980; "Líder de 68 comanda os radicais", *Jornal do Brasil*, 2 de junho de 1980; "Convenção aprova chapa única", *Jornal do Brasil*, 2 de junho de 1980.

[17] Os eleitos para a nova Comissão Nacional Provisória foram Lula, Jacó Bittar, Olívio Dutra, José Ibrahim, Wanderley Farias de Souza (Paraíba), os deputados federais Antonio Carlos de Oliveira (MS) e Freitas Deniz (MA), Luís Soares Dulci (ex-presidente do Sindicato dos Professores de Minas Gerais), Joaquim Arnaldo (da Ação Operária Católica, RJ) e Apolônio de Carvalho (militante esquerdista de longa data, um dos fundadores do PCBR).

[18] *PT Boletim*, 1 (1):1, set. 1980.

[19] Acre, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Piauí, Espírito Santo, Goiás e São Paulo.

[20] Foram estes: Aírton Soares (SP), Antônio Carlos de Oliveira (MS), Domingos de Freitas Deniz Neto (MA), Benedito Marcílio (SP), Luís Antônio Cechinel (SC) e João Cunha (SP).

a conclusão da primeira etapa do processo de requisição de registro provisório do partido.

O PT foi o último dos partidos formados naquele período a solicitar o registro provisório. Uma pesquisa feita pelo jornal Movimento mostrou que, em outubro de 1980, o PDS havia registrado o maior número de comissões provisórias, chegando a 3.066, seguido pelo PMDB, com 2.127. O PP era o próximo, com 869, vindo em seguida o PT com 625, o PDT com 558 e o PTB com 334.[21] Os números demonstram que os partidos sucessores de organizações partidárias anteriormente existentes levavam vantagem, como ocorreu no caso do PDS (que sucedia a ARENA) e do PMDB (como sucessor do MDB).

O passo seguinte consistiu na criação de diretórios municipais em um quinto dos municípios de nove estados. Isto significava que, em cada localidade, os organizadores do partido tinham que filiar pelo menos o número mínimo de membros exigido pela legislação, tendo ainda que realizar convenções para eleger os diretórios e fazer com que os documentos básicos do partido fossem aprovados pelos seus membros. Embora a legislação partidária não estipulasse o número de membros do partido necessários para a realização de um congresso, os estatutos do PT exigiam a presença de pelo menos 10%. Esta era uma medida destinada a desencorajar a formação de unidades locais que existissem apenas no papel.

Em junho de 1981 o PT declarava já possuir cerca de duzentos mil afiliados e pôde realizar encontros municipais em dezoito estados, conseguindo preencher os requisitos legais em dez deles.[22] Quando em setembro se realizaram encontros em dezesseis estados, o partido contava com cerca de 212.000 membros, tinha sua documentação em ordem em treze estados e decisões pendentes na Justiça Eleitoral sobre outros três.[23]

Ver "PT pede registro que deve sair até fim de novembro", *Folha de S. Paulo*, 23 de outubro de 1980.

[21] Para uma divisão estadual das organizações partidárias em outubro de 1980, ver Margaret Keck, "From movement to politics: the formation of the Workers' Party in Brazil", cit., tabela 4.1, p. 245.

[22] Acre, Amazonas, Maranhão, Piauí, Ceará, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Espírito Santo. Ver "PT cumpre primeiras exigências", *Folha de S. Paulo*, 22 de junho de 1981; "PT atende à lei só em dez estados", *Folha de S. Paulo*, 30 de junho de 1981.

[23] Além dos dez mencionados acima, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram reconhecidos legalmente, e as decisões estavam pendentes em Minas Gerais, Paraíba e Pará.

No encontro nacional realizado em Brasília em 27 de setembro, o estado de ânimo dos membros do partido era triunfante; eles haviam superado obstáculos aparentemente impossíveis e a legalização parecia assegurada. O Partido dos Trabalhadores teve seu registro provisório oficialmente concedido em 11 de fevereiro de 1982.

A composição do partido

Para preencher os requisitos legais a tempo de participar das eleições seguintes, os fundadores do partido tiveram de apelar a líderes de grupos já organizados. A difusão das organizações de base no final dos anos 70 havia produzido uma série de novos líderes populares que, segundo era de esperar, simpatizariam com os objetivos do PT.[24] As áreas mais importantes de recrutamento nas fases iniciais do partido encontravam-se em alguns desses grupos, entre os membros do Congresso que se identificavam com a "tendência popular" do PMDB, líderes sindicais e de movimentos de base, membros das Comunidades Eclesiais de Base e da esquerda organizada.

Dada a crescente determinação de legalizar o partido, as discussões entre os organizadores do PT e os membros da "tendência popular" do MDB intensificaram-se em janeiro de 1980. Em meados do mês, o deputado federal Aírton Soares (SP) anunciou sua adesão e sua intenção de tentar levar consigo, para o partido, outros deputados que pensavam como ele. José Eudes, congressista do estado do Rio de Janeiro, também filiou-se nessa época. Embora cortejassem estes e outros líderes parlamentares, os organizadores do PT continuavam a resistir ao desejo de muitos deputados de ver fundirem-se em um só partido o PT, o PMDB e PTB (o de Brizola); reunindo-se com parlamentares, Jacó Bittar declararia que "as nossas bases querem participar do processo de formação da agremiação e não aceitam que ela seja criada de cima para baixo".[25]

Ver "PT mobiliza 212.000 filiados para convenções em 16 estados", *Jornal do Brasil*, 6 de setembro de 1981.

[24] Vários autores já notaram a tendência dos membros desses partidos de participar em organizações de outros tipos. Ver, por exemplo, Samuel H. Banes, "Party democracy and the logic of collective action", em William J. Crotty, ed. *Approaches to the study of party organization* (Boston, Allyn and Bacon, 1968), p. 118-9.

[25] "PT procura os descontentes", *O Estado de S. Paulo*, 15 de janeiro de 1980.

Na Assembleia Legislativa de São Paulo, um pequeno grupo descontente com o PMDB mostrava-se cada vez mais interessado no PT. Anunciando seu apoio a ele em 16 de janeiro, Geraldo Siqueira mencionaria entre as razões que justificavam sua atitude a estrutura autoritária do PMDB, "que pouco espaço está dando para a participação dos movimentos sociais na direção do partido" e o fato de achar que, como uma frente política de muitas tendências, o PMDB era uma organização intrinsecamente instável a longo prazo e provavelmente responderia à deterioração da situação econômica "coadministrando a crise ao invés de enfrentar o regime".[26]. Discussões semelhantes também ocorriam no Congresso Federal, mas, ainda que muitos demonstrassem interesse pelo partido, poucos decidiam filiar-se a ele. No final de fevereiro de 1980, os deputados estaduais de São Paulo Eduardo Suplicy, Irma Passoni, Marco Aurélio Ribeiro e Geraldo Siqueira já se haviam filiado e começavam a organizar o partido a nível parlamentar. Na Assembleia Legislativa, decidiu-se que a posição de líder do partido seria ocupada por um sistema de rodízio. Além disso, alguns parlamentares começaram a acompanhar Lula e outros organizadores do PT em visitas a outros estados, o que lhes deu uma posição de destaque nas notícias divulgadas pela imprensa sobre esses eventos.

Concentrar-se na tarefa de trazer grupos organizados para o partido era uma maneira de construir rapidamente um conjunto de membros de tamanho razoável. Não obstante, a tentativa de recrutar membros do Congresso, somada à decisão de alguns grupos organizados de esquerda de entrar em massa no PT, colocou numa posição desconfortável muitos dos líderes operários envolvidos na organização do partido. Lula preocupava-se com o fato, temendo que os deputados que estavam sendo recrutados pudessem não representar o desejo dos trabalhadores, e insistia em afirmar que a única garantia para um candidato (referindo-se aqui à possibilidade de haver eleições municipais em 1980) era sua capacidade de se organizar no meio operário.[27] Apesar disso, continuavam as iniciativas no sentido de recrutar indivíduos proeminentes, inclusive um encontro entre Lula e artistas populares como Chico Buarque, Simone, Gonzaguinha e o MPB-4.

[26] "PT tem apoio de deputado", *O Estado de S. Paulo*, 16 de janeiro de 1980.
[27] "PT deseja disputar a eleição de 80", *O Estado de S. Paulo*, 24 de janeiro de 1980.

Em Goiás, os irmãos Santillo tentavam organizar o PT ganhando o apoio de vereadores, prefeitos e outros líderes locais.

A questão da assimilação das organizações de esquerda no interior do partido também representava um motivo de sérias preocupações. Numa reunião na Assembleia Legislativa de São Paulo realizada em janeiro de 1980, Lula fez uma de suas primeiras referências públicas ao problema, dizendo que "alguns grupelhos tentaram fechar as portas do partido e atrapalhar a sua formação. Mas esses grupelhos desaparecem normalmente, quando pessoas sérias assumem o comando da agremiação".[28] Lula estava convencido de que o aumento da participação da classe trabalhadora no partido eliminaria de maneira orgânica o perigo do sectarismo, tornando desnecessários os "rachas" e as expulsões.[29]

A variedade de organizações de esquerda que encontrou abrigo no PT, bem como sua importância para dar ao partido seu impulso inicial de organização e recrutamento, tornou o problema bem mais complexo do que poderia parecer. Além disso, já que esses grupos eram tecnicamente ilegais, discutir publicamente a dupla militância de um indivíduo era considerado o mesmo que denunciá-lo à polícia. Assim, promover uma discussão franca e aberta sobre a questão da dupla militância, referindo-se claramente aos que a praticavam, tornava-se algo impossível; ao contrário, tal questão só poderia ser discutida em abstrato.

No início dos anos 80, os maiores grupos da esquerda organizada — o Partido Comunista Brasileiro, PCB; o Partido Comunista do Brasil, PC do B; e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, MR-8 — haviam decidido trabalhar no interior do PMDB. Muitos dos grupos menores demonstravam uma inclinação pelo PT. Alguns, como a Convergência Socialista, desde o início haviam-se envolvido na discussão sobre a criação de um partido dos trabalhadores. No entanto, as atitudes desses grupos com relação à natureza do seu envolvimento com o novo partido variavam muito. Alguns, como a Fração Operária, FO, achavam que o PT poderia transformar-se em um partido revolucionário, apesar do que, segundo eles, seria sua confusão ideológica inicial e, assim, decidiram dissolver-se enquanto grupo no

[28] "Fernando Henrique quer grupo que coordene oposições", *Folha de S. Paulo*, 18 de janeiro de 1980.
[29] "Lula não quer Clube do Bolinha", *Jornal do Brasil*, 18 de janeiro de 1980.

interior do partido. Outros, como o Movimento pela Emancipação do Proletariado, MEP, argumentavam que o PT era válido enquanto frente política dos operários e que de nada adiantava lutar para transformá-lo em um partido revolucionário. O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, PCBR, e a Ação Popular Marxista-Leninista, APML, viam o PT como uma tentativa tática de criar um movimento de frente ampla popular para derrubar a ditadura. A extrema fragmentação desses pequenos grupos, a maioria dos quais tivera origem no movimento estudantil, geralmente impedia que trabalhassem juntos de forma efetiva. Pelo menos de início, a tendência era que cada um desenvolvesse sua própria área de atuação no interior do partido e entrasse em disputa com os outros, posicionando-se, além disso, contra as pretensas tendências "reformistas" do PT.[30] Sua existência efetivamente precária fez com que, para eles, a participação no PT se transformasse em uma oportunidade atraente de envolver-se em uma atividade abertamente militante; quase todos consideravam o PT como uma formação tática contingente, que prefigurava o surgimento de um partido operário verdadeiramente revolucionário. Assim, o PT transformava-se em uma arena adequada para se promover a luta ideológica entre os trabalhadores. Embora os grupos fossem pequenos, seus militantes mantinham um impressionante nível de atuação e pareciam aos membros do partido que vinham das bases sindicais e dos movimentos populares, excepcionalmente articulados (embora muitas vezes incompreensíveis). A capacidade de falar bem era um recurso valioso, dado o conteúdo altamente retórico do discurso político no Brasil e a tradição de deferência para com as pessoas que podiam interagir com autoridade demonstrando confiança.[31]

Os parlamentares interessados no PT preocupavam-se especialmente com a esquerda organizada. O deputado Aírton Soares acusava os seus membros de dificultarem a organização do partido por fazerem caso de pequenos detalhes em questões de menor importância. Em fevereiro realizaram-se muitas reuniões entre sindicalistas e parlamentares para se discutir o problema da dupla militância e estudar os meios de aumentar a

[30] Para discussões resumidas de posições da esquerda quanto ao PT, ver "A crise da esquerda e o PT", *Em Tempo*, 10-16 de janeiro de 1980, p. 111; "O que a esquerda pensa do PT", *Em Tempo*, 19 de junho-2 de julho de 1980, p. 2; e Flávio Andrade, "Um partido ou uma frente?", *Em Tempo*, 19 de junho-2 de julho de 1980, p. 3.

[31] Sobre este último ponto, ver Teresa Caldeira, "Electoral struggles in a neighborhood on the periphery of São Paulo", *Politics and Society*, 15 (1), 1986-1987.

participação dos trabalhadores, de modo a garantir que o PT não se transformasse em uma frente. Em 22 de fevereiro, depois de um encontro da Comissão Nacional Provisória em que se debateu essa questão, Lula declarou que "não é papel do PT fiscalizar grupinhos. Entendemos que essa é uma atribuição da polícia. Mas todos os que entrarem no PT precisam deixar de ser \`partidinhos' para ajudar na formação de um partido de massa, esquecendo propostas inviáveis".[32] A Comissão Nacional Provisória realizou uma série de encontros com líderes sindicais, parlamentares e intelectuais no escritório de Aírton Soares para evitar que os problemas ligados às facções fossem levantados no encontro de abril.

O final de fevereiro também marcou o início da discussão pública sobre o papel das Comunidades Eclesiais de Base na organização do PT. Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, teólogo e organizador das CEBs, disse que, embora provavelmente ainda fosse levar tempo até que se definissem muitos aspectos da estrutura do partido e sua relação com as organizações de base (como os sindicatos e os grupos comunitários), a proposta do PT era a que mais tinha afinidade com a filosofia própria das CEBs, que era a de privilegiar a organização a partir das bases. Ele também observou que o envolvimento das CEBs na política não tinha nada de novo, pois as bases da Igreja haviam ajudado a eleger uma série de candidatos populares em 1978.[33]

Um levantamento realizado em 1982 por Antonio Flavio de Oliveira Pierucci entre vigários de paróquias em São Paulo confirmou a ampla simpatia de que gozava o PT entre os padres e os militantes da Igreja. Entre os vigários de paróquias incluídos na amostra pesquisada, 49% mostravam uma preferência pelo PT, seguindo-se 39,3% para o PMDB, 2,7% para o PDS e 1,8% para o PTB. Outros 3,6% expressavam uma simpatia mais geral por um partido de oposição, mas sem especificar qual.[34] Essa predileção era particularmente acentuada entre padres jovens — 83,3% dos

[32] "Ser um partido de massa é a proposta do PT", *Folha de S. Paulo,* 22 de fevereiro de 1980.

[33] "Comunidade de base julga PT confiável, declara frei Betto", *Folha de S. Paulo*, 23 de fevereiro de 1980.

[34] Antônio Flávio de Oliveira Pierucci, "Democracia, Igreja e voto: o envolvimento dos padres de paróquia de São Paulo nas eleições de 1982" (tese de doutoramento, Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1984), tabela 3.25, p. 227.

que tinham até 35 anos eram favoráveis ao PT.[35] As respostas à questão sobre os partidos para os quais os militantes leigos católicos de suas paróquias haviam trabalhado nas eleições de 1982 produziram os seguintes resultados: em 1,3% dos casos, eles haviam trabalhado para o PDS; em 11,2%, para o PMDB; em 21,3%, para o PT; em 28,8% dos casos, alguns haviam trabalhado para o PT e outros para o PMDB; em 3,7%, alguns haviam trabalhado para o PT, outros para o PMDB e alguns para outros partidos de oposição; em 28,7% dos casos os militantes leigos trabalharam para todos os partidos (inclusive o PDS); e Solo dos pesquisados responderam que não sabiam.[36]

A pesquisa de Pierucci demonstra que ao divulgar entre 1980 e 1981 a forte simpatia pelo PT entre os militantes católicos, a imprensa tinha uma boa base de informação. Entretanto, também demonstra que esse apoio não era monolítico, pois os outros partidos de oposição, especialmente o PMDB, também contavam com um considerável apoio. As eleições de 1982 evidenciaram que o apoio de uma alta porcentagem de padres e militantes leigos geralmente não era suficiente para garantir uma porcentagem igualmente alta do voto católico para o PT. Entretanto, essa distinção ainda não era aparente no período em que se dava a organização do partido; um certo tipo de afinidade eletiva entre ambas as formas de organização, a que se referia Frei Betto, juntamente com o apoio visível de muitos padres e militantes leigos, especialmente nas paróquias das zonas operárias, era suficiente para produzir uma avaliação logo transformada em "senso comum", segundo a qual a Igreja estava com o PT.

Assim, durante o primeiro ano de existência do partido, o recrutamento feito em diferentes grupos envolvia, para os seus organizadores, algo como uma busca do equilíbrio. Entre os membros do Congresso que de início haviam demonstrado interesse pelo PT, vários desistiram, alguns porque tinham objeções quanto ao papel da esquerda organizada, outros por diferenças com relação a questões específicas (se se devia ou não apoiar uma campanha pela Assembleia Constituinte, por exemplo), e outros por não serem capazes de desempenhar no partido o tipo de papel de liderança a que se julgavam intitulados. Também saíram do PT algumas poucas facções de esquerda que o haviam originalmente apoiado.

[35] Idem, ibidem, p. 237.
[36] Idem, ibidem, p. 206.

Nesse período, era extremamente difícil, para os fundadores do partido, avaliar a importância desses diferentes tipos de agrupamentos; para se ter uma ideia mais precisa, seria necessário esperar até depois das eleições. À medida que o processo de organização partidária foi desenvolvendo-se, o alvo das atenções transferiu-se dos líderes conhecidos para o recrutamento em massa de novos membros. Entretanto, a capacidade de o PT atrair novos afiliados em diferentes regiões do país relacionou-se intimamente com o perfil daqueles que haviam sido os porta-vozes iniciais da ideia do partido numa dada região.

A dinâmica regional da formação do partido

O processo de formação do partido ocorreu de várias formas distintas, de acordo com a natureza do grupo que assumiu a responsabilidade pela sua organização em cada estado. Isso, por sua vez, dependeu principalmente dos contatos que o núcleo do grupo de organização de São Paulo mantinha com o resto do país (bem como com o interior do estado).

Muitos casos ilustram esta variação; vamos examinar alguns que são exemplares. A tentativa dos fundadores do partido de convencer os líderes sindicais do Rio de Janeiro a serem os porta-vozes da proposta do PT, por exemplo, foi em grande parte um fracasso. Embora alguns líderes sindicais acabassem finalmente por ingressar no partido, eles não foram os seus principais articuladores no Rio. Devanir Ribeiro, líder do PT em São Paulo e também dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo nesse período, admite que foi surpreendido pela situação que ali encontrou: os líderes sindicais que se haviam aliado ao grupo de São Paulo em questões relativas ao "novo sindicalismo" reagiram negativamente à proposta de um partido. Isto se devia em parte à importância do Partido Comunista e outros grupos menores como o MR-8 no movimento sindical do Rio; essas organizações haviam decidido continuar a trabalhar no interior do PMDB e tinham bastante influência em sindicatos importantes do Rio, como o dos metalúrgicos e dos bancários. Assim, os porta-vozes iniciais da proposta do PT no Rio não foram os sindicatos, mas um amálgama relativamente conflituoso de estudantes e intelectuais, grupos comunitários organizados com base em trabalhos de bairro e dois parlamentares que negaram reciprocamente a sinceridade um do outro ao se proporem a encaminhar a

organização do partido (Edson Khair e José Eudes). O conflito desencadeado pela questão de saber quem deveria controlar o Partido dos Trabalhadores no Rio enfraqueceu-o de maneira significativa desde o início.

Os problemas do Rio (que também deveriam se colocar em outras partes) resultaram de dois fatores principais: em primeiro lugar, a falta de experiência do núcleo de organização de São Paulo ao avaliar seus aliados potenciais;[37] em segundo, o fato de não terem levado em conta as diferenças muito claras existentes entre a base potencial do partido no Rio e em São Paulo. O núcleo organizacional paulista ficara desapontado com a recusa de os sindicatos do Rio, em especial os da indústria, apoiarem o PT. Entretanto, mais de 70% da população economicamente ativa desse estado está empregada no setor de serviços. Embora os sindicatos e associações de trabalhadores do setor de serviços passassem a ter uma força significativamente maior nos anos 80, no momento em que se formava o PT a maioria deles era ainda bastante fraca. O mais importante sindicato dos trabalhadores desse setor no Rio naquele período era provavelmente o dos bancários, cuja liderança, próxima do Partido Comunista, decididamente não era favorável ao PT. Apesar de a militância sindical constituir um importante fator de mobilização em alguns momentos no Rio, ela não desempenhou o mesmo papel agregador que teve em São Paulo nem foi a ponta-de-lança da política do movimento no estado. A heterogeneidade fragmentação da política do movimento no Rio acabou de fato por se refletir no PT, mas ainda em seu estado fragmentário. Embora o partido fosse legalizado nesse estado, demorou bastante até que ele encontrasse sua identidade. Militantes dos movimentos de bairro que apresentavam reivindicações importantes de um ponto de vista local, intelectuais com orientações ideológicas definidas que procuravam produzir um discurso "correto", comunidades de base da Igreja que salientavam a importância da participação em nível micro-organizacional, ativistas dos direitos dos homossexuais, líderes dos movimentos feministas e ecologistas conviviam com dificuldade no interior do partido. A diversidade era tanta que, nos seus primeiros anos de existência, nenhum grupo conseguiu imprimir uma marca permanente ao partido no Rio tal como o movimento operário fizera

[37] Isso foi especialmente notável no caso do parlamentar Edson Khair, imediatamente aceito como líder do partido em virtude da sua posição, e não porque representasse um eleitorado importante, e cuja fidelidade ao projeto do PT desapareceu assim que sua liderança foi contestada.

em São Paulo, e o partido claudicava, mal sobrevivendo no papel. Em 1986 uma aliança eleitoral com o então emergente Partido Verde em torno da candidatura de Fernando Gabeira, escritor e militante ecológico[38] ao governo do estado, revigorou o PT no Rio, ajudando a dar-lhe uma repercussão que até então lá nunca tivera.[39] (Ironicamente, embora os fundadores do Partido Verde vissem a aliança como um meio de organizar seu próprio partido, ela provavelmente representou uma ajuda maior para o PT.) O caso do Rio foi exemplar para pôr em relevo, quase desde o início, as dificuldades envolvidas na coexistência potencialmente rica no interior do PT entre uma concepção tradicional da política e da organização operárias, que salientava objetivos quantitativos, e a concepção de uma "nova política", enfatizando preocupações de ordem qualitativa.

O Acre é um exemplo de estado onde os organizadores do PT tiveram um sucesso inicial maior em virtude de trabalharem com uma base bem mais homogênea. Lá, o grupo básico para a organização do partido era constituído, por um lado, pela rede das comunidades de base da Igreja e, por outro, pelos sindicatos rurais (que, na verdade, eram estreitamente vinculados às comunidades de base). O terreno político no Acre fora relativamente bem preparado para o surgimento de um partido como o PT. Em 1978, os militantes da Igreja e dos sindicatos, trabalhando em conjunto com intelectuais locais, haviam organizado uma frente popular das forças progressistas para influenciar as eleições. Em vez de concorrer com candidatos próprios, a frente apresentara aos candidatos do MDB um programa a ser endossado por aqueles que apoiassem os pontos ali contidos. Portanto, seus membros haviam-se engajado de corpo e alma na campanha desses candidatos, ajudando a eleger vários deles.[40] Além disso, dois anos antes da criação do PT, as comunidades de base do Acre haviam lançado um documento, o "Decálogo da Participação Partidária", que reclamava a

[38] Gabeira teve uma história interessante. Sua decisão de entrar num grupo guerrilheiro, no fim dos anos 60, é narrada em sua autobiografia ficcionalizada *O que é isto, companheiro?* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982); em dois livros subsequentes, ele narra suas experiências no exílio, sua volta ao Brasil e sua conversão gradual de uma política de esquerda mais convencional para a política ecológica.

[39] Sobre a relação entre os ecologistas e o PT, ver Eduardo J. Viola, "The ecologist movement in Brazil (1974-1986): from environmentalism to ecopolitics", *International Journal of Urban and Regional Research, 12* (2), jun. 1988, especialmente p. 218-27.

[40] Entrevista com Nilson Morão, candidato do PT a governador em 1982, Rio Branco, Acre, 19 de dezembro de 1982.

criação de um partido que oferecesse às bases uma oportunidade de participação e acesso a posições de liderança, que defendesse os direitos dos oprimidos e buscasse mudanças sociais, que se levantasse contra a ditadura e todas as formas opressivas de poder, que lutasse pela independência econômica do Brasil e que tivesse uma orientação socialista, isto é, tivesse por objetivo colocar o poder econômico nas mãos da população organizada.[41] Quando o PT se formou, muitos viram nele a encarnação desses princípios, o que lhe granjeou grande simpatia desde o início.

Muitos fatores peculiares existentes na situação do Acre contribuíram para fazer com que o PT tivesse uma boa acolhida no estado. Em primeiro lugar, o partido contava com o apoio do delegado da Confederação dos Sindicatos Rurais (CONTAG) na área, João Maia, que gozava de considerável prestígio pelo fato de o sindicato ter conseguido forçar o governo a fazer concessões com relação a apropriações de terra. Em segundo lugar, os líderes das comunidades da Igreja por quase todo o Acre parecem ter sido mais ostensivamente politizados que na maioria dos outros estados, provavelmente porque o bispo, Dom Moacyr Grechi, mostrara-se disposto a aceitar um grau maior de politização das comunidades desde que elas preenchessem sua função religiosa. Como responsável pela Pastoral da Terra, Dom Moacyr fora vítima de violentos ataques por parte do governo, que acusava a comissão de imiscuir-se em assuntos alheios à jurisdição da Igreja, exacerbando os conflitos pela posse da terra ao apoiar os camponeses expulsos de suas terras e "fomentar a luta de classes".

Com esse tipo de antecedente, a organização do PT no Acre correu de forma bem menos acidentada que em outras partes do norte e nordeste do Brasil (onde, na maioria dos casos, não contou com o apoio crucial dos sindicatos rurais e, em alguns lugares, como em Pernambuco, não era bem visto pela Igreja). O Acre constitui na verdade o único estado do Brasil em que os diretórios do partido foram organizados em todos os municípios.

Promover a organização do PT por todo o país era uma tarefa árdua para o núcleo dos seus fundadores em São Paulo. As viagens eram caras e não havia recursos para fornecer às organizações partidárias algum dinheiro inicial. Era difícil identificar em outros estados os grupos adequados, capazes de transmitir a mensagem do PT e estruturar o partido. Devanir

[41] Entrevista com Dom Moacyr Grechi, 19 de dezembro de 1982.

Ribeiro, por exemplo, viajou bastante, conversando com líderes sindicais (principalmente metalúrgicos) e representantes de movimentos populares por todo o Brasil. José Ibrahim, responsável pelo Secretariado de Organização na Comissão Nacional Provisória, também viajou pelo país, tentando recuperar as redes de organizações de esquerda dos anos 60, e Lula e outros líderes sindicais do partido procuraram apoio entre os militantes dos sindicatos.

A estruturação do partido na região de São Paulo envolveu em grande parte a ativação de uma vasta teia de contatos pessoais que se ramificava em várias direções. Djalma Bom e Devanir Ribeiro trabalhavam na organização do primeiro núcleo que se tornou a base de um diretório em São Bernardo. Os militantes que lá trabalhavam, mas que viviam em outros lugares foram estimulados a organizar o partido em seus bairros: assim, Devanir organizou a base de um diretório em Vila Prudente e ajudou a fazer o mesmo no Ipiranga, bairro vizinho, e em outros.

O recrutamento de uma rede de pessoas para fazer esse tipo de organização era um processo delicado, na medida em que muitos líderes sindicais, engajados na fundação do PT, temiam confundir seus papéis no sindicato e no partido, ao levarem eles próprios para os portões das fábricas a discussão sobre o PT. Em vez disso, reuniram-se com alguns dos trabalhadores mais ativos nas empresas e pediram-lhes que continuassem o trabalho dali para a frente. Por causa das redes já formadas na região do ABC, evidentemente era mais fácil constituir ali o partido do que em outras áreas menos organizadas. Devanir Ribeiro e Djalma Bom, ambos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, responsabilizaram-se pela organização do partido a nível estadual em São Paulo; a nível nacional, Jacó Bittar e Olívio Dutra foram os principais articuladores. Em meados de 1980, Lula gastou grande parte do tempo envolvido com a negociação dos contratos dos metalúrgicos e com a greve.

A formação de diretórios em novos municípios geralmente começava pelo contato pessoal com amigos ou parentes de um membro do PT ou com líderes sindicais conhecidos numa determinada área. Um membro da liderança do partido dirigia-se em seguida à área para conversar com as pessoas dessa região sobre a proposta. Em outros estados, esse processo normalmente começava na capital, à exceção das poucas áreas do interior em que alguns líderes populares importantes simpatizavam com o projeto

do PT como, por exemplo, em Santarém, Pará, onde o presidente do sindicato rural apoiou o partido desde o início.[42]

A informalidade do processo significava que em muitas áreas os fundadores de organizações do PT eram escolhidos de maneira mais ou menos ad hoc. Em Itapetininga, por exemplo, uma cidade de porte médio do interior de São Paulo, a proposta de formação do PT foi levada adiante por dois membros do partido que ali haviam nascido, mas viviam na capital. Um deles, um jornalista, era um antigo líder estudantil que estivera no exílio por alguns anos, e o outro era um estudante da Universidade de São Paulo. Nos últimos meses de 1980, formou-se em Itapetininga uma comissão provisória, mas de início o partido era integrado, sobretudo por pessoas de classe média, ligadas ao movimento estudantil, o que tornou difícil seu crescimento em bairros mais pobres. As lideranças mais progressistas desses bairros haviam sido dizimadas ou então forçadas a ir embora, por causa da perseguição policial. Em 1982, os fundadores do PT tinham esperanças de que um veterinário recém-chegado na região, além de um empregado de escritório, ambos favoráveis ao partido, ajudassem a ampliar o seu trabalho no setor rural. Entretanto, a fraqueza que o partido continuou a demonstrar nessa região resultava em parte de sua falta de implantação na área a partir de questões locais.

Nos locais onde o partido construiu-se a partir de organizações fortes já existentes (mas não necessariamente o movimento operário), a situação era diferente. Em Cubatão, por exemplo, militantes ligados à questão ambiental ou ao movimento por transportes incluíram-se entre os organizadores do partido; em Sumaré, o PT ganhou força a partir do envolvimento de militantes católicos engajados em vários movimentos comunitários.

A organização interna

A decisão de levar adiante com determinação a tentativa de legalizar o partido, frente a um ceticismo generalizado, foi extremamente importante. Em primeiro lugar, obviamente, os trabalhadores estavam afirmando seu direito de ocupar um espaço político público e fazer com que uma organização por eles mesmos criada fosse reconhecida por lei. Em segundo lugar, de um ponto de vista organizacional, isto forçou o PT a se lançar

[42] Entrevista com Devanir Ribeiro, 29 de novembro de 1982.

desde o início à procura do maior apoio possível. Mas a decisão de legalizar o partido apesar das dificuldades criadas pela legislação inviabilizou o tipo de processo orgânico que o projeto inicial tinha em vista, qual seja, a conscientização gradual dos trabalhadores, juntamente com o crescimento dos movimentos da sociedade civil e a constituição do partido com base na **participação** em massa de seus membros. Por causa do pouco tempo disponível, era necessário identificar grupos estratégicos capazes de contribuir para a organização rápida dos diretórios e o recrutamento em cada município de um número de membros suficiente para cumprir as determinações legais. A qualidade desse aliciamento foi afetada pela necessidade de rapidez: embora no início houvesse um vasto esforço para assegurar que os novos membros, antes de filiarem-se, tivessem lido e compreendido o programa e os princípios partidários, à medida que o prazo se esgotava, os membros passaram a ser filiados em massa, sem tanta preocupação com sua compreensão efetiva do projeto do partido e sem a garantia de que participariam de um núcleo.

Dois importantes mecanismos organizacionais foram concebidos para garantir que o Partido dos Trabalhadores seria internamente democrático e estimularia a participação de seus membros nos processos decisórios das políticas partidárias. Um foi o estabelecimento de um processo de convenção em dois turnos, mediante o qual, antes da realização de um encontro oficial, cuja composição era determinada pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos, o PT realizaria pré-convenções de que participaria uma amostra mais ampla dos membros do partido. Esses encontros preliminares eram realizados em todos os níveis — municipal, regional e nacional — e constituíam as verdadeiras reuniões deliberativas. Os encontros oficiais do partido eram apenas formais e ratificavam, essencialmente, as decisões já tomadas nas reuniões preliminares.

O segundo mecanismo baseou-se na instituição dos núcleos do partido. Embora aparentemente próxima da unidade básica dos partidos tradicionais de esquerda, a concepção do PT sobre o núcleo também tinha afinidade com a forma de organização das comunidades de base da Igreja, com o mesmo viés profundamente anticentralista que caracterizou os movimentos de que elas participaram. Como desde o início pretendeu-se que o núcleo constituiria a estrutura organizacional básica do partido, todos os membros eram incentivados a integrar-se em um deles. Organizados em

sua maioria a partir do bairro, o número de núcleos variava em cada distrito, dependendo, em grande parte, das origens predominantes do PT na área. Por exemplo, no distrito da Saúde, em São Paulo, onde os militantes católicos (sobretudo os da Pastoral Operária) tinham grande influência, formaram-se cerca de cinquenta núcleos, baseados na tradição dos pequenos grupos das CEBs que procuram maximizar a participação de cada membro. Nas áreas onde era menor a influência de princípios basistas poderia haver apenas um núcleo municipal ou distrital. Com o passar do tempo, a confusão quanto às funções específicas dos núcleos no interior do partido, juntamente com a precariedade do sistema de comunicação intrapartidário, acabou por desgastar esse processo, e muitos dos núcleos que já haviam sido formados no período inicial terminaram por ser absorvidos em comitês eleitorais em 1982 para nunca mais serem reconstituídos.

A organização do partido alicerçada nos núcleos tinha por objetivo constituir uma garantia de que no PT as decisões seriam tomadas democraticamente, com base na participação dos seus membros. De acordo com o Capítulo 6, Título I dos estatutos do partido, os núcleos poderiam ser organizados por bairro, categoria profissional, local de trabalho ou movimento social. Eles deveriam ser o lugar primordial da ação política dos militantes do partido, reforçando os vínculos do PT com os movimentos sociais. Deveriam ainda opinar sobre questões a eles submetidas pelos órgãos de liderança locais, regionais ou nacionais, que, por sua vez, tinham a função de ampliar a discussão sobre questões de interesse para o partido. Deveriam promover a educação política dos membros e militantes do partido e servir como uma garantia da democracia partidária interna. Um terço dos núcleos de um município poderia também forçar a convocação de uma reunião extraordinária do diretório municipal. O Título VII dos estatutos estendia-se um pouco mais sobre o papel dos núcleos, estipulando que eles deveriam ser consultados a respeito de decisões importantes tanto dos diretórios quanto das bancadas do partido.[43]

[43] Os estatutos aqui discutidos são reproduzidos integralmente em Margaret Keck, "From movement to politics...", cit., p. 266-9. Os estatutos do partido são discutidos aqui como uma declaração de intenções, e não como uma descrição do funcionamento real do partido. Fazer com que os parlamentares sejam responsáveis perante a Executiva do partido (art. 73) — e, a critério deste, perante os núcleos (arts. 72, 77) — é um processo difícil de se realizar na prática. A independência das bancadas parlamentares em relação aos órgãos partidários, que ocorre na prática a despeito da obrigação estatutária daquelas de prestar contas (por exemplo, à Conferência Geral, no caso do Partido Trabalhista Britânico), já foi observada em relação a muitos partidos socialistas ou social-democratas. Ver Klaus von Beyme, "Governments, parliaments and the structure of power in political parties", em Hans Daalder e Peter Mair, eds. *Western European Party Systems*, cit.; Lewis Minkin e Patrick Seyd, "The British Labour Party", em William E. Paterson e Alistair Thomas, eds. *Social democratic parties in Western Europe* (New York, St. Martin's Press, 1977), p. 106-7.

As questões de procedimento envolvidas na formação dos núcleos foram definidas com mais precisão num conjunto de resoluções tomadas por ocasião do Encontro Nacional de agosto de 1981. Um núcleo deveria registrar-se no diretório em cuja base territorial funcionasse, ou, se não existisse nenhum outro diretório local, no diretório regional, através de uma carta ao órgão local contendo: o nome dos membros, informações sobre o lugar e a periodicidade de suas reuniões, e o valor de sua contribuição financeira para o partido. Dentro de sessenta dias esta informação deveria ser enviada aos diretórios regional e nacional. Cada núcleo deveria ter um mínimo de 21 membros, a menos que uma justificativa dispensando-o desse requisito fosse apresentada ao diretório regional e por ele aprovada. Os núcleos deveriam reunir-se pelo menos uma vez por mês, tendo um coordenador, um secretário e um tesoureiro. Só poderiam ser registrados se a cada mês dessem ao diretório apropriado uma contribuição financeira regular. Nenhum membro do PT poderia pertencer a mais de um núcleo localizado em sua área de residência. Os núcleos organizados nos locais de trabalho ou no interior de determinados movimentos sociais registrar-se-iam no diretório adequado mais próximo.

Os núcleos teriam o direito de enviar delegados a encontros preparatórios para as convenções, cabendo aos diretórios regionais a fixação de um mínimo de critérios para a representação numérica proporcional. Em nível municipal, zonal e distrital deveria ser estabelecido um Conselho de Representantes dos núcleos, que se reuniria com o diretório quando por este convocado, tendo uma função consultiva.

O Artigo 72 dos estatutos do partido estabelecia que os representantes dos núcleos deveriam estar presentes nos encontros regionais e nacionais, desempenhando um papel consultivo. O número de representantes dos núcleos nos encontros regionais seria determinado pelo diretório regional com assessoria dos diretórios locais, levando em conta tanto o número de membros quanto o de pessoas presentes na reunião

realizada para a escolha de delegados. Ao Encontro Nacional, cada estado teria o direito de enviar, além dos delegados oficiais, um delegado para cada mil de seus membros, a ser escolhido nos encontros preparatórios estaduais.[44]

A atribuição aos núcleos de um papel puramente consultivo no processo decisório do partido foi objeto de acalorado debate por ocasião da aprovação do texto final dos estatutos pela Comissão Nacional Provisória no seu encontro de 23/24 de junho de 1980. O Encontro Nacional realizado no início do mês de junho havia enviado ao grupo de advogados escolhidos para redigir o esboço final do texto uma resolução segundo a qual os núcleos deveriam ser investidos de poder decisório naqueles casos em que a lei não dispusesse em contrário. Embora os advogados houvessem aparentemente encontrado uma forma de contornar o fato de que a lei não previa órgãos partidários dessa natureza, incluindo os núcleos no Artigo 22, Parágrafo 4, da Lei Orgânica dos Partidos referente aos departamentos, a Comissão Nacional Provisória não aceitou esta solução e decidiu fazer dos núcleos órgãos consultivos, ainda que, através do seu poder de convocar reuniões do diretório e exigir que fossem consultados sobre questões de interesse particular, eles de fato tivessem alguma iniciativa própria. Segundo o comentário do jornal *Em Tempo,* alguns membros da Comissão Nacional Provisória temiam que os núcleos, caso lhes fosse reconhecido um poder decisório, pudessem ser instrumentalizados com excessiva facilidade pelos grupos organizados existentes no interior do partido[45] essa era uma das grandes preocupações presentes nas discussões do PT na primeira metade dos anos 80. O debate sobre a atribuição de poder decisório aos núcleos mascarava uma série de questões mais amplas sobre suas funções, tais como saber se eram ou não uma forma apropriada de garantir o acesso efetivo dos movimentos sociais ao partido. Alguns, como Francisco de Oliveira, economista do CEBRAP, que se filiou logo no início ao PT, temiam que uma estrutura celular pudesse estimular uma tendência dos

[44] Partido dos Trabalhadores, "Resoluções sobre Regimento Interno aprovadas no Encontro do PT", s.d.
[45] "Afinal, os núcleos têm poder ou não?", *Em Tempo*, 14-27 de agosto de 1980, p. 5.

membros do partido de se concentrarem mais em disputas partidárias internas que na difusão da sua mensagem.[46]

Em certa medida, a política dos núcleos foi vítima do esforço do partido para conseguir sua legalização. Embora a intenção inicial fosse formar os núcleos para só então criar as comissões provisórias, a necessidade de legalizar o partido exigia que se desse prioridade às comissões.[47] À medida que o PT foi-se encaminhando para a legalização, o processo de formação dos núcleos não conseguiu acompanhar o de filiação dos novos membros. Já em 1982 os líderes partidários começavam a perceber que isto constituía um problema, levando o Secretariado Nacional de Filiação e Nucleação a fazer circular um documento dirigido aos diretórios estaduais e locais que enfatizava a importância de se organizar os novos filiados através dos núcleos. "Os núcleos", dizia o documento,

> são a garantia de que o partido seja construído democraticamente de baixo para cima, ligando os trabalhadores aos movimentos de massa. São eles que identificam e diferenciam, na prática, o PT dos outros partidos, porque eles são o local de discussão dos problemas dos trabalhadores nos bairros, nas fábricas, nas fazendas, nas escolas, nas ruas, como caminho para derrotar a ditadura e construir uma nova sociedade, sem exploradores ou explorados.[48]

Segundo o documento, apenas cerca de 5% dos filiados petistas eram membros de núcleos. Além disso, muitos núcleos e diretórios constavam como existentes apenas no papel, tendo sido criados exclusivamente para enviar representantes às convenções partidárias. Muitos núcleos achavam-se isolados das discussões do partido por falha dos diretórios municipais, que acabavam não fazendo chegar até eles os documentos recebidos; em outros casos, eles tinham apenas uma relação precária com o diretório de sua área. Alguns núcleos eram criticados por funcionarem apenas como grupos de discussão, sem estabelecer ligações concretas com a organização popular. O documento salientava a importância da organização dos núcleos e instava os já existentes a procurar filiar novos membros. Eles eram

[46] Flávio Andrade, "O PT é duplamente revolucionário", entrevista com Cinco de Oliveira, *Em Tempo* 99, 7-21 de fevereiro de 1980, p. 4.
[47] Gilberto Negreiros, "PT demonstra força com base em 15 estados", *Jornal do Brasil*, 5 de outubro de 1980.
[48] Partido dos Trabalhadores, Secretaria de Filiação e Nucleação, "Circular nº 02/82", São Paulo, 25 de março de 1982.

também incentivados a sugerir candidatos para as eleições de 1982 e esperava-se que desempenhassem um papel central na discussão do programa e da plataforma do partido nas eleições.[49]

Uma questão que continuava em debate no interior do partido era a extensão do poder dos núcleos, discutindo-se se deveriam ter uma função consultiva ou deliberativa. No Encontro Estadual realizado em 13/14 de agosto de 1983 em São Paulo votou-se a favor da extensão do seu poder. Entre as medidas destinadas a realizar esse objetivo incluía-se a determinação de que os núcleos registrados e em funcionamento fossem representados nas deliberações dos diretórios municipais e distritais e que aqueles organizados com base em locais de trabalho e categorias profissionais pudessem eleger delegados com direito a voz e voto nas pré-convenções regionais. Ao mesmo tempo, em São Paulo, o partido decidiu tentar descentralizar as estruturas de liderança para aumentar a participação na vida partidária, criando um subsecretariado para o interior do estado e uma sede regional tanto para o interior quanto para a Grande São Paulo. Para coordenar o trabalho dos 55 diretórios distritais da capital, deveria ser criado um Conselho Político da Capital. A conferência também aprovou a decisão de se dar mais atenção à educação política dos membros do partido, tarefa essa que havia sido em grande parte negligenciada no período da legalização e das eleições.[50]

Os estatutos nacionais aprovados em maio de 1984 confirmaram a abertura dos encontros regionais aos representantes de núcleos, com direito a voz e voto, mas não lhes concedeu o direito de voto nos diretórios locais. A justificativa dada para esta última medida era a necessidade de se reforçar primeiro outros níveis decisórios no partido.[51] Ao mesmo tempo, o boletim nacional expressava preocupação com a diminuição do número de núcleos em funcionamento, apontando para o fato de que, embora houvesse um momento em que cerca de 220 núcleos haviam chegado a funcionar no estado de São Paulo, dezenas deles tinham deixado de existir. Os apelos reiterados, a cada convenção do partido, em favor da reativação dos núcleos, evidenciam que este é um problema ainda não resolvido no interior do PT.

[49] Ibidem.
[50] *PT São Paulo*, Edição Especial, setembro de 1983, p. 5.
[51] "Organização: prioridade para os núcleos", *PT Boletim Nacional 7*, 15 de junho de 1984, p. 3.

O recrutamento dos membros

Em 1982, o Partido dos Trabalhadores fixou para si mesmo metas ambiciosas quanto ao recrutamento de novos membros. Seus objetivos eram: criar diretórios em pelo menos 40% dos municípios de cada estado até julho de 1982; ter como alvo os municípios cujo total eleitoral incluísse pelo menos 70% do eleitorado em cada estado; alcançar um milhão de filiados até o final de maio de 1982; garantir que até junho de 1982 30% dos que ainda não eram membros de núcleos se integrassem a eles; fazer com que os diretórios estaduais assumissem a responsabilidade pela tarefa de filiação e nucleação, organizando campanhas nesse sentido no interior do partido e fora dele; e fazer um balanço da situação do partido em cada estado, em termos de sua organização.[52]

No estado de São Paulo, o partido já havia ultrapassado em muito sua meta de organizar diretórios em municípios que incluíssem 70% do eleitorado por ocasião das eleições de 1982. Só no interior do estado, onde o número total de eleitores em 1982 era de 7.597.356, o PT havia organizado diretórios em municípios que compreendiam 5.575.185 eleitores, ou seja, 73,38% do total.[53] No entanto, o partido conseguiu criar diretórios em apenas 26,6% dos municípios do estado (252 em 572) até as eleições de novembro de 1982. Por outro lado, pôde organizar diretórios distritais em todos os distritos administrativos da capital.

Nesse período, os membros do PT concentravam-se desproporcionalmente nas maiores cidades do estado de São Paulo: em 1985, 64,87% dos filiados ao partido no interior estavam em cidades com população superior a cem mil habitantes, enquanto apenas 46,9% da população vivia em cidades desse porte. Isto representava uma concentração maior do que a verificada em outros partidos: para o PMDB, o percentual equivalente era de 43,30%, para o PDT de 49,44%, para o PTB

[52] Partido dos Trabalhadores, Secretaria de Filiação e Nucleação, "Circular nº 02/82", São Paulo, 25 de março de 1982.
[53] As informações sobre a organização dos diretórios provêm de listas de endereços fornecidas pelo Diretório Regional do PT em São Paulo e de arquivos do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. As informações sobre o número de votantes nas eleições de 1982 provêm do Tribunal Regional Eleitoral.

de 52,69% e para o PDS de 23,25%. No entanto, era algo coerente com a tentativa de o PT dirigir sua proposta aos trabalhadores industriais.[54]

O esforço de filiação declinou significativamente após as eleições de 1982, e só ganhou impulso novamente em 1985, após as eleições para as prefeituras nas capitais dos estados. Isto se deveu em parte à desilusão generalizada com os resultados eleitorais de 1982, discutidos em pormenor no capítulo seguinte. Por outro lado, também confirma a importância que os requisitos legais necessários ao registro do partido tiveram no período inicial de sua expansão. As declarações várias vezes reiteradas pelos líderes partidários no início dos anos 80 de que o futuro do PT dependia de seu crescimento contínuo não se traduziram, no próprio partido, em uma política ativa de filiação. Como se verá nos capítulos posteriores, após as eleições, a ênfase deslocou-se para a expansão da influência do partido em outras áreas de organização (sindicatos e movimentos sociais, por exemplo, bem como na campanha de massa pelas eleições diretas em 1984). O declínio do recrutamento depois de 1982 e sua subsequente expansão em 1986 e 1988 também correspondem à hipótese de Bartolini segundo a qual o número de membros de partidos de massa tende a se expandir num ano eleitoral ou pouco depois dele.[55] Podemos ver essa tendência nos números relativos aos membros do PT no estado de São Paulo no período 1982-88.

Tabela 5.1 – Evolução da Filiação do PT – São Paulo

Ano	Interior	Capital
1982	52.421	32.849
1985	60.857	37.231
1986	71.540	40.967
1988	107.489	N.A.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral, São Paulo.

Após um desempenho relativamente bom do partido nas eleições de 1985 para as prefeituras das capitais e antigas zonas de segurança nacional,

[54] Os dados sobre filiação de todos os partidos provêm do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, que forneceu os relatórios relativos ao último trimestre de 1982 e primeiro trimestre de 1985. Esses dados são discutidos num nível de detalhamento substancialmente maior em Margaret Keck, “From movement to politics...”, cit., p. 275-89.

[55] Stefano Bartolini, “The membership of mass parties: the social democratic experience 1889-1978”, em Hans Daalder e Peter Mair, eds. *Western European Party Systems*, cit., p. 195-6.

o número de seus membros voltou a crescer substancialmente, ganhando nova velocidade. Em 1985, o partido não se fazia representar em 350 municípios de São Paulo; já no ano seguinte, ano eleitoral, esse número tinha caído para 288, chegando a 192 em 1988. Seu crescimento foi particularmente impressionante nos 221 municípios com população de dez a cinquenta mil habitantes — uma categoria importante, que representa 28,21% da população do interior, entre a qual a presença do partido até 1985 era bastante pequena. De 1985 a 1988 o PT mais que dobrou o número dos seus membros nessa categoria: o aumento nas organizações partidárias locais com mais de cem membros passou de 49 em 1985 para 112 em 1988. Ao mesmo tempo, o número global de membros do PT no interior do estado subiu de 60.857 para 107.489.

Embora o Partido dos Trabalhadores de fato realizasse esforços para aumentar o seu recrutamento depois de 1985, é provável que o crescimento do número de seus filiados tenha resultado, por um lado, da maior visibilidade e viabilidade do partido, em particular na esfera eleitoral e, por outro, do declínio da credibilidade de outros partidos de oposição. Na segunda metade dos anos 80, o partido também se expandiu de forma significativa fora de São Paulo, o que o fez tornar-se, cada vez mais, um partido de âmbito nacional. Esse processo merece um estudo mais aprofundado que não se enquadra nas coordenadas de espaço e tempo deste trabalho. Em conversas informais com líderes do PT, um elemento foi destacado como um dos principais responsáveis pela expansão do partido em nível nacional: a crescente influência por todo o Brasil do movimento operário combativo, em especial da central sindical associada ao PT, tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas. Em algumas partes do país, o partido só começou a crescer quando seus líderes locais mais antigos foram desalojados por outros, vinculados a uma base social mais ampla. Na ausência de novos estudos de âmbito regional ou nacional sobre o crescimento do PT nesse período, isto deve ser tomado apenas como uma hipótese. Apenas nos tribunais eleitorais de cada estado encontram-se registrados os números relativos aos membros do partido; as tentativas reiteradas de se obter esses dados em nível nacional não tiveram êxito. Os números do próprio PT, tirados de relatórios das organizações estaduais, davam-lhe cerca de 625.000 membros em todo o país em junho de 1989.

A construção de um partido de massa

Ao discutir a experiência dos partidos socialdemocratas europeus Bartolini procura demonstrar que "o papel histórico dos membros e militantes do partido deve ser considerado como o elemento básico no desenvolvimento e estruturação de uma política de massas".[56] Como o PT, os partidos socialdemocratas e trabalhistas cresceram em ambientes relativamente hostis e tiveram que mobilizar os recursos de que dispunham para superar o ostracismo. Seu recurso principal consistia precisamente nos seus membros, cujas atividades contribuíram em muito para moldar tanto a imagem que a sociedade faz do partido quanto sua configuração interna.

Um elemento básico na autodefinição do Partido dos Trabalhadores consistia em conceber seus membros como um grupo ativo e participante. As inovações organizacionais que o partido sobrepôs às estruturais legalmente obrigatórias — as pré-convenções e os núcleos -- tinham por finalidade ampliar a participação na sua vida interna. Embora tal objetivo tenha deixado a desejar, se comparado ao ideal promovido pela retórica partidária, o ativismo continua a ser bem maior no PT que em qualquer outra agremiação brasileira. Nas fases iniciais do seu desenvolvimento, os requisitos da lei orgânica dos partidos forçaram os organizadores do PT a dar mais atenção ao número que à qualidade dos seus filiados, fazendo da legalização do próprio partido a tarefa imediata de todos os seus membros. Nessas condições, era difícil para os seus organizadores ter certeza sobre quem exatamente estava se filiando ao partido e sobre a força dos seus diferentes grupos. Após as eleições de 1982, tanto a configuração interna do partido quanto sua base inicial de apoio tornaram-se muito mais claras. A diversidade dos seus membros e projetos levou à concretização de uma série de facções distintas, produzindo-se em consequência modificações nas regras de decisão interna para poder levá-las em conta.

Existe um conjunto de indicadores que se pode escolher para discutir o papel dos membros de um partido e a relação entre eles e seus líderes. Não cabe no âmbito deste trabalho uma discussão mais pormenorizada sobre a vida interna do PT, tema que merece novas pesquisas. Com relação a algumas dimensões da participação, o partido foi bem mais longe que outros. Entre seus pontos fracos pode-se contar o apoio financeiro por parte

[56] Idem, ibidem, p. 179.

dos seus membros e a natureza algo esporádica da imprensa partidária; entre seus pontos fortes contam-se a natureza participativa da escolha dos candidatos, a contestação de eleições internas e a rotatividade das lideranças, além do ativismo de seus filiados.

O financiamento do partido através da participação de seus membros constituiu um ponto fraco, sobretudo devido à ineficácia organizacional na cobrança de quotas dos filiados. Repetidas vezes, nos seus encontros, apelou-se aos diretórios regionais e locais para que recolhessem as quotas e pagassem a porcentagem devida à organização nacional. Em 1985 o jornal nacional do partido começou a publicar listas de estados em atraso com seus pagamentos (que incluíam a maioria deles). Em julho de 1985, um membro da Executiva Nacional estimava que 2/3 dos fundos da organização nacional provinham da parte dos salários que os membros eleitos para o Congresso ofereciam como contribuição ao partido. Outra parte do financiamento partidário provinha do governo, que divide seu fundo destinado aos partidos proporcionalmente ao número de cadeiras do Congresso conquistadas nas últimas eleições. O problema da eficácia organizacional no recolhimento das quotas foi agravado pela percepção do nível geral de pobreza da população; mas a importância real desse fato era provavelmente mínima, já que as quotas mensais haviam sido fixadas em um valor equivalente a um cafezinho e muitos membros do partido poderiam contribuir com muitíssimo mais. Outro problema que se colocou com relação ao recolhimento das quotas dos membros do partido foi a dificuldade em distinguir aqueles para os quais a filiação representava algo realmente significativo e os que haviam assinado a ficha de filiação para preencher os requisitos necessários à legalização, ou que consideravam a condição de membro do partido apenas em termos de voto. O fato de ter de contar excessivamente com as contribuições dos dirigentes eleitos ou do fundo partidário do governo tem sido visto como um problema, num partido que se orgulha de sua independência. Embora a proibição de arrecadação de contribuições dos sindicatos prive o PT de uma fonte de financiamento frequentemente utilizada por partidos trabalhistas e socialistas, tem havido casos de partidos, como o SPD da Alemanha, que se sustentaram de modo substancial através do recolhimento de quotas de seus membros.

O papel da imprensa partidária transformou-se desde a criação dos primeiros partidos socialistas e trabalhistas; na verdade, a expansão dos

meios de comunicação de massa tem sido apontada como um dos fatores que ajudam a explicar as mudanças ocorridas na função desses partidos. Desde o início, por causa da importância dos meios de comunicação de massa — em especial a televisão — o papel do PT como instrumento de informação foi diferente no Brasil.[57] É possível que, juntamente com a falta de uma tradição que levasse as pessoas a se voltarem para os partidos políticos em busca de uma interpretação dos eventos, isto tenha produzido um efeito inibitório sobre o desenvolvimento da imprensa partidária. Ao longo dos anos iniciais de formação do PT, a fragilidade das comunicações intrapartidárias reforçou a importância das redes informais de comunicação e colocou em posição privilegiada os membros do partido que pudessem contar com conexões em São Paulo. O primeiro jornal nacional do PT circulou entre o fim de março de 1982 e o fim de novembro daquele ano, período correspondente à campanha eleitoral. Um ano mais tarde ele foi substituído por um boletim e só em meados de 1985 reapareceu outro jornal nacional, publicação mensal em forma de tabloide. Em alguns estados, inclusive em São Paulo, os jornais locais do partido tiveram, de certo modo, maior continuidade. Nos primeiros anos, a imprensa partidária concentrou-se nos negócios internos do partido e até certo ponto em notícias do movimento operário e dos movimentos sociais, dando menos atenção aos debates sobre as questões nacionais. Esse enfoque começou a mudar em 1985 e 1986, com a posse do governo Sarney e a eleição de líderes importantes do PT para a Assembleia Constituinte. Em 1987, o jornal nacional e as publicações locais já se haviam transformado em órgãos bem mais profissionais, fornecendo informações sobre uma grande variedade de movimentos sociais e questões nacionais; também passaram cada vez mais a atuar como canais de debate intrapartidário. Em 1988, o partido começou a produzir uma revista teórica trimestral, *Teoria e Debate*. Contudo, tanto o jornal nacional quanto a revista mantiveram-se essencialmente centrados em São Paulo.

A escolha de candidatos sempre foi altamente participativa no PT. A chapa eleitoral para os cargos legislativos é montada a partir de indicações dos núcleos e diretórios; como o voto é nominal, não se impõe nenhuma

[57] Para uma discussão do papel da televisão no Brasil, ver Joseph D. Straubhaar, “Television and video in the transition from military to civilian rule in Brazil”, *Latin American Research Review*, 24 (1): 140-54, 1989.

ordem de prioridades à lista de candidatos do partido. Para ratificar as chapas, realizam-se as pré-convenções eleitorais, que têm o poder de vetar nomes específicos considerados inadequados, geralmente por razões éticas; os debates sobre a eliminação de nomes da lista do partido têm sido em algumas ocasiões bastante acalorados. Se o número de indicações excede o de vagas na lista — coisa que raramente ocorre — a convenção tem a tarefa de afunilar a lista. Os candidatos a cargos executivos são frequentemente escolhidos por consenso; se houver uma disputa, eles submetem-se a uma eleição primária interna. Um caso interessante em que uma eleição primária produziu uma reviravolta na situação foi a batalha pela indicação da candidatura do partido nas eleições para a Prefeitura de São Paulo em 1988: a liderança, inclusive Lula, apoiava Plínio de Arruda Sampaio, mas os membros do partido votaram massivamente em Luiza Erundina (que acabou de fato sendo eleita prefeita). A importância que esses procedimentos de seleção de candidatos têm para os membros do PT é demonstrada pelo fato de alguns núcleos moribundos frequentemente se reconstituírem em períodos pré-eleitorais, para permitir que seus membros participem do processo de escolha.

A maneira pela qual são preenchidos os cargos nos órgãos de direção do partido teve um importante efeito sobre a configuração da vida interna do PT e merece uma discussão mais extensa. Os arranjos eleitorais no interior do partido sofreram uma significativa mudança em 1983. Até então, o sistema eleitoral interno era organizado de maneira tal que a chapa vencedora preenchia todos os cargos do diretório (o que, na prática, significava que se organizava uma única lista através de negociações entre os líderes; houve muito poucos casos, em eleições locais, estaduais ou nacionais, em que duas chapas competissem). Em 1983, este arranjo foi substituído por um sistema proporcional cuja regra de exclusão estipulava que uma chapa tinha de ganhar um mínimo de 10% dos votos da convenção para ganhar cargos.

Essa alteração nas regras internas foi importante por várias razões. Em primeiro lugar, ela resultou de uma reavaliação, por parte do grupo dominante de sua liderança, do equilíbrio interno de forças no PT, na esteira dos resultados da eleição de 1982, e da formação subsequente de uma coalizão majoritária, a “Articulação dos 113” (Grupo dos 113). Em segundo lugar, tornou mais visíveis os alinhamentos políticos e as facções existentes

no interior do partido. Embora isto contribuísse para criar uma imagem pública do PT como um partido fortemente dividido em facções, também é possível sustentar que esta nova transparência das distinções ligadas à existência das tendências tornou o partido mais democrático; nas eleições internas, suas chapas apresentavam diferentes posições sobre as questões com as quais defrontava-se o partido, a fim de serem resolvidas pelo voto de seus membros e não por um compromisso de liderança que mascarasse essas diferenças. Finalmente, essa mudança deu início a um processo graças ao qual a existência de facções organizadas no interior do partido institucionalizou-se, dando origem à regulamentação das tendências no final dos anos 80. Embora esta fosse muito provavelmente uma consequência inesperada, ela é coerente com a previsão de Sartori segundo a qual, em eleições partidárias internas, a representação proporcional com uma cláusula de exclusão levaria à estabilização das frações de tamanho médio.[58]

As eleições de 1982 tiveram um importante efeito sobre a organização do PT. Elas permitiram obter novas informações sobre o estado do partido em diferentes regiões e deram um parâmetro em relação ao qual testar as afirmações de líderes regionais e de facções sobre sua força. Nas palavras de Weffort,

> ... a experiência do Comitê Nacional Unificado [cf. capítulo 6] foi útil no sentido de que, pela primeira vez no PT, alguém observava em nível nacional o que estava ocorrendo nos estados. Por mais que isso fosse superficial, era bem mais profundo que aquilo que os estados diziam sobre si mesmos nos encontros nacionais. A grande vantagem, mesmo que fosse só um passo muito inicial, era que os observadores da Executiva Nacional podiam determinar se suas próprias observações coincidiam ou não com os relatórios e análises que tinham recebido anteriormente. Isto deu a possibilidade de um debate mais sério.[59]

Ocasionalmente, aquelas observações eram bem diferentes dos relatórios anteriores e pela primeira vez havia membros da liderança nacional do partido não originários do estado em questão que se sentiam qualificados para dizer exatamente isso.

[58] Giovanni Sartori, *Parties and party systems: a framework for analysis*, cit., p. 93-104.
[59] Entrevista com Francisco Weffort, 5 de janeiro de 1983.

Esta experiência fez com que a liderança do PT se preocupasse mais com a imagem e a evolução do partido em nível nacional. Consequentemente, não só seu papel na coordenação nacional do partido passou a ser levado mais a sério, com a designação de membros da Executiva Nacional para garantir as comunicações com grupos específicos de Estados, como também começou a haver uma luta muito mais ativa e organizada em torno da liderança estadual e nacional do partido, através da criação da "Articulação dos 113", em meados de 1983.

Segundo o seu manifesto de fundação, a Articulação formou-se para combater, por um lado, os setores do partido que enfatizavam principalmente o papel institucional do PT e, por outro, os que o viam como uma vanguarda que atuava em nome da classe trabalhadora. O grupo procurou promover um sério processo de debate democrático no interior do partido. Do seu ponto de vista, o PT, para combater o isolamento da classe trabalhadora a que estaria sujeito se o governo promovesse a conciliação através de um pacto social, deveria procurar mobilizar as forças sociais em torno de demandas sociais. Os membros do partido teriam de aumentar sua participação nos movimentos sociais, culturais e no movimento operário, intensificar o recrutamento e as atividades de organização partidária e, por fim, dar mais atenção à educação política dos filiados. Isto significava que os núcleos do partido deveriam ser revitalizados em torno de atividades realizadas conjuntamente com os movimentos sociais, que sua liderança teria de ser mais cuidadosamente escolhida e, portanto, ser mais capaz para responder às bases, e que estas, por sua vez, deveriam participar mais ativamente nas decisões. A organização deveria ser descentralizada e as comunicações melhoradas, especialmente pela criação de uma imprensa partidária, para reforçar a democracia interna.[60]

A formação da Articulação foi uma tentativa de consolidar a liderança do partido. Os que a propunham eram membros da sua ala sindical (inclusive Lula), militantes católicos e intelectuais. Representava um esforço para impor uma visão relativamente unificada da natureza e dos objetivos do PT, não ao ponto de eliminar as diferenças derivadas das tendências, mas pelo menos como expressão de uma clara maioria. Na convenção de 1983, quatro chapas concorreram à eleição do diretório do estado de São Paulo e, como era de se esperar, a apresentada pela

[60] Manifesto do Grupo dos 113, São Paulo, 2 de junho de 1983.

Articulação ganhou a maioria absoluta dos cargos. A constituição da Articulação foi reproduzida ao nível local e nacional e também em outros estados.

O impacto da Articulação pode ser interpretado de duas maneiras (não necessariamente contraditórias). Por um lado, ela ajudou a esclarecer posições diferenciadas no interior do partido e a dar aos seus membros a oportunidade de escolher entre elas, contribuindo, assim, para a democracia interna da agremiação. Por outro, ela constituiu um grupo de liderança característico, correspondendo sob vários aspectos à tese de Panebianco segundo a qual a constituição de uma "coalizão dominante" é uma parte integrante do desenvolvimento organizacional de um partido. Panebianco afirma que os trunfos de tal coalizão consistem essencialmente em seu controle sobre uma série de elementos que são fundamentais para a sobrevivência do partido — o que ele chama de "zonas de incerteza".

> (...) uma coalizão dominante em um partido compõe-se daqueles atores organizacionais — quer estejam dentro quer, estritamente falando, fora da própria organização — que controlam as zonas de incerteza mais vitais. O controle desses recursos, por sua vez, faz da coalizão dominante o principal centro de distribuição de incentivos organizacionais dentro do partido.[61]

As "zonas de incerteza", segundo o autor, são as seguintes: competência (perícia organizacional), relações com o contexto geral (alianças, relações com outras organizações, escolha das questões), comunicação interna, regras formais (tanto seu estabelecimento quanto sua interpretação), finanças e recrutamento. A formação da Articulação representou uma tentativa de consolidar a liderança na maioria dessas áreas.

A competência, para Panebianco, envolve conhecimento especializado no que se refere às relações políticas internas e externas do partido.[62] Para o grupo de liderança do PT, a posse desse tipo de "conhecimento" também era um ato constitutivo: tratava-se de uma tentativa de promover uma definição particular da essência do partido, bem como de reconfigurar as relações internas de poder a partir da informação sobre sua base social fornecida pelas eleições. Por sua vez, a capacidade do

[61] Angelo Panebianco, *Political parties: organization and power*, cit., p. 38.
[62] Idem, ibidem, p. 33.

grupo de liderança de realizar essa tarefa ligava-se intimamente ao controle da segunda "zona de incerteza" — as relações com o contexto geral.

Os líderes do PT interpretavam os resultados das eleições como indicadores, em primeiro lugar, e acima de tudo, da necessidade de estimular a organização autônoma da sociedade civil. Isto significava que os líderes do PT cujos vínculos com as organizações da sociedade — sindicatos e toda uma série de movimentos de base — eram mais estreitos, tinham uma legitimidade especial para formar uma coalizão com o objetivo de construir alianças com movimentos desse tipo. A importância dessas relações para o partido, e em especial as relações com o movimento operário, é discutida pormenorizadamente no capítulo 7.

A fragilidade das comunicações internas do partido já foi mencionada. Embora o manifesto da Articulação fizesse um apelo em prol da criação da imprensa partidária e reconhecesse a necessidade de se fortalecer as comunicações internas, seu desenvolvimento foi lento e os canais informais de comunicação continuaram a ter um papel crucial. Ainda mais vagarosa foi a regularização das finanças do partido. Finalmente, embora o manifesto desse ênfase à filiação e à organização de núcleos, esse processo obedeceu a uma lógica bem diferente da que presidiu as disputas internas do partido e foi muito mais descentralizado.

As mudanças nas regras formais de escolha das lideranças, anteriormente discutidas, constituíram outra área onde a Articulação desempenhou um papel importante. Seguro de sua própria posição hegemônica, o grupo promoveu essa mudança das regras. O abandono da composição informal de uma chapa única para as eleições internas e sua transformação em um sistema proporcional teve dupla importância: em primeiro lugar, criou uma forma mais democrática de escolha da liderança; e, em segundo, deu maior liberdade de ação ao grupo de direção.

Na opinião de Panebianco, "a legitimidade da liderança é função do seu controle sobre a distribuição de 'bens públicos' (incentivos coletivos — identidade, solidariedade — e coisas semelhantes) e/ou 'bens privados' (incentivos seletivos, como cargos remunerados ou *status,* por exemplo)".[63] No caso de um partido como o PT, em que era bastante baixo nesse período o nível de profissionalização, havia muito poucos "incentivos seletivos"

[63] Idem, ibidem, p. 40.

disponíveis. A legitimidade do grupo de liderança decorria essencialmente de sua capacidade de forjar uma visão plausível da **identidade** do partido. O lugar central dessa questão reforçou o argumento segundo o qual, apesar das divisões sectárias que atormentavam o partido (e que frequentemente vinham a público através da imprensa), o cerne, ou a essência, do PT compunha-se de pessoas que trouxeram para o partido uma ampla gama de experiências nas lutas populares.

A regulamentação das tendências

A formação da Articulação e a adoção das eleições proporcionais para os órgãos internos do PT deram início a um processo que só tinha duas saídas: ou a coalizão dominante conseguiria implantar uma visão unitária do partido, quer pela persuasão quer através de alguma forma de centralismo democrático; ou seria necessário criar procedimentos para reconhecer e regulamentar as tendências distintas no seu interior. Embora muitos dos membros da Articulação tivessem seguramente preferido persuadir os demais de suas posições, a maioria acreditava que excluir à força as posições dissidentes seria uma atitude que abalaria o caráter de partido democrático reivindicado pelo PT. Não obstante, certamente era necessário estabelecer uma distinção conceitual entre uma facção existente no interior do PT e uma organização partidária que se utilizava do PT em vista de seus próprios fins. Portanto, em 1987, o V Encontro Nacional do partido produziu uma resolução sobre o funcionamento das tendências no seu interior.

Ela foi fruto de um longo debate sobre o tema, em que as diferentes posições haviam sido publicadas pela imprensa partidária. A discussão aberta do problema dos "partidos dentro do partido" refletia a necessidade de consolidar a organização interna do PT que se tornava mais fácil em razão das mudanças no contexto político nacional. Na medida em que a transição democrática avançou e os dois maiores partidos comunistas (o PCB e o PC do B) foram legalizados, os partidos de esquerda em geral passaram a ter liberdade para atuar de forma mais visível. Nessa nova situação, já não eram mais aceitáveis os limites impostos à discussão pelo medo muito real da repressão que persistia no início dos anos 80. Comentando a resposta da esquerda organizada a tentativas anteriores de levantar esta questão, Olívio Dutra apontou que

> ... não raro, a mais leve crítica ao caráter aparelhístico de sua presença no PT, reagem de modo a fazer corar no túmulo os velhos do século XIX, descarregando nos seus incautos críticos e companheiros de partido (ou simpatizantes) uma saraivada de adjetivos do tipo "anticomunista", "socialdemocrata", "atrasado", "informante do SNI", "agente da CIA" etc. O PT não é um condomínio.[64]

Por volta de 1986-87, essa discussão tornara-se simultaneamente necessária e possível. A necessidade revelou-se de modo dramático em abril de 1986 quando um grupo de antigos membros do PCBR[65] que se declaravam membros do PT foi preso no assalto a um banco em Salvador para, segundo alegaram, recolher fundos para a revolução (ou, de acordo com alguns relatos, para ajudar a revolução nicaraguense). Ainda que o partido reagisse imediatamente ao incidente, expulsando as pessoas nele envolvidas[66] o assunto fez a festa dos meios de comunicação de massa de todo o país. Embora os aspectos contraditórios desse incidente nunca fossem suficientemente esclarecidos[67] a identificação dos responsáveis como petistas prejudicava o partido, apesar da condenação do ato pela liderança do PT. Este incidente deu mais um incentivo a que se resolvesse a questão das tendências. Assim, o IV Encontro Nacional do partido, realizado em São Paulo em 30 de maio e 1º de junho de 1986, aprovou uma resolução preliminar sobre as tendências no interior do PT e autorizou o Diretório Nacional a promover uma discussão nacional sobre a questão e redigir novas normas de regulamentação, a serem aprovadas no encontro seguinte.

A resolução salientava a necessidade de se evitarem futuros incidentes como o que ocorrera em Salvador, enfatizando que

---

[64] Olívio Dutra, "Um partido para a vida inteira", *PT Boletim Nacional*, 25, fevereiro de 1987, suplemento especial: Caderno das tendências: o PT debate o seu destino.

[65] Partido Comunista Brasileiro Revolucionário; a facção da Quarta Internacional do PCBR era uma das tendências organizadas ativas dentro do PT.

[66] Resolução de Comissão Política da Comissão Executiva Nacional, 14 de abril de 1986, publicada no *PT Boletim Nacional*, 18 de maio de 1986, p. 3. Ver na mesma edição um extenso comentário sobre esse incidente.

[67] Alguns comentaristas do PT acreditam que esse incidente, por ter ocorrido no início da campanha eleitoral de 1986, foi conveniente demais para ser pura coincidência. Ver Apolônio de Carvalho, "Diga não à provocação", em *PT Boletim Nacional*, 18 de maio de 1986, p. 3.

> I — O PT é um partido democrático, de massas e socialista. Não é, portanto, uma frente de organizações políticas, nem uma frente institucional de massas, que possa ser instrumentalizado por qualquer partido político.
>
> II — Como partido democrático, o PT defende e exercita o reconhecimento da vontade da maioria, assegurando, ao mesmo tempo, a existência das minorias e seu direito à representação e manifestação em todas as instâncias do Partido.
>
> III — O Encontro Nacional reconhece o direito de tendências e determina ao próximo Diretório Nacional que proceda à sua regulamentação. Mas o Partido entende que este direito não deve se estender a grupos que não abraçam o programa do PT nem acatam sua democracia e disciplina. Do mesmo modo, o direito de tendências não autoriza a militância em outros partidos que não o PT.[68]

O debate que se seguiu trouxe avanços significativos na questão das tendências.[69] Em primeiro lugar, o tema tornou-se concreto, passando a usar nomes de organizações em vez dos eufemismos habituais. Em segundo, os participantes do debate reconheceram o papel das tendências e discutiram sua ligação com a democracia interna e a visão do partido sobre o socialismo.

A contribuição de Olívio Dutra a esse debate continha uma crítica dirigida em particular ao comportamento da Convergência Socialista e ao do Partido Comunista Revolucionário. Acusava ambas as organizações de tratar o PT como um campo de recrutamento, apoiando suas posições somente quando lhes era conveniente e dando prioridade à manutenção das estruturas, liderança, formação de quadros e imprensa de seu próprio partido, em vez de dedicar-se a essas mesmas atividades no interior do PT. Atacava também a Convergência por tratar os núcleos do partido como se

[68] Resolução do IV Encontro Nacional: "O partido e as tendências", *PT Boletim Nacional*, 19, junho de 1986, p. 9.

[69] Ver *PT Boletim Nacional*, nº 25 e 26, suplemento especial: Caderno das tendências, com contribuições de Olívio Dutra, Raul Pont, Hélio Corbelini e Ruy Guimarães, Adeli Seli, Selvino Heck e Tarso Genro. Os três números seguintes (27 a 29) continuaram o debate na seção de cartas. Ver também Augusto de Franco, "O PT, as tendências e a luta interna", panfleto distribuído pela Secretaria Nacional de Organização do PT, 1987. Para um resumo do debate, ver Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, *Pra que PT* (São Paulo, Cortez, 1989), p. 143-50.

fossem células fechadas que, em lugar de se expandirem em direção à comunidade, comportavam-se de maneira quase clandestina.[70]

Outras contribuições ao debate sublinhavam o importante papel desempenhado pela esquerda organizada na formação e consolidação inicial do PT, argumentando que, assim, a esquerda revolucionária demonstrava não estar preocupada somente com o seu próprio crescimento.[71] Considerando o Partido dos Trabalhadores como um polo de organização para todas as forças anticapitalistas do Brasil, esta posição opunha-se à exclusão de qualquer força política do PT enquanto este se comprometesse com a transformação radical da sociedade brasileira.

> Fica claro, portanto, que a questão em discussão passa pela definição dos destinos e do caráter do PT: ou avança como instrumento de transformação radical que rompe com a ordem ou se coloca como mais um partido atuante apenas dentro da ordem, reeditando, assim, a experiência internacional da Socialdemocracia, que acredita ser o parlamento o caminho das transformações radicais da sociedade. A experiência tem demonstrado que esta postura serve de instrumental da administração das crises do capitalismo.[72]

Embora a palavra "tendências", no linguajar do partido, geralmente se referisse às correntes e partidos revolucionários de esquerda que atuavam no seu interior, uma importante contribuição ao debate notava que existiam outros tipos de blocos organizados no PT tais como os grupos da Igreja e a tendência majoritária, a Articulação.[73] Raul Pont argumentava que um número excessivo de problemas do partido estava sendo atribuídos às tendências e que, ao longo da história do PT, muitos dos "partidos dentro do partido" haviam sido absorvidos ou dissolvidos por sua própria conta. Embora apoiasse a formulação de regras sobre as tendências, também era favorável a que o princípio de representação proporcional das chapas se estendesse dos Diretórios às Comissões Executivas e que o direito de voto no interior do partido fosse vinculado ao pagamento das quotas; em outras

[70] Idem, ibidem.

[71] Hélio Corbelini e Ruy Guimarães, "PT: partido da ruptura popular", *PT Boletim Nacional*, 25 (fevereiro de 1987).

[72] Idem, ibidem.

[73] Raul Pont, "Um partido de massas e militante", *PT Boletim Nacional*, 25 (fevereiro de 1987). Veja uma discussão desse ponto em Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, *Pra que PT*, cit., p. 145-6.

palavras, era favorável a que a normalização das tendências fosse vista como parte de um processo mais amplo de codificação das relações entre a liderança e a base partidária.

Nenhum dos participantes do debate defendeu a ideia de que não se deveria permitir a existência de correntes organizadas de opinião no interior do PT. A controvérsia dizia respeito à forma que elas deveriam tomar. A resolução aprovada no V Encontro Nacional por uma maioria de 204 contra 147 votos reconhecia a existência das tendências e estabelecia normas para sua conduta. Ela reiterava o compromisso com a democracia interna, bem como a exigência de que as decisões, uma vez tomadas, fossem acatadas.

Aceitava a formação de grupos organizados para defender posições políticas, desde que suas ações, encontros e debates fossem visíveis para o partido como um todo e se destinassem a fortalecê-lo; por sua vez, o partido deveria comprometer-se a fornecer recursos para o funcionamento de tais grupos. Entretanto, declara a resolução,

> ... é rigorosamente incompatível com o caráter do PT a existência, velada ou ostensiva, de partidos em seu interior, concorrentes do próprio PT. Quer dizer, o PT não admite em seu interior organizações com políticas particulares em relação à política geral do PT; com direção própria; com representação pública própria; com disciplina própria, implicando inevitavelmente em dupla fidelidade; com estrutura paralela e fechada; com finanças próprias, de forma orgânica e permanente; com jornais públicos e de periodicidade regular.

O reconhecimento de agrupamentos desse tipo — partidos dentro do PT — seria a aceitação do Partido enquanto frente política vale dizer, a própria negação do projeto histórico do PT. **E** colocaria irremediavelmente em risco a perspectiva de consolidá-lo como um forte partido da classe trabalhadora, alternativa real de poder popular para o País.

Entretanto, levando em consideração que existem no PT agrupamentos com estrutura de partido, o PT travará com eles debate político visando a sua dissolução e a completa integração de seus militantes

na vida orgânica petista, podendo vir a se transformar em legítimas tendências do Partido.[74]

A aprovação de uma resolução sobre as tendências não resolveu o problema, mas de fato deslocou o debate para um plano distinto. O Partido Comunista Revolucionário, por exemplo, decidiu em 1989 que, embora pretendesse ser um partido revolucionário clandestino, já por algum tempo vinha atuando apenas como uma tendência no interior do PT; o Congresso desse partido resolveu, portanto, dissolvê-lo e reconstituí-lo como uma tendência do PT. Entretanto, a posição da Convergência Socialista, talvez a mais forte das organizações de esquerda no interior do PT, foi mais difícil de resolver e seu reconhecimento como tendência em 1990 não se processou sem um certo mal-estar. Muitos esperavam que a Convergência acabaria por sair do PT, o que configuraria seu primeiro "racha" interno importante.[75] Após as eleições presidenciais de 1989, a discussão tornou-se ainda mais acalorada, já que se atribuía à presença de correntes revolucionárias no partido parte da responsabilidade pela chance perdida de Lula chegar à presidência. No início de 1990, um ensaio de Apolônio de Carvalho na revista *Teoria e Debate* recomendava explicitamente a expulsão da Convergência, da Causa Operária e do PCBR.[76] Citando numerosos casos em que essas tendências haviam prejudicado o PT ao agirem por conta própria, procurava demonstrar que suas saídas seriam um reconhecimento de que, na verdade, elas constituíam organizações separadas. Não obstante, em julho de 1990, o Diretório Nacional decidiu que a Convergência havia cumprido os requisitos que a qualificavam ao reconhecimento enquanto tendência do partido, sendo ela um dos dez grupos internos reconhecidos naquela ocasião. Dos grupos que solicitaram o reconhecimento, só a Causa Operária teve seu pedido negado.[77]

---

[74] "A regulamentação das tendências: PT: Partido estratégico rumo ao socialismo", resolução aprovada no V Encontro Nacional, publicado em *PT Boletim Nacional*, 33 (novembro-dezembro de 1987-janeiro de 1988).
[75] Ver "A divergência da Convergência", *PT Boletim Nacional*, 47 (outubro de 1989), p. 23.
[76] Apolônio de Carvalho, "Aqueles que devem ser excluídos do PT", *Teoria e Debates*, 9 (janeiro-março de 1990), p. 64-8.
[77] Ver *PT Boletim Nacional*, 52, setembro 1990, p. 6-7.

Conclusões

Desde o anúncio da formação do Partido dos Trabalhadores, em outubro de 1979, até a sua constituição legal como um partido ao qual o Estado reconhecia o direito de apresentar candidatos em eleições, um considerável caminho foi percorrido. As exigências necessárias à sua legalização foram difíceis de cumprir, especialmente porque havia poucos políticos experientes em suas fileiras. A decisão de criar um partido legal significou que, do final de 1979 até meados de 1982, todas as energias de seus membros voltaram-se para o preenchimento desses requisitos. Fazer dessa tarefa o foco da ação partidária teve uma série de consequências.

Em primeiro lugar, isto fez com que se enfatizassem os aspectos quantitativos da organização partidária, mais que os qualitativos. Em segundo, a necessidade de organizar o partido dentro dos prazos fixados por lei deu uma posição privilegiada a indivíduos e grupos que contavam com recursos, tempo e contatos para montar as estruturas organizacionais em várias áreas. A esquerda organizada mostrou-se particularmente ativa nesse processo e criou nas estruturas do partido uma base mais forte do que o pequeno número de seus integrantes nos faria esperar, em outras condições. Em terceiro lugar, o fato de concentrar-se em questões organizacionais fez com que se deixasse de lado até bem mais tarde o desenvolvimento (e a resolução) de uma clara identidade política e ideológica partidária.

Nem todos os resultados desse processo foram negativos. A legislação forçou o PT a ampliar suas perspectivas, considerando, para além do seu centro organizacional na região do ABC, o que significaria criar uma organização política em escala nacional. Embora o esforço nesse sentido não fosse inteiramente bem-sucedido, ele evitou o risco de o PT tornar-se um partido puramente local ou de afundar na tentativa de definir um consenso estreito, em vez de ampliar a base política de apoio à sua proposta. Assim, o debate político foi travado no contexto de um imperativo constante no sentido de ampliar a base do partido.

Uma série de questões de organização interna permanece irresolvida no PT. O desejo de manter em atividade organizações partidárias de base fora dos períodos eleitorais não pode em grande parte ser realizado. Entretanto, os militantes do partido frequentemente desenvolvem atividades em vários outros movimentos sociais e organizações operárias, podendo-se

sustentar que este tipo de atuação expande a base social que, por sua vez, tem grandes probabilidades de mostrar-se receptiva a um partido como o PT. A questão da organização da base partidária está intimamente ligada às dificuldades financeiras permanentes do partido. O recolhimento das quotas nunca foi regularizado e os cofres do partido dependem muito das contribuições dos seus dirigentes eleitos.

No entanto, não resta dúvida de que o grau de democracia interna e o nível de participação no PT ultrapassam em muito os de qualquer outro partido importante no Brasil; também é verdade que o partido iniciou na vida política milhares de quadros que se sentem confiantes em defender publicamente as posições partidárias. Para mostrar o quanto esse nível de participação dos membros do PT é incomum na vida política brasileira, basta lembrar o que Brizola, durante sua campanha eleitoral para a presidência em 1989 evidenciou, ao acusar o PT de estar pagando seus militantes com dinheiro de agências de financiamento estrangeiras, principalmente as organizações ligadas às igrejas europeias. A acusação era falsa, e praticamente todo mundo sabia disso. Como notaram comentaristas brasileiros, a boa vontade com que tantas pessoas se dispuseram dedicar seu tempo ao PT provavelmente tem muito a ver com o fato de se considerarem parte de um processo de deliberação no interior do partido. Pode ser que não se sintam satisfeitas com esse processo, o que efetivamente ocorre com frequência, mas a diferença com relação a outros partidos salta aos olhos.

Apesar da insatisfação amplamente disseminada com a inadequação da educação política e o desenvolvimento dos quadros no interior do partido, o grau de renovação da liderança do PT tem sido incomum para os padrões brasileiros. Embora a liderança original do partido fosse principalmente composta por pessoas que haviam feito carreira e conquistado renome em outras organizações — sindicatos, movimentos sociais, o MDB ou como líderes intelectuais — um número crescente de novos líderes partidários ascendeu a essa posição a partir das bases. Embora Lula continue sendo o líder que simboliza o PT e mais uma vez tenha se tornado seu presidente em 1990, o partido teve dois outros presidentes e houve uma rotatividade significativa não só nos seus diretórios, mas também em seus órgãos executivos. Os debates nos seus diretórios e em encontros são acalorados e a posição apoiada pelos líderes partidários (inclusive por Lula) acaba, com certa frequência, sendo rejeitada pelo voto

dos seus membros; no entanto, apesar das disputas internas que receberam grande publicidade, o partido manteve um surpreendente grau de unidade e até agora a deserção de suas fileiras tem ocorrido a nível individual, e não em blocos.

A evolução interna do PT não aconteceu num vazio; ela foi influenciada, sob vários aspectos fundamentais, pelas disputas eleitorais, pelas campanhas de mobilização como a das eleições presidenciais diretas em 1984, pelos cargos públicos que o partido passou a ocupar e pela sua relação com outros movimentos sociais e com o movimento operário. A euforia que caracterizou o início do período de organização do partido deu lugar a um choque brutal nas eleições de 1982. A maneira pela qual o PT encarou esses resultados e as lições que deles tirou foram elementos cruciais para a sua evolução.

6. A CAMPANHA COMO INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO: O PT E AS ELEIÇÕES

As eleições, num período de transição, constituem um fenômeno difícil de analisar. Os tipos de dinâmica que elas envolvem diferem bastante dos que caracterizam normalmente a política, mesmo quando o que está em jogo foi definido de modo bastante claro — o que não ocorria no Brasil em 1982.

O'Donnell, Schmitter e Przeworski sugeriram que talvez seja importante para a estabilidade da transição, que partidos moderadamente conservadores vençam as eleições, para convencer a direita de que vale a pena participar de um processo democrático.[1] É possível que exista, na opinião pública, um grau significativo de consciência dos limites, ou seja, da possibilidade de que o processo se interrompa caso os resultados não forem aceitáveis aos detentores autoritários do poder. Ao mesmo tempo, pode haver um imenso senso de possibilidades e as aspirações dos novos atores políticos Podem não estar ancoradas em expectativas "razoáveis".

A maneira de interpretar os resultados eleitorais no início da transição constitui um problema fundamental. Num artigo sobre o novo sistema partidário na Espanha, por exemplo, Linz atribuía à UCD um poder de permanência maior do que aquele que de fato ela tinha após as primeiras eleições.[2]

As eleições "fundacionais" são geralmente consideradas importantes pela sua contribuição ao processo de transição de regime. Além de estabelecerem um novo equilíbrio das forças políticas, por mais precário que seja também nos podem dizer muito sobre os atores políticos nelas envolvidos. Embora as eleições brasileiras de 1982 não envolvessem uma transferência de poder das mãos de seus detentores autoritários em nível nacional, dois fatores combinaram-se para torná-las suficientemente diferentes das anteriores a ponto de poder-se atribuir a elas um sentido de

[1] Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter, *Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies*, cit.; e Adam Przeworski, "Democracy as a contingent outcome of conflicts", texto apresentado no seminário "Issues on Democracy and Democratization: North and South", Helen Kellogg Institute for International Studies, University of Notre Dame, 14-16 de novembro, 1983.
[2] Juan Linz, "The new Spanish party system", em Richard Rose, ed. *Electoral participation: a comparative analysis* (Beverly Hills, Sage, 1980), p. 101-90.

fundação: a escolha direta dos governadores de estado, que ocorria pela primeira vez desde 1965, e a existência de novos partidos políticos.

Embora o regime militar continuasse tentando manter o controle dos resultados por todo o período pré-eleitoral, a campanha de 1982 foi conduzida como se as eleições constituíssem um passo fundamental na democratização brasileira. Para o PT, elas marcaram um momento importante na sua definição; pela primeira vez, elas colocavam como problema a relação entre a construção de um partido eleitoral legal e a construção de um partido cuja principal esfera de atividade ancorava-se nos movimentos sociais. Uma vez que a resposta do partido às eleições de 1982 constituiu um elemento tão crucial na sua evolução inicial, a campanha de 1982 será examinada neste capítulo de maneira muito mais pormenorizada que as eleições subsequentes.

A persistência de fatores autoritários que impunham limitações ao processo eleitoral em 1982 — a manutenção de um acesso limitado aos meios de comunicação de massa, por exemplo, e a mudança das regras eleitorais no meio do caminho — produziu, apesar de tudo, lógicas eleitorais distintas que competiam entre si. Para o PMDB, tratava-se mais uma vez de um caso de confronto entre governo e oposição. Para as agremiações menores, e em especial para o PT, tratava-se de uma disputa horizontal entre partidos, cujo objetivo era demarcar um território eleitoral próprio. A dimensão plebiscitária das eleições foi definida tanto em termos contextuais, pelo fato de que os militares estavam no poder e lá pretendiam permanecer ainda por algum tempo, quanto em termos de interpretação. O elemento interpretativo foi fornecido pelo PMDB, que enfatizava a importância das eleições para a mudança política, representando a si próprio como o Único partido viável de oposição, herdeiro legítimo do MDB; por isso, só ele poderia realizar essa mudança. Apenas o Rio de Janeiro constituiu uma exceção, já que, ali, o governador em exercício era um membro conservador do PMDB, e Brizola e o PDT conseguiram eles próprios vestir a camisa da oposição viável.

Em 1982, o PT adotou posturas contraditórias com relação ao processo eleitoral, afirmando, de início, que concorria para consolidar a organização partidária, já que não se podia esperar que as eleições trouxessem mudanças reais para os trabalhadores, e então, mais tarde, decidiu — especialmente em São Paulo — que concorria para ganhar. O partido oscilou entre um discurso centrado na problemática de classe, representando a si mesmo como o partido dos trabalhadores e o PMDB

como um partido que incluía os patrões, e um discurso mais amplo sobre participação e cidadania. Seu lamentável desempenho em número de votos levou muitos militantes a se concentrarem a tal ponto em atividades não partidárias pelos próximos três anos, que se chegou a colocar em questão a sobrevivência do PT. Nas eleições de 1985 para as prefeituras das capitais, o partido mudou significativamente sua tática, apresentando, sobretudo candidatos de classe média e uma proposta de apelo mais amplo, pelo fato de concentrar-se em questões locais; os resultados foram muito mais satisfatórios.

Embora houvesse importantes razões contextuais para explicar essa diferença, o efeito potencial sobre o PT do seu sucesso eleitoral de 1985 torna interessante considerar essa evolução à luz do dilema eleitoral descrito por Adam Przeworski: se os partidos de base operária permanecem próximos à sua base de apoio na classe trabalhadora, continuando a desempenhar um papel na sua formação política, podem não conquistar maiorias em eleições; por outro lado, se eles expandem sua proposta eleitoral de modo a torná-la pluriclassista, correm o risco de se converterem em apenas mais um partido entre outros, perdendo a especificidade de sua relação com a classe trabalhadora e, inclusive, possivelmente, também sua lealdade.[3]

Este dilema foi colocado muito cedo na evolução do PT, e o modo como ele encarou seus primeiros testes eleitorais deveria permitir-nos compreender um pouco mais sua tentativa de resolvê-lo. Por sua vez, a experiência do PT talvez possa lançar alguma luz sobre as formas específicas assumidas por esse dilema em países que não contam com uma tradição parlamentar fortemente enraizada.

Este capítulo examinará a influência das restrições tanto estruturais quanto políticas que incidiram sobre o desempenho do PT nas eleições de 1982. Além das que resultaram da natureza do processo brasileiro de transição, considerará também as de origem interna, especialmente a atitude equívoca do partido com relação ao processo eleitoral e sua dificuldade em integrar uma visão da **representação** política numa orientação geral para a ação direta por parte dos grupos sociais organizados. Esta dificuldade reflete um debate contínuo e ainda sem solução sobre a natureza do poder

---

[3] Adam Przeworski, *Capitalism and social democracy*, cit., capítulos 1 e 3. O capítulo 1 foi publicado originalmente como Adam Przeworski, “Social democracy as a historical phenomenon”, *New Left Review*, 122, 1980. O capítulo 3 teve co-autoria de John Sprague.

político, por um lado e, por outro, sobre a natureza e o papel do Partido dos Trabalhadores enquanto ator político. O fato de o desempenho eleitoral do PT ter continuado a melhorar depois de 1982 não significa que este debate tenha se resolvido inteiramente, mas, antes, que o partido conseguiu, através de uma sucessão de crises, manter atitudes mutuamente conflitantes, numa espécie de tensão dinâmica.

A campanha como instrumento de organização

A decisão de apresentar candidatos em todos os níveis nas eleições de 1982 foi alimentada pela confiança que o partido conquistou no difícil processo de sua legalização e que se reflete no discurso de Lula na I Convenção Nacional do PT, realizada em 27 de setembro de 1981:

> O que esta Convenção Nacional prova a todos os descrentes, a todos os desesperados e a todos os medrosos é que o Partido dos Trabalhadores é e sempre foi inteiramente viável. Vale a pena lembrar de algumas coisas, companheiros. Quando partimos, em junho deste ano, para a formação das nossas Comissões Municipais, os descrentes diziam: "O PT não conseguirá". Nós conseguimos e formamos 627 em todo o país. Quando partimos, no início deste ano, para a campanha de filiações, os descrentes diziam: "O PT é inviável". Conseguimos e somos hoje perto de trezentos mil em todo o país. Hoje, ao realizarmos a nossa Convenção Nacional, há quem duvide do próximo passo. Há quem pense que o PT não conseguirá os 5% dos votos exigidos em lei nas eleições de 1982; que o PT não conseguirá os 3% dos votos em nove estados. Nós, petistas, temos certeza de que o voto não será o nosso problema, pois já somos um partido de massas. O grande desafio que temos pela frente é não incorrermos nos mesmos erros daqueles que pretenderam falar em nome da classe trabalhadora sem ao menos ouvir o que ela tinha a dizer.
>
> O Partido dos Trabalhadores é uma inovação histórica neste país. É uma inovação na vida política e na história da esquerda brasileira também. É um partido que nasce do impulso dos movimentos de massas, que nasce das greves e das lutas populares em todo o Brasil. É um partido que nasceu da consciência que os trabalhadores conquistaram, após muitas décadas de servirem de massa de manobra dos políticos da burguesia e de terem ouvido cantilenas de pretensos partidos de vanguarda da classe operária. Só os trabalhadores podem

> conquistar aquilo a que têm direito. Ninguém nunca nos deu, ninguém nunca nos dará nada de graça.[4]

Entretanto, apesar da confiança expressa no discurso de Lula, as primeiras declarações dos dirigentes do partido sobre os objetivos das eleições geralmente não faziam qualquer referência ao fato de conquistar e utilizar o poder político. Na realidade, muitos líderes do PT afirmavam que o partido não procurava o poder a curto prazo. Portanto, as razões para apresentar seus próprios candidatos nas eleições em todos os níveis resumiam-se em disseminar o programa do partido e incrementar sua organização, além de recrutar e envolver novos membros. É uma questão de especulação saber se o partido acabaria por afrouxar sua oposição às coligações, caso o regime não tivesse mudado as regras em novembro de 1981, de modo a torná-las impossíveis. Mas, uma vez que as únicas alternativas eram fundir-se com outro partido (como ocorreu no caso do PP com relação ao PMDB) ou apresentar candidatos próprios, o PT fez uma escolha inequívoca de manter sua independência.

O contexto eleitoral

A fusão entre o PP e o PMDB transformou um ambiente eleitoral onde havia competição **entre** partidos que compunham um espectro relativamente amplo, em algo que, em grande parte, manteve um sentido de polarização entre "governo" e "oposição". Esse contexto complicou o desejo do PT de se projetar como uma alternativa de novo tipo. Não só ele ficava de fora da polarização dominante, como também se recusava a aceitá-la como uma definição adequada do leque de alternativas disponíveis. Em uma entrevista de 20 de janeiro de 1982, Lula afirmava ser um sério candidato ao governo de São Paulo e dizia que as divisões essenciais na sociedade brasileira não se davam entre forças a favor e contra o governo, mas entre exploradores e explorados.[5] Decididos a diferenciar o PT de outros partidos, alguns dirigentes da agremiação sustentavam, com frequência, que essencialmente não havia diferença entre o PMDB e o PDS, já que ambos eram partidos formados por e para as elites políticas, sem participação popular e sem qualquer razão para que dessem atenção às necessidades dos trabalhadores.

---

[4] Luís Inácio da Silva, "Discurso pronunciado na I Convenção Nacional do PT", Brasília, 27 de setembro de 1981. (Edição da Comissão Executiva Nacional do PT, s.d.)

[5] "Lula pede apoio às oposições", *Jornal do Brasil,* 21 de janeiro de 1982. 306.

Esta afirmação era difícil de ser entendida pelos trabalhadores e afastava muitos eleitores de classe média, porque ela parecia ignorar a história eleitoral recente do país. Desde 1974, o voto no MDB havia representado um crescente consenso antiautoritário do qual fazia parte a classe trabalhadora. Ao abraçar a liberdade e os direitos democráticos, o crescimento econômico associado à justiça social e à volta ao estado de direito, o MDB cresceu por exigir uma mudança no contexto da política, e não por fazer dos interesses políticos o foco de sua pregação. Para um movimento político antiautoritário, funcionando numa situação incomum que dava lugar a eleições relativamente competitivas, esta foi uma estratégia bem-sucedida. Como demonstraram convincentemente Bolívar Lamounier e outros, a partir de 1974 o MDB transformou as eleições em plebiscitos sobre o regime autoritário.

A identificação das forças políticas através do seu sentimento a favor ou contra o regime continuou muito além da vida dos dois partidos que haviam encarnado esse sentimento. A "oposição" compreendia não só a atividade partidária, mas todo um conjunto de movimentos e campanhas cujas implicações colocavam o regime em questão. Seu denominador comum era a exigência de mudança; enquanto definição puramente negativa, ela podia assimilar diferenças muito pronunciadas. À medida que o MDB se desenvolveu, transformando-se em um movimento de oposição, os trabalhadores, principalmente nos setores industriais avançados, que deveriam constituir o alvo preferencial do PT em termos de eleitores, votaram em massa naquele partido. Nos municípios da região do ABCD, o partido do governo havia deixado de ser uma força significativa bem antes de 1982.

Tabela 6.1 – Evolução do percentual de voto da ARENA em relação aos votos válidos
(1966-1978)

Ano	Órgão	ABC	Capital	Interior (sem ABC)	Estado de São Paulo	Brasil
1966	Senado	52,9	58,9	67,7	63,8	56,6
	Câmara dos Deputados	32,6	44,2	60,7	53,5	64,0
	Assembleia Legislativa	37,5	45,0	61,1	54,2	64,1
1970	Senado	40,6	47,5	51,1	49,9	60,4
	Câmara dos Deputados	64,3	70,5	78,0	74,7	69,5
	Assembleia Legislativa	68,2	71,6	77,9	75,2	69,8
1974	Senado	15,6	21,2	31,9	26,8	41,0
	Câmara dos Deputados	24,7	29,3	44,1	37,3	52,0
	Assembleia Legislativa	24,4	28,2	43,2	36,3	52,1
1978	Senado	10,6	12,3	21,8	17,6	43,0
	Câmara dos Deputados	19,4	23,0	41,9	33,1	50,4
	Assembleia Legislativa	20,7	23,4	42,3	33,7	51,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Reproduzida de Maria Tereza R. de Sousa, 1984, "Concentração Industrial...", p.76.

Enquanto as forças em confronto fossem identificadas como regime autoritário *versus* oposição, seria difícil para o PT convencer grandes massas de pessoas que a dinâmica política havia se transformado. O argumento em favor de uma perspectiva plebiscitária tinha uma força quase irresistível. Muitos elementos essenciais de um governo autoritário ainda continuavam existindo. A abertura continha uma promessa, mas nenhuma garantia de continuidade da liberalização e as especulações sobre o que os militares iriam ou não aceitar constituía um elemento importante no ambiente eleitoral de 1982.

As mudanças das regras eleitorais destinadas a favorecer o partido do governo demonstravam a determinação do regime de manter os resultados eleitorais dentro de limites aceitáveis. O "pacote" de novembro,

promulgado em 25 de novembro de 1981, proibindo coligações eleitorais e estabelecendo que os eleitores deveriam votar em candidatos do mesmo partido em todos os níveis, destinava-se a favorecer o partido com a rede mais extensa de organizações locais: o PDS. O mesmo raciocínio estava por trás de uma mudança de última hora na forma de preenchimento da cédula: substituiu-se a maneira tradicional de votar, apondo-se uma marca ao nome do candidato, pela obrigação de escrever por extenso o nome do candidato a cada cargo.

Entretanto, as primeiras eleições para o governo dos estados a se realizarem em dezessete anos puseram em jogo outros elementos que apontavam para a necessidade de se ultrapassar um puro consenso antirregime. A possibilidade de conquistar o poder executivo nos estados, apesar dos limites impostos pela permanência da centralização dos processos decisórios ao nível do executivo federal, introduziu pelo menos em princípio a necessidade de definições mais claras das opções relativas às prioridades políticas. A existência de mais de um partido no interior da "oposição" implicava que cada um deles tinha de desenvolver sua própria identidade.

No contexto plebiscitário, a afirmação de Lula, em maio de 1982, de que o principal **adversário** do PT nas eleições era o PMDB (embora o principal **inimigo** continuasse a ser o PDS) teve o efeito de uma bomba, alimentando as acusações do PMDB de que o PT fazia o papel de um aproveitador. Realmente, no que se refere a competição pelos votos, Lula estava apenas afirmando o óbvio, ou seja, que se não fossem para o PT, os votos pelos quais o partido competia iriam para o PMDB (a exceção dos casos do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, onde o PDT de Brizola era também um adversário importante). O fato de essa afirmação ter sido tão amplamente acusada de divisionista e destrutiva é uma indicação da força da polarização entre a oposição e o regime autoritário. Na verdade, a campanha do "voto útil" do PMDB, com sua mensagem de que um voto de oposição para outro partido era, no melhor dos casos, um voto perdido e, no pior, um voto para o partido do governo, reforçou a polarização, tendo bastante êxito em convencer os simpatizantes de outros partidos, inclusive e talvez especialmente os do PT, de que, pelo menos nessa eleição, havia realmente apenas duas escolhas.

Para entendermos por que o conjunto dos partidos que entraram em vigor antes de 1982 deve ser considerado como parte de um contexto de transição, e não como um novo e acabado sistema partidário, devemos levar em conta o fato de a maioria dos brasileiros continuar definindo o ambiente

eleitoral como uma situação plebiscitária, mesmo depois da Reforma Partidária de 1979. As distinções políticas de um sistema partidário foram sobrepostas à percepção dominante da "oposição" como um **movimento** político antiautoritário, no qual ainda estavam em questão mais a forma do regime e as regras do jogo que a competição pelo poder no interior do sistema. Embora sejam flagrantes as distinções entre a criação de novos partidos no Brasil, em 1980-81, e a formação dos partidos, sobretudo europeus, que a obra de Sartori discute, ela é útil para se considerar as relações fundamentais que aí se acham envolvidas — tanto as que ocorrem entre os partidos políticos quanto as que se dão entre os partidos políticos e o Estado.

A discussão de Sartori sobre Burke é ilustrativa nesse contexto. Burke colocava os partidos no reino do governo, considerando que a divisão relevante posta em jogo por eles dava-se mais entre soberanos do que entre súdito e soberano.[6] Um sistema cujo ambiente predominante é plebiscitário aproxima-se muito mais desta última definição. A capacidade de o regime continuar mudando as regras do jogo com relação à competição partidária, como ocorreu em novembro de 1981, e novamente poucos meses antes das eleições, significava que a relação entre os partidos certamente não aparecia como uma relação entre soberanos. A centralização do poder no Executivo federal, que em princípio não deveria ser afetada pelas disputas eleitorais de 1982, impunha limites ao que se colocava em jogo nas eleições. O fato de os governadores eleitos do PMDB continuarem a ser chamados após as eleições de "governadores de oposição" ilustra bem esse ponto. A principal relação que um partido político era chamado a definir era ainda a que o situava frente ao **governo**, e não sua capacidade de governar em relação à de outros partidos. Tratava-se, sobretudo de uma definição vertical, que apenas secundariamente era horizontal. Num ambiente onde as regras do jogo estão em questão, os partidos competem não enquanto **partes**, expressando um direito reconhecido à diversidade e a discordância na ordem política; para ser relevante, um partido deve, ao contrário, reclamar que é a encarnação do todo, o representante legítimo dos interesses e das aspirações da nação.

Sartori estabeleceu uma distinção entre um **sistema partidário,** que exige um ambiente pluralista, com autonomia dos subsistemas, e um sistema **partidário-estatal**, que, não concedendo autonomia aos

[6] Giovanni Sartori, *Parties and party systems: a framework for analysis*, cit., p. 10.

subsistemas, "não é, portanto, um sistema de partidos cujas propriedades sistêmicas resultem da interação dos partidos (no plural) entre si";[7] essa distinção é importante para se entender o caso brasileiro. Para o movimento ao longo do *continuum* que vai de um sistema "partidário-estatal" hegemônico a um "sistema partidário" pluralista, salienta Sartori, "quaisquer que sejam as intenções, há um ponto além do qual nos defrontamos com mecanismos alternativos, baseados em princípios de funcionamento opostos".[8]

Sustentar que a configuração dos partidos estabelecida em 1980-81 não constituía um sistema partidário não significa de forma alguma diminuir a relevância de qualquer dos partidos envolvidos ou das próprias eleições. A importância das relações verticais para os partidos brasileiros foi característica do sistema vigente entre 1945-64, bem como daquele estabelecido pelo regime militar; os partidos políticos brasileiros sempre foram em grande parte "partidos do Estado".[9] Ao contrário, essa afirmação pretende esclarecer a posição anômala do Partido dos Trabalhadores no interior dessa configuração. Embora para outros partidos nessa disputa eleitoral a dimensão partidário-estatal permanecesse como a mais importante, o PT conduziu sua campanha como se estivesse participando de um **sistema partidário**, onde as diferenças fossem afirmadas entre partidos que representassem diferentes "partes" do todo sociopolítico, mais em termos horizontais que verticais.

Uma exceção significativa a esta caracterização do ambiente eleitoral é o caso do Rio Grande do Sul, onde o PMDB e o PDT, que contavam ambos com importantes bases de apoio no estado, competiram entre si, tanto quanto contra o PDS. A importância histórica de Brizola no Rio Grande do Sul era suficiente para produzir uma fratura na pretensão do PMDB ao título de oposição legítima. O fato de essa disputa ter sido percebida pelas elites da "oposição" em outros estados como extremamente

[7] Idem, ibidem, p. 282.
[8] Idem, ibidem, p. 281.
[9] Scott Mainwaring usa a noção de "partidos do Estado" para "referir-se a partidos que, em grau considerável, são criados pelo aparato estatal, são controlados pelo Estado, e cuja existência continuada depende do uso de recursos estatais para garantir o apoio da sociedade civil. Os partidos do Estado têm vínculos com a sociedade civil, mas estes tendem a ser construídos através de mecanismos clientelistas, e não através da representação de grupos organizados". Scott Mainwaring, "Brazilian party underdevelopment in comparative perspective" (*Working Paper* nº 134, Notre Dame, Helen Kellogg Institute for International Studies, janeiro de 1990), p. 6-7, fn 9, p. 31.

destrutiva é bastante significativo, pois eles viram na vitória do PDS no estado uma lição objetiva a ser tirada dos perigos de se "dividir a oposição". O caso do Rio de Janeiro, onde Brizola ganhou o governo do estado como candidato do PDT, constitui um exemplo menos claro de competição entre partidos de oposição, já que o detentor anterior do cargo era do MDB.

A organização e os objetivos da campanha

Uma Plataforma Eleitoral e a Carta Eleitoral que estabeleceu os objetivos gerais do PT nas eleições de 1982 foram aprovadas na pré-convenção nacional que teve lugar em São Paulo, em 27-28 de março de 1982, contando com mais de quatrocentos delegados escolhidos em convenções municipais e estaduais realizadas anteriormente. Um dia antes da convenção nacional, um esboço preliminar tanto da Carta quanto da Plataforma foi debatido num encontro do Diretório Nacional, que tinha por tarefa conciliar as várias versões preparadas nos encontros estaduais, produzindo uma proposta de compromisso.

A Carta Eleitoral expressava os objetivos do PT na campanha de 1982 nos seguintes termos:

> 1. Levar o programa do PT aos trabalhadores, usando a campanha eleitoral para dar continuidade às lutas sociais e para aumentar a organização e a consciência política do povo, tarefas estas que servirão para ampliar a consolidação do PT.
>
> 2. Constituir-se na expressão partidária que aglutine os trabalhadores numa proposta que represente, na luta contra a ditadura, os interesses e as reivindicações do movimento operário e popular. Além disso, visa a fortalecer uma alternativa política diferenciada da oposição liberal burguesa, colocando a questão do poder político do ponto de vista dos trabalhadores.
>
> 3. Participar da campanha eleitoral lado a lado com as organizações operárias e populares (sindicatos, UNE, associações de moradores etc.) e para isso assumir todas as reivindicações hoje postas pelas massas em luta.
>
> 4. Impor uma derrota eleitoral à ditadura e às forças que a apoiam direta ou indiretamente. Denunciar durante a campanha as regras

eleitorais da ditadura, como, por exemplo, a série de pacotes do governo.[10]

O partido pretendia cumprir o requisito legal de conquistar 5% dos votos para a Câmara federal dos Deputados e, em nove estados, 3% da votação de cada um deles.[11] Esperava ganhar um número significativo de cadeiras no Congresso e controlar alguns governos municipais; além disso, pretendia usar a campanha eleitoral como um período para fortalecer sua organização, aumentar a filiação e a nucleação e organizar o partido no interior.[12]

Apesar dessa clara colocação de seus objetivos, a atitude algo equívoca do partido com relação ao processo eleitoral também era visível na Carta. Por um lado, o documento afirma que "o PT sairá às ruas para ganhar". Por outro lado, pretende que

> As eleições [representem], portanto, apenas um episódio, um momento definido de nossa atividade política permanente, em busca do objetivo final que é construir uma sociedade socialista, sem explorados e exploradores. *Nossa participação no processo eleitoral não pode servir, portanto, para desviar o partido de seus objetivos programáticos.* [13] (Grifo da autora)

A intenção de fazer campanha para ganhar e a afirmação de que as eleições eram apenas um aspecto da atividade partidária não eram em si mesmas contraditórias. Não obstante, o medo de que a campanha fizesse o partido desviar-se de seus objetivos a longo prazo demonstra que as eleições ainda eram vistas com alguma suspeita — não só como um aspecto **particular** da atividade partidária, mas também como algo potencialmente perigoso. A **relação** entre os objetivos eleitorais (uma representação partidária forte em cargos eletivos etc.) e os objetivos finais (socialismo, ou uma sociedade sem explorados ou exploradores) continuava indefinida.

Essa incerteza também se reflete no documento que trata da questão "As Eleições e o Poder":

> A conquista de espaços no Executivo e no Legislativo dos diferentes níveis só pode concorrer para a mudança da estrutura de poder se os

[10] Partido dos Trabalhadores, "Carta eleitoral", em "Carta eleitoral traz estratégia e tática", *Jornal dos Trabalhadores*, 1ª quinzena de abril, de 1982, suplemento especial, p. 3.
[11] Ibidem.
[12] Ibidem.
[13] Ibidem.

> trabalhadores forem capazes de sustentar uma correta articulação entre as lutas travadas no interior desses organismos com as lutas fundamentais que se desenrolam fora deles. A participação do PT nas eleições não nos deve levar a confundir a conquista de executivos estaduais e municipais como sendo a conquista do poder. Mas eles devem servir como alavanca na organização e mobilização dos trabalhadores na perspectiva da construção do poder popular.[14]

A discussão sobre o *locus* e a natureza do poder ocupou direta ou indiretamente uma parte substancial do debate sobre os documentos eleitorais, tanto no encontro do Diretório Nacional quanto na pré-convenção, mas sem produzir resultados conclusivos.

Os delegados reconheciam que a referência ao poder popular era vaga e que o partido deveria relacionar mais claramente sua discussão do poder à questão da organização dos trabalhadores e do partido, à base de classe do poder e outros tópicos semelhantes, mas não surgiu nenhuma formulação consensual que conseguisse realizar essa junção. Questões semelhantes também estavam subjacentes à discussão de saber se a plataforma eleitoral deveria ser considerada como um plano de governo ou como um instrumento de propaganda, num sentido mais imediato. A maioria dos delegados via-a, nesta última acepção, como um esboço em linhas gerais dos principais pontos de mobilização para uma campanha que pretendia construir um movimento político, fornecendo um instrumento para a participação popular.

Além de discutir os objetivos da campanha, a Carta Eleitoral especificava como os candidatos deveriam ser escolhidos ("em encontros democráticos municipais, distritais e estaduais, garantindo participação ampla dos núcleos nas indicações") e os critérios para a sua escolha (participação nos movimentos dos trabalhadores em diferentes níveis, expressão social em suas áreas e participação na construção do PT). Afirmava-se também que, para tornar a chapa eleitoralmente viável, o partido deveria apresentar o maior número possível de candidatos e, de preferência, preencher o total autorizado por lei.

A campanha deveria ser coordenada pelos Comitês Eleitorais Unificados organizados em nível municipal, estadual e nacional. O trabalho deles consistia em distribuir recursos, envolver os membros e os simpatizantes do partido na campanha e tentar dar-lhe um conteúdo

[14] Ibidem.

coerente. O partido também deveria criar um fundo eleitoral comum, para tentar igualar a situação financeira dos diferentes candidatos aos cargos eletivos.

A Carta tratava também da relação entre os candidatos eleitos e o PT, a responsabilidade dos detentores de cargos perante o partido e seu dever de prestar-lhe conta de suas ações, bem como de consultá-lo ao planejar atividades, apresentar projetos de lei e contratar pessoal, tornando também obrigatória, para os parlamentares em nível federal e estadual e para outros detentores de cargos executivos, a contribuição de 40% de seu salário para o partido. (Outros partidos brasileiros recolhem cerca de 3% dos salários de seus representantes.)

Os dirigentes eleitos eram, assim, vistos mais como servidores do partido do que como seus líderes. Isto não era incomum: os partidos de esquerda na Europa, como também no Chile, tiveram algumas vezes uma política semelhante quanto à relação entre a organização partidária e os parlamentares, frequentemente gerando conflitos entre dirigentes do partido e detentores de cargos. O Partido Trabalhista britânico discutiu por muitos anos esta questão e finalmente resolveu, nos anos 70, o problema da autoridade perante a qual os detentores de cargos deveriam responder por seus atos: todos eles, mesmo os que ocupavam posições assim chamadas "seguras", tinham de sujeitar-se a uma nova escolha pela organização partidária local a cada eleição. Esta atitude tem afinidade com a recusa do PT em aceitar a ideia do "candidato nato" — uma prática tradicional entre os partidos brasileiros, garantindo que qualquer legislador no exercício do cargo tem o direito a um lugar na lista do partido para a próxima eleição.

A escolha dos candidatos

Embora a liderança partidária incentivasse os órgãos estaduais e locais a indicar quantos candidatos a lei permitisse, na maior parte do país as chapas foram muito menores do que poderiam ser. O Comitê Eleitoral chegou mesmo a convocar um segundo turno de indicações para ampliar a lista do partido, com pouco êxito. Francisco Weffort, que presidiu o Comitê Eleitoral Unificado, atribuiu esta situação ao insuficiente entendimento do processo eleitoral e ao fato de a liderança do PT não ter conseguido preparar as organizações partidárias para o processo de indicação. Às vezes os grupos organizados ou os candidatos individualmente tentavam limitar o tamanho das chapas, com a ilusão de que isto lhes garantiria um

determinado território eleitoral. Em outros casos, as organizações locais do partido preocupavam-se com o fato de uma lista muita longa poder produzir uma competição excessiva entre os próprios candidatos do PT. Entretanto, em eleições proporcionais com uma lista aberta, mesmo para eleger um único candidato, é necessário pôr em marcha toda uma máquina eleitoral. A incapacidade de compreender esse fato produziu resultados previsíveis. No Maranhão, por exemplo, onde o partido local decidiu que tinha a possibilidade de eleger só um deputado federal, resolvendo, assim, apresentar só uma pequena lista de candidatos, nem mesmo esse um foi eleito. No Piauí, por razões análogas, o partido só apresentou dois candidatos a deputado federal e não elegeu nenhum. Outra explicação frequentemente invocada para o pequeno tamanho das chapas do partido foi a ausência de candidatos com recursos para montar campanhas. Weffort descartou essa explicação, já que a falta de dinheiro e/ou tempo constituía igualmente um problema para a maioria dos que **foram** indicados. Na sua análise, tratou-se antes de uma incapacidade de compreender que as eleições não eram apenas um requisito legal, mas também um modo importante de ligar o partido às lutas populares.

Um fenômeno semelhante ocorreu com as indicações do partido para o governo dos estados. Em muitos deles reconhecendo que suas chances nessas eleições eram nulas, o PT apresentou seus candidatos mais fortes para disputar as vagas de deputado estadual e federal e os mais fracos para o governo estadual. Consequentemente, o partido ficou sem candidatos capazes de dar uma imagem unificadora à campanha estadual como um todo. Onde isto ocorreu, a campanha foi prejudicada em todos os níveis. Houve notáveis exceções; em São Paulo, por exemplo, Lula foi o candidato a governador. O mesmo tipo de problema surgiu com as indicações para as prefeituras. Um bom exemplo ocorreu em Osasco, SP, onde os dois líderes locais, ambos muito conhecidos (José Ibrahim e José Pedro da Silva), decidiram apresentar-se como candidatos a deputado federal. Devido a divisões internas, o partido concorreu com dois candidatos bastante fracos para a prefeitura, usando o instrumento da sublegenda. Isto enfraqueceu as chances eleitorais de ambos em Osasco, que era um reduto tradicional de militância operária. Só um membro do PT foi eleito vereador e nem Zé Ibrahim nem Zé Pedro conseguiram eleger-se a deputado federal.[15]

[15] Entrevista com Francisco Weffort, São Paulo, 5 de janeiro de 1983.

Apesar dessas limitações, o PT apresentou um amplo leque de candidatos nas eleições de 1982. Os resultados de uma pesquisa sobre os candidatos a deputado federal e estadual feita pela revista *Isto é*[16] demonstraram que, se parte da intenção do PT na campanha eleitoral era apresentar candidatos de diversas origens sociais e introduzir novas caras e novas forças na política, o partido teve algum êxito. Seus candidatos eram geralmente mais novos que os de outros partidos, mais mulheres foram apresentadas como candidatas a deputado federal e seus candidatos eram distribuídos de maneira mais ampla entre os diferentes setores profissionais. Embora os candidatos do PT estivessem de alguma forma, distribuídos mais equitativamente com relação ao nível educacional que os dos outros partidos, 59,7% dos que concorreram a deputado estadual e 66,8010 a deputado federal tinham frequentado uma universidade. Os candidatos do partido provinham em maior número das profissões liberais que de outras categorias profissionais. Uma diferença notável entre os candidatos do PT e os outros era sua inexperiência política: somente 12,1% dos candidatos a deputado federal e 8,04% a deputado estadual haviam ocupado anteriormente um cargo eletivo; esses números eram bem menores que nos outros partidos. No PMDB, por exemplo, 62,5% dos candidatos a deputado federal e 49,0% dos candidatos a deputado estadual já haviam ocupado antes um cargo eletivo.

A coordenação da campanha

Visando coordenar a campanha do PT em nível nacional, criou-se, num encontro da Comissão Executiva Nacional, em maio de 1982,[17] um Comitê Eleitoral Nacional Unificado para monitorar o funcionamento de comitês eleitorais unificados em cada estado. Dele fizeram parte Francisco Weffort, Hélio Doyle e Apolônio de Carvalho. O Comitê Eleitoral devia prestar contas à Executiva Nacional e era responsável por garantir a implementação da Carta Eleitoral, da Plataforma Nacional e das resoluções do partido sobre a campanha. Também se responsabilizaria pelo material da

[16] Cerca de 4.000 questionários foram enviados a candidatos dos estados do Ceará, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo; o índice de retorno foi de 12,5%, concentrado em Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Ver "Perfil do candidato", *Isto é*, 17 de novembro de 1982, p. 46-8. Dados mais detalhados desta pesquisa estão reproduzidos em Margaret Keck, "From movement to politics...", cit., p. 331-4.

[17] Partido dos Trabalhadores, Secretaria Geral, "Circular 9/82", 29-30 de maio de 1982.

campanha, bem como por sua organização, suas finanças e pela filiação partidária durante o seu transcurso.

O Comitê Nacional deveria garantir que se formassem em cada estado e município comitês eleitorais unificados, integrados por membros do partido que não fossem candidatos nas eleições proporcionais (para deputado estadual e federal e para vereador). Os candidatos às eleições majoritárias (para governador, senador e prefeito) podiam ser membros dos comitês, mas não seus coordenadores. Os comitês estaduais, formados pelas comissões executivas estaduais, deviam apresentar um relatório detalhado sobre a situação eleitoral do partido no estado até 20 de junho.

Para os dias 3 e 4 de julho, foi convocada uma reunião em Brasília de todos os candidatos aos governos estaduais e ao senado, juntamente com os coordenadores dos comitês eleitorais. Embora as despesas de alimentação, alojamento e transporte local para essa reunião devessem ser pagas pela organização nacional, os custos para levar os participantes até lá deviam correr por conta de cada diretório regional.[18] O fato de só treze dos vinte e um candidatos a governador conseguirem levantar o dinheiro para participar da reunião era um mau sinal quanto à capacidade do partido de financiar uma campanha.[19]

As discussões na reunião de Brasília trouxeram à luz uma série de problemas que iriam atormentar o partido por toda a campanha. Várias organizações estaduais eram muito fracas, faltando-lhes fundos, acesso aos meios de comunicação de massa e auxílio jurídico para interpretar as leis eleitorais. Em vários estados, os dirigentes queriam que Lula, como presidente do partido, se engajasse na campanha em nível nacional, e não só em São Paulo, onde concorria ao governo estadual. As exigências contraditórias desses dois papéis colocaram sérias dificuldades para Lula e para o Comitê Eleitoral Nacional durante toda a campanha. Apesar disso, os dirigentes do partido continuavam otimistas com relação à utilização da campanha para consolidar a organização partidária. Outro tema importante do debate foi como tratar o PMDB durante a campanha; decidiu-se que não se deveria tratá-lo como uma "vaca sagrada", mas criticá-lo enquanto partido liberal-burguês (por mais que os candidatos do PMDB pudessem individualmente assumir posições mais "genuinamente oposicionistas"). A

[18] Partido dos Trabalhadores, Comissão Executiva Nacional, "Circular Especial, anexo 9/82", 2 de julho de 1982.

[19] "O PT distribui a sua renda", *Isto é*, 14 de julho de 1982, p. 19.

campanha do “voto útil” do PMDB implicava que o PT estragava o jogo da oposição, auxiliando objetivamente o regime; o PT tinha que demonstrar sua viabilidade, não apenas como “um partido do futuro”, mas como um partido que tinha o direito de concorrer **naquelas** eleições. Assim, era necessário fazer uma distinção clara entre os dois partidos, mostrando que as raízes do PT nas lutas operárias e populares faziam dele uma alternativa genuína.

Em resumo, várias conclusões foram tiradas da reunião de planejamento de julho. Em primeiro lugar, o PT estava fazendo campanha para ganhar, mesmo que as eleições não fossem inteiramente livres. Em segundo, o oponente era o regime militar e as forças políticas que o mantinham através de práticas clientelísticas e conciliatórias, tráfico de influência, abuso de poder econômico etc. Os que exploravam e oprimiam a classe trabalhadora podiam ser encontrados em mais de um partido. Centrando sua campanha em torno das questões Terra, Trabalho e Liberdade, o PT reuniria e reforçaria aqueles grupos que nunca tinham tido a possibilidade de agir ou falar por si mesmos, fazendo das vitórias do partido não só as vitórias dos eleitos, mas dos movimentos populares.[20]

A tentativa de unificar a campanha eleitoral do partido fracassou em quase toda parte fora de São Paulo e, em menor grau, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. A razão disso era em parte financeira: o Comitê Nacional quase não contava com recursos para dividi-los entre os estados, e a maioria dos comitês estaduais não estava em situação melhor. Parte do problema era também de ordem política. Segundo Weffort, a discussão inicial dos comitês tinha ocorrido como se eles devessem ser os organismos políticos capazes de unificar a campanha em todos os seus aspectos — político, de propaganda e de organização —, funcionando como uma espécie de centro de comando político e eleitoral para todos os candidatos em igualdade de condições. Isto era claramente irrealista e, alegava Weffort, seu espírito idealista servia como uma espécie de camuflagem ideológica para um comportamento eleitoreiro desenfreado, na maior parte das vezes. Em alguns estados, os comitês não tinham fundos simplesmente porque os candidatos, que tinham unanimemente concordado em contribuir

[20] Partido dos Trabalhadores, Comissão Executiva Nacional, “Informe sobre a reunião dos candidatos majoritários e recomendações da Comissão Eleitoral Unificada Nacional às Comissões Eleitorais Unificadas Estaduais”, Brasília, 3-4 de julho de 1982.

com um percentual dos fundos levantados em suas campanhas para um fundo comum, não o fizeram.[21]

No final de agosto de 1982, o Comitê Eleitoral Nacional lançou linhas gerais de orientação para a campanha. Os comitês eleitorais coordenariam três áreas: finanças, material de campanha e organização. Deveriam centralizar as finanças com base na porcentagem dos fundos levantados e repassados por cada candidato aos comitês, estimular atividades para levantar verbas e usar o fundo comum para garantir a igualdade de recursos para aqueles candidatos cujos rendimentos pessoais eram menores. Deveriam garantir que o material de campanha de todos os candidatos incluísse os nomes dos candidatos aos cargos majoritários. E deveriam planejar e manter o calendário das aparições públicas dos candidatos, acertar caravanas por todo o estado, organizar comícios, encontros e debates e, de modo geral, tentar estimular atividades criativas de campanha.

O Comitê Nacional preocupava-se pelo fato de a maioria dos comitês eleitorais regionais e locais não estar se concentrando nessas tarefas específicas. Em alguns casos, eles estavam tomando a direção de praticamente todas as atividades do partido; em outros, os fundos destinados à campanha estavam sendo usados para socorrer diretórios em dificuldades, porque a infraestrutura local estava em mau estado. Em outras áreas, os comitês eleitorais praticamente não existiam.

As linhas gerais de orientação salientavam a importância de se utilizar qualquer espaço disponível nos meios de comunicação de massa, especialmente na televisão e no rádio, antes de 15 de setembro, quando entravam em vigor as restrições da Lei Falcão. Incentivavam os candidatos a participarem de debates, delineando as propostas do PT e discutindo quais os tipos de políticas públicas que eram necessárias e possíveis para os governos estaduais e municipais. Embora os candidatos não devessem evitar entrar em conflito com outros partidos ou criticá-los, era-lhes aconselhado que enfatizassem o lado positivo da posição do PT no processo de crítica aos outros. Ainda que o voto da classe trabalhadora fosse considerado central, as linhas gerais de orientação sugeriam que se poderia atingir a classe média através da discussão da alta do custo de vida, do fim da estabilidade no emprego, das condições da vida urbana, das restrições aos direitos de cidadania e o papel das empresas multinacionais na economia.

[21] Entrevista com Francisco Weffort, São Paulo, 5 de janeiro de 1983.

Elas também apontavam para a importância do voto dos jovens: mais de 50010 do eleitorado estaria votando para governador pela primeira vez.[22]

A campanha de 1982 em São Paulo

A campanha do PT em São Paulo foi lançada num comício animado, realizado em 21 de abril de 1982, no bairro operário de Santo Amaro, capital, com cerca de 15.000 pessoas presentes. Seu tamanho surpreendeu até mesmo os organizadores do evento, sobretudo porque, ao mesmo tempo, um importante jogo de futebol (Flamengo X Grêmio) estava sendo transmitido ao vivo pela televisão. O estado de ânimo era festivo; no palanque músicos conhecidos juntavam-se aos candidatos do partido. Um sentimento palpável de expectativa percorria a multidão, uma percepção de que algo novo estava começando.[23]

A tentativa de unificar a campanha eleitoral teve algum êxito no estado de São Paulo. As campanhas dos candidatos majoritários (Lula para governador, Jacó Bittar para o Senado e os vários prefeitos) destinavam-se a dar visibilidade aos candidatos das eleições proporcionais (para deputados estaduais e federais e vereadores municipais). Em termos práticos, esse era um processo complicado. As caravanas do partido que saíam da capital para o interior do estado, envolvendo até oito comícios em um único dia, tinham de ser cronometradas com cuidado para alcançar os eventos planejados em cada município. Para os candidatos locais, essas caravanas ofereciam suas únicas oportunidades de aparecerem no palanque ao lado de Lula, que continuava sendo a maior atração para os eventos do PT.

O comitê regional tinha de decidir quem apareceria com Lula nos comícios em cada município. Era difícil conciliar as reivindicações dos vários candidatos; um deles poderia ter vindo da região, outro poderia manter vínculos com a área através de movimentos ou outras atividades, e outro ainda poderia não ter ligação com ela, mas precisar de maior visibilidade no interior do estado. Alguns poucos candidatos foram, sem

[22] Partido dos Trabalhadores, Comissão Eleitoral Unificada Nacional, "Circular 02/82", Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1982.
[23] "PT abre sua campanha em São Paulo", *Folha de S. Paulo*, 21 de abril de 1982; "Uma festa na praça", *Isto é*, 28 de abril de 1982, p. 26-7; "O bicho-papão existe?", *Senhor*, 5 de maio de 1982, p. 14-6.

dúvida, mais expostos nessas caravanas que a maioria dos outros, em parte por causa de suas ligações pessoais mais próximas com Lula.[24]

Além de organizar as caravanas para o interior o Comitê Eleitoral Unificado em São Paulo produziu parte do material de campanha para o partido como um todo no estado. Esse material era distribuído aos diretórios municipais, que deveriam então repassá-lo aos candidatos para uso individual, beneficiando, assim, pelo menos potencialmente, todos eles. O comitê eleitoral estadual também produziu material para dois tipos específicos de candidatos: sindicalistas que concorriam para o legislativo federal ou estadual e candidatos com sérias dificuldades em termos financeiros. O comitê também socorreu os candidatos negociando descontos de preços em várias gráficas, tornando mais barata a produção do material para cada um deles individualmente.

O comitê estadual pouco podia fazer para coordenar as campanhas dos candidatos a deputado estadual e federal, além de agendar sua participação em caravanas com os candidatos majoritários e fornecer-lhes uma ajuda mínima com o material de campanha. Assim, em sua maioria, eles tiveram de depender de sua própria iniciativa, e quase todos formaram seus próprios comitês de campanha. Alguns candidatos deram provas de uma grande dose de iniciativa, outros não. Os que já haviam concorrido a eleições ou participado de campanhas estavam numa situação vantajosa, assim como os que se vinculavam estreitamente a um eleitorado determinado que se dispunha a trabalhar duro na campanha. Os que não eram conhecidos numa área urbana de maior importância ou por um público particular tinham pouca oportunidade de se expandir além de um pequeno grupo durante a campanha.

Os temas da campanha do PT

A campanha do partido teve dois temas principais: o acesso ao poder e a maioria da classe trabalhadora. Embora complementar sob diversos aspectos, os dois temas diferiam fundamentalmente no tipo de discurso que produziam, o que suscitou expectativas e imagens contraditórias com relação ao partido. Ao longo da campanha, embora os dois continuassem a

[24] Esta observação se baseia nas minhas próprias impressões a partir de discussões com membros do partido e da minha observação pessoal da campanha, e não de um exame sistemático da composição das caravanas do partido. Sem esta última, é difícil fazer uma avaliação conclusiva sobre as acusações de favoritismo que inevitavelmente surgiram.

coexistir como princípios básicos, o segundo passou gradualmente a predominar sobre o primeiro. Como, exatamente, eram apresentados esses dois princípios organizadores e como as contradições se fizeram sentir?

O tema do acesso ao poder foi tratado no discurso partidário nas discussões sobre o que é política, quem dela participa, em que consiste a participação política e o que constitui o poder. Um exemplo característico desse discurso foi um cartum produzido pelo conhecido desenhista Henfil (Henrique Souza Filho),[25] membro do PT, sob a forma de uma conjugação do verbo poder. Jogando com o duplo sentido da palavra, enquanto verbo e substantivo, Henfil mostrava, sob o título de “Poder”, personagens desenhadas em linhas simples dizendo “eu posso”, “você pode”, “ele pode”, “ela pode” e assim por diante. Este e outros desenhos semelhantes produzidos por Henfil foram reproduzidos em camisetas que se tornaram muito populares durante a campanha.

O núcleo do argumento sobre política e participação consistia em mostrar que a política não era apenas uma atividade de elite exercida no Congresso e nos órgãos do Estado, mas, ao contrário, envolvia todo tipo de lutas populares em torno das condições de vida e de trabalho. A participação nessas lutas era política, e o conhecimento específico exigido por essa atividade era, assim, o conhecimento da sua própria situação e a da comunidade, mais que o de ser membro da elite política. A falta de um diploma universitário não impedia a participação política, dizia-se aos que apoiavam o PT; seus diplomas vinham da sua experiência de vida, das lutas nas fábricas, nos bairros e nas favelas. O discurso sobre a participação refletia o compromisso geral do PT com o fortalecimento das organizações populares. O enfoque do partido com relação ao poder envolvia a acumulação de forças nas bases e a luta pelo controle das decisões imediatas que afetavam a vida de cada um. Era um discurso muito próximo daquele da Igreja popular.

O discurso sobre a “maioria da classe trabalhadora”, embora relacionado com o tema do acesso ao poder, através da ênfase dada aos direitos dos cidadãos e a necessidade de os trabalhadores falarem com voz própria na vida política, dele se distinguia por sua atenção mais direta à

[25] Henfil ficou conhecido tanto pelos seus cartuns como por suas colunas na revista *Isto é*, que tinham a forma de cartas à sua mãe. Era hemofílico, e sua morte por Aids, no final dos anos 80, representou o desaparecimento de uma das mais queridas figuras culturais da oposição brasileira.

questão das relações de poder na sociedade como um todo. O *slogan* eleitoral “Trabalhador vota em trabalhador” expressava a unidade dos dois temas; outra palavra de ordem do partido em São Paulo, contudo — “Vote no 3 — o resto é burguês” --, expressava sua diferença. O discurso do acesso ao poder fundava-se essencialmente no conceito de cidadania, enquanto o discurso da maioria da classe trabalhadora tinha como sua referência básica o conceito de classe.

A representação que o PT se fazia da maioria da classe trabalhadora era essencialmente tradicional: nela, a sociedade se dividia entre os que controlavam o produto de seu trabalho e os que não podiam fazê-lo. Os “trabalhadores” eram definidos, de modo amplo, como assalariados. No processo de suas lutas, os trabalhadores tornar-se-iam mais conscientes, tanto de sua exploração quanto de sua força, unindo-se para transformar a sociedade. Para os líderes do PT, o ponto de referência para esse processo de conscientização era a experiência dos metalúrgicos em São Bernardo do Campo. Como outros apontaram, essa era, sob vários aspectos, uma experiência única. O sucesso da organização dos metalúrgicos deu aos dirigentes do PT uma imagem de solidariedade e homogeneidade de classe que provavelmente não correspondia à percepção que a maioria dos assalariados brasileiros tinha de sua própria situação.

A noção de uma maioria da classe trabalhadora pode ser vista tanto de um ponto de vista descritivo (como uma caracterização de uma situação efetivamente existente) quanto prospectivo (como parte de um processo de formação política de classe).[26] Nesse último sentido, ela está intimamente ligada ao discurso sobre a participação. As expectativas por ela geradas são de longo prazo e a imagem do partido, que é o portador desse discurso, sobre a formação de classe é a de um partido em formação, juntamente com a classe. No primeiro sentido — como uma caracterização descritiva — geram-se expectativas de sucesso a curto prazo, e a imagem do partido é ou a de um representante da classe ou a expressão de uma concepção mais vanguardista, na qual ele aparece como portador da verdadeira consciência e intérprete dos interesses reais da classe trabalhadora brasileira.

Durante a campanha de 1982 do PT em São Paulo, houve um deslocamento gradual, em grande parte não reconhecido, mas seguramente marcado, nas discussões da campanha, que passaram de uma concepção

[26] Sobre a formação política das classes, ver Adam Przeworski, *Capitalism and social democracy*, cit., capítulo 2.

essencialmente prospectiva a outra essencialmente descritiva da noção de maioria da classe trabalhadora. A ideia de uma homogeneidade social substituiu progressivamente a ideia de um processo político em que se deveria tecer os fios heterogêneos de uma sociedade altamente diferenciada, para formar uma percepção de interesses e objetivos comuns, que seria o fundamento da força do partido. É esse deslocamento, causado pela aparente receptividade popular à campanha do PT, que ajuda a explicar o fato de, no final da campanha, o partido ter desenvolvido expectativas extraordinariamente otimistas sobre os resultados eleitorais, e sua decepção profunda, em face dos resultados.

Assim, no interior da própria campanha, pode-se ver um reflexo do problema que volta a se colocar de forma recorrente nesta análise do desenvolvimento do PT: o conflito subjacente entre uma visão do partido enquanto reflexo ou encarnação de um processo essencialmente social, que ocorre fora dele; e outra que vê o partido enquanto agente que contribui ativamente para dar forma a esse processo, através da organização política. Embora nas primeiras fases da campanha os dirigentes partidários em São Paulo salientassem a importância do período eleitoral para organizar os trabalhadores, no seu final enfatizava-se o fato de ganhar a eleição, por causa da força da classe trabalhadora.

Quais foram os elementos que contribuíram para o deslocamento da percepção sobre as possibilidades do partido nas eleições de 1982 em São Paulo? Provavelmente, os mais importantes foram o efeito dos debates entre os candidatos a governador pela televisão e o tamanho dos comícios eleitorais do partido. Houve três debates principais entre os candidatos a governador.[27] O primeiro, que teve o maior efeito psicológico para o PT, ocorreu em 10 de agosto de 1982, entre Lula, Franco Montoro (PMDB) e Reynaldo de Barros (PDS) e foi transmitido pela televisão em 14 de agosto. Jânio Quadros, candidato do PTB, não participou dos dois primeiros, por causa de uma velha disputa com o jornal *O Estado de S. Paulo*.

O primeiro debate gerou grande discussão, sobretudo devido à surpresa dos comentaristas da elite, não só pelo fato de que Lula pôde debater as questões em pé de igualdade com os outros participantes, mas

[27] Os dois primeiros debates foram promovidos pela TV Globo e pelo jornal *O Estado de S. Paulo*; o terceiro foi promovido pela TV Bandeirantes e o jornal *Folha de S. Paulo*.

também porque, segundo os resultados das pesquisas efetuadas a seguir, Lula levou a melhor no debate.[28]

A presença de massa nos comícios eleitorais do partido em São Paulo foi outro fator que contribuiu para deslocar a percepção do PT sobre sua força. Parecia inconcebível aos dirigentes petistas que o Partido dos Trabalhadores pudesse atrair para seus comícios multidões maiores que os outros partidos e, ainda assim, perder por uma margem significativa de pontos nas pesquisas. Isso fez com que alguns líderes começassem a acreditar que os principais institutos de pesquisa (Gallup e Ibope) estivessem deliberadamente tentando esconder a força do PT. Essa convicção persistiu mesmo quando uma pesquisa encomendada pelo próprio PT, realizada sob a direção de um cientista social do Cebrap filiado ao partido, produziu praticamente os mesmos resultados. No enorme comício final do PT nas eleições em São Paulo, realizado no estádio do Pacaembu em 7 de novembro de 1982, Lula afirmava que “a gente tem certeza que o Partido dos Trabalhadores está conseguindo mostrar que a gente vai fazer depois deste comício a Gallup, a *Veja* e a *Globo* e o *Estado de S. Paulo* engolir a pesquisa que eles fizeram, que dá o Partido dos Trabalhadores como o último colocado neste país...”.

O veredito da pesquisa do próprio partido parecia menos convincente que a presença de cem mil pessoas em um comício em São Paulo, quinze mil em Campinas, vinte mil em Sumaré, dez mil em Catanduva etc. Os números cegaram a liderança com relação à persistente fragilidade da organização partidária, impossibilitando-a de reconhecer que a conjuntura na qual se realizavam as eleições significava para muitos eleitores que a dinâmica plebiscitária, característica dos três últimos pleitos, ainda era essencial. Em seu discurso no Pacaembu, Lula citava a presença de três mil pessoas num comício em Nova Odessa, cidade que contava com dez mil eleitores, como prova conclusiva do apoio ao partido; na verdade, o partido recebeu 948 votos nessa cidade, ou 8,97% do total dos votos. Citava a multidão de vinte mil pessoas em Sumaré; 8.319 dentre elas compareceram como eleitores. Embora sem dúvida seja verdade que a presença nos comícios do partido fosse uma expressão de simpatia e interesse pelo PT, não havia uma ligação direta entre a simpatia e o voto.[29] Antes das eleições,

[28] Ver *Isto é*, 18 de agosto de 1982, p. 25.

[29] Note-se também que, apesar de os analfabetos não terem direito ao voto e, portanto não poderem filiar-se a partidos, eles podiam assistir aos comícios das campanhas. Isto provavelmente não tinha tanta importância em São Paulo como nos estados rurais; os líderes

o PT tinha 115 membros em Nova Odessa e 312 em Sumaré. Embora os números relativos à filiação não constituíssem uma medida adequada de previsão de voto, a ausência de uma máquina partidária forte representava um sério obstáculo. Examinando esses dois exemplos, é particularmente interessante observar que, embora a filiação ao partido em Nova Odessa pouco tenha mudado entre o último trimestre de 1982 e o ano seguinte, o número de filiados em Sumaré quadruplicou, sugerindo que uma campanha partidária mais eficaz foi realizada nessa última cidade, o que ajuda a explicar o índice geral mais elevado de votos para o partido.

Além dos comícios e dos debates pela televisão, a mensagem da campanha do PT foi transmitida individualmente pelos candidatos às eleições municipais e legislativas e através do material de campanha produzido por eles e pelo partido, inclusive a propaganda pelo rádio e pela televisão durante os últimos sessenta dias. As campanhas individuais dos candidatos do PT variaram de modo significativo. Houve quem se baseasse na contracultura, como Katerina Koltoi,[30] candidata a vereadora na capital; alguns sindicalistas dirigiram-se principalmente aos trabalhadores industriais e outros enfatizaram questões ligadas aos direitos humanos ou denunciaram a corrupção dos governos estaduais anteriores.

Provavelmente o elemento menos eficaz na campanha do PT em São Paulo foi o uso dos meios de comunicação de massa. O partido teve grandes problemas para fazer passar sua mensagem na cobertura da campanha pela imprensa; no noticiário, ela tendia a ser bastante insípida ao relatar as declarações do partido, ou então, concentrava-se no conflito entre o PT e o PMDB. O partido não conseguiu estabelecer com muito sucesso uma ligação entre suas posições eleitorais e questões tópicas que suscitariam um provável interesse jornalístico. Poucos candidatos conseguiram utilizar-se daqueles espaços que talvez pudessem estar disponíveis, como os programas de entrevista pela televisão. Uma exceção foi o caso de Eduardo Suplicy, candidato a deputado federal, que, por fazer da denúncia da corrupção no governo Maluf e na campanha eleitoral do PDS um importante elemento de sua campanha, conseguiu, com frequência, “virar” notícia e, consequentemente, dar publicidade à sua própria campanha e à do seu partido.

do partido no Acre estimaram que cerca de metade dos simpatizantes do PT eram analfabetos. Entrevista com Nilson Morão e Chico Mendes, 19 de dezembro de 1982.

[30] O principal *slogan* da campanha de Koltoi era *Desobedeça*, e seu estilo era bem semelhante ao dos candidatos do Partido Verde alemão.

Os meios de comunicação do próprio partido eram também bastante fracos. O PT lançou, juntamente com sua campanha, seu primeiro jornal nacional (*Jornal dos Trabalhadores*), cujo último número saiu em novembro de 1982. Frequentemente não ficava claro se o jornal pretendia ser um órgão interno do PT ou um órgão de comunicação entre o partido e a população em geral, de modo que seu potencial de comunicação na campanha eleitoral não chegou a se realizar. Mais eficazes foram os panfletos mimeografados locais e os murais feitos pelos núcleos e outras organizações partidárias locais; mas estes apareciam esporadicamente, e muitas vezes atingiam uma audiência limitada.

O uso feito pelo partido do horário gratuito de propaganda pelo rádio e pela televisão nos últimos sessenta dias da campanha foi particularmente ineficaz, mesmo dentro do leque extremamente limitado de possibilidades que o formato do programa oferecia. Esse formato foi estipulado pela Lei Falcão, instituída inicialmente em 1976 para impedir o MDB de repetir o seu sucesso com os meios de comunicação de massa em 1974. A lei proibia a campanha pelo rádio e pela televisão nos dois meses anteriores às eleições, mas permitia que os partidos dividissem, por igual, as várias horas diárias de tempo gratuito no ar, mostrando fotos dos candidatos, e a voz de um narrador apresentava o *curriculum vitae* de cada um enquanto sua imagem aparecia no vídeo. O resultado era, no melhor dos casos, extremamente aborrecido. Apesar disso, este era um importante fórum, na medida em que, embora talvez não convencesse os eleitores a votar em determinados candidatos, o efeito de uma sucessão de fotos e currículos dos candidatos ainda assim afetava a imagem que os eleitores tinham dos partidos nas eleições.

Tentando demonstrar através dos currículos de seus candidatos que se tratava de pessoas que haviam lutado e sofrido sob o regime autoritário, sendo, por isso, verdadeiramente populares, o partido subestimou o aspecto de construção de imagem embutido no formato do programa.[31] Uma atrás da outra, as fotos apareciam, enquanto a narração contava que este tinha estado na cadeia por atividades ligadas aos direitos humanos, aquele fora expulso de um cargo sindical por sua militância, este outro havia sido

[31] O uso da televisão pelo partido foi uma das principais diferenças entre as campanhas de 1982 e 1985, discutidas adiante. Em 1982 o problema foi uma combinação da inexperiência no tratamento da comunicação política, juntamente com a rigidez do formato exigido pela Lei Falcão e o medo de experimentar com esse formato, já que o partido não tinha fundos para fazer um novo filme caso o primeiro fosse proibido (como aconteceu com o PMDB).

exilado, enquanto aquele fora forçado a deixar a escola depois do quarto ano primário para trabalhar e sustentar a família, e um outro ainda havia sido torturado. O resultado, ao invés de compor uma imagem positiva, que demonstrava como essas pessoas haviam superado as perseguições e privações para se tornarem importantes líderes populares, acabou sendo o que muitas lideranças do partido descreveram mais tarde como uma imagem essencialmente negativa, de um bando de ignorantes e fregueses de cadeia. O partido acabou finalmente reconhecendo seu erro e mais ou menos na última semana da campanha substituiu o material do programa por uma linha mais positiva e muito mais eficaz de apresentação de imagens; mas o dano já havia sido feito.

O conflito com o PMDB

Um aspecto da campanha que deu lugar a discussões acaloradas, tanto dentro quanto fora do partido, foi o esforço do PT de se distinguir do PMDB. O conflito chegou ao auge já em maio de 1982. O PMDB acusava o PT de divisionismo e de "fazer o jogo do governo" e seus membros afirmavam seguidamente que Lula não era capaz de governar[32]. O PT era qualificado de "obreirista", um partido. "vestido de macacão", numa referência às roupas de trabalho dos metalúrgicos. O PT, por sua vez, qualificava o PMDB de frente demasiado ampla para ter qualquer unidade política real e de partido burguês. Sobretudo a campanha do "voto útil" do PMDB era anátema para o PT, contra o qual ela era essencialmente dirigida[33].

O conflito foi exacerbado por uma entrevista dada por Lula a um jornalista da *Folha de S. Paulo*, publicada em 16 de maio com o titulo de "Nosso adversário é o PMDB, afirma Lula"[34]. Respondendo às insinuações do PMDB de que sua candidatura trabalhava a favor do partido do governo, Lula replicou:

> ... cabe ao nosso partido mostrar a fragilidade do senador Franco Montoro enquanto candidato a governador, a fragilidade da proposta dele, pois o nosso adversário é exatamente o PMDB, adversário nas

[32] A acusação de que Lula era incapaz de governar não foi adotada pelos líderes do PMDB como uma posição oficial do partido, porém foi generalizada nas discussões e debates durante a campanha.
[33] "PMDB e PT, uma profunda rivalidade", *O Estado de S. Paulo*, 8 de outubro de 1982.
[34] Roland M. Serra, "Nosso adversário é o PMDB, afirma Lula", *Folha de S. Paulo*, 16 de maio de 1982, p. 5.

> urnas (...) Quando passamos a defender o pluripartidarismo é necessário que tenhamos a coragem de ser sérios e saber se queremos a mexicanização ou o real pluripartidarismo (...) Não vemos o PMDB como nosso inimigo, não. O inimigo é o PDS, mas achamos que o PMDB é que será o grande adversário político, porque é muito mais forte que o PDS. A briga se dará entre o PT e o PMDB e quem, como nós, é jovem, verá isso até lá.[35]

Na semana seguinte o mesmo jornal transmitia os contra-ataques do PMDB. A economista Maria da Conceição Tavares atacava dizendo que Lula fora catapultado para a fama pelos meios de comunicação de massa. O PT era culpado de ser simplista, sectário e eleitoreiro:

> A explicação da sociedade é fácil e imediata: ela se divide entre exploradores e explorados. Como organizar a sociedade é fácil: pelas bases (ou células, dependendo das correntes). Como ganhar espaço eleitoral? Também é fácil: atacando o PMDB.[36]

O editorialista Cláudio Abramo criticava o partido por não conseguir ver que, se de fato o PMDB era uma frente composta por correntes muito distintas à qual faltava um programa de mudanças ambicioso, era porque a situação assim o exigia. Mas ele qualificava como natural o processo pelo qual o PT chegou à conclusão de que o PMDB era seu inimigo número um, devido à ofensiva virulenta e "nauseante" do partido contra o PT.[37]

É interessante notar que a maioria dos comentários sobre a entrevista de Lula não fez distinção entre "adversário" (isto é, competidor) e "inimigo", como o próprio Lula havia feito. Não fica claro se o fato de não se fazer isso era um instrumento de polêmica nas mãos dos críticos do PT, ou se refletia uma dificuldade mais profunda em aceitar a existência de nuances no conflito político. Esta última interpretação é coerente com as análises históricas e antropológicas da cultura política brasileira, que esclarecem a importância do consenso, da cordialidade e da negociação e a recusa em aceitar a legitimidade do conflito.[38]

[35] Idem, ibidem.
[36] "Maria Tavares convoca intelectuais à política", *Folha de S. Paulo*, 23 de maio de 1982.
[37] Cláudio Abramo, "O PT, vitima de sua síndrome", *Folha de S. Paulo,* 23 de maio de 1982.
[38] Phillippe Schmitter nota essa característica nas suas conclusões em *Interest conflict and political change*. Ver também Roberto da Matta, "Você sabe com quem está falando?", *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro* (Rio de Janeiro, Zahar, 1981).

O reconhecimento do conflito entre o PDS e o PMDB, ou do governo *versus* oposição, escapava desse padrão porque havia sido elevado a um nível de confronto maniqueísta, quase cosmológico: era uma questão do bem contra o mal, e o que não estava com o bem era necessariamente o mal. O fato de o PT estar ativamente competindo por votos era visto, mesmo por observadores sofisticados, como algo que punha em perigo o próprio processo de redemocratização. Uma boa ilustração da virulência dessa crítica é uma coluna do economista do PMDB Luiz Carlos Bresser Pereira na *Folha de S. Paulo*, da qual vale a pena fazer uma extensa citação. Ele começa por louvar a caracterização que Abramo havia feito do PMDB, dizendo que

> De fato, o PMDB é um partido complexo e contraditório, que aponta uma via democrática, social (mas não socialista) e modernizante para o país. É o partido de centro-esquerda que, ao espelhar as contradições e a diversidade da sociedade brasileira, abre o caminho para a consolidação de um pacto social mais sólido, que nos permita enfrentar durante os anos oitenta a grave crise econômica brasileira e mundial nos quadros de um regime democrático.
>
> O PT, por sua vez, é um partido relativamente coeso em torno de uma análise simplista da sociedade brasileira: o Brasil estaria dividido entre “bons” (os trabalhadores) e “maus” (os capitalistas); para que os bons cheguem ao poder é preciso organizar politicamente os trabalhadores a partir das bases.
>
> É evidente que a partir de um raciocínio classista dessa natureza não há qualquer possibilidade de se chegar a médio prazo ao poder no Brasil, país em que a hegemonia ideológica burguesa é patente. Entretanto, como em São Paulo o prestígio de Lula é considerável, os petistas contraditoriamente deixaram-se tomar pelo entusiasmo eleitoral, criaram a ficção de que o candidato do governo “é carta fora do baralho” e identificaram o PMDB como seu principal adversário.
>
> Ao fazer isto, é evidente que o PT esqueceu suas alianças naturais e perdeu qualquer contato com a realidade, atrelando-se ao mais clássico eleitoralismo. Como não pode disputar votos a seu inimigo, o PDS, disputa-os a seu irmão, o PMDB.
>
> Nesses termos, embora concorde com Cláudio Abramo que é calúnia afirmar que o PT esteja “fazendo o jogo do governo”, porque o objetivo do PT é exatamente o oposto, na prática o que está acontecendo é isto mesmo. Enquanto o PTB faz deliberadamente o

> jogo do governo, o PT o faz involuntariamente. O grave é que o PTB pode fazer pouco mal ao PMDB em São Paulo, enquanto que o PT, devido ao carisma que Lula exerce sobre os intelectuais e estudantes de esquerda, pode fazer muito mal.
>
> O que Maria Conceição Tavares procurou transmitir na entrevista política que concedeu a esta *Folha,* também no último domingo, é uma ideia muito simples ligada a este problema. O eleitoralismo do PT em São Paulo *é uma ameaça à redemocratização do País,* na medida em que só fortalece o governo e particularmente o Sr. Paulo Maluf. A crise econômica continuará grave no Brasil (e no mundo) durante toda esta década. O fortalecimento de políticos de direita autoritária e populista nos quadros de uma crise econômica poderá nos levar de volta à ditadura.
>
> É pouco provável que os líderes do PT acordem em tempo e percebam o erro que estão cometendo. É mais provável que os eleitores o façam. Para isto, entretanto, é necessário que fique claro para todos que a prioridade fundamental hoje no Brasil é o restabelecimento e consolidação da democracia nos quadros de uma economia em crise. Este é o desafio que a sociedade brasileira enfrenta nos anos oitenta. O drama do PT está em não poder compreender este fato, apesar de todas as suas boas intenções.[39] (Grifo da autora)

O PT tentou energicamente opor-se ao apelo do argumento do “voto útil” para os seus eleitores potenciais, afirmando que as origens de classe dos candidatos do PMDB os impediriam de apoiar políticas que beneficiassem os trabalhadores e os pobres. Num discurso de campanha em Ubatuba, por exemplo, Lula argumentava:

> Porque não acredito, não acredito que um partido que tem um latifundiário vai resolver o problema da terra nesse país. Não acredito que um partido que tenha um grande empresário vá resolver o problema da classe trabalhadora nesse país. Não acredito que um partido que tem um banqueiro vá resolver o problema da baixa de juro nesse país. Eu acredito que é preciso haver uma inversão de valores. É preciso que aqueles que sempre foram oprimidos

---

[39] Luiz Carlos Bresser Pereira, “O drama do PT”, *Folha de S. Paulo*, 25 de maio de 1982. É interessante notar, à luz das posições de Bresser em 1982, que no final de 1989 ele foi um dos mais fortes defensores da ideia de que seu partido (o PSDB) apoiasse Lula no segundo turno das eleições presidenciais.

entendam, de uma vez por todas, de que eles precisam deter o poder político em suas mãos [40].

Assim, a "utilidade" para os trabalhadores deveria ser definida de maneira diferente:

> Mas tem muita gente que levanta a questão do voto útil. Mas será que o PT ganha, ele leva? Não é melhor votar em fulano de tal, porque é mais maneiroso, é mais jeitoso, não sei o que lá? Ora, companheiros, é uma opção que nós temos que fazer. Ou nós seremos julgados amanhã por termos conciliado e errado ou nós seremos julgados por não termos tido coragem de dizer o que pensávamos em praça pública. E entre ser julgado pelo fato de ter conciliado e ser julgado pelo fato de ter tentado acertar com a classe trabalhadora, eu prefiro ser condenado por tentar acertar com a classe trabalhadora brasileira.[41]

Confrontado pelos ataques contínuos do PMDB, a invectiva do partido tornou-se cada vez mais dura, culminando com o discurso de Lula no último comício da campanha realizado no estádio do Pacaembu em São Paulo:

> Não foram poucas as críticas. Não foram poucas as perseguições. Não foram poucas as calúnias. De repente, o Lula deixava de morar em São Bernardo, na boca de alguns, pra morar no Morumbi, na boca dessas pessoas. De repente, pelo fato do Lula estar num partido político, o Lula já não era mais o operário admirado das greves de São Bernardo do Campo. De repente, o Lula não podia mais andar de carro. De repente, a gente não podia mais fazer nada que qualquer cidadão faz porque as más línguas estavam aí pra tentar denegrir, através da pessoa do Lula, a imagem de uma organização política que supera em milhões de vezes a pessoa do Lula ou a pessoa de qualquer militante individualmente.
>
> A gente por diversas vezes tentou abrir a cabeça das pessoas tentando mostrar de que a questão da organização da classe trabalhadora é um fato irreversível. A gente tentou mostrar de que ninguém jamais iria conseguir parar o nosso movimento. A gente tentou mostrar de que a política convencional, de que a política dd dinheiro, de que a política do cabresto já não vingaria mais aqui neste estado e tampouco nessa pátria chamada Brasil. A gente tentou mostrar de que há uma

[40] Luís Inácio Lula da Silva, discurso num comício eleitoral em Ubatuba, 28 de agosto de 1982. Gravação em fita.
[41] Ibidem.

> igualdade entre os partidos burgueses, seja da situação ou da oposição. A gente tentou mostrar de que PDS e PMDB são farinha do mesmo saco e que não vão mudar a situação da classe trabalhadora brasileira. E esse fato é muito mais verdadeiro quando a gente viaja para o interior de São Paulo e a gente percebe que tem um candidato fazendeiro do PDS e de um outro lado um candidato fazendeiro do PMDB, quando a gente percebe que entre esses dois partidos, ontem um era da ARENA, hoje é do PMDB, ontem um era do PMDB e hoje é da ARENA, trocando o partido como se tivessem trocando de cueca, sem nenhum respeito ao povo que o elegeu.
>
> Levantou-se neste país, a nível nacional, a questão do voto útil. Voto útil que mexeu com a cabeça de muita gente, quem sabe até desavisada. E agora, superada a questão do voto útil, aparece na imprensa e nas manchetes dos jornais o voto covarde, o voto do medo, um voto do terror que algumas pessoas do PMDB tentam jogar em treze milhões de eleitores aqui no estado de São Paulo, e 56 milhões de eleitores no nosso país. E estas coisas precisa ficar claro que quando o PMDB diz que se o Lula ganhar em São Paulo não vai levar, que se o Brizola ganhar no Rio de Janeiro não vai levar, o PMDB está comunicando, está avisando ao povo, de que o Lula e o Brizola, de que o PDT no Rio e de que o PT em São Paulo é contra o regime e o regime é contra o PT e é por isso que o regime não vai querer que a gente tome posse. Mas quando o PMDB, quando o PMDB coloca isso pra fora, e estão dizendo que o PMDB ganha, ele leva, eles estão afirmando, nada mais e nada menos, que o PMDB é um partido de oposição confiável ao sistema e por isso, se ganhar, vai tomar posse nesse país. Eu queria que os companheiros da imprensa registrassem aqui que se eu estou falando mal do PMDB, eu estou dizendo a verdade política deste país. E não vou falar mal do PDS porque, na verdade, a gente não chuta cachorro morto e o PDS já não existe mais em nosso país, o PDS já não existe aqui no estado de São Paulo enquanto força política.[42]

Que efeito teve tudo isso sobre os eleitores? Os críticos no interior do PT alegam que os ataques ao PMDB estreitaram a base eleitoral do partido e afastaram os eleitores de classe média. Não existem dados de pesquisa de que tenhamos conhecimento para que possamos avaliar a importância desta questão. Parece improvável que os ataques ao PMDB tivessem um efeito significativo sobre os resultados das eleições; os eleitores que se afastaram

[42] Luís Inácio Lula da Silva, discurso eleitoral, estádio do Pacaembu, São Paulo, 7 de novembro de 1982. Gravação em fita.

poderiam provavelmente ter respondido à campanha do PMDB pelo voto útil de qualquer forma. Se o partido tivesse refreado seu ataque ao PMDB, demonstrando ser um aliado "responsável" dentro de uma oposição mais ampla, o efeito da campanha do voto útil poderia ter sido até mais forte do que foi, particularmente, entre eleitores da classe trabalhadora. Se não tivesse respondido, isto teria implicado que o Partido dos Trabalhadores aceitava a ideia de que era de fato um "partido do futuro", cujo papel no presente consistia em esperar.

Isto não quer dizer que a estratégia eleitoral adotada pelo partido fosse a única disponível; qualquer processo histórico envolve caminhos que não foram trilhados, ao lado daqueles que o foram. Contudo, havia poderosos incentivos operando a seu favor. Em primeiro lugar, a decisão de formar um partido era uma decisão de **diferenciar** a organização política da classe operária da "oposição" mais geral. Em segundo, a legislação eleitoral exigia que, para continuar sendo legal, um partido tinha de se apresentar às eleições e obter 50/o dos votos em nível nacional e, em nove estados, pelo menos 3% dos votos de cada um. (Esse requisito foi finalmente transferido dos resultados de 1982 para os de 1986.) Para um partido novo, isto exigia um trabalho ativo de organização e de campanha. Em terceiro lugar, os ataques dos membros da oposição de elite contra o PT, especialmente os que denegriam a capacidade intelectual e organizacional dos trabalhadores, tiveram um efeito psicológico: o de provocar, com quase toda a certeza, uma resposta do partido. E, enfim, a resposta popular aparentemente positiva à campanha convenceu muitos dirigentes do partido de que a oposição de elite temia genuinamente uma vitória do PT em São Paulo. Embora não houvesse prova de que qualquer um na liderança do PMDB jamais tivesse pensado que o PT pudesse ganhar, as afirmações que fizeram mais tarde, durante a campanha, de que se Lula vencesse em São Paulo ou Brizola no Rio de Janeiro o regime não lhes permitiria tomar posse, só vieram reforçar esta crença dos líderes do PT. Embora no início da campanha tratar o PMDB como principal adversário fosse dar prova de realismo eleitoral e, ao mesmo tempo, apresentar uma resposta à questão do voto útil, em novembro alguns líderes haviam começado a acreditar que o partido efetivamente podia ganhar em São Paulo e só o PMDB colocava-se no caminho, como obstáculo à sua vitória.

Os resultados das eleições de 1982

Os resultados das eleições constituíram um choque e uma decepção profunda para o PT. O partido não conseguiu atingir seu objetivo de conquistar 5% dos votos em nível nacional e 3% em nove estados, conforme exigido por lei. De fato, o PT conseguiu mais de 3% dos votos apenas em São Paulo, com 9,9%, e no Acre, com 5,4%. No plano nacional, seus candidatos aos governos estaduais conquistaram apenas 3,3% do total dos votos.

O partido elegeu oito deputados federais, dos quais seis eram de São Paulo, um do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais. Elegeu um deputado estadual no Rio de Janeiro, um em Minas Gerais, um no Acre e nove em São Paulo. Os candidatos do PT para as prefeituras foram eleitos em dois municípios do país: um, na cidade de Diadema, São Paulo, e outro em Santa Quitéria, no Maranhão. No estado de São Paulo, o partido elegeu 78 vereadores em 39 municípios.[43]

O sistema de eleição dos membros da Câmara federal dos Deputados e das Assembleias Legislativas estaduais combina a representação proporcional com uma lista aberta. Todos os candidatos concorrem no âmbito estadual. As listas são nominais; os eleitores escolhem um candidato para deputado federal, um para estadual e um para vereador. Candidatos conhecidos em uma dada região, especialmente urbana, têm uma vantagem significativa; na ausência de uma circunscrição delimitada, eles podem fazer uma campanha intensa por todo o estado, visando acumular um número suficiente de votos em várias áreas para enfrentar os candidatos cujas bases são mais concentradas. Num estado com o tamanho de São Paulo, esta é uma proposta cara e que consome muito tempo.

Em São Paulo, o PT apresentou 38 candidatos a deputado federal (em um total de sessenta permitidos), elegendo seis, e 68 candidatos a deputado estadual (em um total de 84 permitidos), dos quais nove foram eleitos. O voto urbano, na capital e na região do ABC, foi decisivo para a maioria dos candidatos do partido que tiveram êxito. Entre os eleitos para o Congresso, quatro receberam mais de 60% de seus votos na capital e um, o líder metalúrgico Djalma Bom, recebeu mais de 60% deles na capital e em São Bernardo conjuntamente. Somente a atriz Elizabeth (Bete) Mendes obteve

[43] A lista completa dos vereadores eleitos no estado foi publicada em *PT São Paulo, 2* (4), dezembro de 1982.

mais da metade de seus votos fora da capital. Nas eleições para a Assembleia Legislativa estadual, a vantagem de um grande eleitorado urbano é demonstrada pelo fato de que só os votos para Expedito Soares em São Bernardo e para José Cicote em Santo André foram suficientes para elegê-los para o legislativo estadual.[44]

[44] Os dados sobre o desempenho dos candidatos provêm do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Esses dados aparecem em tabelas em Margaret Keck, "From movement to politics...", cit., p. 364-7.

Tabela 6.2 – Resultado das eleições para governador – Brasil – 1982

Estado	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	Brancos	Nulos	Total
Acre	33.879	–	4.637	3.152	36.369	4.214	4.305	86.556
Alagoas	257.898	–	–	–	206.856	75.814	23.494	564.062
Amazonas	164.190	–	5.352	4.203	201.182	14.169	12.029	401.125
Bahia	1.623.422	–	25.113	–	1.030.111	366.923	101.666	3.147.235
Ceará	1.149.468	–	9.961	–	478.853	277.124	41.341	1.956.747
Espírito Santo	282.728	1.236	10.588	–	448.074	63.856	19.449	825.934
Goiás	470.184	845	9.818	–	964.179	82.324	33.070	1.560.420
Maranhão	673.916	12.738	8.643	632	180.287	148.558	32.338	1.057.112
Mato Grosso	203.605	899	877	–	188.878	21.432	14.609	430.310
Mato Grosso do Sul	237.144	5.414	4.541	–	258.192	33.371	14.808	553.470
Minas Gerais	2.424.197	11.160	113.950	–	2.667.595	459.479	147.160	5.823.541
Pará	461.969	–	11.010	7.214	501.605	63.365	42.594	1.087.757
Paraíba	509.855	–	3.918	–	358.146	70.291	22.042	964.252
Paraná	1.127.175	6.679	12.047	30.202	1.708.785	237.748	74.307	3.196.943
Pernambuco	913.774	–	4.027	7.872	816.085	154.406	57.052	1.953.216
Piauí	393.818	–	5.814	–	271.274	85.430	22.087	778.423
Rio de Janeiro	1.530.706	1.709.180	152.614	536.383	1.073.446	243.274	195.063	5.440.666
Rio Grande do	389.677	–	3.207	441	283.266	56.450	15.713	748.854
Rio Grande do Sul	1.294.962	775.546	50.713	–	1.272.319	334.125	71.348	3.799.013
Rondônia	–	–	–	–	–	–	–	–
Santa Catarina	838.150	4.572	6.803	2.281	825.500	121.927	32.578	1.831.811
São Paulo	2.728.732	94.395	1.144.648	1.447.328	5.209.952	664.101	308.829	11.597.985
Sergipe	256.385	1.133	1.354	–	77.965	36.510	10.177	383.524
Amapá	–	–	–	–	–	–	–	–
Roraima	–	–	–	–	–	–	–	–
Total	17.965.834	2.623.797	1.589.645	2.039.708	19.059.019	3.614.059	1.296.059	48.188.956

Fonte: Reproduzido de José Alfredo de Oliveira Baracho, "O projeto político brasileiro e as eleições nacionais", Revista Brasileira de Estudos Políticos (57, julho de 1983, página 130).

Os candidatos do PT eleitos para o Congresso em 1982 refletiam a diversidade das origens do partido. Irma Passoni, eleita para a Assembleia Legislativa em 1978, fora uma das organizadoras do Movimento contra a Carestia e era considerada a mais forte candidata do setor católico militante do partido. Aírton Soares, eleito para o Congresso pelo MDB em 1978, foi o principal deputado federal a filiar-se ao PT. Eduardo Matarazzo Suplicy, embora membro de uma das famílias mais abastadas do Brasil, fora um dos primeiros políticos a apoiar o PT. Eleito para a Assembleia Legislativa em 1978, ele era conhecido por suas denúncias bem documentadas sobre a corrupção oficial e tinha uma sólida reputação por apoiar as lutas populares. Estes três estavam entre os que haviam sido recrutados na tendência popular do PMDB. Djalma Bom simbolizava a base sindical do partido; membro-fundador do PT, ele fora tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Bete Mendes era uma conhecida atriz de televisão e cinema, bem como uma militante política de longa data, ligada a organizações de esquerda. José Genoíno Neto era um líder conhecido na esquerda organizada e contava com uma extensa rede de apoio por todo o estado.

Apesar de apenas um candidato operário ter sido eleito para o Congresso pelo PT, o tamanho da votação para os candidatos operários foi, entretanto, impressionante. Djalma Bom ganhou quase duas vezes o número de votos de seu rival mais próximo no partido, tornando-se o nono deputado federal mais votado no estado (num total de sessenta). Dos oito deputados estaduais eleitos, três eram líderes sindicais, tal como o primeiro suplente. Na maioria dos municípios industriais do estado, os candidatos operários dominavam claramente o voto do PT. Isto não era de surpreender. Entretanto, após as eleições de 1982, uma espécie de apreciação do "senso comum" sobre o desempenho precário do PT nessas eleições demonstrou a falsidade do *slogan* do partido, "trabalhador vota em trabalhador". Dentre os que votaram para o partido, pareceria que um número considerável de fato votou para os trabalhadores.[45] A organização municipal sempre foi um importante elemento para o sucesso eleitoral no Brasil; é um fator que coloca em desvantagem os novos partidos. Segundo Gláucio Soares, essa característica favoreceu historicamente os partidos conservadores

[45] Para uma discussão mais detalhada sobre as eleições legislativas, ver Margaret Keck, "From movement to politics...", cit., p. 364-9.

organizados em torno de famílias locais de grande projeção, em detrimento dos partidos reformistas.[46] No momento das eleições, o PT tinha organizações partidárias em funcionamento em cerca de 149 dos 573 municípios do estado de São Paulo. A importância da existência de um diretório em um município era dupla: um partido só podia apresentar candidatos às eleições municipais onde já tivesse um diretório; e, evidentemente, a presença de uma organização local era importante para montar uma campanha. A exigência legal de que o voto para todos os cargos devia ser para candidatos de um mesmo partido significava que, onde o PT não contava com um diretório municipal, perderia os votos para prefeito ou vereadores. Assim, os partidos que não estavam organizados, ficavam numa clara posição de desvantagem. O proveito de que gozavam o PDS e o PMDB, como herdeiros de organizações partidárias preexistentes, evidencia-se nos resultados locais das eleições de 1982 para o país como um todo: os dois partidos fizeram, em conjunto, 97,8% dos vereadores em 99,2% das prefeituras.[47] Como mostra a tabela 6.3, o voto do PT em municípios onde não existiam diretórios quase nunca ultrapassou 2%.

Tabela 6.3 – O voto e a organização em diretórios do PT – 1982

% dos votos	Nº de municípios em que	
	havia diretório do PT	não havia diretório do PT
0-1	8	368
1-2	13	44
2-3	26	4
3-5	45	6
5-10	35	2
10-20	16	0
Mais de 20	6	0

Fonte: Os dados sobre a existência de diretórios provêm dos arquivos do PT e do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Os resultados das eleições nos municípios vêm do Tribunal Regional Eleitoral.

Como era de se prever, os municípios de São Paulo que mais deram votos ao Partido dos Trabalhadores nas eleições de 1982 eram, em sua maioria, os maiores, e mais industrializados do estado, com altas concentrações de trabalhadores em indústrias modernas. Dos 22 municípios nos quais o partido conquistou mais de 10% dos votos, os trabalhadores do

[46] Gláucio Ary Dillon Soares, *Colégio eleitoral, convenções partidárias e eleições diretas* (Petrópolis, Vozes, 1984), p. 33-5.

[47] Idem, ibidem, p. 42.

setor manufatureiro, de construção de transporte compunham mais de 50% da população economicamente ativa em quinze casos.[48] Com poucas exceções, os melhores resultados do partido vieram das áreas industriais em torno de São Paulo, especialmente a região do ABCD.

O impacto das eleições sobre o PT

Não é de surpreender que para o PT os resultados das eleições tiveram um sabor de derrota. Embora em suas declarações públicas os dirigentes partidários tentassem mostrar-se confiantes, como na manchete "Somos mais de um milhão", estampada no jornal do partido em São Paulo, no interior do próprio PT havia uma profunda decepção e uma espécie de depressão coletiva. As avaliações internas do seu desempenho eleitoral diferiam quanto à causa do fracasso, mas concordavam em dois pontos: que a repetição de palavras de ordem muitas vezes tinha tomado o lugar do esclarecimento dos objetivos do partido, e que o nível de organização — tanto do próprio partido quanto da população — era ainda demasiadamente fraco para garantir um êxito eleitoral. A solução era voltar às origens do partido, promovendo a organização e a mobilização popular e elaborando propostas concretas para a resolução de problemas sociais urgentes.[49]

A maior parte das explicações internas para o fraco desempenho do partido referia-se a questões organizacionais ou de atitudes. Muita energia foi gasta tentando-se repartir as culpas. A incapacidade de levar em conta fatores contextuais deveu-se em parte à intensidade com que os membros do PT viveram a campanha eleitoral, mas reflete também o fato de que três anos dedicados à construção da organização partidária haviam impedido o desenvolvimento de um debate político interno, o que teria permitido avaliar de forma mais clara a relação entre o PT e as outras forças políticas durante a transição.

A desilusão do partido com os resultados eleitorais de 1982 criou o contexto de suas ações posteriores. O movimento de retorno às origens do partido e a formação da Articulação, discutida no capítulo anterior, foram tentativas de consolidar a direção do PT nas mãos dos líderes do movimento operário e dos que estes consideravam seus aliados. O desejo de "voltar às bases" significava que o partido deveria orientar suas energias

[48] Ver Margaret Keck, "From movement to politics...", cit., p. 371.
[49] Para uma amostra da reação de diversos líderes do partido aos resultados das eleições, ver *PT São Paulo, 2* (4), dezembro de 1982.

para dar apoio à organização do movimento operário e dos movimentos sociais, como se a campanha eleitoral tivesse representado um **desvio** dos objetivos normais da atividade partidária.

A rejeição da experiência eleitoral foi provavelmente um fator importante nos conflitos subsequentes entre os líderes do partido e os dirigentes eleitos, o que explica por que o partido teve tanta dificuldade em capitalizar os sucessos que de fato alcançou nas eleições. Uma vez que não conseguia se reconciliar com sua derrota, achou difícil pensar estrategicamente sobre sua atividade nas instituições políticas. O caso da administração petista na prefeitura de Diadema, discutido no capítulo 8, representa um exemplo dramático, em nível local, dos dilemas práticos que se colocaram para o partido a partir da ausência inicial de uma estratégia de ação institucional.

Embora o partido não tenha conseguido formular uma estratégia institucional clara nesse período, isso não significa que ficou à beira da morte. Seus militantes consolidaram uma presença significativa em uma série de movimentos sociais e o setor do movimento operário associado ao PT cresceu rapidamente. Ainda que não resolvessem os problemas de organização, eles mantiveram uma visibilidade coerente fora do partido. O PT foi também um dos primeiros a reclamar uma mobilização popular em favor das eleições diretas e a campanha das diretas-já representou um dos poucos exemplos de integração entre os papéis do partido no plano institucional e de mobilização. Ele também desempenhou um papel fundamental na organização da campanha e a aparição de Lula no palanque, ao lado dos governadores do PMDB, aplacou temporariamente o ressentimento que sobrara das eleições de 1982. O fracasso dessa campanha e a recusa do PT em aceitar uma solução de compromisso provocaram outra crise interna.

Em meados de 1985, a dificuldade de encontrar uma maneira de unir a ação institucional à ação no plano social causava uma ampla crise de identidade no partido. As eleições para as prefeituras em 1985 eram consideradas por quase todos como o grande teste da viabilidade organizacional do partido. A menos que os resultados representassem um grande progresso em relação ao desempenho de 1982, seria bem provável que os militantes optassem por concentrar inteiramente suas energias nas organizações dos movimentos.

A reviravolta eleitoral

O bom desempenho do PT nas eleições para as prefeituras das capitais em 1985 deu-lhe, juntamente com a recuperação da confiança, um novo ânimo, projetando-o subitamente no cenário nacional como uma força política viável e em crescimento. Com uma única exceção, o partido apresentou candidatos em todas as capitais dos estados e ganhou mais de 5% dos votos em doze deles (e mais de 3% em dois outros). Sua candidata Maria Luiza Fontenelle foi eleita em Fortaleza, capital do Ceará e quinta maior cidade do Brasil, e o partido perdeu por um fio as eleições em Goiânia. Os candidatos do PT também chegaram em segundo lugar em Vitória, no Espírito Santo, e em Aracaju, Sergipe. O candidato a prefeito de São Paulo, Eduardo Suplicy, conquistou quase 20% dos votos.[50]

Os líderes do PT atribuíram o sucesso eleitoral em parte à mudança do tom da campanha: o partido aparecia mais aberto, menos sectário, misturando o humor à sua mensagem programática. Em Goiânia, seu candidato, Darci Accorci, um professor universitário, conversava com os espectadores da televisão sentado em uma cadeira de barbeiro. A votação do PT nessa cidade saltou de cerca de cinco mil em 1982 para 97.000 em 1985. Em São Paulo, parte da mensagem do partido na televisão era veiculada na forma de uma novela popular. Em Vitória, o partido dirigiu seu discurso para a classe média, perdendo o medo de apelar aos setores liberais; seu candidato, Vitor Buaiz, médico e ambientalista, recebeu 26% da votação. O PT usou os meios de comunicação de massa de forma muito mais eficaz que em 1982 e seu estilo em 1985 tornou-se um protótipo para as campanhas futuras. Embora a eliminação das restrições da Lei Falcão ao formato das mensagens da campanha certamente ajudasse, o partido também havia aprendido algo sobre a maneira de se dirigir aos eleitores. Lula comentaria, após as eleições de 1985, que "Nós aprendemos que uma coisa é falar num comício para motivar os militantes e outra é falar na TV para uma dona de casa que você precisa convencer. E você não convence se não obrigá-la à continuar assistindo ao programa".[51]

Outro aspecto notável da campanha do PT em 1985 foi a predominância dos candidatos de classe média. Nas cinco cidades onde o

---

[50] *Folha de S. Paulo*, 24 de novembro de 1985, p. 15; uma comparação dos resultados do PT em 1982 e 1985 se encontra em Margaret Keck, "From movement to politics...", cit., p. 379.

[51] "Lula defende candidaturas petistas em todos os estados", *Folha de S. Paulo*, 24 de novembro de 1985, p. 15.

partido se saiu melhor, eles eram profissionais liberais. Depois da campanha, os líderes do PT enfatizaram a importância de misturar candidatos de origem operária com outros de classe média. A ideia de que trabalhador deveria votar em trabalhador, embora ainda considerada importante, já não excluía um apelo aos que provavelmente não votariam em um trabalhador.

Tal como ocorreu nas eleições de 1982, o contexto foi importante. Em primeiro lugar, estas eram eleições excepcionais, marcando o fim das restrições autoritárias que exigiam a eleição indireta para prefeitos das capitais estaduais e das áreas designadas como "zonas de segurança nacional". Assim, o pleito eleitoral de 1985 criou uma oportunidade para que se organizassem campanhas com um foco mais centrado. Em segundo lugar, tratando-se de eleições em meio aos mandatos, os eleitores tiveram uma chance de expressar suas frustrações com o novo governo em nível nacional e/ou estadual, por sua incapacidade de realizar o tipo de mudanças fundamentais que, segundo se esperava, deveriam acompanhar a "democracia". Desta vez, contando com nove governadores estaduais e um presidente nominalmente a ele filiado, o PMDB era amplamente percebido como parte do governo. O fato de não ser o governo (embora Sarney tivesse que se filiar ao PMDB para concorrer como vice-presidente com Tancredo Neves) era uma distinção que o próprio PMDB não se havia preparado para fazer, antes de 15 de novembro.

As eleições de 1985 para a prefeitura em São Paulo eram um exemplo particularmente importante, já que o PMDB não mais podia apresentar-se como a "oposição". No período pré-eleitoral, o PMDB tentou fazer uma aliança com o Partido da Frente Liberal, PFL, formado por dissidentes do PDS no momento da eleição presidencial indireta. Em São Paulo, o PFL contava com alguns dos fundadores do antigo PP, que se fundira ao PMDB em 1981. Na avaliação da situação pelo PMDB, o perigo principal estava na direita; assim, fazia sentido uma aliança à direita do partido. Quando, em vez disso, o PFL decidiu aliar-se ao PTB para apoiar Jânio Quadros, o candidato do PMDB, Fernando Henrique Cardoso, tentou reavivar a ideia do voto útil para derrotar Jânio, apresentando-o como um perigo para o processo de democratização. Mais uma vez, o argumento do voto útil era dirigido aos eleitores potenciais do PT e, por concorrer com um candidato próprio, desta vez o deputado federal Eduardo Suplicy, o partido mais uma vez foi qualificado como um desmancha-prazeres.

Entretanto, em 1985, a percepção da situação por parte do público havia mudado e Jânio Quadros, por mais que suscitasse controvérsias, não era visto como o equivalente do regime militar. Nessa eleição, o PMDB era o partido dos que ocupavam os cargos executivos, tanto na cidade quanto no governo do estado. Quando Cardoso perdeu a eleição para Jânio, ficando Suplicy em terceiro lugar com uma boa votação, ele expressou sua amargura em relação ao PT com boa dose de veneno. Outros líderes do PMDB tiveram uma atitude diferente, falando sobre a possibilidade de futuras alianças eleitorais com o PT e sobre a necessidade de o PMDB definir-se como partido.

As eleições para as prefeituras em 1985 prenunciaram uma nova era tanto para as relações do PT com outras forças políticas no Brasil quanto para a vida interna do partido. No que se refere as primeiras, o partido demonstrava que já não era mais um ator marginal. Embora anteriormente a ideia de formar coalizões com outros partidos significasse essencialmente, para o PT, ficar de lado e apoiar o candidato de outro partido, depois de 1985 ele estava em uma posição melhor para negociar. Consequentemente, ainda que os líderes do partido continuassem afirmando que o PT apresentaria seus próprios candidatos nas eleições, a discussão sobre coalizões deixou de ser tabu.

Os problemas de definição interna não mudaram; mudou, contudo, o contexto em que eles eram discutidos. A possibilidade de dirigir sua proposta a uma massa crescente de eleitores claramente insatisfeitos com as alternativas para a resolução dos problemas que lhes eram oferecidas pelos líderes do processo de transição reforçou a ideia de que o esforço para resolvê-los valia mais a pena. Isto implicava atribuir maior valor à política eleitoral, bem como aos políticos no interior do partido. Embora isso não excluísse a ênfase dada à construção das organizações dos movimentos sociais fora do partido, os líderes do PT começaram a dar mais atenção à organização partidária, para torná-la mais eficaz. O anúncio, depois das eleições para as prefeituras, de uma grande campanha de filiação, destinada a trazer para o partido um número maior dos seus eleitores, era um sinal de que a fase da construção dos movimentos do PT poderia dar lugar a uma concentração maior de esforços na construção do partido.

Essa nova confiança foi reforçada por outros avanços eleitorais em pleitos posteriores. Apesar da vitória esmagadora do PMDB nas eleições de 1986, na esteira do Plano Cruzado então extremamente popular, a delegação do PT no Congresso cresceu de cinco (após a saída, em 1985, de

Aírton Soares, Bete Mendes e José Eudes) para dezesseis, incluindo pela primeira vez deputados do Rio Grande do Sul e do Espírito Santo.[52] Lula foi eleito para o Congresso com a maior votação: seus 651.763 votos ultrapassaram até mesmo os 590.873 do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães. Também outras figuras centrais da liderança do PT foram para o Congresso, inclusive o presidente do partido, Olívio Dutra, e alguns quadros proeminentes da sua ala sindical, como João Paulo Pires Vasconcelos, dos metalúrgicos de João Monlevade, Minas Gerais, e Paulo Paim, dos metalúrgicos de Canoas, Rio Grande do Sul. No Rio de Janeiro, a militante do movimento dos favelados, Benedita da Silva, foi eleita para o Congresso, depois de ter cumprido um mandato como vereadora na Câmara municipal da sua cidade. Ainda outros líderes populares foram eleitos para os Legislativos estaduais, onde o total dos deputados do PT subiu de doze em quatro estados para 33 em treze deles.[53]

As eleições de 1988 para as prefeituras foram o primeiro sinal claro de que o eleitorado estava determinado a rejeitar maciçamente o *status quo*, representado agora pelo PMDB, partido que seguiu o caminho antes trilhado pela ARENA e pelo PDS. O PMDB passou a perder terreno nas áreas mais industrializadas do centro e do sul do país, inclusive nas grandes capitais, enquanto mantinha sua posição no nordeste, ao mesmo tempo em que ganhava importância no interior.[54] Praticamente nenhum governador de estado conseguiu eleger os prefeitos de sua escolha nas capitais. Nem mesmo Sarney conseguiu eleger seu candidato em São Luís, capital do seu estado natal, Maranhão, que, segundo se pode sustentar, ganhou muito do ponto de vista material durante sua presidência; São Luís ficou com o candidato do PDT.

---

[52] Em 1986, os deputados eleitos pelo PT incluíam os seguintes: do Espírito Santo, Vitor Buaiz, que ficara em segundo lugar nas eleições de 1985 para prefeito de Vitória; de Minas Gerais, Paulo Delgado, João Paulo Pires Vasconcelos e Virgílio Guimarães; do Rio de Janeiro, Benedita da Silva e Wladimir Palmeira; do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra e Paulo Renato Paim; de São Paulo, Luís Inácio Lula da Silva, Plínio de Arruda Sampaio, Luiz Gushiken, Florestan Fernandes, Eduardo Jorge, José Genoino Neto, Irma Passoni e Gumercindo Milhomem. Ver um relatório das eleições em *PT Boletim Nacional* 24, janeiro de 1987, p. 11.

[53] Uma lista completa dos deputados estaduais eleitos em 1986 se encontra em *PT Boletim Nacional*, 24, janeiro de 1987, p. 11.

[54] Maria Tereza Sadek afirma que o PMDB havia começado esta trajetória em 1986; ver seu trabalho “A interiorização do PMDB nas eleições de 1986 em São Paulo”, em Maria Tereza Sadek, ed. *Eleições/1986* (São Paulo, IDESP/Vértice, 1989), p. 67-88.

Para o PT, as eleições de 1988 representaram um grande salto. O partido havia administrado uma prefeitura depois de 1982 e uma em 1985; depois de 1988, administraria 31 municípios,[55] entre eles as capitais de São Paulo, Espírito Santo (Vitória) e Rio Grande do Sul (Porto Alegre). Também entre eles contavam-se três das quatro cidades do ABCD: São Bernardo do Campo, Santo André e Diadema. Embora sua maior vitória fosse em São Paulo, onde conquistou treze municípios, o partido também ganhou prefeituras em nove outros estados.[56] Alguns municípios menores onde o PT venceu as eleições eram áreas rurais, cujas lutas pela posse da terra nos anos 80 haviam sido particularmente virulentas. Nessas regiões, o PT trabalhou muito próximo ao movimento dos sem-terra e/ou dos sindicatos rurais. De fato, esta foi a primeira vez que as lutas rurais tiveram uma influência significativa sobre a votação do PT. Nas eleições para as Câmaras municipais, os números foram particularmente surpreendentes: estima-se que 40% dos vereadores eleitos pelo partido em 1988 eram trabalhadores rurais ou trabalhavam com a Pastoral da Terra da Igreja.[57]

Os candidatos à Presidência em 1989 levaram a sério a mensagem das urnas no ano anterior e todos tentaram se apresentar como candidatos de oposição. No primeiro turno das eleições, com 22 candidatos[58] competindo por um lugar no segundo turno, esse ambiente eleitoral "oposicionista" favoreceu claramente os que eram Vistos como os mais viáveis entre os concorrentes mais afastados do governo, principalmente Fernando Collor de Melo, com 28,52%, Leonel Brizola, com 15,45% e Luís Inácio Lula da Silva, com 16,08% dos votos. Que o eleitorado tenha votado contra o *status quo* evidencia-se no desempenho eleitoral desastroso do

[55] As notícias iniciais de que o partido havia vencido em 36 municípios, que apareceram em muitas publicações e até mesmo livros surgidos pouco depois das eleições, eram enganadoras. Na verdade, o PT aparentemente venceu em 32, mas perdeu num deles quando o prefeito mudou de partido.

[56] A lista completa é a seguinte: em São Paulo, os municípios de Cardoso, Campinas, Cedral, Conchas, Cosmópolis, Diadema, Jaboticabal, Piracicaba, Presidente Bemardes, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo e São Paulo; no Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Ronda Alta e Severiano de Almeida; em Santa Catarina, Campo Erê; no Paraná, Salto do Lontra e São João do Triunfo; em Minas Gerais, Amambaí, Ilicinea, Ipatinga, João Monlevade e Timóteo; Angra dos Reis no Rio de Janeiro; Jaguaré e Vitória no Espírito Santo; Amélia Rodrigues e Jaguaquara na Bahia; Janduís no Rio Grande do Norte; e Icapuí no Ceará. Lista extraída do *PT Boletim Nacional*, outubro de 1989, p. 1.

[57] "Pesquisa diz que 40% dos vereadores petistas eleitos são ligados ao campo", *Folha de S. Paulo*, 7 de dezembro de 1988, p. 6.

[58] Dos 22 candidatos, 14 obtiveram menos de 1% dos votos.

candidato do PMDB, Ulysses Guimarães, que chegou em sétimo lugar, com apenas 4,43% dos votos.[59]

Os três concorrentes à frente da disputa tinham bases muito distintas para apoiar sua pretensão de serem *outsiders* no processo de transição. A atração exercida por Brizola baseava-se em grande parte em sua história pessoal na política populista do país desde os anos 50 e 60. Seu Partido Democrático Trabalhista, PDT, mantinha sua principal base de apoio no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, respectivamente os estados de adoção e de origem de Brizola, mas tivera ganhos eleitorais também em outras partes do Brasil, depois de 1982. O PDT é ainda "o partido de Brizola" num grau muito maior que o PT é "o partido do Lula", e seu apelo é em grande parte pessoal, mais que institucional. Contudo, o fato de o partido manter-se unido essencialmente graças a um poder personalistico não o tornou ineficaz; isto se evidenciou no notável sucesso de Brizola em transferir a esmagadora maioria dos seus votos para Lula no segundo turno.

Fernando Collor de Melo, concorrendo como candidato do minúsculo Partido da Reconstrução Nacional, PRN, saiu vitorioso tanto no primeiro quanto no segundo turno, conseguindo projetar-se ao mesmo tempo como um homem da política oficial do *establishment* e como político contrário a ela. Collor, herdeiro de uma das mais importantes famílias oligárquicas de Alagoas, entrou na política como prefeito nomeado de Maceió durante o regime militar. Foi eleito para o Congresso em 1982 pelo PDS e ganhou o governo de Alagoas sob a sigla do PMDB. Embora tivesse, por sua origem, credenciais impecáveis em termos da política oficial, Collor traçou para si mesmo o perfil de um implacável adversário da política do governo Sarney, enfatizando, na campanha muito divulgada pelos meios de comunicação que realizou enquanto governador, que acabaria com a corrupção nos cargos públicos. Com o apoio da maior rede de televisão brasileira, a Rede Globo, Collor transformou sua juventude, boa aparência e obscuridade política em trunfos de sua campanha, prometendo erradicar a corrupção e a incompetência dos mais altos escalões do governo e proclamando a falência da maioria dos partidos políticos do país.

[59] Outros no grupo com mais de 1% dos votos foram: Mário Covas, que obteve 10,78% (seu partido, o PSDB, rachou com o PMDB em 1988, afirmando que este último havia abandonado sua identidade histórica em favor do puro oportunismo); Paulo Maluf, mais uma vez candidato pelo PDS, com 8,28%; Afif Domingos, do Partido Liberal, com 4,53%; e Roberto Freire, do Partido Comunista, com 1,06%. Resultados finais do Tribunal Superior Eleitoral, em *Folha de S. Paulo*, 22 de novembro de 1989, p. B-8.

O apelo de Collor baseava-se em uma imagem, mais que em um programa de governo; mesmo depois de eleito presidente, em dezembro de 1989, muitos comentaristas políticos, dentro e fora do Brasil, continuavam referindo-se a ele como uma caixa-preta. Contudo, antes dele, Jânio Quadros havia demonstrado, tanto em sua ascensão a uma posição de proeminência nacional nos anos 50, quanto em sua vitória para a prefeitura de São Paulo em 1985, que esse tipo de apelo direto e populista, anti-institucional e anticorrupção, tem uma particular eficácia entre os segmentos mais pobres e menos escolarizados da população.

A campanha presidencial de Lula foi apoiada por uma coligação de partidos que incluía o PT, o PC do B e o Partido Socialista Brasileiro, PSB, formando a Frente Brasil Popular.[60] Embora Lula continuasse propondo uma transformação socialista da sociedade brasileira, também reconhecia que o socialismo não podia ser implantado por decreto. Assim, a campanha salientava a necessidade da reconciliação nacional e da formação de um governo nacional e popular. Seu discurso de campanha, a propaganda do partido pela televisão e mesmo a música de campanha do PT, muito popular e capaz de "pegar" com facilidade,[61] tudo, enfim, parecia feito para atingir um eleitorado amplo.

O problema para o segundo turno consistia em transformar os 16% do primeiro turno numa maioria absoluta. Isto significava ganhar o apoio de outros partidos de centro-esquerda e convencer o eleitorado brasileiro de que Lula poderia vencer a eleição e que, se isso acontecesse, poderia montar um governo viável. Enquanto o PDT de Brizola rapidamente declarou seu apoio a Lula (e na votação final Brizola conseguiu, com muito sucesso, transferir em massa os seus votos para o candidato do PT), as negociações com o Partido Social Democrático Brasileiro, o PSDB, mostraram-se mais difíceis. O PSDB, cujo candidato Mário Covas ficou em

[60] O Partido Verde (PV) de início fez parte da coalizão, mas separou-se depois de uma luta acerca da indicação para a vice-presidência na chapa do PT. O apoio inicial (porém de maneira nenhuma unânime) do PT à indicação do líder "verde" Fernando Gabeira encontrou uma oposição implacável de outros partidos da coalizão (e também de importantes segmentos do PT), em virtude do apoio de Gabeira à legalização da maconha e de sua declarada bissexualidade.

[61] O jingle da campanha era "Sem medo de ser feliz". Nisso lembrava o jingle do plebiscito de 1988 no Chile, com seu refrão "a alegria está a caminho"; isso pode ser mais que uma coincidência, uma vez que Francisco Weffort me informou, em dezembro de 1989, que os organizadores da campanha petista consideravam a campanha chilena como um dos exemplos bem-sucedidos a serem seguidos.

quarto lugar no primeiro turno, com cerca de 11% da votação, havia se separado do PMDB, em 1988, ao final da Assembleia Constituinte, acusando o partido de ter abandonado sua identidade histórica. Em nível nacional, o PSDB acabou finalmente por apoiar Lula, mas desde o começo ficou claro que o partido achava-se dividido nessa questão, assim como seu eleitorado. A pouco mais de uma semana da eleição, ainda não se sabia ao certo se Covas compareceria ou não aos comícios da campanha, aparecendo ao lado de Lula no palanque. O primeiro dos dois debates da campanha transmitidos pela televisão, em 3 de dezembro, quando Collor tinha dez pontos percentuais à frente de Lula nas pesquisas, foi uma decepção, e a maioria dos comentaristas concordou em afirmar que não tinha trazido nada de novo para a campanha.[62] Entretanto, a vantagem de Collor continuaria diminuindo nas semanas seguintes. O segundo debate, realizado poucos dias antes da eleição, veio depois de uma intensa, explosiva e negativa campanha de propaganda por parte da assessoria de Collor.[63] O efeito dessa estratégia sobre o desempenho de Lula nessa ocasião foi dramático; a vitória de Collor no segundo debate provavelmente ajudou a consolidar sua vantagem quase imediatamente antes da própria eleição.

Os resultados das eleições presidenciais de 1989, em que Collor recebeu 42,75% dos votos válidos contra os 37,86% de Lula,[64] trouxeram uma dupla mensagem. Revelando o que vários comentaristas após as apurações chamaram de confronto entre o Brasil organizado e o Brasil desorganizado, as eleições demonstraram que o Brasil organizado não é suficientemente forte para vencer uma disputa nacional, enquanto as imagens projetadas pelos meios de comunicação de massa — "o espetáculo da política" — têm mais peso que as considerações programáticas e institucionais. A mensagem mais surpreendente — e que grande parte da esquerda, inclusive o PT, custou a reconhecer, em meio à decepção — era

[62] Ver "Collor e Lula mostram seus programas e fazem um debate bem comportado na TV", *Folha de S. Paulo*, 4 de dezembro de 1989, p. B-1 e seguintes.

[63] Além de uma série de virulentos ataques às prefeituras do PT, que continham muitas acusações de uma falsidade evidente (por exemplo, que as tarifas de ônibus em São Paulo eram mais altas que em qualquer outra capital estadual), Collor armou um ataque pessoal a Lula, pagando a Miriam Cordeiro, uma mulher com quem Lula tivera uma filha quinze anos antes, para atacá-lo na propaganda de Collor na televisão. Os fatos relativos ao caso haviam sido amplamente discutidos na mídia um ano antes, e a opinião geral era de que Lula tivera um comportamento responsável (assumindo a paternidade e provendo o sustento de sua filha). Mesmo assim, a propaganda teve um tremendo impacto emocional sobre Lula.

[64] Dados de *Latin American Regional Reports Brazil*, 15 de fevereiro de 1990.

que o Brasil “organizado” era **quase** forte o suficiente para vencer. Num sistema político altamente elitista, onde a política era considerada domínio exclusivo dos letrados e bem-nascidos, um metalúrgico com um diploma supletivo de ginásio, líder de um partido dedicado a organizar os trabalhadores e os pobres, tinha ficado apenas a um passo da conquista da presidência. O Brasil que Fernando Collor de Melo iria presidir a partir de 15 de março de 1990 não era o mesmo que havia começado a sua transição para a democracia há quinze anos. O PT era um reflexo dessa mudança, tendo simultaneamente contribuído para produzi-la.

Tanto nas eleições para as prefeituras em 1988 quanto para a Presidência em 1989, os candidatos do PT beneficiaram-se de um voto de protesto maciço. Sua capacidade de desempenhar esse papel deveu-se tanto à evolução do contexto político onde se deu a competição eleitoral, quanto ao crescimento do próprio partido. Talvez ironicamente, à medida que o PMDB se despia cada vez mais do manto de “oposição”, na segunda metade dos anos 90, o PT estava em condição de beneficiar-se da própria dinâmica que havia ajudado a marginalizá-lo em 1982. No final de 1988, uma pesquisa nacional de opinião pública sobre preferências partidárias mostrava que, depois do PMDB, o PT era o partido brasileiro com maior identificação por parte dos eleitores. A competição nessas últimas eleições com certeza não pode ser qualificada de plebiscitária, já que, claramente, não estamos mais lidando com alternativas bipolares, e o PT teve de competir pela bandeira da oposição. O PSDB era um e o PDT de Brizola outro dos que com ele competiam nessa disputa. Todavia, em 1985, 1988 e 1989, a votação inesperadamente maior do PT parece ter envolvido um componente considerável de sentimento anti-*status quo*.

Tabela 6.4 – Preferências partidárias nas capitais dos estados
Novembro de 1988

Partido	SP	RJ	BH	PA	CUR.	SAL.	REC.	FORT.	GOI	BELÉM
PT	15	8	22	19	7	5	5	7	14	8
PMDB	12	5	10	9	16	41	14	19	29	14
PDT	1	26	1	16	13	1	2	4	*	1
PDS	8	1	1	3	2	1	1	2	5	12
PFL	1	1	2	1	2	2	14	4	1	4
PSDB	3	1	8	1	*	*		*	*	*
PTB	2	1	1	1	2	1		1	*	11
Outros	2	5	4	4	2	4	1	2	4	5
Nenhum	56	52	51	46	56	45	63	61	47	45
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
N:	1.984	1.088	786	777	1.498	797	800	791	799	798

* Menos de 1%
As abreviaturas das capitais correspondem a São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Goiânia.
Fonte: Pesquisa da Data Folha publicada na *Folha de S. Paulo*, 13 de novembro de 1988. p. A-6.

As eleições legislativas, por outro lado, refletiram um crescimento mais constante, mais amplo e diversificado do apoio ao partido. Uma comparação entre os resultados do PT em eleições legislativas estaduais e federais em 1982, 1986 e 1990 (tabelas 6.5 e 6.6) demonstra que boa parte desse crescimento constante derivou da difusão do apelo eleitoral da proposta do partido a partir de sua base inicial em São Paulo para outras partes do Brasil. Além de mais que duplicar suas delegações na Câmara dos Deputados a cada eleição sucessiva, em 1990 o PT também elegeu seu primeiro senador, Eduardo Suplicy, de São Paulo. A influência crescente do partido (e da CUT) nas áreas rurais refletiu-se tanto na votação quanto na nítida elevação do número de candidatos rurais eleitos pelo PT.

A partir das eleições de 1986, o partido também começou a mudar sua posição com relação às alianças eleitorais. Isto se refletiu na sua coalizão extremamente bem-sucedida (embora não vitoriosa) com o incipiente Partido Verde no Rio, em torno da candidatura de Fernando Gabeira ao governo do estado. Esta prática estendeu-se em 1988 às eleições para os executivos municipais, tendo o partido, em 1990, concorrido em coligações em onze estados. Embora seus parceiros mais comuns nas

coalizões fossem os pequenos partidos comunistas e socialistas, em alguns estados o PSDB e o PDT também foram incluídos.

Tabela 6.5 – Deputados federais do PT

Estado	1982	1986	1990
Acre	—	—	—
Alagoas	—	—	
Amapá	—	—	—
Amazonas	—	—	1
Bahia	—	—	1
Ceará	—	—	2
Distrito Federal	N.D.*	N.D.	—
Espírito Santo	—	1	2
Goiás	—	—	—
Maranhão	—	—	—
Mato Grosso	—	—	—
Mato Grosso do Sul	—	—	—
Minas Gerais	1	3	6
Pará	—	—	2
Paraíba	—	—	—
Paraná	—	—	3
Pernambuco	—	—	—
Piauí	—	—	—
Rio de Janeiro	1	2	3
Rio Grande do Norte	—	—	—
Rio Grande do Sul	—	2	4
Rondônia	—	—	—
Roraima	—	—	—
Santa Catarina	—		1
São Paulo	6	8	10
Sergipe	—	—	—
Tocantins	N.D.	N.D.	—
Total	8	16	35

N.D. — Não disponível
Fonte: Os dados de 1982 e 1986 provêm das listas do Congresso; os de 1990, da *Folha de S. Paulo*, de 29 de outubro de 1990, caderno especial sobre resultados eleitorais, p. 2.

Tabela 6.6 – Deputados estaduais do PT

Estado	1982	1986	1990
Acre	1	–	3*
Alagoas	–	–	N.D.**
Amapá	–	–	1
Amazonas	–	–	1
Bahia	–	1	3
Ceará	–	2	3*
Distrito Federal	N.D.	N.D.	5
Espírito Santo	–	3	3
Goiás	–	2	3
Maranhão	–	–	2
Mato Grosso	–	–	3*
Mato Grosso do Sul	–	–	1*
Minas Gerais	1	5	10*
Pará	–	2	9*
Paraíba	–	–	2*
Paraná	–	1	3
Pernambuco	–	–	2
Piauí	–	–	1*
Rio de Janeiro	1	4	6*
Rio Grande do Norte	–	–	1
Rio Grande do Sul	–	4	5
Rondônia	–	2	2
Roraima	–	–	–
Santa Catarina	–	1	6*
São Paulo	9	10	16*
Sergipe	–	2	2
Tocantis	N.D.	N.D.	–
Total	12	33	93*

* Em coalizão com outros partidos. Os dados disponíveis até o momento não separam os candidatos do PT de seus colegas de coalizão.
** Os resultados de Alagoas atrasaram-se por motivo de fraude; foram convocadas novas eleições.
Fonte: Os dados de 1982 e 1986 provêm das listas do Congresso; os de 1990, da *Folha de S. Paulo*, de 29 de outubro de 1990, caderno especial sobre resultados eleitorais, p. 4.

Uma comparação da evolução da votação do PT no estado de São Paulo de 1982 a 1986 mostra um padrão de crescimento constante, combinado com uma maior dispersão. No interior do estado, enquanto em 1982 o partido ganhou 80,25% dos seus votos em cidades com mais de cem mil habitantes, em 1986 esses números haviam caído para 69,42%; ao

mesmo tempo, o total de votos do PT cresceu 44% nessas cidades. (Esses 33 municípios representavam 48% da votação total no interior do estado em 1986.) O partido aumentou o número de municípios nos quais obteve nas urnas mais de 10% dos votos, passando de 23 em 1982 para 39 em 1986; ao mesmo tempo, os municípios onde obteve menos de 5% passaram de 510 para 439. Em 1982, 49,64% da votação total do partido em todo o estado veio da capital; em 1986, essa proporção caiu para 38,41%. A capital representou 30,28% da votação total no estado em 1982 e 33,70% em 1986. Embora o PT tenha se saído em geral um pouco menos bem na capital em 1986 que em 1982, seu melhor desempenho no interior mostrou a difusão do apelo de sua proposta. Contudo, a região do ABC continuou sendo uma área central de apoio; em 1986, o partido chegou em primeiro lugar somente em Santo André (que, de modo bastante interessante, era também o centro da força eleitoral do Partido Comunista no período 1945-47).[65]

Conclusões

As eleições desempenharam um papel significativo na evolução do Partido dos Trabalhadores. Tanto as exigências da legalização quanto a atribuição generalizada de uma importância "fundacional" às eleições de 1982 focalizaram a atenção do partido nessa disputa eleitoral. Embora houvesse um desacordo substancial no interior do PT sobre a relação entre a competição eleitoral e a responsabilidade do partido, frente à sociedade, de construir um movimento político de base, ele se lançou com entusiasmo na campanha de 1982. Os resultados foram, em comparação, decepcionantes.

Apesar disso, a participação nessas eleições e as lições que o partido tirou delas tiveram uma influência fundamental na sua evolução. Confrontado com a dura prova de que a "maioria da classe trabalhadora" sobre a qual havia contado apoiar-se nas eleições estava longe de ser uma realidade política, o partido começou a mover-se simultaneamente em várias direções. Em primeiro lugar, ele recuperou, implicitamente, uma concepção do partido enquanto movimento. Embora isso tivesse uma série de efeitos negativos sobre sua capacidade de utilização eficaz dos espaços institucionais que havia conquistado, também aprofundou suas raízes nas

[65] Ver John French, "Workers and the rise of adhemarista populism in São Paulo, Brazil 1945-47", *Hispanic American Historical Review, 68* (1): 1-43, 1988. As porcentagens relativas a 1982 e 1986 foram calculadas a partir dos resultados das eleições, fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

organizações da sociedade e reforçou sua imagem enquanto partido da sociedade civil, substancialmente distinto dos outros. Em segundo lugar, as eleições forneceram aos lideres partidários um espelho onde se refletia uma avaliação mais adequada, não só da força real do partido, mas também da sua configuração interna. A formação de uma coalizão dominante, a Articulação, foi uma tentativa, por parte de sua liderança, de consolidar a identidade do partido, de modo a garantir sua sobrevivência. O desejo de traçar para o partido uma rota a meio caminho entre a esquerda revolucionária e os que procuravam uma definição mais solidamente ancorada no plano institucional e eleitoral levou à preservação de uma dose substancial de ambiguidade; os membros da Articulação estavam decididos a preservar a ideia do partido como movimento, mesmo enquanto promoviam dentro dele um grau maior de institucionalização formal.

Finalmente, o fracasso de um discurso eleitoral de base ciassista em 1982 produziu, a partir de 1985, uma disposição para um chamamento partidário de um eleitorado mais amplo. Embora a noção de construção de uma maioria da classe trabalhadora não desaparecesse, mudou o que isso significava. Não só seu sentido deslocou-se para uma concepção de uma classe em vias de se tornar organizada, como também ampliou-se a compreensão, pelo partido, do conceito de classe trabalhadora: de operários das fábricas a novas formas de organização, tanto no meio rural quanto entre os trabalhadores de colarinho branco. Esse deslocamento refletiu as mudanças que tinham lugar no movimento operário brasileiro, que serão discutidas no próximo capitulo. Nesse contexto mais amplo, o discurso sobre a cidadania e o acesso ao poder, que em 1982 havia sido subsumido pelo discurso de classe, ganhou vida própria.

Todos esses desdobramentos foram profundamente influenciados pela experiência do partido em 1982. Apesar disso, eles surgiram isoladamente uns dos outros mais do que como parte de uma visão estratégica teoricamente informada. Em meados de 1985, quando a própria sobrevivência do partido parecia altamente duvidosa, os dilemas que enfrentava afiguravam-se insuperáveis. Na medida em que vários lideres partidários pareciam dedicar muito mais tempo a atividades nos sindicatos ou em outros movimentos sociais que à vida interna do partido, multiplicando-se também os conflitos entre os dirigentes eleitos e a liderança partidária, muitos previam a morte iminente do PT.

Em retrospecto, pode-se especular que esta ambiguidade da sua autodefinição como movimento e como instituição política talvez tenha sido

um elemento-chave para a sobrevivência do PT durante o processo brasileiro de transição. Numa situação em que as regras do jogo eram frequentemente arbitrárias ou ambíguas, e onde a visão hegemônica da conjuntura política colocava um conjunto muito limitado de opções, uma definição puramente institucional teria tornado o partido ainda mais marginal do que já era. A legitimação externa, sobretudo através da sua relação com o movimento operário, forneceu ao partido um conjunto de recursos políticos que não derivavam do processo eleitoral. Ao mesmo tempo, até aquele mínimo de consolidação interna que teve lugar depois de 1982 foi um elemento crucial para colocar o PT numa posição que lhe permite começar a resolver alguns dos dilemas envolvidos na definição do seu papel institucional.

7. O PT E O MOVIMENTO SINDICAL

Apesar do seu desempenho decepcionante nas eleições de 1982, entre 1982 e 1985 o PT conseguiu conservar a simpatia do eleitorado em grau muito maior do que seria de esperar se a votação fosse o único critério para se julgar o seu sucesso. Boa parte do contínuo prestígio do partido veio da sua identificação com um setor combativo do movimento sindical que, durante todo esse período, continuou elaborando novas reivindicações e formas de luta, assim como uma maior sofisticação de sua organização, a fim de estender sua influência a um número cada vez maior de sindicatos e trabalhadores.

A relação entre o movimento sindical e o PT é difícil de analisar, já que não havia vínculos institucionais formais entre os dois. Assim, a relação do partido com o movimento sindical era diferente da que caracterizou os primeiros tempos do Partido Trabalhista Britânico, quando os sindicatos formaram o partido *enquanto sindicatos* e conservaram o controle sobre ele através da instituição do voto em bloco; ou do Partido Social Democrata Alemão, que adotou o princípio de paridade no Congresso de Mannheim de 1906, a fim de dominar todas as decisões que afetavam os interesses tanto dos sindicatos como do partido.[1] Aliás, no PT brasileiro o estabelecimento de uma relação formal era expressamente proibido pelo artigo 521 da legislação trabalhista.[2]

Mesmo assim, com certeza, existia uma relação informal. A fundação do PT deveu-se, em boa parte, à iniciativa de líderes sindicais que, não só continuaram dominando seus órgãos de direção como permaneceram os porta-vozes mais importantes do partido; a imagem nacional do partido ligou-se inextricavelmente à figura de Lula. A presença desses líderes sindicais foi o motivo pelo qual o partido continuou sendo considerado importante apesar do seu fraco desempenho nas eleições. As reivindicações políticas do PT sempre foram muito centradas na questão dos direitos

---

[1] Sobre os primeiros tempos do Partido Trabalhista Britânico, ver Ross McKibbon, T*he evolution of the Labour Party 1910-1924* (Oxford, Clarendon Press, 1974). Quanto à Alemanha, ver Carl Schorske, *German social democracy, 1905-1917* (New York, Harper and Row, 1955), p. 49-50.

[2] Adriano Campanhole e Hilton Lobo Campanhole, eds., *Consolidação das Leis do Trabalho*, cit., p. 119.

sindicais. E a dificuldade do partido em estabelecer uma linha de ação formal acerca da questão sindical, ilustrada pelo fato de que ele levou quatro anos para elaborar uma posição sobre esse assunto, foi devida à relutância da sua liderança em assumir o lugar dos sindicatos. O papel do partido era apoiar as iniciativas tomadas pelos sindicatos, e não vice-versa.

A complexa dinâmica das relações entre o partido e o movimento sindical deve ser compreendida em relação à conjuntura na qual se colocaram as exigências dos trabalhadores. O relacionamento era triangular, envolvendo o partido e os sindicatos e vice-versa, bem como o impacto de cada um no contexto político e econômico geral. De particular importância era o nível — nacional ou local — em que os trabalhadores decidiam pressionar por suas reivindicações.

O Partido dos Trabalhadores foi formado na esteira de uma impressionante expansão da atividade sindical. Em 1979 as greves envolveram mais de três milhões de trabalhadores em todo o país. Mesmo assim, a dificuldade de se obter vitórias significativas em nível local convenceu os líderes sindicais envolvidos na fundação do PT da necessidade de intervir na política nacional, a fim de *mudar o contexto* para a ação dos trabalhadores. Eles continuavam encarando os sindicatos como o veículo básico para se conseguir atender às reivindicações dos trabalhadores; a tarefa do partido era criar uma situação mais favorável à atividade dos trabalhadores, e não tomar o lugar deles. O período de organização e legalização do partido e a campanha de 1982 coincidiu com uma época essencialmente defensiva para os sindicatos. Entre 1981 e 1983 as greves dirigiram-se, basicamente, contra as demissões ou contra o atraso no pagamento dos salários.[3] Ao mesmo tempo, os sindicatos estavam envolvidos na formação de organizações nacionais dos trabalhadores, e o PT foi útil ao reforçar a tendência que formou a *Central Única dos Trabalhadores*, CUT, em agosto de 1983. O partido também contribuiu para gerar uma consciência nacional da premência cada vez maior das reivindicações dos trabalhadores.

Um novo avanço na militância sindical e a conquista de reivindicações em nível local começou em 1984, quando houve uma melhora tanto no quadro econômico como no contexto político. Esse

[3] Ver *Boletim do DIEESE*, 1981-1983.

progresso também reforçou a tendência dos líderes do PT no sentido de “voltar às bases” — algo um tanto contraditório. Por um lado, parecia que o futuro do PT dependia do fortalecimento do movimento sindical e de outros movimentos sociais. Assim, concentrar o trabalho nessas áreas era importante para o partido enquanto tal. Por outro, se os sindicatos eram cada vez mais capazes de conquistar suas reivindicações diretamente dos empregadorese de desempenhar seu papel na política nacional, o partido, em si, tornava-se, em alguns aspectos, menos relevante, ou pelo menos não tão premente, para aqueles que continuavam considerando a melhora do contexto geral para a ação dos trabalhadores um objetivo básico.

Esse capítulo examinará os fatos ocorridos no movimento trabalhista brasileiro no início dos anos 80, e a maneira como esses fatos interagiram com outros na esfera mais estritamente política. Analisará, então, a relação entre o Partido dos Trabalhadores e o movimento trabalhista, considerando tanto as relações institucionais entre o partido e as organizações sindicais como as formas mais difusas de interação.

Com a fundação de novos partidos políticos em 1979-80 e o aparecimento de organizações intersindicais, a ideia de que a expansão reivindicativa dos trabalhadores era apenas mais um elemento no amplo espectro das atividades de oposição da sociedade civil foi, aos poucos, perdendo poder como imagem política. A insistência do Partido dos Trabalhadores na *especificidade* das reivindicações dos trabalhadores dentro da luta democrática foi considerada por muitos líderes da oposição de elite (e também por muitos líderes sindicais) como, na melhor das hipóteses, uma utopia ingênua e, na pior, um fator divisionista e destrutivo. As divergências acerca das estratégias da oposição na esfera política tinham seu equivalente nas diferenças políticas entre os líderes sindicais quanto à melhor maneira de proceder, o quanto pressionar, e até que ponto os trabalhadores e os sindicatos, *por si mesmos*, poderiam conseguir melhoras significativas na sua sorte.

A ação trabalhista na década de 80

As greves em 1980 encontraram uma reação mais decidida por parte do governo do que as que ocorreram nos dois anos anteriores. Durante a greve dos metalúrgicos naquele ano, São Bernardo foi ocupada por tropas

militares e o sindicato sofreu intervenção. Seus líderes foram presos, expulsos de seus cargos sindicais e acusados de violar a Lei de Segurança Nacional. O endurecimento do governo, juntamente com a recessão econômica do início dos anos 80, fez com que o movimento sindical praticamente abandonasse as greves em larga escala. Contudo, em muitos outros aspectos as tendências principais dos anos 80 foram um desdobramento dos fatos dos anos 70. Uma diferença importante foi a maior importância dos partidos políticos, tanto no nível das eleições sindicais como no das organizações nacionais.

Na primeira metade dos anos 80 a atividade sindical realizou-se em dois níveis organizacionais. Primeiro, uma maior organização nas fábricas alimentou uma tendência crescente para as negociações coletivas, tanto no nível das empresas como das categorias, diminuindo as disputas em tribunais do trabalho. Segundo, enquanto o número de greves industriais de larga escala diminuiu entre 1979-84, o fortalecimento dos laços entre a liderança sindical e as organizações de base refletiu-se no significativo aumento, em 1984, do número de greves curtas e isoladas (de um total de 626 greves, quinhentas ocorreram em fábricas isoladas).[4] Em 1985, as greves em grande escala tornaram-se novamente a regra. Por fim, no início dos anos 80 a liderança sindical deu atenção crescente à criação de organizações intersindicais horizontais em nível nacional.

A organização sindical e as reivindicações dos trabalhadores

Dada a dificuldade em se obter concessões salariais significativas, devido à legislação salarial do governo e à recessão econômica, as reivindicações tenderam a concentrar-se, ao lado das questões puramente salariais, em: a) problemas de estabilidade no emprego; b) frequência dos ajustes salariais (devido ao enorme aumento da inflação); e c) reconhecimento da representação sindical nas fábricas. Todas essas questões estavam presentes no fim dos anos 70, porém aumentaram de importância com a mudança na conjuntura, e cada vez mais passaram a integrar o processo de negociação direta entre os sindicatos e os empregadores.

A estabilidade de emprego, por exemplo, há muito tempo era uma questão em pauta no setor metalúrgico, cujos empregadores utilizavam a

[4] *Brazil Labour Report* (São Paulo), outubro-dezembro de 1984, p. 3.

alta rotatividade para manter os salários baixos. Em 1981 um aumento no nível de desemprego tornou o problema ainda mais premente. Segundo dados do IBGE, em meados de 1981 mais de novecentas mil pessoas perderam o emprego nas seis maiores áreas metropolitanas do Brasil; em agosto calculava-se que havia nessas cidades dois milhões de desempregados.[5] Um estudo do DIEESE, completado em junho de 1981, mostrava uma taxa de desemprego de 12,807o apenas na área metropolitana de São Paulo e, o que é ainda mais dramático, 18,4% de subemprego entre os que estavam empregados.[6] O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) oferecia pouca proteção numa: situação de desemprego muito difundida e prolongada.

Os estragos causados pela inflação levaram à exigência de ajustamentos salariais mais frequentes. Em 1979, ao decidir torná-los semestrais, o governo Figueiredo esperava evitar novas ondas de greve; contudo, essa medida deve ser interpretada como uma vitória dos trabalhadores que fizeram greve em 1979. Essa atitude governamental contribuiu para a acentuada queda no número de greves em 1980. De 1980 para 1984 a taxa de inflação subiu de 110,2% para 211%,[7] e o preço dos bens de consumo básicos, sobretudo dos alimentos, aumentou ainda mais depressa. Segundo dados do DIEESE, o tempo de trabalho necessário para se comprar uma cesta básica com o salário mínimo subiu de 138 horas e 3 minutos em 1978 para 163 horas e 44 minutos em 1981. Em 1983, pela primeira vez desde que começou este estudo do DIEESE, o preço da cesta básica foi *superior* ao salário mínimo mensal. Assim, em 1984 os sindicatos exigiram o reajuste salarial trimestral, ou então o pagamento antecipado do reajuste semestral. Muitos sindicatos conseguiram reajustes mais frequentes por meio de negociações diretas com os empregadores.

A exigência de representação sindical nas fábricas assumiu diversas formas, e foi especialmente característica da tendência sindical que acabou se identificando com o PT e com a CUT. Em alguns casos, ela assumiu a

[5] Citado em Luís Roberto Serrano, "Em busca de definições", *Isto é*, 26 de agosto de 1981. Em 1980 o IBGE avaliou a População Economicamente Ativa em 43.235.712 pessoas. Para o ponto de vista de um economista sobre o desemprego, ver Roberto Macedo, "A dimensão social da crise", em Adroaldo Mouro da Silva et alii, *FMI X Brasil: a armadilha da recessão* (São Paulo, Forum Gazeta Mercantil, 1983), p. 217-49.
[6] *Boletim do DIEESE, 1*(1): 13, 1982.
[7] Dados sobre a inflação extraídos do *Almanaque Abril* (São Paulo, Abril, 1983 e 1985).

forma de comissões eleitas nas fábricas, organicamente associadas ao sindicato; em outros, significou a nomeação de delegados sindicais, ou às vezes simplesmente o direito de que a fábrica recebesse a visita de sindicalistas não acompanhados por um representante da empresa. Algumas empresas começaram a reconhecer na prática, e às vezes por contrato, o direito de o sindicato ter uma representação na fábrica.[8] A vantagem do reconhecimento legal, já que na CLT não havia cláusulas determinando a representação em nível de fábrica, era garantir a estes representantes a estabilidade no emprego durante sua gestão; as amplas prerrogativas das empresas de despedir funcionários a seu bel-prazer permitiam um alto grau de arbitrariedade em aceitar ou não as situações criadas na prática. Assim, as questões surgidas a nível da fábrica tornaram-se cada vez mais importantes para os sindicatos, especialmente na indústria avançada de ponta. Negociar essas questões pressupunha o conhecimento das condições locais; assim, os lfderes sindicais começaram a cultivar relações com quadros de nível intermediário nas fábricas, capazes de mobilizar o operariado.

Quando Almir Pazzianotto foi nomeado Ministro do Trabalho no governo Tancredo Neves/José Sarney, intensificou-se a tendência para a resolução de disputas por meio de negociações coletivas. Pazzianotto, deputado do PMDB de São Paulo, foi advogado dos metalúrgicos de São Bernardo no fim dos anos 70, e há muito tempo apoiava uma maior autonomia dos sindicatos.[9] Apesar de nenhum dos princípios fundamentais da legislação trabalhista ter sido mudado durante os primeiros anos da Nova República, Pazzianotto muitas vezes absteve-se de intervir, procurando usar sua influência para estimular negociações diretas entre sindicatos e empregadores. As associações de empregadores procuraram adaptar-se à nova situação, oferecendo aos seus membros cursos sobre métodos de negociação coletiva.[10]

[8] Sobre as reivindicações dos sindicatos de metalúrgicos em 1981-82, ver Márcia de Paula Leite, "Reivindicações sociais dos metalúrgicos", *Cadernos Cedec 3*, 1984. Os direitos à representação obtidos em negociações contratuais são listados mensalmente no *Boletim do DIEESE*.

[9] Sobre a carreira de Pazzianotto, ver Renato Faleiros, "Entrevista: Almir Pazzianotto Pinto, um doutor em greves", *Veja*, 21 de maio de 1980, p. 3-6.

[10] "Volta às mesas", *Isto é*, 25 de setembro de 1985, p. 84-6.

Organizações nacionais

Os sindicatos também começaram seriamente a construir sua organização a nível nacional. Este processo foi altamente politizado. Entre 1977, quando pela primeira vez se propôs a ideia de realizar uma Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT),[11] e 1981, quando ela por fim se realizou, os primeiros agrupamentos informais de líderes sindicais deram lugar a tendências cada vez mais bem estruturadas, com diferentes visões da organização e da política sindical.

No final de 1978, havia três tendências visíveis dentro do sindicalismo "combativo". A primeira, que se qualificava como "oposições sindicais", era composta por sindicalistas vindos das bases, que favoreciam a organização de comissões de fábrica e queriam agir fora da estrutura oficial dos sindicatos. Essa tendência, importante nos períodos de 1966-68 e 1977-79, perdeu algo da sua vitalidade com o crescente ativismo de líderes sindicais dentro da estrutura oficial. A segunda tendência procurava organizar-se para conquistar posições de liderança dentro do movimento sindical, especialmente nas federações e confederações; ela incentivou a criação do grupo "Unidade Sindical" para coordenar as reivindicações e as atividades estaduais e nacionais. Líderes sindicais próximos ao Partido Comunista Brasileiro desempenharam um papel importante nesse grupo. A terceira tendência, os chamados "autênticos", trabalhava dentro da estrutura sindical, apoiava as organizações de fábrica e a participação das bases, e dava prioridade à independência sindical em relação ao Estado e aos empregadores. Os "autênticos" consideravam que as federações e confederações tinham tão pouca representatividade que não mereciam atenção.[12] Essa tendência foi liderada por Lula e pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.[13]

[11] Há três ocasiões diferentes em que foi usado o acrônimo CONCLAT, o que leva a uma certa confusão. A Conferência Nacional da Classe Trabalhadora — CONCLAT — foi realizada em agosto de 1981 na Praia Grande, São Paulo. O Congresso Nacional da Classe Trabalhadora — CONCLAT — foi realizado em São Bernardo em agosto de 1983 e fundou a Central Única dos Trabalhadores — CUT. A terceira CONCLAT, ou Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora, foi fundada num encontro na Praia Grande, SP, em novembro de 1983, por sindicatos que apoiavam uma estratégia sindical diferente da adotada pela CUT.

[12] Sob o sistema da CLT, as eleições para as federações e confederações sindicais baseiam-se no sistema um sindicato-um voto. Assim, o voto do Sindicato dos Metalúrgicos de São

Assim, a Unidade Sindical dava ênfase à pressão institucional (por parte da hierarquia sindical) como o meio potencial de se conquistar as reivindicações sindicais; para as outras tendências, a solução estava na ação direta nos sindicatos e nas fábricas. Ou seja, para a Unidade Sindical as exigências trabalhistas seriam atendidas através da interação direta com instituições estatais (mediadas e apoiadas pelos partidos políticos) — uma tática semelhante à empregada antes de 1964; para os "autênticos", a luta concentrava-se mais diretamente nas empresas. Mesmo reconhecendo o papel importante desempenhado pelo Estado, não se esperava que ele "concedesse" direitos que já não tivessem sido conquistados na prática. Em outubro de 1979, quando muitos "autênticos" participaram da fundação do Partido dos Trabalhadores, as principais tendências do movimento sindical começaram a identificar-se também com partidos políticos divergentes.

Durante o ano de 1980 aumentaram as tensões entre os "autênticos" e a Unidade Sindical, a propósito da greve dos metalúrgicos de São Bernardo. Embora a greve fosse importante em virtude da sua exigência de representação sindical nas fábricas, pelo uso que fez dos comitês de greve recrutados nas bases, e pelo grau de solidariedade que gerou na comunidade e na Igreja, ela não conseguiu conquistar nenhuma das reivindicações econômicas com que se propusera a desafiar a nova política salarial do governo. Ao contrário das greves de 1978 e 1979, esta não obteve o apoio de um amplo leque de sindicatos; a Unidade Sindical considerou-a uma greve aventureira, capaz de enfraquecer o movimento trabalhista e de fechar o espaço que a abertura do governo até então concedera aos sindicatos.[14]

O ano de 1981, quando a CONCLAT finalmente se realizou, trouxe um aumento drástico de demissões e desemprego. O número de greves

Paulo, o maior sindicato da América Latina, que representa mais de 300.000 trabalhadores, tem o mesmo peso do voto de um sindicato de metalúrgicos com apenas algumas centenas de membros.

[13] Os sindicatos combativos ainda eram uma minoria numérica; em 1984, os pelegos controlavam cerca de 70% dos sindicatos brasileiros. Um dos melhores relatos cronológicos sobre as diferentes tendências do movimento sindical durante esse período é o de Clarice Melamed Menezes e Ingrid Sarti, *CONCLAT 1981: a melhor expressão do movimento sindical brasileiro* (Rio de Janeiro, ILDES, 1982).

[14] Sobre a greve dos metalúrgicos em 1980, ver Margaret Keck, "Brazil: metalworkers' strike", *NACLA Report on the Americas*, julho-agosto de 1980, p. 42-4; José Alvaro Moisés, *Lições de liberdade e opressão*, cit., p. 161-96. Para críticas à greve, ver Clarice Melamed Menezes e Ingrid Sarti, *CONCLAT 1981*..., cit., p. 29-30.

declinou ainda mais que no ano anterior, e as que ocorreram foram, sobretudo defensivas. Foram comuns as greves contra as demissões; na Ford uma greve conseguiu um acordo-chave, no qual a companhia concordou em reconhecer uma comissão de fábrica eleita pelos operários, cuja primeira tarefa seria negociar os critérios para a readmissão dos demitidos. O acordo da Ford estabeleceu um precedente para as negociações diretas com as empresas quanto às formas de representação nas fábricas.[15] Entretanto, na época em que a CONCLAT seria realizada, a oportunidade de conquistar ganhos econômicos significativos através de greves havia sido essencialmente eliminada, tanto pela mostra de repressão do governo em 1980, indicando que o espaço político para tais ações havia se estreitado, como pela recessão, que estava se agravando. Ficou claro que os sindicatos precisavam discutir uma estratégia para confrontar a nova situação.

A CONCLAT foi um evento histórico. Realizada entre 21 e 23 de agosto de 1981, na Praia Grande, em São Paulo, reuniu 5.247 delegados de 1.126 sindicatos e associações profissionais. As discussões abrangeram um amplo leque de questões: política de seguro social, política salarial, demissões e estabilidade no emprego, reforma agrária, unidade sindical, liberdade, autonomia e organização. Por insistência dos sindicatos liderados por Lula, o plenário aprovou uma moção um tanto diluída, convocando uma discussão sobre a greve geral. O maior problema da CONCLAT surgiu na composição da Comissão Nacional Pró-CUT, órgão que deveria continuar O trabalho da CONCLAT em caráter provisório, estudar as questões envolvidas na formação de uma organização nacional e convocar a próxima CONCLAT. A tentativa da Comissão Executiva de apresentar uma chapa unitária fracassou porque a maioria das posições foi preenchida por partidários da Unidade Sindical. Por fim, duas alternativas foram apresentadas: uma: por Lula e outra por Arnaldo Gonçalves, presidente dos metalúrgicos de Santos. Ambas as chapas continham nomes de candidatos de conciliação. Quando nenhuma das duas chapas obteve uma maioria decisiva, os líderes foram forçados a adotar uma solução de compromisso, concebida, sobretudo por José Francisco da Silva, presidente da CONTAG, na qual os sindicatos rurais preencheriam 23 dos 54 lugares da

[15] José Carlos Aguiar Brito, *A tomada da Ford: o nascimento de um sindicato livre* (Petrópolis, Vozes, 1983). O texto do acordo está em *Boletim do DIEESE*, fevereiro de 1982, p. 14-24.

comissão, e cada um dos principais blocos presentes na conferência ocuparia 50% dos restantes.[16]

Uma vez estabelecida, a Pró-CUT ficou seriamente dividida: de um lado um grupo de líderes sindicais, encabeçados pelos metalúrgicos de São Bernardo, que queriam promover o sindicalismo de base e priorizavam a ação direta (especialmente as greves); do outro, os que favoreciam uma abordagem mais moderada, com a criação de uma organização nacional que funcionaria mais a partir de cima, na arena das decisões políticas, do que a partir de baixo, coordenando novas iniciativas das bases. A iminência das eleições de novembro de 1982 complicou ainda mais as coisas, e a competição pelos votos dos trabalhadores entre o PT e o PMDB (no qual participavam membros da Unidade Sindical) aguçou a polarização já existente. Alguns membros da comissão Pró-CUT argumentavam que era impossível realizar uma conferência sindical unitária, em vista da ampla politização em torno das eleições, e sugeriam que ela fosse adiada até 1983. José Francisco da Silva, da CONTAG, defendia essa posição, alegando também que, apesar dos avanços feitos por muitos sindicatos desde a CONCLAT de 1981, as organizações intersindicais não haviam avançado rumo à unificação da luta. Uma nova CONCLAT correria o risco de formar uma organização central não representativa, antes que o assunto fosse suficientemente discutido entre os trabalhadores; seria melhor fortalecer as organizações intersindicais estaduais, e promover mais debates.[17] A tendência de São Bernardo respondia que o mandato da comissão ia apenas até 1982, e que a conferência deveria ser realizada de qualquer maneira. A primeira posição venceu e a conferência foi adiada até agosto de 1983.[18]

[16] Clarice Melamed Menezes e Ingrid Sarti, *CONCLAT 1981...*, cit., p. 43-57. Para bons relatos da época, ver Luís Roberto Serrano, "Em busca de definições", *Isto é*, 26 de agosto de 1981, p. 70-3; e T. Canuto et alii., "Falam os trabalhadores", Movimento, 31 de agosto-6 de setembro de 1981, p. 11-4. Depois da CONCLAT, a Comissão Nacional Pró-CUT publicou um livreto chamado *Tudo sobre a CONCLAT* (São Paulo, CIDAS, 1981), contendo as resoluções da conferência e breves entrevistas com figuras importantes.

[17] CONTAG, "Por que decidimos não participar do Congresso da Classe Trabalhadora e somos pelo seu adiamento para 1983", documento assinado pelo presidente da CONTAG e pelos presidentes de 20 federações de sindicatos rurais.

[18] Para um exemplo das posições da tendência "autêntica", ver o panfleto "CUT pela base", produzido pela ANAMPOS, junho de 1982. As minutas da reunião dissidente de um agrupamento da Comissão Pró-CUT, realizada em São Bernardo do Campo em 28-29 de agosto de 1982, e registradas por Maria Helena Moreira Alves, descrevem o debate que se

Apesar da exacerbação do conflito entre a Unidade Sindical e os "autênticos" sobre a questão da CONCLAT, em 1983 a política de austeridade salarial do governo, adotada a mando do FMI, ofereceu uma oportunidade para a ação conjunta. A nova política salarial concretizou-se numa série de decretos-leis, que pretendiam manter os aumentos salariais bem abaixo da taxa da inflação. As novas leis também eliminavam o aspecto redistributivo da política salarial, instituído em 1979, pelo qual os trabalhadores com menores salários recebiam aumentos de 10% a mais que o aumento do índice oficial do custo de vida (INPC).

Os sindicatos reagiram a essas novas medidas com indignação; o arrocho salarial, adotado desde a tomada do poder pelos militares, já havia reduzido o salário mínimo real para cerca de 50% do nível anterior a 1964.[19] No início de julho, uma série de greves da indústria petrolífera culminou numa greve geral de um dia, em 21 de julho de 1983, em protesto contra a lei de austeridade salarial. O presidente dos metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade,[20] teve um papel importante na coordenação dessa greve, esperando, assim, fortalecer suas credenciais como líder sindical combativo. Embora o Partido Comunista se opusesse firmemente à greve, preocupado com o impacto que ela teria sobre o esforço de sua legalização, muitos líderes sindicais do PCB decidiram desafiar a posição do partido. Embora a greve de 21 de julho não fosse geral,[21] sua importância está no fato de ter sido a primeira greve

seguiu ao não comparecimento dos que eram a favor do adiamento da conferência. Nessa reunião, decidiu-se participar do encontro de 11-12 de setembro da Pró-CUT, a ser realizado na sede da CONTAG em Brasília, no qual seria tomada uma decisão final acerca da convocação da próxima CONCLAT.

[19] "Salário mínimo", *Boletim do DIEESE*, Edição Especial, abril de 1983.

[20] Joaquinzão, como é chamado, foi nomeado pelos militares em 1965 para substituir o presidente exonerado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Nas duas décadas seguintes ele venceu as eleições sindicais, embora enfrentando a crescente oposição liderada por membros da Pastoral Operária da Igreja Católica. No início dos anos 80, a força da oposição e as mudanças na situação política o obrigaram a tentar livrar-se da sua imagem de pelego.

[21] Líderes sindicais calculam em três milhões o número de grevistas em toda a nação. Em São Paulo houve paralisações significativas na capital e em 18 outras cidades; no Rio Grande do Sul, a greve atingiu Porto Alegre, Canoas e 9 outras cidades. Também houve greves em Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Paraná. Para maiores detalhes ver o *Boletim do DIEESE*, julho de 1983, p. 17-8. Ver também Margaret Keck,

explicitamente política desde 1964, e de ter demonstrado que as divisões no movimento trabalhista não excluíam uma ação conjunta. Entretanto, a reação do governo parecia premeditada para reforçar essas divisões. A repressão policial aos grevistas em São Paulo foi mais pesada na região do ABC, provocando protestos de deputados estaduais e do presidente em exercício do PMDB, Teotônio Vilela. Os sindicatos que sofreram intervenção por motivo da greve foram aqueles cujos líderes eram filiados ao PT,[22] indicando, por um lado, que eles eram vistos como uma ameaça maior ao *status quo* do que aqueles mais próximos da tendência Unidade Sindical e, por outro, que o governo ainda considerava a repressão pela expulsão dos representantes sindicais como um meio de reduzir a influência dos "autênticos". Os Metalúrgicos de São Paulo, cujo presidente autoproclamou-se líder da greve, e outros sindicatos que desempenharam papéis importantes não foram tocados. Os líderes dos trabalhadores não limitaram seu protesto aos acontecimentos ligados à greve; dirigiram-se em massa para Brasília para fazer *lobby* contra a aprovação da lei salarial pelo Congresso. Essa pressão foi importante para a derrubada das duas primeiras propostas de leis salariais levadas a votação. Depois de negociações do governo com líderes do Congresso, uma versão um pouco mais branda dessa lei foi aprovada em outubro de 1983.

A ação conjunta em resposta ao arrocho salarial não evitou a batalha que estava se formando em torno da próxima CONCLAT. Formalmente, era uma luta acerca da representação, com a Unidade Sindical pedindo delegações mais amplas, vindas das federações e confederações, e a exclusão da maioria das associações não reconhecidas pela CLT (o que incluía as associações de servidores Públicos). Os "autênticos" queriam a representação fundamentada nos sindicatos e nos delegados vindos das bases, eleitos pelos trabalhadores em números proporcionais ao tamanho da base. Pediam também a criação imediata de uma organização sindical central, ao passo que a Unidade Sindical ainda considerava esta medida precipitada.

Embora a batalha acerca de questões organizacionais tenha precipitado formalmente a ruptura na Pró-CUT, as disputas mais profundas

"Update on the Brazilian labor movement", *Latin American Perspectives, 11* (1): 27-34, Winter 1984.

[22] Foram estes os petroleiros de Paulínia e São José dos Campos (SP) e Mataripe (BA), os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e os bancários e metroviários de São Paulo.

discutidas anteriormente já haviam tornado cada vez mais remotas as perspectivas de reconciliação. As tendências opostas começaram a dedicar-se cada vez mais a conquistar o controle dos sindicatos cujos dirigentes concorriam às eleições. Seu objetivo explícito não era apenas derrotar a liderança dos pelegos; cada vez mais, expressava também a rivalidade entre as duas tendências militantes. A Pró-CUT rachou formalmente em julho de 1983, e os "autênticos" realizaram uma convenção em São Bernardo em agosto do mesmo ano, com 5.059 delegados de 665 sindicatos e 247 outras organizações trabalhistas. A convenção estabeleceu uma organização intersindical chamada CUT (*Central Única dos Trabalhadores*).[23] A tendência oposta, por sua vez, reuniu-se em novembro na Praia Grande, São Paulo, com 4.254 delegados de 1.258 sindicatos, federações e confederações, e formou uma organização que passou a se chamar CONCLAT (*Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora*), onde a palavra "Coordenação" implicava a rejeição à criação imediata de uma "Organização Central".

As questões que dividiam as duas tendências não eram fáceis de resolver. As diversas estratégias fundavam-se em diferentes visões da sociedade, as quais, por sua vez, eram fortemente influenciadas pela experiência dos vários líderes sindicais no período autoritário. Analisando as entrevistas com líderes de sindicatos de metalúrgicos, tanto da CUT como da CONCLAT, Roque Aparecido da Silva concluiu que o fato de os primeiros, em geral, terem passado a maior parte do período autoritário como operários de fábrica e os segundos como dirigentes sindicais, produziu visões profundamente divergentes quanto à sociedade. Para os líderes da CONCLAT, a solução dos problemas dos trabalhadores situava-se nas instituições sociais e políticas mais amplas, desde que as regras do jogo fossem mudadas de modo a dar aos trabalhadores uma oportunidade justa. Os líderes da CUT, por outro lado, que haviam experimentado em primeira mão as difíceis condições nas fábricas durante o período autoritário, adotavam uma perspectiva mais sindicalista. Para eles, o problema era estrutural; a solução só podia estar numa ampla transformação social. Uma vez que os trabalhadores não podiam depender

[23] O significado do acrônimo CUT é enganador, pois ela não era, de fato, a única organização central criada durante este período.

de aliados em outros setores sociais, eles próprios eram os únicos agentes possíveis dessa transformação.[24]

Nos dois anos seguintes, o sucesso da CUT em relação à CONCLAT não reflete propriamente uma opção consciente dos trabalhadores por uma ampla mudança social; reflete, antes, o fato de que a estratégia de confrontação da CUT, combinada com sua ênfase na negociação direta, gerou ganhos concretos para seus filiados. A ênfase na organização nas fábricas e as relações mais estreitas entre os líderes sindicais e o operariado foi o motivo do sucesso de muitas greves nas fábricas em 1984; um maior grau de união na liderança da CUT facilitou a coordenação de greves em 1985, permitindo que os sindicatos mais fortes apoiassem as reivindicações dos mais fracos. Os líderes da CUT conseguiram fortalecer a identidade e a solidariedade dos sindicatos, assim como o bem-estar material dos seus membros, ampliando, assim, seus recursos organizacionais. Se é verdade que os sindicatos ligados à CONCLAT também conseguiram vitórias durante esse período, a sua heterogeneidade, combinada à sua estratégia geral de conciliação, fez com que ela fosse menos eficiente ao consolidar os frutos dessas vitórias.

O papel do Ministério do Trabalho também foi fundamental para a consolidação da posição da CUT. É verdade que as vitórias nas greves de 1984 muitas vezes ocorreram apesar dos esforços do Ministério; no entanto, o estímulo dado por Pazzianotto às negociações diretas e sua recusa em intervir nas greves proporcionou uma conjuntura mais favorável para a ação coordenada em 1985. Além disso, o novo ministro do Trabalho anulou as restrições legais para a formação de organizações centrais. Naturalmente, a diminuição da repressão beneficiou o setor do movimento operário com maior capacidade de mobilização de seus recursos.

No final de 1985, em particular depois da greve dos bancários ocorrida em setembro, excepcionalmente bem coordenada, a CUT começou a ser reconhecida como a organização predominante no movimento sindical. Seu quadro de associados incluía por volta de 1.250 sindicatos, representando cerca de quinze milhões de trabalha-- dores. Em números

[24] Roque Aparecido da Silva, "Sindicato e sociedade na palavra dos metalúrgicos", em Comisión de Movimientos Laborales (CLACSO), *El sindicalismo latinoamericano en los ochenta* (Santiago, CLACSO, s.d.). Esse volume é uma coletânea de textos apresentados num seminário em Santiago do Chile, em 20-23 de maio de 1985.

absolutos de sindicatos a CONCLAT ainda estava na frente, mas essas cifras eram enganadoras; por exemplo, os quatro sindicatos de bancários que pertenciam à CUT representavam mais de 70% dos bancários do país. O Ministério do Trabalho calculou que nos primeiros onze meses de 1985, 6.112.000 trabalhadores participaram de greves; destes, cerca de 60% foram liderados por sindicatos da CUT e a maior parte dos outros 40% recebeu dela algum tipo de apoio.[25]

No início de 1986, muitos líderes da CONCLAT estavam apreensivos a respeito do avanço da CUT, a ponto de decidirem formar uma organização central; uma "coordenação" frouxa não era mais suficiente. Escolhendo o nome de CGT, esses líderes procuravam demonstrar a continuidade histórica do seu movimento. O presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, declarou sua intenção de combater a influência da CUT nos sindicatos, disputando as eleições sindicais com todos os recursos possíveis e demonstrando uma nova retórica militante.

Os partidos políticos e a organização trabalhista

Como deve ter ficado claro na discussão acima, as tendências divergentes e por fim opostas no setor combativo do movimento sindical já estavam implícitas antes da fundação de novos partidos Políticos. Contudo, quando eles surgiram, as posições sindicais tornaram-se cada vez mais identificadas com as dos partidos políticos.

Isso foi especialmente evidente no caso do grupo dos "autênticos", em particular porque havia uma superposição significativa entre a liderança sindical e a do PT. É verdade que a CUT incluía diversos sindicatos cujos líderes não estavam envolvidos no Partido dos Trabalhadores; entretanto, ela era dominada, sem dúvida, por sindicalistas que também eram do PT. Em 1985, vários líderes importantes da CUT que ainda não eram do PT entraram no partido, em especial João Paulo Pires Vasconcelos, dos Metalúrgicos de João Monlevade (Minas Gerais) e Paulo Renato Paim, dos Metalúrgicos de Canoas (Rio Grande do Sul).

A identificação partidária na Unidade Sindical e na CONCLAT formada na Praia Grande em novembro de 1983 foi inicialmente um pouco

[25] "O que é que a CUT tem", *Senhor*, 4 de fevereiro de 1986, p. 30-4.

mais complicada devido à ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), dos quais o primeiro era de longe o mais importante. Partidos trotskistas ilegais, também incluídos sob o guarda-chuva do PT e da CUT, de início desempenharam um papel menor, embora ativo. Como aconteceu no PT, o fato de essas organizações ainda serem ilegais complicou o debate entre as diferentes tendências no movimento sindical. Numa entrevista de 1982, Olívio Dutra declarou que a ilegalidade do Partido Comunista, em especial, impossibilitava uma discussão honesta sobre posições partidárias dentro do movimento sindical; os líderes sindicais do Partido Comunista apressaram-se em acusar os líderes sindicais que eram do PT de incentivar posições partidárias dentro dos sindicatos, porém, quando estes tentaram demonstrar que eles agiam da mesma forma, foram acusados de caçadores de comunistas.[26]

Embora a Unidade Sindical e a coordenação da CONCLAT formada em 1983 ficassem associadas, aos olhos do público, a esses partidos e ao PMDB, havia diferenças internas significativas entre os componentes. Como os líderes da CONCLAT decidiram dar um lugar proeminente às federações e confederações, a organização incluía muitos sindicalistas que não participaram do movimento combativo dos anos 70. Além disso, o primeiro presidente da CONCLAT foi José Francisco da Silva, que, antes da ruptura na Pró-CUT, não estava inteiramente identificado nem com a Unidade Sindical, nem com a facção dos "autênticos". Possuindo uma indiscutível base própria de poder (o número de afiliados dos sindicatos rurais superava o de todos os sindicatos urbanos em conjunto), sua decisão de não comparecer à conferência de São Bernardo em agosto de 1983 foi de importância decisiva para a divisão das organizações nacionais segundo linhas partidárias. Contudo, a heterogeneidade da CONCLAT dificultou o estabelecimento de uma direção clara; sua importância inicial derivava mais do prestígio de seus membros, considerados individualmente, do que das ações propostas 'pela organização. Em 1985, quando o Partido Comunista foi legalizado, a identificação partidária dos líderes sindicais tornou-se um pouco mais visível. Mesmo assim, em especial dentro da CONCLAT, uma série de deserções de membros do Partido Comunista Brasileiro, que

[26] Entrevista com Olívio Dutra, Porto Alegre, 14 de dezembro de 1982.

passaram para outros partidos políticos durante o processo de legalização, complicou a questão de fidelidade partidária.

É difícil avaliar o papel dos partidos na crescente competição entre as tendências sindicais. A rivalidade partidária pela liderança dos sindicatos e das organizações nacionais não se desenvolveu primeiro em outros lugares para depois entrar nos sindicatos a fim de obter apoio da classe trabalhadora, para objetivos formados fora do movimento sindical. Assim, no caso brasileiro, há uma importante diferença entre a luta partidária *pelos* sindicatos e a luta partidária *dentro* dos sindicatos. Embora as disputas pela liderança sindical fossem mencionadas (em especial fora dos sindicatos) em termos partidários, os participantes não haviam mudado e o terreno realmente não se alterara. Até mesmo a incursão de trabalhadores na política eleitoral nas eleições de 1982 não mudou fundamentalmente, para o PT, a separação entre a atividade sindical e a esfera das instituições políticas.

Desde a época da campanha eleitoral de 1978 o PMDB de São Paulo tentou ampliar a sua base de apoio, incluindo na sua chapa alguns líderes sindicais e populares. Fernando Henrique Cardoso, em sua campanha para senador, consultava-se regularmente com líderes sindicais e escolheu para suplente Maurício Soares, um advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Se é verdade que o PMDB conquistou um amplo apoio dos trabalhadores nessas eleições, ele não estabeleceu uma relação contínua com os sindicatos, e os líderes populares eleitos não estavam representados na liderança do partido. A prática da oposição na esfera política tradicional permanecia, em boa medida, um assunto das elites.

O Partido Comunista Brasileiro lidou com esta situação de uma maneira muito semelhante à que sempre tinha adotado, tentando aproximar-se do poder — não do Estado, como no período Populista, mas do futuro Estado, abrigado no principal partido de Oposição. Membros do PCB candidataram-se ao Congresso em chapas do MDB, e mais tarde do PMDB, e participaram ativamente da campanha desse partido. À medida que a transição para um governo civil foi-se aproximando, o partido começou uma Campanha pela legalização — uma situação de que ele havia desfrutado pela última vez em meados da década de 1940. Portanto, a visão que o partido tinha de poder político consistia em trabalhar junto com o setor da oposição que provavelmente ocuparia o poder depois da queda do regime militar. A avaliação geral do PCB sobre a situação política brasileira

permaneceu bastante semelhante à que formulara nas décadas de 50 e 60, ou seja: a de que o Brasil precisaria experimentar um período de democracia liberal e desenvolvimento econômico até que as condições amadurecessem para a tomada do poder pela classe trabalhadora.

Líderes sindicais próximos ao PCB adotaram uma posição comparável em relação à política sindical. Uma vez que a classe trabalhadora ainda não era suficientemente poderosa para impor sua vontade na sociedade e na esfera política, a estratégia adequada era conquistar a hegemonia ganhando acesso a posições de liderança dentro das organizações de classe já existentes, e esperar obter ganhos substanciais através de alianças políticas com a oposição no governo. Entretanto, com a crescente influência da CUT e a relativa estagnação da CONCLAT em 1985, os líderes sindicais do Partido Comunista começaram a repensar a sua posição. As perdas em várias importantes eleições sindicais para novas lideranças filiadas à CUT — especialmente no Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro — aumentaram a preocupação de que o partido seria deixado para trás se continuasse apoiando a CONCLAT. Ivan Pinheiro, ex-presidente derrotado dos Bancários do Rio e membro do Comitê Central do PC, começou a argumentar que os líderes sindicais do partido deviam transferir-se para a CUT; para discutir essa questão; uma conferência especial do partido foi convocada para março de 1986.[27] Embora a posição de Pinheiro fosse derrotada nesse encontro, a questão permaneceu viva devido à exacerbação da luta pela liderança na CGT e à sua fragmenação no final dos anos 80.

O Partido dos Trabalhadores e o movimento sindical

Para os líderes sindicais envolvidos na criação do Partido dos Trabalhadores, a ênfase do "novo sindicalismo" nas questões de fábrica e na conquista de novos direitos nas negociações com os empregadores envolvia uma nítida distinção entre, de um lado, a ação industrial e, de outro, a representação política. O PT deveria ser uma extensão da classe trabalhadora organizada institucionalmente em sindicatos e, ao mesmo tempo, ser algo separado; como partido, deveria respeitar a autonomia desses sindicatos. Entretanto, ao mesmo tempo em que deveria permanecer

[27] Ver "Jogo aberto no PCB", *Isto é*, 22 de janeiro de 1986.

separado, seu papel era considerado complementar: a greve de 1979, segundo Lula, tinha demonstrado os limites da ação industrial; para conquistar Vitórias expressivas, os trabalhadores precisavam de uma organização política própria, fundada por eles e dirigida por e para eles. O partido não deveria *conduzir* os trabalhadores, mas sim *expressar* na arena política as necessidades e reivindicações que os trabalhadores já sentiam e que iam surgindo nas organizações sociais e sindicais. Assim, a criação do partido era uma resposta estratégica de um setor do movimento sindical para alcançar objetivos já articulados em outras instâncias. O partido deveria ser ao mesmo tempo mais e menos do que os próprios sindicatos: mais em relação ao que poderia atingir, e menos em relação à sua iniciativa ao colocar objetivos e necessidades.

Com a sua institucionalização, o PT enfrentou uma ampla gama de desafios. Enquanto partido competindo na arena eleitoral com outros partidos e reivindicando ao menos uma parcela do poder político, ele tinha de conseguir um apelo mais abrangente.

Esta atração mais ampla baseou-se, num primeiro momento, na questão de classe, afirmando que os direitos dos trabalhadores (e por derivação, os direitos de todos) de participar eram vitais para o processo da democratização, e que outros partidos praticavam uma política elitista que relegava os direitos dos trabalhadores a um plano subordinado. A conclamação do PT à participação, organização e autodeterminação era um apelo para a criação de uma autêntica política de classe e uma estratégia política. A mensagem era "organizem-se nas suas associações de bairro, nos seus sindicatos, definam suas próprias necessidades, entrem no partido, e nós estaremos lá para ajudá-los". Mas o PT não formulou uma imagem muito clara do que, exatamente, estava envolvido nesse processo da autodeterminação da classe trabalhadora, nem do seu papel específico no desenvolvimento desse processo. Depois das eleições de 1982, os conflitos entre a organização partidária e os seus representantes eleitos, juntamente com declarações de líderes do partido no sentido de que construir organizações sindicais e de base era mais importante do que a atividade no Congresso, complicaram ainda mais as já complexas relações entre o papel independente do partido e sua proposta de expressar demandas e objetivos já articulados pelas bases.

A relação do partido com o movimento sindical era muito mais complicada do que parecia. As pessoas que ocupavam a liderança nos principais sindicatos identificados com o PT, os líderes sindicais envolvidos no partido e os dirigentes da CUT criada em São Bernardo em 1983 eram praticamente as mesmas. Seria de se esperar que isso garantisse uma relação harmoniosa, e isso ajuda a explicar por que certos sindicalistas associados ao partido expressavam o mais decidido otimismo quanto ao seu potencial e ao seu progresso. Para melhor compreender a relação entre os dois, é útil examinar rapidamente; a) o papel dos líderes sindicais no partido como um todo; b) o tratamento das questões sindicais nas publicações do partido — tanto nos documentos para discussão interna como nos jornais do partido; e c) a elaboração dos programas de ação do PT e das organizações sindicais. Examinaremos também de que modo o conflito partidário expressou-se no próprio movimento trabalhista, e o papel do PT nesse processo. Também devemos considerar a formação e a prática do PT à luz da experiência histórica da política da classe trabalhadora brasileira. Por fim, discutiremos por que a relação desta com o movimento sindical foi tão importante para determinar o futuro do PT.

Os sindicalistas tiveram uma importância decisiva na formação do Partido dos Trabalhadores. Outros grupos e atores sociais que participaram na fundação do partido foram atraídos pelo potencial de força social e política que as greves de 1978-1979 representaram no Brasil. A participação de Lula foi essencial. Até que ele resolvesse desempenhar um papel decisivo, fundando e incentivando o partido, os outros esperaram. Como líder das greves de São Bernardo e assim, simbolicamente, herói do movimento dos trabalhadores como um todo, ele era o elemento-chave para qualquer nova força política viável da esquerda que pretendesse expressar e construir algo a partir do dinamismo da atividade e da organização dos trabalhadores.

A influência dos sindicalistas nos órgãos dirigentes do PT ficou evidente desde o início. A Comissão Nacional Provisória eleita em janeiro de 1980 tinha onze membros, dos quais dez eram líderes ou ex-lideres sindicais. Essa proporção diminuiu quando uma nova Comissão Provisória foi eleita em junho de 1980; a nova liderança, formada por dez pessoas, incluía seis líderes e militantes sindicais. Na Pré-Convenção Nacional do partido, realizada nos dias 8 e 9 de agosto de 1981 em São Paulo, os critérios para a seleção do primeiro diretório nacional do partido exigiam um estatuto

de que 40% dos seus membros fossem líderes sindicais. Na Comissão Executiva Nacional eleita nessa reunião, oito dos seus doze membros eram ou tinham sido líderes sindicais e dois dos cinco suplentes eram líderes sindicais.[28] A formação da *Articulação dos 113,* discutida no capítulo 5, reafirmou o papel central da liderança dos sindicalistas no partido.

A formação da CUT tornou ainda mais evidente a interligação da liderança partidária com a sindical no nível nacional. As negociações entre diversas facções do movimento sindical envolvidas na formação da CUT demonstraram a contínua importância de Lula, cuja influência pessoal era necessária para que se alcançasse um acordo quanto a uma chapa única. Mesmo assim, o desejo do partido de manter uma separação formal entre a CUT e a liderança partidária evidenciou-se quando Jacó Bittar quis candidatar-se à comissão de coordenação da CUT. Na época, ele era secretário geral do PT, e a política do partido estipulava que ninguém poderia manter ao mesmo tempo uma posição executiva no partido e numa organização sindical de âmbito nacional. Assim, a sua decisão na convenção de concorrer para a Executiva da CUT significava que ele tinha de renunciar à Comissão Executiva do partido. Mais tarde esta regra foi modificada para permitir que ele continuasse como membro da Executiva, mas não como secretário-geral.

A interpenetração entre a liderança do PT e a dos sindicatos mais combativos tornou difícil para o partido desenvolver uma posição a respeito de questões sindicais, ou até mesmo imaginar qual poderia ser essa posição, se não a de apoiar as lutas sindicais. Isso se complicou mais ainda pela metodologia proposta para se elaborar uma posição partidária sobre questões sindicais. As definições iniciais deviam ser discutidas em encontros regionais e nacionais de ativistas sindicais dentro do partido, sendo que os não sindicalistas seriam apenas convidados. Os resultados

[28] A Executiva Nacional era composta por Lula (pres.), Olívio Dutra (1º vice-pres.), Manoel da Conceição (2º vice-pres.), Apolônio de Carvalho (3º vice-pres.), Jacó Bittar (sec.-geral), Francisco Weffort (2º sec.), Freitas Deniz (tesoureiro), Clóvis da Silva (2º tes.), Luís Soares Dulci, José Ibrahim e Wagner Benevides. Os suplentes eram Helena Greco, Joaquim Arnaldo, Hélio Bicudo, Eliéser e Luís Eduardo Greenhalg. Seis eram de São Paulo, 5 de Minas Gerais, 2 do Rio Grande do Sul, um de Pernambuco, um do Rio de Janeiro, um do Maranhão e um do Mato Grosso do Sul. Ver "Lula mantém a presidência nacional do PT", *Folha de S. Paulo*, 10 de agosto de 1981, e "PT vai eleger Lula", *Jornal do Brasil*, 10 de agosto de 1981.

deviam então ser discutidos pelo partido como um todo. Essas reuniões regionais e nacionais de sindicalistas deveriam considerar a relação entre o partido e os sindicatos, avaliar se o PT devia de fato ter uma política sindical própria, e de que maneira, concretamente, ele deveria agir em relação à questão sindical.

A decisão de tornar a elaboração de uma posição partidária acerca da questão sindical uma responsabdade dos sindicalistas parece, à primeira vista, coerente com a atitude do partido em relação à autonomia do movimento sindical; entretanto, seus efeitos foram problemáticos, já que essa decisão não conseguiu atribuir um papel independente à ação do partido nas questões sindicais, e aumentou as dificuldades do PT para estabelecer a sua identidade institucional. Durante o ano de 1981, as disputas sobre as preparações para a CONCLAT foram o foco principal de atenção dos sindicalistas no PT, e as suas ações constituíram, na prática, a posição do partido.

Depois da CONCLAT de 1981, decidiu-se criar um órgão especial do partido para organizar a discussão sobre as relações partido-sindicato; estabeleceu-se uma Secretaria Sindical numa reunião do Diretório Nacional realizada de 31 de outubro a 2 de novembro de 1981, coordenada por Olivio Dutra e composta por dezesseis membros. O primeiro documento interno do partido produzido por essa Secretaria determinava diversos princípios para a ação partidária em relação aos sindicatos e listava vários problemas imediatos a serem enfrentados. Primeiro, o documento reiterava o principio de que os sindicatos deveriam ser autônomos, tanto em relação ao Estado como aos partidos políticos, afirmando que membros do PT não poderiam usar os sindicatos como instrumentos para finalidades partidárias. Nenhuma chapa deveria jamais ser apresentada em eleições sindicais em nome do partido. Por outro lado, o documento declarava que a ação sindical era inevitavelmente política. Embora os sindicatos não devessem organizar-se segundo divisões políticas, tinham de manter a unidade de representação para todos os trabalhadores de uma determinada categoria ocupacional. Em relação aos membros do partido que militavam nos sindicatos, o documento instava a uma participação continua na Pró-CUT e na sua secretaria, a uma intervenção mais efetiva em assembleias sindicais conjuntas onde a Unidade Sindical também estivesse presente, e a uma pressão continua para que se realizasse em 1982 uma Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, de ampla base. O documento também propunha que se

realizasse um encontro nacional de militantes sindicais do PT em São Paulo em 24 e 25 de julho de 1982, precedido por reuniões locais e estaduais.[29]

Esse documento, lançado pela Secretaria Sindical do partido, demonstrava a dificuldade de se fazer uma separação clara entre as questões sindicais e as partidárias. Embora no nível local medidas tais como garantir que as chapas sindicais não concorressem em nome do partido estabelecessem essa distinção, no nível nacional isso não era tão fácil. A luta pelo controle da comissão Pró-CUT e a organização para a CONCLAT programada para agosto de 1982 originava-se em conflitos anteriores à formação do PT; em 1982, porém, essa luta identificou-se com as divisões partidárias. Quando o PT, enquanto partido, estimulou seus militantes sindicais a agirem com mais eficiência em áreas onde a Unidade Sindical estava presente, era claro que estava trabalhando para reforçar a corrente do movimento sindical com a qual se identificava. Evidentemente isso não poderia ter sido diferente, pois havia muitas pessoas que participavam tanto da liderança daquela corrente como da do PT. Entretanto, o partido não utilizou os sindicatos como instrumentos para a sua política; os líderes sindicais é que tentaram agir em duas frentes institucionais diferentes.

Em essência, o problema caracterizava-se pela dificuldade de esses líderes identificarem uma arena institucional distinta onde o partido pudesse agir por si mesmo. Assim, no início dos anos 80, a dinâmica da relação partido-sindicato era extremamente difícil de ser caracterizada porque esse relacionamento concretizava-se na identidade dos indivíduos envolvidos, e não na evolução dos mecanismos de consulta e discussão entre organizações agindo em arenas diferentes. Não se pode nem mesmo dizer que ocorreu uma divisão de trabalho entre o partido e a corrente sindical "autêntica" no desenvolvimento da luta sindical. As discussões primárias em encontros regionais e nacionais dos ativistas sindicais do PT em 1982 concentraram-se na maneira de fortalecer os sindicatos a *partir de dentro,* e no processo de construção de uma organização sindical nacional. O papel do partido era incentivar seus membros a Participar desse processo e dedicar mais espaço às questões trabalhistas nas suas publicações. O partido não tinha nenhum papel autônomo a desempenhar na esfera política, a não ser proclamar a importância da autonomia sindical, ou seja, da independência das organizações sociais e dos sindicatos em relação ao

[29] Partido dos Trabalhadores, Diretório Nacional, Secretaria Sindical, "Circular 1/82", s.d.

Estado, aos empregadores, às instituições religiosas e aos grupos e partidos políticos, incluindo o PT, o qual nasceu no movimento dos trabalhadores, mas não pretende controlá-lo, nem afirma (ao contrário de outros partidos) ser o único representante dos trabalhadores.[30] O partido deveria levar suas propostas aos sindicatos e submeter-se ao processo democrático de assembleias sindicais; destas deveria surgir o processo de fortalecimento do movimento sindical. Em nenhum relatório dos debates desses encontros houve menção, por exemplo, de uma possível ação partidária na arena legislativa, ou das maneiras de se promover a discussão das questões trabalhistas na campanha eleitoral de 1982, que estava em curso.

Um exame do tratamento dado a esses temas no jornal do partido reforça essa avaliação. Havia uma extensa cobertura das greves e das atividades da CUT, mas pouca ênfase em ações especificamente políticas relativas a questões trabalhistas. Num artigo de setembro de 1983 dedicado à campanha do partido contra a política econômica do governo, foram sugeridas várias formas de ação, incluindo panfletagem, vigílias e comícios; apenas no final da lista mencionava-se a necessidade de se mobilizar os deputados do partido para fazer discursos e apresentar moções no Congresso.[31] Num artigo sobre uma campanha contra o desemprego, os objetivos listados incluíam a rejeição do Decreto-Lei 2.045 (uma lei de austeridade salarial aprovada em 1983), a garantia de estabilidade no emprego, a redução da semana de trabalho de 48 para quarenta horas, salário mínimo unificado que refletisse o custo de vida real, escala salarial móvel, indenização por desemprego, rejeição do acordo com o FMI e moratória da dívida externa. Considerava-se que o principal instrumento para se atingir esses fins era a greve geral, conforme determinada pelo Segundo Encontro Nacional dos Sindicalistas do PT, em 21 de julho de 1983. Mais uma vez não se fazia menção de uma campanha política fora dos sindicatos, exceto no que dizia respeito à mobilização do apoio para as reivindicações de uma possível greve geral.[32]

Isso não significa que os representantes eleitos do partido não levantassem questões trabalhistas no Congresso, nem apresentassem projetos de lei destinados a promover a autonomia sindical. Mesmo assim, fica claro a partir da atenção que esses projetos receberam (ou não

[30] "Manifesto do Encontro Nacional Sindical do PT", 24-25 de julho de 1982.
[31] *PT São Paulo*, setembro 1983, p. 5.
[32] *PT São Paulo,* Edição Especial, setembro 1983, p. 5.

receberam) nas publicações do partido que a atividade legislativa não era considerada um veículo importante para a mudança. O jornal do PT de São Paulo de junho de 1985 oferece um interessante exemplo desse ponto. Ele dedicou uma página e meia a matérias sobre importantes greves que haviam ocorrido no mês anterior. Publicou também um artigo de um quarto de página sobre uma apresentação de advogados do PT ao Diretório Nacional, criticando a proposta feita pelo ministro do Trabalho de uma nova lei de greve. Nesse artigo, havia uma breve menção ao fato de que Djalma Bom, deputado federal do PT, havia apresentado uma proposta de lei em 2 de abril pedindo a revogação das leis de greve existentes, baseando-se no argumento de que não havia necessidade de nenhuma lei de greve, uma vez que fazer greve era um direito básico que precisava apenas de reconhecimento. Não havia uma discussão extensa sobre o projeto de lei de Djalma Bom e a sua apresentação não estava vinculada a uma estratégia partidária geral em relação ao movimento sindical. Apenas dois anos depois, quando as questões trabalhistas tornaram-se um componente importante nos debates da Assembleia Constituinte, é que esse ponto de vista essencialmente sindicalista em relação às questões trabalhistas começou a mudar.

Assim, o papel do partido era estimular e reforçar a ação independente do movimento sindical "autêntico", e sustentá-la na esfera pública. Esta interpretação míope das possibilidades de ação de um partido da classe trabalhadora teve um impacto significativo no desenvolvimento do PT nos anos seguintes, e reforçou a descontinuação da política institucional depois das eleições de 1982. Não se pode, porém, atribuir essa estreiteza na interpretação do papel do partido simplesmente à falta de experiência política, embora este fator possa ter tido influência, tampouco à falta de imaginação. A explicação encontra-se, sobretudo, na dinâmica do que estava acontecendo na época dentro do próprio movimento sindical e na maneira como os petistas interpretavam a experiência histórica da classe trabalhadora brasileira.

A liderança do PT levava muito a sério a questão da autonomia sindical. Os líderes sindicais que fundaram o partido interpretavam a história da relação do movimento sindical com a política brasileira como uma história de subordinação — tanto ao Estado, sob a forma de corporativismo, como aos partidos políticos. Considerava-se que tanto o PTB como o Partido Comunista haviam utilizado a mobilização dos

trabalhadores para servir a objetivos definidos em outras instâncias. A relação do PT com o movimento sindical devia ser diferente; no mínimo, era o partido que deveria subordinar-se a esse movimento, apresentando na arena política os objetivos definidos nos sindicatos.

Na prática, a autonomia era difícil de definir. O PT tinha muitas características de um partido trabalhista, mas não o era completamente. Ele visava reunir muitos grupos excluídos, não somente os trabalhadores organizados, e sua atuação nas eleições de 1985 indicava que podia apelar também para um substancial voto de protesto da classe média. Mas embora o partido e o movimento sindical seguissem por caminhos separados de desenvolvimento, havia uma boa dose de interdependência entre os dois.

É útil identificar três momentos na relação do partido com o movimento sindical: da fundação do PT, em 1979, até as eleições de 1982; de novembro de 1982 a novembro de 1985; e o período que se inicia após o pleito de novembro de 1985.

Durante o primeiro período os líderes sindicais viam a formação do PT como uma maneira de fazer com que as reivindicações dos trabalhadores fossem ouvidas numa esfera pública mais ampla. O partido era ainda, sobretudo, um potencial, mas um potencial para um fórum nacional e uma maneira de ampliar a participação dos trabalhadores nas instituições políticas. Se é verdade que o partido negava, em incontáveis declarações, a legitimidade do sistema existente, ele fez esforços extraordinários pára preencher os requisitos burocráticos necessários para tornar-se legal e permanecer na legalidade. Apesar da posição oficial do partido de que uma mudança real não poderia ocorrer através de eleições, era claro que levava a sério a possibilidade de se eleger líderes da classe trabalhadora. Em São Paulo, ao menos, o partido ofereceu um apoio extra para os candidatos sindicalistas nas eleições de 1982. O destaque nacional conseguido por líderes do PT de origem sindical aumentou o prestígio da corrente sindicalista que os produziu, e serviu de voz para as estratégias propostas no movimento relativo à luta pela criação de uma organização sindical central.

O ano de 1982 representou uma importante virada. Dentro do movimento sindical, marcou a confirmação de uma séria dissidência interna quanto à criação de uma organização central; na esfera política, trouxe as primeiras eleições do período de transição. É claro que os dois acontecimentos estavam relacionados: as diferenças partidárias

exacerbavam as divergências, que já eram grandes, entre os líderes sindicais, servindo como foco de desconfiança e de recriminação. Por vezes os debates substanciais eram substituídos por acusações de se estar promovendo dissidências partidárias, obscurecendo-se assim as diferenças estratégicas subjacentes. As eleições serviram como uma desculpa conveniente para se adiar a criação de uma organização central, com a justificativa de que as divisões eleitorais impossibilitavam a união sindical. A incapacidade de os “autênticos” forçarem a convocação de uma conferência em 1982 parecia condená-los a uma posição marginal no movimento sindical, reforçando sua postura de confrontação.

Vários meses depois o desempenho do PT nas urnas, muito abaixo do esperado, parecia confirmar seu próprio discurso sobre a impossibilidade de se esperar mudanças decisivas através de eleições. Foram abundantes as discussões sobre o que aconteceu de errado, mas aparentemente elas não produziram resultados. Durante pelo menos seis meses depois das eleições, o partido parecia governado pela inércia. Disputas internas, tais como a que logo emergiu em Diadema, e os conflitos entre deputados e líderes do partido pareciam insolúveis. Para os líderes sindicais atolados nas confusões da política partidária, a formação da CUT, em agosto de 1983, chegou como uma lufada de ar fresco. A decisão de Jacó Bittar, na convenção de fundação da CUT, de candidatar-se para seu órgão executivo — mesmo que isso acarretasse abandonar a Comissão Executiva do partido — ilustra a importância relativa atribuída às duas organizações. Mais tarde, outros líderes sindicais demonstraram uma postura semelhante; em meados de 1984, quando o presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, e o vice-presidente, Olívio Dutra, decidiram concorrer às eleições nos seus respectivos sindicatos, eles não levaram suas decisões para discussão na Executiva do partido. Ao contrário da decisão de Bittar de integrar-se na Executiva da CUT, a participação em órgãos de liderança dos sindicatos locais não exigia que Lula e Olívio Dutra se demitissem dos seus cargos no PT.

O impacto principal de suas decisões recaía sobre quanto tempo seria empregado à atividade partidária. No caso de Olívio Dutra, provavelmente isso não era tão importante, uma vez que ele antes trabalhava como bancário em tempo integral. Para Lula, porém, que se havia dedicado inteiramente à presidência do partido, a volta ao sindicato tinha uma importância tanto prática como simbólica. Estas ações representavam uma

clara percepção de que entre 1983 e 1985, o movimento sindical era uma arena de ação mais dinâmica e importante do que o partido.

Durante o período de "volta às bases", caracterizado pela importância relativamente menor que tanto os militantes dos sindicatos e dos movimentos sociais petistas, como os líderes do partido atribuíam à atividade partidária (com a única e importante exceção do movimento pelas eleições diretas — exceção notável porque aqui não havia distinção essencial entre as atividades do movimento e de partido), é provável que o PT tenha se beneficiado da sua ampla associação com a CUT. A CUT, ao contrário do PT, estava crescendo e conquistando vitórias significativas. Enquanto na arena política o partido passava de crise em crise, na arena sindical a sua imagem estava substancialmente reforçada.

Outra virada importante, tanto no aspecto sindical como partidário, ocorreu em 1985. Com a coordenação de greves em larga escala, o crescimento contínuo, as vitórias em eleições em vários sindicatos considerados como redutos da CONCLAT e a passagem de diversos sindicatos importantes da CONCLAT para a CUT, esta última começou a ser reconhecida como a organização sindical mais importante. Como disse Ivan Pinheiro, quando propôs que os sindicalistas do Partido Comunista transferissem seu apoio para a CUT, esta era agora o eixo em torno do qual a união sindical teria de se organizar. No fim dos anos 80, os que apoiavam a CUT também venceram eleições num número cada vez maior de sindicatos rurais. Além disso, ganharam destaque especial na Bahia, no Pará e em outras regiões da Amazônia. Embora os delegados rurais presentes no primeiro congresso da CUT representassem, sobretudo as oposições sindicais, por ocasião do terceiro, em 1988, cerca de metade deles eram dirigentes sindicais. No final dos anos 80, o avanço das organizações *white collar,* colarinho branco, também beneficiou basicamente a CUT.

Ao mesmo tempo, nas eleições de 1985 para a prefeitura das capitais estaduais, o PT teve um desempenho melhor do que esperavam até mesmo os seus apoiadores mais otimistas. Pode-se assumir que boa parte desse sucesso foi devido ao voto de protesto; mesmo assim, o potencial do partido de cristalizar o descontentamento em relação à "Nova República" lhe deu, pela primeira vez, o reconhecimento nacional como uma força política com a qual se tinha de contar.

O fortalecimento simultâneo do PT como partido e do movimento sindical como uma força cada vez mais autônoma levou a uma

complexidade crescente nas relações entre os dois. Sindicatos liderados por membros do PMDB (por exemplo, os Metalúrgicos de Osasco [São Paulo] liderados por Antonio Toschi) e do PDT (especialmente no Rio de Janeiro) entraram na CUT e começaram a desempenhar um importante papel no fortalecimento da organização. No terceiro congresso da CUT, em 1988, a fim de reforçar seu poder institucional, a corrente dominante (Articulação) conseguiu mudar as regras. As alterações destinavam-se a fazer com que os congressos da CUT refletissem mais acuradamente a força real da organização no movimento sindical, limitando a participação a delegados de sindicatos filiados à CUT, tornando as delegações proporcionais ao número de membros do sindicato (e não ao de trabalhadores dentro da jurisdição do sindicato) e, no caso das delegações das oposições sindicais, proporcionais ao número de votos que tinham recebido nas últimas eleições sindicais. Os congressos passaram a ser trienais, em vez de bienais.[33] Esperava-se que essas mudanças também reforçassem o posicionamento da Articulação frente às correntes minoritárias, que acusavam o grupo líder de uma excessiva burocratização.

Os líderes do PT, por sua vez, reconheceram sua dificuldade para definir a relação entre o partido e a central sindical. Como disse Lula, "nós não sabíamos o que deveríamos priorizar, se era o PT, se era a CUT. Os dirigentes eram os mesmos. Nós buscávamos dividir os nossos espaços, os nossos tempos, entre tentar construir a central e o partido".[34] À medida que tanto o PT como a CUT tornavam-se mais institucionalizados, o primeiro começou a adquirir confiança política para criticar a segunda — mesmo em público — por atos que considerava incorretos, sem temer que o edifício inteiro da solidariedade da classe trabalhadora desmoronasse. Isto aconteceu, por exemplo, no caso da convocação à gieve geral de 1987, quando líderes do partido criticaram publicamente a liderança da CUT por não ter dado suficiente atenção à relutância das bases em entrar no movimento. Contudo, não se deve considerar que o desenvolvimento de uma relação mais complexa entre o Partido dos Trabalhadores e a CUT significa o abandono, por parte dos líderes do partido, da concepção do

[33] Ver Leôncio Martins Rodrigues, *CUT: os militantes e a ideologia* (São Paulo, Paz e Terra, 1990), p. 21.
[34] Entrevista com Luís Inácio Lula da Silva, em Aloísio Mercadante, "A relação partido/sindicato", INCA, *Cadernos de Debate* I, 1987, p. 25, citado em Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, *Pra que PT* (São Paulo, Cortez, 1989), p. 160.

movimento sindical como a pedra fundamental do edifício do partido. Isso ficou evidente num comentário que Lula fez sobre a eleição de Luís Gushiken, líder dos bancários de São Paulo e deputado federal, como terceiro presidente do partido: "no dia em que o PT não tiver presidente sindicalista, estará descaracterizado".[35]

Para além de São Bernardo: repensando a classe trabalhadora

Durante sua primeira década de existência, o PT insistiu repetidas vezes na sua identidade como um partido da classe trabalhadora. Nas primeiras discussões do partido, a definição sobre o que isso significava expandiu-se, passando de uma pequena base entre os operários especializados — basicamente metalúrgicos — para incluir uma ampla gama de trabalhadores organizados e uma variedade de movimentos sociais. Mesmo assim, desde o início, o partido também atraiu intelectuais e profissionais liberais. A pesquisa realizada pela *Isto é* sobre os candidatos às eleições de 1982, discutida no capítulo 6, já assinalava o número de candidatos do PT que eram profissionais liberais. Nas eleições para prefeito em 1985, predominaram os de classe média, numa clara alusão do esforço do partido (bem maior do que em 1982) em angariar os votos dessa parcela da população. Um exame do perfil ocupacional dos candidatos do PT em São Paulo em 1986, dos seus deputados e da sua liderança nacional confirma a predominância das ocupações *white collar*, às quais, juntamente com os metalúrgicos, constituem a grande maioria das chapas do PT.[36] A configuração resultante levou o sociólogo Leôncio Martins Rodrigues, no final dos anos 80, a fazer uma afirmação altamente polêmica de que o Partido dos Trabalhadores deveria ser caracterizado como

> *...um partido de classe média assalariada, notadamente de profissionais liberais e outras profissões intelectuais, sendo minoritária tanto a proporção de trabalhadores manuais como a de membros das classes altas, e praticamente inexistente a de proprietários (pequenos, médios ou grandes).* [37](Grifo do autor)

[35] "Lula faz ataques a Brizola", *Folha de S. Paulo*, 12 de dezembro de 1988, p. A-5.
[36] Esses dados estão em Leôncio Martins Rodrigues, *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política* (São Paulo, Ática, 1990), p. 17-24.
[37] Idem, ibidem, p. 25.

O argumento de Leôncio Martins Rodrigues demonstrou ser extremamente perturbador para muitos líderes do PT. Ele também levantou (explicitamente) questões a respeito da minha própria caracterização, na tese em que esta pesquisa apareceu pela primeira vez, sobre o papel central dos sindicalistas no partido,[38] criticando-me por não fazer distinção entre o sindicalismo industrial e o de classe média. Sua crítica é válida e seus estudos sobre a composição social da liderança do PT e dos delegados aos congressos da CUT[39] oferecem importantes esclarecimentos sobre ambas as categorias. Tomados em conjunto, os dados desses dois estudos indicam uma interessante linha de interpretação da tendência, que foi cada vez mais forte do PT na segunda metade dos anos 80, de ampliar seu poder de atração para além do seu primitivo foco no operariado fabril — uma interpretação que, é interessante notar, confirma a importância da relação do partido com o movimento sindical organizado.

Na sua análise das delegações petistas aos primeiros três congressos da CUT, Rodrigues nota que o setor de serviços (profissionais liberais, bancários e trabalhadores da área de transportes) e o dos servidores públicos foram os que mais cresceram. Isso reflete o enorme crescimento do sindicalismo *white collar* no Brasil durante a década de 80. Mesmo antes de receberem o direito de organizar sindicatos, garantido pela Constituição de 1987, os professores, outros profissionais e servidores públicos criaram associações que muitas vezes conseguiram na prática o reconhecimento por parte dos empregadores, assim como a capacidade de negociar em nome dos seus representados. As greves de trabalhadores *white collar*, embora menos numerosas antes de 1986 do que as dos trabalhadores fabris, superaram estas últimas em termos de dias de trabalho perdidos, em virtude da sua duração e do número de grevistas envolvidos; as greves de professores e médicos tendiam a ser especialmente longas. Em 1987, as greves de trabalhadores *white collar* excederam as dos trabalhadores fabris em números absolutos.[40]

Depois que a nova Constituição possibilitou o sindicalismo no setor público, a organização proliferou; embora ainda não estejam disponíveis

[38] Idem, ibidem, p. 9.
[39] Leôncio Martins Rodrigues, *CUT: os militantes e a ideologia*, Cit.
[40] Eduardo Garuti Noronha, "Relações trabalhistas", *Brasil 1987*, Relatório sobre a situação social do país (Texto do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, UNICAMP, 1987), citado em Leôncio Martins Rodrigues, *CUT: os militantes e a ideologia*, cit., p. 52.

dados confiáveis, um advogado trabalhista brasileiro estimou recentemente que desde 1988 cerca de três mil sindicatos solicitaram reconhecimento, dos quais a grande maioria é do setor público e de categorias *white collar*. O dinamismo e a militância do sindicalismo *white collar* — em particular dos professores, bancários e funcionários públicos — tiveram um grande impacto no desenvolvimento da CUT e o número dos representantes desses sindicatos na executiva da CUT vem aumentando constantemente.[41]

A expansão do sindicalismo *white collar* teve dois efeitos importantes, e talvez contraditórios, no movimento sindical e, de maneira colateral, no PT. Um foi aumentar a presença de grupos radicais de esquerda — que, segundo Rodrigues, antes da formação de associações e sindicatos de empregados com bom nível de instrução, estavam mais ou menos confinados aos *campi* das universidades —, em cargos sindicais e na CUT.[42] Embora a esquerda radical tenha tido, de fato, algum peso nos sindicatos industriais antes do fim dos anos 80, o aumento do sindicalismo *white collar* sem dúvida reforçou sua posição no movimento sindical como um todo. Por sua vez, a importância da esquerda radical nos sindicatos dificultou para aqueles que se opunham à sua presença no PT, o argumento de que se tratava de grupos pequenos e não representativos. Assim, essa mudança na composição do movimento sindical foi acompanhada por uma crescente divisão em facções, alimentando a contínua batalha dentro da CUT entre os que eram a favor de uma maior institucionalização e da ênfase nas questões sindicais e os que desejavam que a organização desempenhasse um papel mais politizado, como líder de um movimento das classes trabalhadoras. Esta última posição tenderia a minimizar a diferenciação de papéis entre a CUT e o PT.

O segundo efeito é mais difícil de medir e deve ser colocado como uma hipótese cuja verificação requer mais distância no tempo e também mais pesquisas. Pode ser que o avanço do sindicalismo *white collar*, a sua militância e sua crescente importância nas novas instituições do movimento trabalhista brasileiro estejam causandomudanças importantes, e em boa parte não percebidas, no conceito que tanto o PT como a CUT fazem da classe trabalhadora. Se o paradigma das lutas trabalhistas do final dos anos 70 foram as greves dos metalúrgicos em São Bernardo do Campo, pode-se afirmar que as greves paradigmáticas dos anos 80 foram as dos bancários e

[41] Leôncio Martins Rodrigues, *CUT: os militantes e a ideologia*, cit., p. 64.
[42] Idem, ibidem, p. 51.

professores. Tanto o segundo presidente do PT, Olívio Dutra, como o terceiro, Luís Gushiken, eram bancários. Deixando de lado no momento a questão da possível convergência entre os níveis salariais dos operários especializados e de muitos setores *white collar*, o conceito de classe trabalhadora pode ter sido redefinido, e a convergência nas formas de organização e de luta tornou-se um ponto de referência mais básico do que os indicadores mais tradicionais de estratificação social. Boa parte do desânimo com que foi recebida a análise de Rodrigues da composição social das lideranças do PT deve-se, provavelmente, à dissonância entre a sua caracterização e este novo conceito, que corresponde muito mais estreitamente à noção de Przeworski de luta de classes política do que aos modelos marxistas mais tradicionais.

Przeworski afirmava que "a luta de classes polftica é uma luta a respeito de classes, antes de ser uma luta entre as classes".[43]

> As relações sociais — econômicas, políticas ou ideológicas — não são algo que as pessoas "desempenham"[*] de maneiras que refletem os lugares que elas ocupam, mas são uma luta de opções dadas num determinado momento na história. [...] ... é necessário perceber que as classes formam-se no curso das lutas, que essas lutas são estruturadas por condições econômicas, políticas e ideológicas sob as quais elas ocorrem, e que estas condições objetivas — simultaneamente econômicas, políticas e ideológicas — moldam a prática dos movimentos que procuram organizar os trabalhadores numa classe.[44]

No caso da CUT e do PT, a conjunção entre as formas de organização e luta dos novos sindicalistas de "classe média" e as organizações sindicais urbanas e rurais mais tradicionais cedeu a primazia à identidade política, acima das distinções tradicionais de classe. Para o PT, as implicações dessa convergência podem ter sido maiores do que já se admitiu. Provavelmente ela foi um fator importante, facilitando a transição do discurso partidário do início dos anos 80, que identificava seu eleitorado segundo as experiências básicas dos seus fundadores, e o discurso mais abrangente adotado no decurso da década. Quando os candidatos a cargos eletivos eram sindicalistas de classe média, eles criavam uma ponte entre os dois posicionamentos.

[43] Adam Przeworski, *Capitalism and social democracy,* cit., p. 71.
[*] No original inglês, "act out". (N. da T.)
[44] Idem, ibidem, p.73, p.69.

Conclusões

Em suma, durante os anos de formação do partido, a relação entre o PT e um setor cada vez mais autônomo e combativo do movimento sindical foi de reforço mútuo. Embora independentes do ponto de vista organizacional, em diferentes pontos de sua fase inicial de desenvolvimento cada um desempenhou um papel importante, proporcionando uma aparência de força quando não se dispunha de outros indicadores de poder, mais convencionais. A organização e a legalização do PT ajudaram os líderes sindicais "autênticos" a coordenar suas atividades e a articular suas diferenças com as práticas mais tradicionais do sindicalismo brasileiro. Por sua vez, a crescente força da organização sindical identificada com o PT ajudou a dar ao partido a aparência de que ele possuía recursos importantes de poder no nível da sociedade, o que mitigou, em certo grau, o impacto devastador da sua derrota eleitoral em 1982. Por fim, mudanças na composição social do movimento sindical produziram uma concepção mais ampla da identidade da classe trabalhadora.

É interessante considerar esses fatos em termos da tipologia de troca formulada por Lange e Ross em seu estudo sobre os movimentos sindicais europeus.[45] Esses autores vêem os sindicatos como "sistemas de mediação e troca regularizada", cuja capacidade de mediação é função do quanto os trabalhadores desejam a mediação sindical, por um lado, e do quanto os empregadores ou outros atores políticos relevantes necessitam ou consideram útil essa mediação em relação aos trabalhadores, por outro.[46] Assim, os sindicatos precisam de um apoio coercitivo ou devem conquistar a aprovação dos trabalhadores; esta se consegue através de uma troca entre os sindicatos e seus apoiadores, para a qual os recursos são conquistados em outro conjunto de trocas entre os sindicatos e outros atores participantes no contexto. Lange e Ross chamam esses recursos de incentivos e os classificam como "materiais" (salários, condições de trabalho, horas e assim por diante); "relativos aos fins do movimento" (políticos — conciliação e negociação dentro das regras do jogo, que produz bens políticos em termos de programas de ação e cria relações úteis com outros atores); "de

[45] Peter Lange e George Ross, "Conclusions: French and Italian union developments", em Peter Lange, George Ross e Maurizio Vannicelli, *Unions, change and crisis: French and Italian union strategy and the political economy, 1945-1980* (London, Allen & Unwin, 1982).

[46] Idem, ibidem, p. 220.

identidade" (identificação com os valores e direitos personificados na organização); e "de sociabilidade" (solidariedade social, laços interpessoais, evidentes, sobretudo durante os períodos de fundação dos sindicatos).[47] A aprovação é gerada através de um ou vários desses incentivos, dependendo dos recursos disponíveis; o incentivo material é sempre o mais básico, mas raramente é o único.[48]

Assim, os sindicatos oferecem aos empregadores um potencial de regularidade e de controle social dos trabalhadores, e oferecem ao Estado a aprovação político-econômica dos apoiadores — em outras palavras, legitimidade. Aos partidos políticos, os sindicatos podem oferecer votos, militância, ou um comportamento que pode melhorar as chances do partido em troca de incentivos. Os sindicatos agem tanto na arena política como na do mercado, e sua ênfase estratégica depende de diversas variáveis. Na arena política estas podem incluir a composição partidária do governo, a organização do Estado e o grau em que ele preenche funções que de outra forma são desempenhadas pelas negociações coletivas (por exemplo, fixação dos salários) e a dinâmica competitiva entre partidos que têm vínculos com os sindicatos, ou que buscam o apoio destes. As variáveis de mercado incluem a força e a coesão dos sindicatos e o grau de implantação destes nas fábricas, o papel e o grau de institucionalização das negociações coletivas e as condições da economia como um todo.[49]

Portanto, os sindicatos devem ser examinados sob o aspecto de sua relação com suas bases, isto é, do nível de organização, do grau de centralização e descentralização e dos recursos que podem ser dados em troca de apoio. A relação entre sindicatos e empregadores com certos partidos políticos e com o Estado determinará, em boa medida, a disponibilidade e o tipo de recursos a serem usados. Por fim, as estratégias e incentivos tradicionalmente utilizados por cada sindicato devem ser levados em consideração para se determinar de que maneira a história de um sindicato ou de um movimento trabalhista condiciona a sua visão das opções estratégicas disponíveis. Os autores consideram a "mudança vinda de baixo" como algo possível em dois casos: ou quando um grande número

[47] Idem, ibidem, p. 221-2.

[48] Quanto a esse ponto, ver também Adam Przeworski, "Material bases of consent: economics and politics in a hegemonic system", *Political Power and Social Theory*, 1, 1980, p. 21-66.

[49] Peter Lange e George Ross, "Conclusions...", cit., p. 273-5.

de filiações de "novos trabalhadores" traz mudanças no tipo de reivindicações colocadas, ou quando uma mudança nos sistemas de incentivo sindicais interage com o efeito de outras mudanças sócio-econômicas e políticas nos desejos dos trabalhadores.[50]

Embora essa abordagem tenha partido de um estudo sobre o movimento sindical europeu, cuja história e características são, evidentemente, muito diferentes da brasileira, seu valor é mais genérico. Quando os autores identificam variáveis organizacionais e relacionais, eles não assumem um sistema particular de relações trabalhistas, mas apenas que "a mediação no mercado de trabalho, ou a tentativa de realizar essa mediação, é a característica comum de todas as instituições que nós consideramos como sindicatos".[51] É claro que no Brasil a mistura de coerção e aprovação é diferente da que se aplica nos casos europeus estudados pelos autores. Entretanto, dada a existência de uma relação de consentimento, precisamos observar atentamente os mecanismos de relações sindicais, tanto dentro dos sindicatos como entre estes e outros agentes sociais.

Se é preciso gerar o consentimento, deve haver uma relação que ofereça mais do que controle de um lado e passividade do outro.

No Brasil, durante um período em que foi reduzida a capacidade da classe trabalhadora de agir efetivamente na arena do mercado, a formação de um partido político fortaleceu a identidade e a solidariedade entre os trabalhadores. Quando a situação do mercado de trabalho e a conjuntura política **geral** tornaram-se mais favoráveis, em 1984 e 1985, os ganhos anteriores em identidade e solidariedade proporcionaram importantes recursos para os sindicatos, que passaram a mobilizar os trabalhadores e a organizar greves para tirar vantagens deste novo contexto. Embora a conjuntura política tenha permanecido importante para reduzir a probabilidade de repressão[52] e para incentivar novos métodos de resolução de conflitos (isto é, as negociações coletivas), a relação entre os sindicatos e o partido tornou-se menos importante para os sindicatos; a identidade e a solidariedade, como fontes de legitimidade da liderança, foram estimuladas pelos ganhos materiais.

[50] Idem, ibidem, p. 277.
[51] Idem, ibidem, p. 219.
[52] Uma discussão sobre a repressão e a oportunidade para a ação coletiva se encontra em Charles Tilly, *From mobilization to revolution* (Reading, Addison Wesley, 1978), capítulo 4.

A modificação que este processo representa nos "sistemas de incentivo" sindicais, interagindo com o efeito de outras modificações sócio-econômicas e políticas, parece representar um potencial para uma "mudança vinda de baixo". A mudança conjuntural envolvida no tipo de transição conservadora iniciada no Brasil talvez não tenha envolvido uma ação intencional por parte das elites para permitir que tais alterações ocorressem. Porém, a capacidade de os sindicatos aumentarem seus recursos de poder, adotando estratégias destinadas a aproveitar os "incentivos" materiais e políticos ("relativos aos fins"), transformou-os em atores relevantes no novo jogo político.

A importância do contexto político para a organização sindical na década de 1980 torna-se especialmente evidente quando consideramos que essa década foi marcada pela estagnação econômica no país como um todo. Os estudos sobre sindicalismo não nos levam a esperar um grande avanço na organização sindical durante um período desse tipo. Neste contexto, porém, vale a pena reiterar a conclusão extraída por Shorter e Tilly do estudo que fizeram sobre as greves na França, ou seja, que grandes mobilizações trabalhistas tendem a ocorrer em momentos críticos para os interesses dos trabalhadores na vida política nacional, desde que haja um grau suficiente de organização para se caminhar da percepção da oportunidade para a ação coletiva.[53] A socióloga francesa Sabine Erbès-Seguin apresenta um argumento semelhante, alegando que os períodos de crise, representando uma mudança política e social no equilíbrio das forças, situam as exigências sindicais na arena mais ampla do conflito social. Estas não modificam, por si mesmas, o equilíbrio das forças; é o seu impacto político que pode, potencialmente, levar a uma mudança no discurso dominante sobre a sociedade.[54]

Estas contribuições teóricas ajudam a situar o relacionamento entre o PT e os sindicatos no contexto da transição brasileira. Embora a alternância entre as estratégias que envolvem incentivos materiais e as que envolvem incentivos "intencionais" ou políticos seja uma característica comum das relações trabalhistas em qualquer período histórico, o fato de que ocorreu uma acumulação de recursos suficiente nos primeiros estágios da transição possibilitou formas posteriores de mobilização dos trabalhadores, que

[53] Edward Shorter e Charles Tilly, *Strikes in France: 1830-1968*, cit., p. 345.
[54] Sabine Erbès-Seguin, "Les deux champs de l'affrontement professionel", *Sociologie du Travail* 18 (abril-junho de 1976), p. 121-38.

tiveram importantes repercussões políticas. Parece claro que o período de transição corresponde à concepção de Shorter e Tilly de "momento crítico" e à concepção de crise formulada por Seguin. Em meados da década de 80, a mobilização sindical, bem como o problema da justiça distributiva que ela levantou, tornaram-se questões políticas cruciais. A formação do PT e da CUT forneceu uma base institucional para a luta que visava colocar estes temas entre os mais centrais da transição democrática.

8. O PT E AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

Depois das eleições de 1982, o Partido dos Trabalhadores teve de relacionar-se não só com a sua base social, mas também com seus próprios políticos recém-eleitos. Embora desde o início o partido tenha incluído membros do Congresso, a relação fora diferente; eles haviam sido eleitos em 1978 pela chapa do MDB e, juntamente com outros líderes partidários, estavam basicamente envolvidos no processo de organização partidária e de preparação para a campanha eleitoral. A eleição de membros do Congresso e de prefeitos pela chapa do PT forçou o partido a encarar, pela primeira vez, a forma da sua participação nas instituições de poder político.

Dois fatores tornavam isso particularmente difícil. Primeiro, a derrota eleitoral generalizada do partido em 1982 diminuiu seu estímulo e sua disposição para pensar em termos institucionais; entre 1983-85 o interesse básico da maioria dos líderes petistas situava-se na ação social. O segundo fator, relacionado com o primeiro, é que o partido havia pensado pouco nessa tarefa. Na sua fase inicial de crescimento, tanto como organização partidária como movimento político, o foco do PT era social. Apesar das expectativas exageradas no final da campanha de 1982, o PT ainda não tinha uma posição clara sobre como agir nas instituições políticas, concentrando-se, em vez disso, em afirmações genéricas sobre a obrigação de os políticos prestarem contas de seus atos ao partido e à sua base social, e sobre a necessidade de governar juntamente com a população organizada. O problema era continuar coerente com a proposta inicial de incentivar a participação popular na vida política e, ao mesmo tempo, utilizar efetivamente os espaços institucionais disponíveis, através da participação na política eleitoral. Isso implicava aprender a conviver com as tensões entre concepções muitas vezes conflitantes de democracia direta e representativa.

Parte da dificuldade situava-se também na natureza ainda embrionária do trabalho teórico do partido sobre as relações entre diversos tipos de instituições democráticas. O foco do PT na democratização vinda de baixo levou a uma convocação para a formação de conselhos populares e ao desenvolvimento de mecanismos de democracia direta. Entretanto, havia um considerável desacordo interno sobre o significado destes instrumentos: para alguns, eles deviam ser órgãos embrionários de um poder dual; para outros, eram um mecanismo para ampliar a participação popular nas

tomadas de decisão locais.[1] O ideal era que esses conselhos fossem formados pelos próprios movimentos locais; na ausência de movimentos locais fortes, alguns pensavam que as próprias administrações municipais petistas deveriam criar órgãos participatórios, enquanto outros argumentavam que isso iria meramente reproduzir os conhecidos padrões de relações corporativistas. A relação entre os conselhos e os órgãos parlamentares, tema de um prolongado debate na esquerda durante quase um século, continua sem clareza nas formulações do PT. Para alguns petistas, os conselhos deveriam acabar substituindo os órgãos mais tradicionais; para outros, deveriam desempenhar um papel suplementar.[2] Em qualquer dos dois casos, os órgãos parlamentares eram considerados insuficientes para o tipo de política democrática que o PT queria praticar — um ponto de vista que, sem dúvida, se fundamentava na fraqueza do Congresso brasileiro e no histórico excesso de representação das oligarquias tradicionais dentro dele.

Este capítulo examinará a maneira pela qual o desafio institucional foi colocado inicialmente em três diferentes instâncias da atividade partidária, no período posterior às eleições de 1982. Examinarei inicialmente os primeiros anos da administração de Gilson Menezes, prefeito petista de Diadema, na região do ABCD de São Paulo. Em segundo lugar, analisarei rapidamente a dinâmica da relação do partido para com os legisladores, tanto no nível federal como estadual, assim como na Câmara Municipal de São Paulo. Em terceiro, discutirei a participação do PT na campanha nacional pelas eleições diretas em 1984. A medida que o partido crescia e amadurecia no final da década de 80, alguns problemas surgidos nessas primeiras experiências começaram a ser resolvidos, enquanto outros permaneceram com a mesma dificuldade de tratamento. O capitulo termina examinando a evolução da visão que o partido tem do papel dos dirigentes eleitos e as contínuas tensões entre as suas identidades eleitoral e enquanto "movimento".

[1] Ricardo de Azevedo, "Conselhos populares: uma varinha de condão?", *Teoria e Debate* 4, setembro de 1988, p.46-9

[2] Uma discussão histórica desse debate se encontra em Carmen Sirianni, "Councils and Parliaments: the problems of dual power and democrazy in comparative perspective", *Politics and Society 12* (2): 83-123, 1983.

Diadema: o Partido dos Trabalhadores no poder

O caso de Diadema, onde o candidato do PT, Gilson Luiz Correia de Menezes, elegeu-se prefeito em 1982, ilustra muitos pontos fortes e fracos do partido, discutidos nos capítulos anteriores. Os problemas e as questões, os sucessos e os fracassos encontrados no processo real de administrar um município ajudaram a dar um contendo prático ao debate dentro do partido e estimularam a discussão sobre a sua postura em relação ao poder político.

Ganhar as eleições para a prefeitura de Diadema deu ao PT uma oportunidade de mostrar que os trabalhadores eram capazes de governar e de pôr em prática as concepções do partido acerca do poder e da participação política. Por muitas razões, tanto internas como externas ao partido, o PT não conseguiu, inicialmente, criar a administração-modelo que muitos petistas esperavam.

Em primeiro lugar, havia sérios impedimentos políticos e materiais a serem superados. O PT conquistou a prefeitura por uma margem muito pequena em relação aos candidatos do PMDB e do PTB, numa cidade onde os problemas sociais eram enormes e o orçamento municipal insuficiente para solucioná-los. Em segundo, mesmo quando a prefeitura petista conseguiu boas realizações, teve dificuldades de projetá-las em nível nacional. Ao contrário das administrações do MDB, que haviam experimentado novas formas de participação popular nas prefeituras de Lajes, Santa Catarina,[3] e de Piracicaba, São Paulo, o PT em Diadema não desfrutou de uma cobertura positiva na imprensa nacional; houve extensas reportagens sobre os conflitos no partido e sobre os seus erros, em Diadema, e muito pouco comentário sobre os esforços bem-sucedidos.

Se é verdade que estas dificuldades externas sem dúvida complicaram a situação, fatores internos impediram que o partido aproveitasse bem os espaços disponíveis. Estes fatores internos podem ser divididos, para efeitos de análise, em três categorias: os que resultavam de falta de preparo político para governar; os que provinham da natureza do partido; e os que refletiam a reação geral do partido às eleições de 1982.

A falta de preparo político para governar refletiu-se na falta de um consenso programático prévio dentro do partido local acerca das prioridades

[3] Uma descrição da experiência da participação popular na administração municipal de Lajes se encontra em Márcio Moreira Alves, *A força do povo: democracia participativa em Lajes* (Petrópolis, Vozes, 1981).

para os projetos municipais. O programa municipal do PT era basicamente eleitoral, instando pela formação de conselhos populares e por políticas municipais que beneficiassem os pobres. Um programa de governo teria exigido uma apreciação em profundidade dos problemas da cidade e propostas práticas para lidar com eles. A dificuldade em distinguir entre esses dois tipos de programa contribuiu para a subsequente tensão entre o gabinete do prefeito e os líderes locais do partido.

Uma justificativa algumas vezes levantada para a falta de um programa específico de governo era a de que, uma vez estabelecidos os órgãos de participação popular, o povo decidiria sobre as prioridades de ação e sugeriria meios de implementar esses projetos. Esse dilema era falso, uma vez que a análise prévia de determinadas áreas de atuação não excluía a possibilidade da participação popular no processo. Na verdade, um documento publicado pela Secretaria de Educação Política do Diretório Regional de São Paulo discutia explicitamente a necessidade de se estabelecer prioridades e identificar meios de executá-las, dada a escassez generalizada de recursos municipais.[4] O Partido dos Trabalhadores de Diadema não havia realizado, antes das eleições, as pesquisas e discussões com a profundidade sugerida nesse documento. O debate sobre nomeações para cargos na prefeitura configurou-se como uma luta entre facções que poderia ter sido menos intensa se o problema fosse o de adequar os indivíduos às tarefas sobre as quais já houvesse um acordo substancial. Certos pontos do programa eleitoral — tais como a intenção de governar através de conselhos populares — tornaram-se áreas de disputa (desproporcionais quanto à sua relevância) entre o gabinete do prefeito e o Diretório; o problema da interpretação rígida ou flexível da plataforma eleitoral tornou-se uma espécie de código para o desenrolar da luta pelo poder entre o partido local e a prefeitura.

Outros fatores que dificultaram para o PT uma utilização eficiente da sua posição em Diadema provinham de contradições inerentes ao próprio partido. De particular importância foi a visão que o partido tinha da representação e a sua ênfase nas tomadas de decisão em nível local. Como Diadema foi o único município importante onde o PT ganhou as eleições

[4] Partido dos Trabalhadores, Secretaria de Educação Política, Diretório Regional de São Paulo, "As eleições de 82 – o PT e a questão municipal" (Texto para Discussão, 1982), p. 57.

para prefeito em 1982[5] o que acontecia ali se refletiria na imagem do partido como um todo. Entretanto, à medida que os conflitos surgiam em Diadema, os órgãos estaduais e nacionais do partido tiveram reação lenta e sua capacidade estatutária de intervenção era limitada.

A heterogeneidade política do PT complicou mais ainda o problema já que, em outros lugares, diferentes facções do partido tomaram posições diversas quanto às disputas em Diadema. Muitas vezes era difícil separar questões essenciais, que exigiam um debate amplo e profundo, das tentativas das várias correntes de ganhar pontos na luta geral pelo poder dentro do partido. As lealdades pessoais entre os líderes sindicais petistas também desempenharam um papel importante. Lula, presidente nacional do partido, Devanir Ribeiro, presidente do Diretório Regional de São Paulo, Gilson Menezes, prefeito de Diadema, e o polêmico chefe de gabinete de Gilson, Juracy Magalhães, haviam não só trabalhado juntos como dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema no fim dos anos 70, como participado da fundação do partido. Esta relação pessoal reforçou uma tendência de ignorar as evidências cada vez maiores de que alguma coisa estava seriamente errada na administração de Gilson.

O desejo do partido, depois das eleições de 1982, de "voltar às bases", e concentrar-se em reforçar a organização dos trabalhadores e os movimentos sociais, também o levou a diminuir a importância dos dirigentes eleitos do PT em geral. Parecia que o futuro do partido dependia mais da sua ação na sociedade do que da sua atividade dentro das instituições políticas; assim, esta última não era o foco do pensamento estratégico. Os conflitos em Diadema eram considerados como um problema local, e não como parte integrante da posição estratégica geral do partido.

[5] Até mesmo a maioria dos petistas não tinha conhecimento de uma prefeitura do PT em Santa Quitéria, cidadezinha do interior do Maranhão. Os membros da administração de Santa Quitéria encontraram-se pela primeira vez com a liderança nacional do PT em agosto de 1983, em São Bernardo, na reunião onde foi fundada a CUT. Em 1985, um membro da Executiva Nacional do PT não foi capaz de me dizer o que havia aconteido em Santa Quitéria, mas acreditava quem, em virtude das pressões locais, os membros da administração municipal haviam deixado o partido. A vitória do PT neste município, cujo eleitorado se compõe de trabalhadores rurais muito pobres, deveu-se sobretudo ao apoio do padre do local e à inexistência de representação de qualquer outro partido da oposição. (Informações provindas de discussões pessoais com membros da administração de Santa Quitéria, agosto de 1983.)

Diadema, parte do cinturão industrial da Grande São Paulo, só se tornou município autônomo em 1958; antes disso, era basicamente uma cidade-dormitório para os operários que trabalhavam nas cidades vizinhas, em especial São Bernardo do Campo. Na década de 60, Diadema teve um dos mais altos índices de crescimento industrial do estado. Entre 1950 e 1980 a população aumentou de pouco mais de três mil habitantes para 228.594;[6] em 1980 já era a terceira área urbana do Brasil em termos de densidade populacional.[7] O crescimento populacional foi devido, sobretudo à migração do Nordeste do Brasi1.[8] Mais de 70% da população tinha menos de trinta anos de idade e a maioria ganhava entre um e cinco salários mínimos.

Com um terço da população da cidade morando em favelas, não dispondo sequer da infraestrutura urbana mínima, as condições de saúde precárias se revelavam flagrantemente nos dados sobre mortalidade infantil: o censo de 1980 acusava uma taxa de mortalidade em Diadema de 82,9 por mil nascimentos vivos, em contraste com 42,4 em Santo André, 65,1 em São Bernardo, 29,3 em São Caetano, e uma média de 51,2 para o estado como um todo [9]. Como as crianças começavam a trabalhar muito cedo para contribuir no sustento da família, em 1980 apenas 38,4% terminavam a quarta série primária, e somente cerca de 8% conseguiam oito anos de escolaridade.[10] Os problemas urbanos em Diadema eram visíveis a olho nu. Quando o PT assumiu a prefeitura em 1982, apenas algumas ruas centrais eram asfaltadas. Alagamentos e lamaçais permanentes, falta de sistemas de

[6] Maria Tereza Sadek R. de Sousa, "Concentração industrial e estrutura partidária: o processo eleitoral no ABC 1966-1982" (tese de doutoramento, Departamento de Ciências Sociais, Área de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1984), p.34-5.
[7] *Anuário Estatístico do Brasil 1983*, p. 130.1.
[8] Estima-se que 90% da população de Diadema vem do Norte ou Nordeste do Brasil. Ver Maria Tereza Sadek R. de Sousa, "Concentração Industrial e estrutura partidária...", cit., p. 188 e seguintes.
[9] Maria Helena Moreira Alves, "Diadema: na experience of popular government within na authoritarian context", texto apresentado no XII Congresso Internacional da Latin American Studies Association, Cidade do México, 28 de setembro-1º de outubro de 1983, p. 7-8. Como os números relativos a Diadema não são citados isoladamente nos relatórios dos recenseamentos, os dados de Maria Helena Moreira Alves foram obtidos diretamente do IBGE quando ela foi Chefe de Relações Públicas do município de Diadema, em 1982-1983.
[10] Idem, ibidem, p. 8.

esgoto e de coleta de lixo regular,[11] ônibus pouco frequentes e com trajetos inconvenientes eram apenas alguns dos problemas que afligiam o município.

A campanha eleitoral de 1982

A vitória do Partido dos Trabalhadores em Diadema foi inesperada, resultado de uma complexa configuração da política local e também do prestígio do PT como um todo, e não de um alto nível de organização prévia no município. O PT, organizado, sobretudo em torno de membros do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, e identificado com suas lutas, havia recebido grande visibilidade nessa área desde a sua formação; porém também o PTB e o PMDB tinham boas chances de vencer. Tanto o PMDB como o PT beneficiaram-se da lei aprovada em novembro de 1982, que obrigava o voto vinculado, isto é, o voto em que todos os candidatos pertençam ao mesmo partido; isto aumentou a importância da identificação partidária. As pesquisas de opinião do Instituto Gallup em março, julho e setembro de 1982 mostravam que, com a exigência do voto vinculado, os candidatos do PMDB, em conjunto, tinham uma pequena vantagem sobre o candidato único do PT, sendo que este recebia a maior parte das preferências individuais.[12]

A campanha do PT em Diadema foi feita com pouquíssimos recursos financeiros, consistindo, sobretudo em conversas de porta em porta e nas feiras locais nos fins de semana. Na época das eleições de 1982 o partido tinha 1.025 membros,[13] num total de 83.838 eleitores.[14] Faltavam grupos e associações organizadas na cidade e as poucas Sociedades de Amigos de Bairro em geral tinham vínculos clientelistas com candidatos de outros partidos. Os membros do PT envolveram-se em algumas atividades de organização nas favelas[15] e em associações de mães, que começavam a se mobilizar em torno da reivindicação por creches. A falta de uma base

[11] A cidade não dispunha sequer de um sistema de água e esgotos até 1973. Ver Maria Tereza Sadek R. de Souza, "Concentração industrial e estrutura partidária...", cit., p. 188.
[12] Idem, ibidem, p. 193-202.
[13] Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, "Quadro demonstrativo de filiações partidárias", outubro-dezembro de 1982.
[14] Tribunal Superior Eleitoral de São Paulo. Este é o número de eleitores que de fato compareceram às urnas em novembro de 1982.
[15] *Boletim da Comissão Municipal de Diadema*, março de 1981.

associativa local densa significava que o partido dependia basicamente de contatos pessoais com os moradores e do seu prestígio na região.

Natural da Bahia, Gilson Luiz Correia de Menezes, candidato à prefeitura pelo PT, tinha 33 anos, era casado e tinha três filhos. Começou a trabalhar aos doze anos e tornou-se metalúrgico aos dezoito. 'Tinha diploma de segundo grau e fez cursos profissionalizantes. Começou a militar no sindicato em 1975. Como um dos organizadores da greve na Saab-Scania, que detonou a onda grevista de 1978, foi eleito para a liderança do sindicato em 1978 e, em 1980, tornou-se diretor do Fundo de Greve. Gilson venceu a eleição para prefeito com 27,8% dos votos, contra 26,99% dos três candidatos do PMDB, 26,17% dos três do PTB, 5,10% dos três do PDS e 0,12% do candidato do PDT. Ele se beneficiou, assim, com uma margem de 678 votos, de uma divisão tríplice entre o PT, o PMDB e o PTB.[16]

A intenção inicial da nova administração de Diadema era governar com a ajuda de conselhos populares, que seriam organizados em todos os bairros da cidade como base institucional de um sistema de democracia direta. Segundo um documento pré-eleitoral endossado por todos os candidatos do PT, os dirigentes eleitos deviam executar as decisões tomadas na base por esses conselhos.[17] Imediatamente depois das eleições, Gilson continuou falando em governar através de conselhos populares,[18] mas logo ficou claro que a falta de uma organização popular prévia tornava essa ideia inviável. Os conselhos, por serem manipulados com muita facilidade por líderes políticos locais, não podiam contar com a legitimidade vinda de uma representação real da população local.

A falta de maioria absoluta nas eleições também deixou o PT em desvantagem na Câmara Municipal; essa desvantagem foi agravada pela inexperiência política e pela fidelidade dos vereadores petistas às suas

[16] Tribunal Regional Eleitoral, São Paulo.
[17] Ver "Carta de Compromisso dos Futuros Parlamentares do Partido dos Trabalhadores", aprovada na pré-convenção eleitoral de 1982 em Diadema. Os candidatos também concordaram em declarar seus bens, recusar subornos, convocar uma assembleia anual dos moradores em que o prefeito faria um relatório de sua administração, dedicar 50% do seu tempo às atividades parlamentares e 50% à organização das bases e contribuir com 50% de seus honorários para o partido, caso os honorários excedessem a cinco salários mínimos. O não-cumprimento desse acordo deveria levar à expulsão do partido.
[18] Ver, por exemplo, *Diadema Jornal*, 24 de novembro de 1982; sobre a formação do primeiro conselho no bairro de Eldorado, ver *Jornal do Planalto*, 21 de janeiro de 1983.
* Cidade italiana administrada na época pelo Partido Comunista Italiano.

respectivas facções. A Câmara incluía seis membros do PT, cinco do PMDB, cinco do PTB e um do PDS. Os sinais iniciais emitidos pelo PMDB de que estava disposto a aliar-se ao PT na seleção dos dirigentes da Câmara foram encarados com desconfiança, já que na época o PMDB estava contestando a contagem dos votos em duas seções eleitorais; além disso, a escolha não negociável do PT para presidente da Câmara, Manuel Boni, era inaceitável para os outros partidos. Os vereadores do PMDB aliaram-se então ao PTB, negando ao PT todos os cargos executivos da Câmara, transformando-o numa minoria permanente. Os vereadores do PT também foram intransigentes em suas relações com o prefeito. Apenas um dos seis vereadores petistas apoiava consistentemente as medidas tomadas pela prefeitura, e outros quatro condenavam qualquer medida que, segundo eles, cheirasse a conciliação.

A administração e o partido

A posição dos vereadores refletia as sérias tensões que havia entre o prefeito e o Diretório Municipal acerca de diferentes concepções do partido e de seu papel no exercício do poder. Este conflito foi se exacerbando com o passar do tempo, excluindo qualquer colaboração entre a organização partidária municipal e o prefeito, e solapando a capacidade de o PT utilizar a experiência de Diadema como a sua Bolonha*, da mesma forma que o PMDB havia utilizado Lajes e Piracicaba.

Imediatamente depois das eleições, Gilson foi rodeado por assessores que desejavam contribuir para a formação da administração de Diadema. Além do Diretório local, esta incluía diversos políticos e intelectuais petistas de São Paulo, alguns dos quais haviam colaborado na campanha de Diadema. Este último grupo acreditava que a administração nesse município teria um importante impacto na imagem nacional do PT, sendo assim um projeto que exigia toda a habilidade e a experiência dos membros do partido. Através de uma rede de contatos informais, constituíram-se grupos de trabalho para estudar a situação em Diadema e aconselhar quanto à transição e às prioridades da nova administração.

O primeiro conflito entre a prefeitura e o Diretório Municipal deu-se em torno de quem deveria chefiar os diversos departamentos da administração municipal. O Diretório, buscando um papel decisivo no processo de seleção, alegava que os nomeados deveriam normalmente ser

ativistas do PT em Diadema; quando faltasse capacidade local, petistas de outras áreas da Grande São Paulo poderiam ser convidados. Tampouco eram aceitáveis todos os candidatos de Diadema. O Diretório opunha-se, em especial, à escolha de Gilson para chefe de gabinete: seu amigo íntimo e ex-colega de sindicato, Juracy Magalhães, que havia sido candidato de Diadema à Assembleia Legislativa Estadual.[19]

O ponto de inflexão na disputa sobre as nomeações ocorreu numa reunião realizada em 4 de janeiro de 1983, que decidiu, por votação, dar ao prefeito completa liberdade de escolher o pessoal administrativo de sua confiança, negando consequentemente ao partido local um papel decisivo, ou mesmo deliberativo, no assunto. O Diretório alegou que Gilson havia manipulado a reunião; Gilson acusou os líderes locais do partido de quererem manter a discussão dentro de um grupo fechado e recusou-se a colaborar com os outros membros que não compartilhavam sua posição. Cleusa de Oliveira, presidente do Diretório Municipal do PT, disse que Gilson havia sido seduzido por membros de uma ala que tinha uma visão "reformista" do papel do partido, constituída, na opinião dela, por intelectuais e militantes de São Paulo.[20] Gilson sustentava que esses antagonismos poderiam ter sido superados se o Diretório se preocupasse menos com a sua própria influência e respeitasse mais as diferentes posições. "O pessoal daqui (...) achava que a eleição foi ganha aqui, e que eles não precisavam de ninguém de fora".[21] Ele afirmou ter ficado chocado com a radicalização do debate sobre as nomeações.

> O partido me orientou, a mim e a outros membros, a entrar na prefeitura e implementar uma posição do PT. Mas eu não posso administrar ouvindo apenas o partido. (...) O partido deve ter um papel de supervisão geral, mas deve também promover o debate e a discussão.[22]

Os militantes de São Paulo devem ter ajudado Gilson a tomar consciência de que seu governo era minoritário e ter realçado a importância da sua administração para o partido como um todo. As primeiras iniciativas

[19] Entrevista com Cleusa de Oliveira, Presidente do Diretório Municipal do PT de Diadema, Diadema, SP, 5 de setembro de 1983.
[20] Ibidem.
[21] Entrevista com Gilson Menezes, Prefeito, Diadema, SP, 14 de setembro de 1983.
[22] Entrevista com Gilson Menezes, em "Diadema: lição de democracia", *Em Tempo*, 23 de julho de 1983.

da prefeitura pareciam refletir esta visão mais ampla; contudo, os responsáveis pela definição de políticas também apoiavam o conceito de que a vida associativa deveria ser livre não só do controle do Estado, mas também de uma utilização instrumental pelo partido. Os dilemas inerentes a uma situação em que o PT havia ganho a prefeitura, mas cuja organização local autônoma era extremamente fraca, dificultaram as relações entre o prefeito, o partido local, o partido em nível estadual e nacional e a população local durante toda a administração de Gilson Menezes. Ao sustentar a autonomia da prefeitura em relação às deliberações imperativas do partido local, a administração Gilson Menezes também não deixou para si nenhuma base organizada na população perante a qual era responsável e na qual poderia buscar um apoio consistente.

A administração e a política pública

A tendência geral no início da administração do PT em Diadema era tentar transformar as reivindicações individuais de assistência em reivindicações coletivas de melhorias urbanas enquanto direitos sociais e desenvolver a responsabilidade dos cidadãos na implementação das políticas. Quando os conselhos populares mostraram-se inviáveis, a tentativa de incentivar a organização popular foi incorporada a políticas específicas, sob a liderança de diferentes departamentos da prefeitura, em particular os de Saúde e de Planejamento.

Estimular a participação popular também era um imperativo financeiro, assim como filosófico, e se estendia desde os projetos comunitários de trabalho até o reconhecimento de que, numa situação em que tudo parecia urgente, não era possível fazer muito. Os projetos de maior visibilidade eram financeiramente impraticáveis; por outro lado, era preciso ter alguma visibilidade para que a população percebesse que a nova administração estava trabalhando em prol dos seus interesses. A interação entre o compromisso político com a organização popular, a necessidade de adquirir visibilidade para garantir a legitimidade da administração e as limitações extremamente reais do orçamento municipal, juntamente com outros conflitos pessoais e políticos que surgiram na prefeitura, criaram uma dinâmica pela qual se pode explicar muitas das dificuldades encontradas na tentativa de o PT realizar uma administração popular em Diadema.

A estrutura tributária brasileira, em que apenas uma pequena porcentagem dos impostos volta aos municípios, deixa muito pouca flexibilidade para financiar os programas necessários. Um dos poucos instrumentos fiscais sob controle municipal é o Imposto Predial e Territorial Urbano. No primeiro ano, a administração petista fez uma ampla auditoria sobre os impostos pagos pelas empresas instaladas na cidade e encontrou discrepâncias significativas entre os impostos pagos e os terrenos de fato ocupados.[23] Embora a reavaliação que daí resultou gerasse algumas rendas adicionais, a receita permaneceu muito baixa em relação ao nível da dívida acumulada.[24] Depois que 40% do orçamento de 1984 foi para o pagamento de dívidas contraídas pelas administrações passadas e 50% para os salários dos servidores municipais, sobrou apenas 10% para todas as despesas remanescentes.

Durante o primeiro período da administração petista, o centro da iniciativa foi o Departamento de Planejamento, chefiado por Amir Antônio Khair, um engenheiro de São Paulo. Em 1981 Khair começou a participar do PT como membro da equipe de economistas. Em Diadema ele era visto como uma pessoa de fora, um dos "tecnocratas" de São Paulo e, de fato, ele só encontrou o novo prefeito pela primeira vez em dezembro de 1982.[25] Entretanto, mantinha relações com o PT de Diadema, em parte através de sua secretária, Cleusa de Oliveira, presidente do Diretório Municipal, cujo cargo ele defendeu em diversas crises entre a prefeitura e o partido local.

O Departamento de Planejamento deu fama a Diadema devido a uma inovação feita em março de 1983, quando se recusou a aceitar as justificativas da maior empresa de ônibus da cidade para aumentar as tarifas. O Departamento estimulou a criação de uma Comissão de Usuários de Transportes, que realizou um estudo independente sobre o número de passageiros transportados por quilômetro, critério principal no qual se baseavam as tarifas. O Departamento de Planejamento entrou então em negociações com a companhia em audiências públicas e demonstrou que, segundo os dados coletados, as tarifas deviam, na verdade, ser reduzidas e não aumentadas; a empresa de ônibus foi então obrigada a renunciar ao aumento, deixando Diadema com a tarifa de ônibus mais baixa de toda a

[23] Entrevista com Maria Helena Moreira Alves, Chefe de Relações Públicas de municíopio de Diadema, Diadema, SP, 20 de julho de 1983.
[24] *Informativo Municipal*, Diadema, Edição Especial, fevereiro de 1985.
[25] *Diário de Grande ABC*, 23 de janeiro de 1983.

região. A empresa concordou também em acrescentar novas linhas nos trajetos muito requisitados entre São Bernardo e Diadema. Continuando a prática de realizar audiências públicas e negociações com as empresas de transporte, no ano seguinte os negociadores da prefeitura obtiveram, em troca da concessão de um aumento nas tarifas, passes gratuitos fora da hora de pico para os idosos e desempregados. As inovações nas negociações sobre transportes em Diadema foram imitadas em outros locais e Khair foi chamado como consultor em São Paulo e em outras cidades.

O programa mais importante e polêmico promovido pelo Departamento de Planejamento foi a urbanização das favelas. Quando Gilson assumiu a prefeitura, as 136 favelas da cidade abrigavam cerca de um terço da população da cidade — cerca de cem mil pessoas — e nenhuma tinha eletricidade, água corrente ou esgotos. (Na verdade, apenas 26% do resto da cidade contava com um sistema regular de esgotos).[26] Não dispondo de fundos nem de espaço disponível para construir casas populares, esse Departamento iniciou um programa de melhorias na infraestrutura nas favelas, cujo projeto e implementação dependia da própria população que ali morava. Para os planejadores, os aspectos educacionais e organizacionais desse programa eram considerados tão importantes como a própria implantação da infraestrutura.

A prefeitura entrou em acordo com a Sabesp (a companhia estadual de água e esgotos) e com a Eletropaulo (a companhia estadual de eletricidade). Ambas comprometeram-se a fornecer eletricidade e água corrente uma vez que estivessem abertas nas favelas ruas de, pelo menos, quatro metros de largura.[27] A fim de que as melhorias urbanas que ali seriam implementadas fossem um processo de organização, e não apenas de mobilização, o Departamento de Planejamento optou por um método mais lento do que teria sido necessário sem esse requisito.

Primeiro, membros do grupo de planejamento responsável pelo projeto reuniam-se com cerca de cinco a dez ativistas de algumas favelas. Nos primeiros estágios, os projetos envolviam aproximadamente cinco áreas — aquelas cuja população havia expressado mais ativamente suas reivindicações. Estes ativistas deviam formar um comitê dos moradores da favela, responsável pelo debate do projeto e pela mobilização dos vizinhos,

[26] Maria Helena Moreira Alves, "Diadema: na experience...", cit., p. 6.
[27] Maria Helena Moreira Alves, "Diadema: na experience...", cit., p. 10; e *Jornal do Planalto*, 1º de abril de 1983, p. 1.

discutindo com eles o tamanho dos lotes e das ruas e as mudanças estruturais necessárias para que outras vias fossem abertas. Isso envolvia um trabalho considerável, uma vez que abrir ruas geralmente significava destruir e mudar de lugar alguns barracões, e fazer que seu tamanho e tipo de construção fossem mais uniformes; assim, era necessário a aprovação explícita dos moradores. Uma vez que os dados necessários foram coletados e que a comunidade se envolveu no projeto, os favelados traçaram, com a ajuda de arquitetos, seu próprio esquema básico de como deveria ficar a área. A Secretaria de Planejamento, consultando o comitê, esboçava então um projeto. O mapa final tinha de ser aprovado por uma assembleia da comunidade.

Em seguida, agrimensores iam até as favelas e mediam os novos lotes. Este estágio do processo testava o nível do consenso comunitário em relação ao plano, pois muitas vezes era necessário entrar nos barracões para marcar com estacas os limites das novas ruas. Se a organização prévia era insuficiente, era necessário parar o processo até que se atingisse um acordo real. Uma vez demarcados os novos lotes, a própria comunidade derrubava os barracões e os reconstruía em novos locais; esse era um processo necessariamente lento, já que tinha de ser feito, sobretudo nos fins de semana; os barracões tinham de ser reconstruídos no mesmo dia em que eram derrubados.

O fato de que as companhias de água e luz tinham prometido abastecer a favela na medida em que as ruas iam sendo construídas, sem esperar pela sua reconstrução total, significava que os moradores podiam ver as consequências do seu trabalho quase de imediato. Isso não evitou a ocorrência de conflitos inevitáveis, por exemplo, quanto ao tamanho dos futuros lotes, e ataques aos comitês das favelas e ao Departamento de Planejamento por parte dos "donos da luz", isto é, moradores que haviam previamente improvisado instalações elétricas nas favelas por preços abusivos, e que muitas vezes tinham grande poder político.

A "urbanização" das favelas encaminhou, naturalmente, uma discussão da própria questão da terra, um assunto muito mais complicado de se resolver. As favelas eram construídas tanto em terrenos particulares como em municipais. Surpreendentemente, às vezes era mais fácil resolver os casos que envolviam ocupação de terrenos particulares do que municipais. Isso porque, quando o terreno tinha um proprietário, o Departamento Jurídico da prefeitura podia, de vez em quando, interceder

junto a ele para negociar um acordo para a compra gradual da terra pelos seus ocupantes. Quando se tratava de áreas públicas, porém, a cessão ou a venda exigia autorização legal da Câmara Municipal, o que levantava uma discussão mais ampla sobre o uso da terra no município como um todo.

Além disso, muitos vereadores, assim como muitos moradores não favelados de Diadema, temiam que a legalização de certificados de propriedade da terra iria estimular as ocupações e a construção de mais favelas, desvalorizando as propriedades da periferia e, de modo geral, piorando as condições físicas, já precárias, da cidade. Por fim, muitos líderes políticos mais tradicionais, como o presidente da Câmara, José Santos Rocha, do PMDB, temiam que o trabalho da prefeitura nas favelas iria solapar as bases de poder existentes nas áreas mais pobres.

O medo de que a intenção de regularizar os títulos de propriedade da terra levasse a novas ocupações pareceu se justificar, no final de 1983 e início de 1984, por novas invasões de terra, muitas realizadas com o apoio de petistas ligados ao Diretório Municipal. Houve um considerável desacordo na prefeitura sobre a maneira de lidar com estes casos. O prefeito e seu chefe de gabinete, Juracy Magalhães, inclinavam-se a agir para evitar a proliferação das favelas, ao passo que a Secretaria de Planejamento queria tratar a questão através da Comissão Municipal dos Favelados de Diadema. A disputa sobre o uso da terra gerou tensões entre o gabinete do prefeito e os planejadores.

O Departamento de Planejamento, juntamente com a Divisão de Recursos Humanos, também se envolveu num movimento em favor das creches, iniciado vários anos antes. A prefeitura havia estipulado que elas seriam uma das suas prioridades, juntamente com a melhoria das condições de vida nas favelas. Assim como os melhoramentos nas favelas, as creches eram vistas como uma área em que era possível estimular a organização e a participação popular para formular e executar projetos. Outros planos incluíam o estabelecimento de um Mercado Municipal Atacadista de Frutas e Verduras, um programa de hortas comunitárias para combater a subnutrição crônica, a modernização e simplificação da burocracia na concessão de licenças para construção, a produção do primeiro mapa acurado das áreas abertas da cidade e assistência técnica para projetos de construção em mutirão.[28]

[28] Para as descrições dos programas promovidos pelo Departamento de Planejamento, baseei-me em várias conversas informais com Amir Antônio Khair, em julho-setembro de

O Departamento de Saúde também se destacou pelas suas tentativas de encontrar formas de envolver ativamente a população na implementação de programas para elevar o nível da saúde pública e das condições de saneamento da cidade. O chefe do Departamento de Saúde, José Augusto da Silva Ramos, trabalhara no pronto-socorro de Diadema desde 1979 e filiou-se ao Partido dos Trabalhadores na época da sua formação. A filosofia que José Augusto trouxe à prefeitura encarava a saúde como um problema coletivo e não individual, e propunha uma abordagem descentralizada. Em vez de apenas aumentar a capacidade dos hospitais da cidade, era necessário reforçar o saneamento e os cuidados básicos com a saúde em nível comunitário, envolvendo ao máximo os membros da região na implementação dos projetos.

A alta taxa de mortalidade, de doenças pulmonares e de outras moléstias infecciosas em Diadema devia-se em grande parte às terríveis condições de vida. Assim, o Departamento de Saúde concentrou-se na melhora geral dos níveis de saúde, nutrição e saneamento nas comunidades pobres e no combate às doenças causadas pelo meio ambiente. Promoveu atividades educacionais, coleta de lixo, controle de ratos, limpeza de águas poluídas e métodos biológicos para diminuir a população de insetos transmissores de moléstias. Instituiu também uma ampla campanha de vacinação, iniciou um programa de grupos de saúde móveis e estimulou a formação de Comissões de Saúde, que colaboraram com o departamento divulgando dados e organizando encontros para discutir soluções para os problemas mais urgentes da comunidade. Deu início a programas de controle pré-natal e de educação das mulheres gestantes e orientou nutricionistas para que preparassem programas de alimentação para famílias de baixa renda.

Apesar da sua ênfase nas iniciativas comunitárias de saúde pública, Zé Augusto não considerava que elas substituíssem a responsabilidade do Estado nessa área. Ele reivindicou o aumento do número de profissionais de saúde — havia apenas duzentos médicos em Diadema — e a criação de

1983; em conversas com Valeska Peres, coordenadora interna de projetos do Departamento de Planejamento, durante o mesmo período; em numerosas discussões com Maria Helena Moreira Alves, Chefe de Relações Públicas da prefeitura, assim como numa entrevista formal realizada com ela em 20 de julho de 1983, e em seu texto "Diadema: an experience...", cit., assim como em minhas observações pessoais em vários meses de visitas quase semanais a Diadema, entre julho e setembro de 1983. Uma lista dos projetos iniciados pelo Departamento de Planejamento consta da carta de demissão de Amir Antônio Khair como chefe desse Departamento, com data de 3 de maio de 1984.

serviços visando mais diretamente os problemas existentes. A população deveria organizar-se para exigir as políticas corretas, e não para substituir o Estado tentando implementá-las por conta própria.[29] No início de 1985, o Departamento de Saúde havia dado importantes passos para ampliar o acesso à saúde pública e também às informações relevantes à área. Um novo pronto-socorro municipal, construído em 1983, tratou de 170.000 casos em 1984, com um alto índice de curas. Foram construídos três novos postos de saúde, aumentando o total para treze.

O conflito sobre Diadema

Sendo a única grande cidade do Brasil com uma prefeitura do PT, Diadema recebeu considerável atenção das elites políticas de outros partidos e da imprensa, assim como do próprio Partido dos Trabalhadores. Dentro de Diadema, as relações entre a prefeitura e os outros partidos (e uma parcela do seu próprio partido), representados na Câmara, foram tensas desde o início. O presidente da Câmara, vereador José Rocha, do PMDB, mostrou-se particularmente hostil, e em 1983 iniciou um processo criminal alegando que Gilson havia violado a lei, ao nomear três chefes de departamentos sem nível universitário. Essa acusação poderia ter custado ao prefeito o seu cargo e ainda uma sentença de prisão, se o processo não tivesse sido abandonado. Este caso foi típico da atmosfera reinante, e foi seguido por vários outros a respeito de infrações técnicas. As relações com o PMDB no nível estadual foram muito melhores: por exemplo, na época do primeiro processo, o presidente do PMDB de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso, chamou Gilson para dizer-lhe que a atitude de Rocha não representava a política do seu partido. As relações com o governo Montoro também foram relativamente cordiais, facilitadas por conexões pessoais de alguns paulistas na administração de Diadema.

Com exceção da atenção dada a algumas inovações particularmente drásticas da administração de Diadema — como, por exemplo, o acordo com as empresas de ônibus para conceder passe livre aos idosos e aos desempregados fora das horas de pico —, a imprensa local e estadual, assim como as revistas nacionais, concentraram-se nos conflitos que surgiram entre a prefeitura e o partido, e dentro da própria administração. Uma

[29] Entrevista com José Augusto da Silva Ramos, chefe do Departamento de Saúde, Diadema, SP, 20 de julho de 1983.

pesquisa feita em 1983[30] mostrou que a maioria da população de Diadema não conhecia grande parte dos novos serviços, e ainda encarava as relações com a prefeitura em termos individuais. A secretária do prefeito, cuja mesa ficava no salão principal de recepção da prefeitura, confirmou que mais da metade dos indivíduos que vinham ao gabinete estavam procurando emprego; outros apareciam com pedidos para consertar ruas, coletar lixo, resolver disputas com os vizinhos e entre casais, pedir alimentos, roupas ou empréstimos.

Embora pareça ingênuo esperar uma mudança drástica na atitude da população num período de tempo tão curto, aparentemente os resultados desta pesquisa de 1983 fizeram com que Gilson passasse a considerar se não seria preferível priorizar os projetos de maior visibilidade pública, e não os processos participatórios mais lentos, previstos nos projetos do Departamento de Planejamento. O ideal de desenvolver formas de organização e responsabilidade popular parecia entrar em conflito com a necessidade de obter resultados que demonstrassem a capacidade de um prefeito do PT realizar uma administração eficiente, direcionada para as necessidades populares; esse dilema também iria afligir todas as futuras prefeituras do PT. Durante os seis meses seguintes, aumentaram as tensões entre o gabinete do prefeito e o Departamento de Planejamento, culminando na decisão, tomada em abril de 1984, de transferir o programa de melhoria das favelas para a Divisão de Recursos Humanos, e na renúncia de Khair e da maioria da equipe de planejamento, em 3 de maio.

Na verdade, os conflitos dentro da prefeitura haviam começado muito antes, e foram inicialmente ligados ao rompimento entre Gilson e a organização local do partido a respeito da nomeação de chefes de departamento, discutida anteriormente. Em maio de 1983, a decisão de Juracy de retirar o controle do Teatro Municipal do chefe do Departamento de Cultura fez com que o partido local convocasse uma convenção especial, em 21 de maio. Lula e outros líderes petistas que compareceram a esse encontro consideraram que, neste caso, o protesto do partido era legitimo; na verdade, a maioria dos membros da prefeitura também pensava assim, e Juracy foi obrigado a revogar sua decisão.[31] A próxima crise veio em julho de 1983, quando dois chefes de departamento foram despedidos por terem,

[30] A pesquisa foi feita pelo Departamento de Relações Públicas, em colaboração com a Patoral dos Jovens da Igreja Católica.

[31] *Em Tempo*, 23 de julho de 1983, p. 8.

supostamente, conspirado com o Diretório para desestabilizar a administração de Gilson. Os dois diretores eram membros da chapa vencedora nas eleições do Diretório realizadas em 12 de junho; Gilson havia apoiado outra chapa. O Diretório protestou contra as demissões e pediu a intervenção de instâncias superiores do partido. Lula respondeu que não era normal que o partido interviesse em outra arena política (isto é, numa administração municipal), porém pediu à Executiva do Estado de São Paulo que tentasse intermediar e dar uma opinião.[32]

Assim como no caso da nomeação de chefes de departamentos, o conflito concentrava-se no papel do partido local em relação à prefeitura. Gilson continuava afirmando que ele tinha sido "eleito pelo PT para governar com toda a população". Gentil de Paula, um dos vereadores petistas da Câmara Municipal, defendeu a posição do Diretório, dizendo que "legalmente, ele é o prefeito de toda a população, porém foi eleito pelo PT, que é um partido dos trabalhadores". O Diretório e seus aliados na Câmara Municipal continuaram exigindo que não só as nomeações para os cargos principais como também as decisões administrativas fossem primeiro submetidas à aprovação da bancada do PT na Câmara, ao Diretório e a representantes dos quinze núcleos do partido. Apenas dois vereadores petistas na Câmara apoiaram Gilson nesta questão.

A situação complicou-se ainda mais devido a dois problemas: o da dupla identificação partidária e o da tendência claramente autoritária de Juracy Magalhães, chefe do gabinete do prefeito. Alguns membros da oposição na Câmara, assim como parte dos dirigentes recém-eleitos do partido local, eram membros de organizações esquerdistas, que funcionavam dentro do PT, porém com linhas ideológicas e políticas próprias, bem definidas. Estas incluíam a Causa Operária, uma fração da Liberdade e Luta (organização trotskista que se destacou na política estudantil no final dos anos 70), o MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado) e outros grupos. Juracy, por sua vez, parecia estar tentando centralizar nas suas próprias mãos o controle sobre os projetos e os departamentos administrativos, e muitas pessoas na prefeitura acreditavam que ele era o responsável por uma tendência cada vez maior de se definir todos os debates em termos de estar a favor ou contra o prefeito. Aparentemente com ciúmes da fama anterior de Khair e do Departamento

[32] "Lula admite intervenção do diretório em Diadema", *Diário do Grande ABC*, 16 de julho de 1983, p. 5.

de Planejamento, Juracy queria garantir que o centro das iniciativas e decisões permanecesse no gabinete do prefeito, e tanto quanto possível, sob seu controle. Para o partido local, a exoneração de Juracy tornou-se o ponto focal em torno do qual se organizam as exigências por mudanças na administração.

Para a Executiva Estadual e a Nacional do partido, chamadas para mediar a situação, este foi um problema excepcionalmente difícil. Primeiro, porque embora as tendências organizadas que predominavam dentro do Diretório Municipal não fossem uma força significativa no partido em nível nacional, alguns de seus membros eram trabalhadores de Diadema, legítimos participantes do Partido dos Trabalhadores, que haviam sido eleitos regularmente numa convenção devidamente convocada pelo partido local. Segundo, a jurisdição do partido sobre as ações de petistas em cargos governamentais não era clara; por um lado, porque faltava uma política geral do PT sobre essa questão, e, por outro, porque esses cargos governamentais tinham sido outorgados por um voto popular que se estendeu muito além da militância ativa do PT. O fato de Gilson ser um prefeito minoritário complicava ainda mais a situação. Terceiro, não havia consenso no partido, nem dentro da liderança nem através de uma discussão nacional da questão, sobre a natureza da representação política e o grau de responsabilidade dos representantes eleitos perante o partido. Por fim, os próprios fatos da situação foram contestados.

Em 1983-84 proliferaram os conselhos e subconselhos especiais da comissão de ética do PT organizados para estudar a situação em Diadema, porém parece que não conseguiram chegar a uma solução aceitável: o Diretório insistia na exoneração de Juracy, e Gilson acusava o Diretório de recusar-se a admitir novos membros no partido a fim de manter a sua maioria. Esta última questão, que estivera em debate desde janeiro, na época da disputa sobre a composição da administração, fora, de fato, uma decisão política do Diretório: depois das eleições, alegando que as campanhas de filiação anteriores tinham resultado em um número muito grande de “membros só no papel”, o Diretório suspendeu todas as novas filiações durante seis meses.[33] Consequentemente, os novos membros recrutados por Gilson e por seus aliados não conseguiram ter sua filiação reconhecida pelo partido.

[33] Entrevista com Cleusa de Oliveira, Diadema, SP, 5 de setembro de 1983.

As tentativas frustradas das instâncias superiores do PT para mediar a situação não conseguiram melhorar a reputação da prefeitura petista em Diadema — já que a imprensa vivia ansiosa para relatar as disputas internas — nem tampouco diminuir o crescente isolamento de Gilson, por trás das portas cada vez mais fechadas do seu gabinete. Tornou-se cada vez mais difícil, até mesmo aos chefes de departamento, o acesso ao prefeito, pois os canais para isso eram bloqueados por sua secretária e pelo seu chefe de gabinete. À medida que aumentava o isolamento de Gilson, ampliava também sua preocupação com a necessidade de dar legitimidade à sua administração, por meio de ações e de obras públicas visíveis. Não só o partido, mas também as novas formas de associação nascidas no processo de melhoria das favelas e da criação de creches pareciam insuficientes para lhe oferecer o apoio popular que ele buscava.

As tensões chegaram ao auge em abril de 1984, quando Gilson decidiu transferir o programa de favelas do Departamento de Planejamento para a Divisão de Recursos Humanos, sem consultar nem a equipe de planejamento nem as organizações de favelados. Como resultado, Khair e a maioria dos membros mais importantes da sua equipe renunciaram a seus cargos no Departamento de Planejamento e acusaram o prefeito e os que o apoiavam de trabalharem em benefício próprio, ignorando tanto o PT como o movimento popular.[34] A renúncia dos planejadores e as críticas fulminantes que eles dirigiram às práticas da administração forçaram o partido a encarar mais seriamente o caso de Diadema e os problemas que ele suscitava. Em 12 de maio de 1984, o Diretório Regional de São Paulo decidiu abrir uma coluna no jornal do partido para que o PT, como um todo, discutisse a questão de Diadema.

[34] “Documento elaborado pela equipe do Departamento de Planejamento da Prefeitura de Diadema por ocasião da crise que culminou com a exoneração do seu diretor e respectiva equipe de assessores — Diadema, SP, 3 de maio de 1984.” Este documento e a carta de demissão de Khair, com a mesma data, relatam o processo de tensões crescentes entre o departamento e o prefeito, de maneira muito mais completa do que se pode fazer aqui. Khair também explicou sua posição numa página dedicada ao debate sobre a situação de Diadema, por decisão de 12 de maio do Diretório Regional de São Paulo, em “Nosso trabalho sofreu restrições e bloqueios”, *PT São Paulo, 4* (18): 7, jul. 1984, ao lado de uma réplica de Gilson Menezes, “Administração se impõe por suas realizações”, que discute as obras da prefeitura, sobretudo nas áreas da saúde, educação e transporte, sem mencionar o papel do Departamento de Planejamento nem o trabalho nas favelas.

No número de julho, a equipe anterior de planejamento apresentou seu argumento numa coluna, e Gilson numa outra, ambas na mesma página e lado a lado. O Diretório decidiu que um membro da comissão estadual de organização do PT iria a Diadema uma vez por semana para garantir que novos membros conseguissem filiar-se ao partido.[35] No decorrer do ano seguinte, proliferaram os comitês para investigar e resolver os conflitos.

A crise da administração do PT em Diadema diminuiu de modo significativo em 1985, mas sem que as questões políticas suscitadas tenham sido resolvidas. Em primeiro lugar, nas eleições de 1985 para o Diretório Municipal, venceu uma chapa favorável à administração de Gilson, diminuindo, assim, a pressão que o partido local exercia sobre a prefeitura. Em segundo, a questão das práticas clientelistas por parte da administração, que se personificaram na figura de Juracy Magalhães, foi resolvida administrativamente quando este foi demitido, em 2 de maio de 1985.[36] Os boatos a respeito da corrupção de Juracy eram propalados desde 1983. A gota d'água veio quando a imprensa noticiou que Juracy, em conivência com outros servidores municipais, havia simulado um acidente entre um carro que ele havia tomado emprestado e um veículo municipal, a fim de que o seguro da prefeitura cobrisse os danos causados numa outra ocasião. Convencidos de que o PMDB de Diadema estava se preparando para levar essa questão a juízo, líderes petistas insistiram em estabelecer uma comissão para realizar uma investigação séria, por mais danos que os resultados pudessem causar ao partido. Em consequência do relatório dessa equipe, que não foi divulgado para o público, Juracy e vários outros servidores municipais foram demitidos.

Com a aproximação das eleições para prefeito de São Paulo em novembro de 1985, a liderança do PT resolveu que a destituição de Juracy encerrava a questão de Diadema. O partido cerrou fileiras com Gilson, ressaltando as realizações positivas da sua administração, e decidiu não promover um debate amplo sobre as questões políticas envolvidas, que não eram redutíveis à questão da corrupção. O principal tema não resolvido era, como ocorreu desde o início em Diadema, o das relações entre o partido, as instituições políticas e a organização popular. A administração petista havia prometido abrir a prefeitura à participação das organizações populares para o estabelecimento de prioridades e decisões sobre alocação de recursos,

[35] *PT São Paulo Boletim*, junho de 1984.
[36] *PT São Paulo Boletim*, maio de 1985.

assim como para incentivar o crescimento e a autonomia das organizações sociais que seriam ativas nesse processo. Entretanto, na luta pelo poder que se seguiu, essas organizações eram vistas frequentemente como bases de poder para determinadas facções da luta e, como consequência, sua capacidade de agir com autonomia diminuiu.

Isso não significa negar as muitas realizações positivas na prefeitura petista, não só em termos de infraestrutura social como também de participação.[37] Por exemplo, o PT instituiu a prática de realizar audiências abertas nos bairros acerca de alocação de verbas, onde eram eleitos representantes para trabalhar com o Departamento de Finanças na elaboração do orçamento; esse foi um passo importante para aumentar a transparência da administração municipal e tornar suas decisões mais democráticas. Foram também estabelecidos conselhos setoriais eleitos nos bairros, para as áreas de saúde e transporte.[38] Contudo, as iniciativas em prol da participação popular continuavam vindo da prefeitura e a relação entre esta e as organizações populares tendia a reforçar esse esquema, e não a transformá-lo.

Seria possível fazer outra coisa? Essa pergunta é difícil de ser respondida. O projeto político do partido de governar com base em organizações populares autônomas assumia, implicitamente, que elas existiam antes da criação de um tal governo. Esse não era o caso em Diadema, e a nova administração teve de enfrentar o problema de governar e ao mesmo tempo mudar o contexto político em que governava. Incapaz de fazer as duas coisas, terminou por promover a organização reforçando as relações verticais e não as horizontais. O resultado foi bem coerente com boa parte da história do populismo brasileiro. As tentativas de se iniciar um processo mais lento de planejamento participatório desmoronaram diante das exigências políticas das lutas entre facções. Considerando as coisas em termos puramente locais, é difícil ver como e de que modo, dados os participantes envolvidos, os resultados poderiam ser outros.

Ao insistir no caráter local do problema, a liderança petista demorou para promover dentro do partido um debate político difícil, mas potencialmente rico, sobre questões vitais para o futuro do PT. A

[37] Uma avaliação concisa da administração de Diadema se encontra em "PT capitaliza governo em Diadema e vence prefeito", *Folha de S. Paulo*, 27 de novembro de 1988, p. A-13. Ver também Valeska Feres Pinto, "A vitrine do ABC", *Teoria e Debate 3*, junho de 1988, p. 11-5.
[38] Ricardo de Azevedo, "Conselhos populares...", cit., p. 47.

importância desse debate tornou-se muito mais evidente depois de 1985, quando os problemas da prefeitura petista de Fortaleza obrigaram a uma consideração mais geral das relações entre o partido e as administrações municipais. Em 1988, quando o número e a importância das cidades com prefeitura petista haviam aumentado substancialmente, o PT já havia reconhecido que as administrações municipais não podiam ser vistas como instrumentos de organização do partido, mas deveriam responder a um eleitorado mais amplo. Entretanto, muitos dilemas que apareceram em Diadema continuaram na ordem do dia em outras cidades, como em São Paulo, onde a candidata do PT foi eleita para a prefeitura em 1988. Nessa cidade, onde havia uma organização popular muito maior antes da chegada do PT ao poder, a persistência desses dilemas levanta questões muito mais amplas sobre a viabilidade de se criar espaços genuínos de participação no governo de sociedades complexas, tema que será mais discutido na seção final deste capítulo.

Representantes no Congresso

Após as eleições de 1982, os conflitos sobre os papéis adequados à organização partidária e aos representantes eleitos caracterizaram a esfera legislativa, assim como a executiva, e em ambas as instâncias a falta de uma estratégia partidária clara para a utilização dos espaços institucionais foi um problema. Esta seção examinará rapidamente de que modo os membros do PT eleitos para o Congresso em 1982 tentaram traduzir os objetivos do partido em ações legislativas, e as relações entre a organização partidária e os parlamentares petistas.

Na ausência de uma estratégia legislativa, a discussão sobre a obrigação de os políticos prestarem contas de seus atos ao partido concentrou-se em avaliações *a posteriori*, sobre se uma determinada ação fora apropriada ou não e desenvolvera-se de uma maneira bastante casuística. Uma série de dificuldades surgiu no primeiro ano da nova legislatura. Muitos dos recém-eleitos não tinham experiência legislativa, e embora fizessem grande número de discursos, não se concentraram muito em outras atividades legislativas. Além disso, vários não estavam preparados para o papel clientelista que se espera dos representantes nos órgãos legislativos brasileiros. Surgiram conflitos sobre a contribuição financeira que todos os candidatos petistas haviam concordado, antes da campanha eleitoral,

em dar ao partido. Apesar dessas limitações, durante esse período os deputados petistas demonstraram tanto iniciativa como coesão.

O conflito entre os líderes do PT e os representantes eleitos é algo recorrente na história dos partidos de esquerda, havendo ou não um vínculo formal de responsabilidade. É uma questão particularmente difícil de resolver, já que cada lado reivindica a legitimidade com um fundamento diferente de representação e tem responsabilidade perante uma base diferente. Foram conflitos exatamente desse tipo entre organizações partidárias e representantes eleitos que levaram Ostrogorski[39] à sua avaliação pessimista do impacto dos partidos populares na virada do século; em seu trabalho posterior sobre o Partido Trabalhista britânico, McKenzie descreve confitos semelhantes, mas conclui que a relação entre o partido no Parlamento e a organização partidária era muito mais dinâmica do que Ostrogorski tinha esperado.[40] Os líderes do partido alegam que os representantes foram eleitos com base no apoio partidário, e que sua função é expressar as posições do partido e tentar implementar a sua política no nível parlamentar; isto confere à organização do partido o direito e a responsabilidade de ditar, supervisionar e julgar os atos dos representantes. Quanto aos membros eleitos, embora reconheçam que sua função é favorecer os objetivos do partido nos órgãos parlamentares, reivindicam uma certa liberdade de interpretação e de ação, com base na sua responsabilidade perante um eleitorado mais amplo do que apenas o partido.[41]

Uma análise das ações dos deputados federais e dos deputados estaduais de São Paulo na primeira sessão legislativa de 1983[42] mostra que os deputados petistas foram particularmente ativos no que se refere à expressão. Em cada sessão da Câmara, há um período dedicado a pronunciamentos, primeiro breves e depois longos, sobre qualquer tema que um deputado queira abordar — em geral denúncias, assuntos nacionais e internacionais e questões políticas diversas. Especialmente na Assembleia

[39] M. Ostrogorski, *Democracy and the organization of political parties* (Chicago, Quadrangle Books, 1964), 2 volumes.
[40] R. T. McKenzie, *British political parties* (London, William Heinemann, 1955).
[41] Samuel H. Barnes, “Party democracy and the logic of collective action”, cit.; e Lewis Minkin e Patrick Seyd, “The British Labour Party”, cit., p. 106-7.
[42] O estudo envolveu uma análise das transcrições diárias das sessões legislativas no *Diário do Congresso Nacional*, para a Câmara Federal, e no *Diário Oficial do Estado*, para a Assembleia Legislativa de São Paulo.

Estadual, os deputados petistas utilizaram este fórum aberto proporcionalmente muito mais do que os dos outros partidos.

Por outro lado, os deputados petistas de São Paulo introduziram muito menos leis do que seus colegas de outros partidos. Essa desproporção reflete o quanto o PT rejeita a relação tradicional entre o parlamentar e o eleitorado no Brasil. A imensa maioria de moções e projetos de lei apresentados ao plenário eram, especificamente, trocas de favores políticos ou, com mais frequência, questões simbólicas — por exemplo, mudar o nome de uma rua ou de uma escola em honra de alguém, ou conceder o *status* de organização não lucrativa para uma determinada entidade. Esse tipo de medida destina-se a aumentar a notoriedade de um representante perante seu eleitorado. Na sessão legislativa analisada, os deputados estaduais petistas não apresentaram nenhum projeto de lei desse tipo. De um total de 222 moções, apenas vinte foram apresentadas por deputados petistas, e de um total de 336 projetos de lei, os deputados petistas apresentaram treze. Entretanto, o significado desse quadro altera-se se eliminarmos as leis que se resumem em concessões de favores e mudanças de nomes; houve apenas cerca de 48 projetos de lei que tratavam de questões de regulamentação ou autorização.

O conteúdo dos projetos apresentados pelos deputados estaduais petistas variava de acordo com os seus interesses particulares e seus vínculos com diferentes movimentos. Paulo Fratesci encaminhou várias propostas relativas à educação e aos servidores públicos;[43] Geraldo Siqueira apresentou um projeto sobre questões ecológicas e uma moção sobre o movimento estudantil.[44] Anísio Batista de Oliveira propôs um programa diário dedicado a questões sindicais no canal de televisão estatal.[45] Marco Aurélio Ribeiro levou um projeto sobre a regulamentação das verbas estaduais dedicadas ao lazer.[46] Paulo Diniz apresentou um projeto pedindo que os trabalhadores fossem representados na diretoria de empresas onde o Estado é acionista majoritário, sendo o representante eleito pelos

[43] "Projeto de Lei 11/83", *Diário Oficial do Estado*, São Paulo, 3 de abril de 1983; "Projeto de Lei 137/83", *Diário Oficial do Estado*, São Paulo, 27 de abril de 1983; e "Projeto de Lei 193/83", *Diário Oficial do Estado*, São Paulo, 17 de maio de 1983.

[44] "Projeto de Lei 282/83", *Diário Oficial do Estado,* São Paulo, 16 de junho de 1983; e "Moção 51/83", *Diário Oficial do Estado,* São Paulo, 12 de junho de 1983.

[45] "Projeto de Lei 221/83", *Diário Oficial do Estado*, São Paulo, 24 de maio de 1983.

[46] "Projeto de Lei 232/83", *Diário Oficial do Estado*, São Paulo, 26 de maio de 1983.

funcionários.[47] Três projetos de lei sobre questões relativas ao desemprego foram apresentados por deputados petistas, dos quais dois foram propostos pela maioria da bancada juntamente coem vários deputados do PMDB. Esses projetos propunham que os trabalhadores desempregados recebessem passe livre no transporte público; que os programas de alimentação para os desempregados fossem ampliados; e que os desempregados fossem isentos de impostos.[48]

A legislação proposta pelos deputados do PT correspondia, de fato, ao objetivo do partido de vincular a atividade parlamentar às necessidades dos movimentos sociais. A recusa de lidar com questões clientelistas e com as formas tradicionais da política simbólica era coerente com a orientação do partido, porém representava uma ruptura com as expectativas populares em relação ao papel dos deputados. Embora nessa época a natureza das relações com o eleitorado não fosse alvo de discussão no partido como um todo, ela se tornou tema de extensos debates entre deputados e vereadores petistas de São Paulo. A maioria das pessoas que ia ao gabinete de um vereador ou deputado estadual procurava favores individuais, embora algumas viessem buscar auxílio para diversas melhorias na infraestrutura de suas comunidades.

É verdade que, no início, os vereadores petistas acreditavam que dar uma passagem de ônibus de volta para o Nordeste a alguém que havia perdido o emprego não era função de um parlamentar eleito; porém logo ficou claro que esses pedidos e necessidades eram tão predominantes que exigiam uma abordagem diferente. No gabinete de Luiza Erundina, eleita vereadora pelo PT de São Paulo em 1982,[49] os pedidos individuais acabavam sendo enviados ao órgão burocrático estadual capaz de lidar com o problema, o que em geral envolvia um telefonema de Erundina ou de um de seus assessores. Quando vinham indivíduos para levantar problemas comunitários, a equipe de Erundina tentava incentivar a organização da população local acerca da questão, em vez de oferecer uma solução

[47] "Projeto de Lei 246/83", *Diário Oficial do Estado*, São Paulo, 28 de maio de 1983.

[48] Os dois projetos de coautoria com deputados do PMDB, sobre os passes nos ônibus e o auxílio alimentar, foram o "Projeto de Lei 129/83" e o "Projeto de Lei 160/83", *Diário Oficial do Estado*, São Paulo, respectivamente em 21 de abril de 1983 e 5 de maio de 1983. O projeto de isenção de impostos, apresentado por Eduardo Jorge, foi o "Projeto de Lei 222/83", *Diário Oficial do Estado*, São Paulo, 25 de maio de 1983.

[49] Luiza Erundina foi eleita para a Assembleia Estadual em 1986 e tornou-se prefeita de São Paulo com as eleições de 1988.

imediata, como apresentar uma proposta de lei ou tentar conseguir, através dos canais burocráticos, o financiamento necessário para o projeto. Se tal organização se concretizasse, era possível fazer o pedido diretamente ao órgão governamental responsável; a equipe podia auxiliar os ativistas do movimento a definir os órgãos adequados a quem deviam dirigir-se e, se necessário, acompanhá-los.

Muitas vezes desenvolvia-se uma relação de colaboração entre os membros da bancada petista nos órgãos estaduais e municipais, o que os ajudava a formular uma estratégia própria. As questões discutidas incluíam temas aos quais o partido estava dedicando muita atenção — o desemprego, por exemplo — mas isso não era tudo. Os deputados federais petistas também colaboraram muito com parlamentares progressistas de outros partidos. A questão de quando formar alianças e coalizões, que até 1983 não era um problema urgente para o partido como um todo tornou-se muito mais relevante para os parlamentares que constituíam uma pequena minoria num órgão nacional, e originou vários conflitos com a organização do partido. Na maioria dos casos, porém, os parlamentares desfrutavam de uma liberdade de ação substancial, apesar das regras formais que os subordinavam à Executiva do partido.

Os estatutos do Partido dos Trabalhadores exigiam que os representantes eleitos prestassem contas de seus atos à Executiva nacional, e determinavam que eles dessem 40% de seu salário ao partido. Essa contribuição era substancialmente mais alta do que a dos deputados de outros partidos (cerca de 3%), e em 1983 foi causa de atritos entre o partido e certos deputados federais. As despesas com viagens a Brasília e com a moradia na capital produziram, quase de imediato, um pedido de reformulação das contribuições. Para o partido, por outro lado, a contribuição legislativa era uma das principais fontes de recursos, e qualquer redução acarretaria uma grave perda financeira. Em particular para os líderes petistas da classe trabalhadora, parecia inconcebível que os salários do Congresso não fossem mais que suficientes para as necessidades dos dois lados. Essa disputa foi basicamente importante porque as tensões que suscitou durante os primeiros seis ou oito meses do novo Congresso impediram uma colaboração construtiva entre os representantes e o partido, necessária para se formular uma visão clara do papel dos parlamentares.

Embora surgissem conflitos ocasionais sobre determinadas ações e atitudes dos deputados federais, de longe o mais sério foi o que envolvia a

decisão de participar ou não no Colégio Eleitoral que iria eleger indiretamente o novo presidente. O partido optou pela não participação; vários de seus deputados insistiram em participar e saíram do partido (sob ameaça de expulsão). Este conflito, discutido na próxima seção, levantou explicitamente a questão do direito da organização do partido de ditar as posições a serem tomadas por seus parlamentares no Congresso, como princípio geral.

A campanha pelas eleições diretas para presidente

Em 1984 a campanha pelas eleições diretas para a presidência da República mobilizou o PT com uma intensidade não observada desde as eleições de 1982. Foi a oportunidade de combinar uma campanha política com um amplo movimento de base — sindicatos e organizações sociais — e de colaborar com outros partidos em torno de objetivos comuns. Para o PT, a campanha pelas eleições diretas destinava-se a combinar uma demanda pela democratização das instituições com reivindicações de justiça social e econômica; à medida que a campanha se desenrolou, o partido ficou preso ao discurso unitário da própria campanha.

Nas pré-convenções estaduais de agosto de 1983, o PT adotou a ideia de realizar uma campanha popular pelas eleições diretas para presidente como um dos seus três principais focos para o período seguinte; em janeiro de 1984, a Executiva nacional transformou-a em prioridade número um do partido.[50] Pela primeira vez desde a sua formação, o PT adotou uma política de colaborar numa frente única com outros partidos e também com movimentos sociais e sindicais. Em setembro foram escolhidos os coordenadores estaduais da campanha, e, em janeiro, os nacionais, com mandato para incentivar a criação de uma coordenação suprapartidária para um movimento amplo.

Em 1983, o primeiro grande esforço coordenado foi um comício na praça em frente ao Estádio do Pacaembu, em São Paulo, em 27 de novembro de 1983, convocado por um comitê que incluía o PT, o PMDB, o PDT, a CUT, a CONCLAT, a Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica, e um grande número de sindicatos e associações. Esse comício não teve grande sucesso, mobilizando apenas cerca de vinte mil pessoas, grande

[50] *PT São Paulo*, Edição Especial, setembro de 1983; PT Boletim Nacional, 20 de dezembro de 1983.

parte das quais eram militantes do PT. Embora o PMDB apoiasse a demonstração, e o governador Montoro tivesse assinado, com outros governadores, um manifesto pelas eleições diretas, que foi divulgado na televisão em horário nobre e que incluía uma convocação para esse comício, o PMDB ainda não havia decidido levar esta campanha às ruas.[51]

Entretanto, no início de janeiro Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, decidiu dar força total para a ideia de uma mobilização popular séria. O governador Montoro convocou uma reunião de representantes dos partidos de oposição e dos sindicatos no Palácio do Governo de São Paulo, e o comitê assim formado começou a organizar uma manifestação maciça para 27 de janeiro de 1984. A primeira grande manifestação havia ocorrido duas semanas antes em Curitiba, convocada por Ulysses Guimarães com os governadores Montoro, Tancredo Neves, de Minas Gerais, e José Richa, do Paraná.[52] Em São Paulo, o palanque incluía também Brizola e Lula. Os organizadores esperavam cem mil pessoas, mas apareceram mais de 250.000. Dali em diante a mobilização foi crescendo, com manifestações por todo o país. Quando mais de um milhão de pessoas tomaram as ruas do Rio de Janeiro, uma espécie de euforia começou a reinar, uma sensação de que o país inteiro estava nas ruas exigindo diretas-já. As pesquisas mostravam que mais de 80% dos brasileiros eram a favor das eleições diretas (incluindo 75% dos membros do PDS).[53]

A posição do PT era de que o movimento continuasse até que o governo concordasse em convocar eleições. Para o PMDB, por outro lado, a mobilização destinava-se à votação do Congresso, a realizar-se em meados de abril, sobre uma emenda constitucional proposta pelo deputado Dante de Oliveira. No final da campanha, ficou evidente que, por trás da cena, alguns líderes do PMDB estavam apostando nos dois lados. A nomeação de Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo, pelo PDS, contra a oposição ferrenha de membros do seu próprio partido, levantou a possibilidade de que se poderia conseguir uma maioria no Colégio Eleitoral em torno do nome do conservador Tancredo Neves, governador de Minas Gerais pelo PMDB. Quando a emenda Dante de Oliveira, que propunha as eleições diretas, foi derrotada, líderes do PMDB decidiram que o jogo estava terminado. Se eles

[51] *Isto é*, 7 de dezembro de 1983.
[52] *Isto é*, 18 de janeiro de 1984, p. 18-20.
[53] Resultados de uma pesquisa do Instituto Gallup publicados em *Isto é*, 1º de fevereiro de 1984, p. 19-20.

continuassem apoiando a campanha nas ruas, a nação arriscava-se a ter Maluf na presidência. Depois do fracasso da emenda, as energias do PMDB concentraram-se na construção da Aliança Democrática, uma coalizão entre o PMDB e a Frente Liberal, constituída por dissidentes do PDS que não queriam apoiar Maluf.

O PT tentou levar sozinho a campanha, furioso com o que considerou como uma traição do PMDB, porém o ímpeto já tinha desaparecido. Embora o sentimento do público não tivesse mudado, a crença de que alguma coisa milagrosa pudesse acontecer já não existia. A enorme sensação de possibilidades de mudança criada pela campanha foi morrendo, e a sociedade confrontou-se mais uma vez com uma opção bipolar: Maluf ou Tancredo. Aos poucos a energia dedicada à campanha foi transferindo-se para Tancredo, que se transformou na grande esperança da democracia no Brasil; após a sua morte, logo depois de assumir o cargo, ele foi imediatamente mitologizado como um mártir no imaginário popular.

Como havia acontecido nas eleições de 1982, o PT rejeitou a ideia de que havia apenas duas opções, e suas lideranças opuseram-se à participação dos deputados petistas no Colégio Eleitoral. Esta posição intransigente provocou uma crise entre os deputados do PT, vários dos quais acreditavam que as circunstâncias obrigavam o partido a votar em Tancredo, mesmo que se continuasse denunciando o caráter conservador da transição. Aírton Soares, furioso com a posição do partido, renunciou como líder da bancada petista. Outros membros do partido também contestaram a decisão. Líderes do PT, percebendo que era necessário realizar mais debates, pediram pré-convenções em nível municipal, estadual e nacional, para discutir a questão. Aírton Soares e o deputado José Eudes, do Rio de Janeiro, radicalizaram ainda mais o debate anunciando que participariam da eleição do Colégio Eleitoral, fosse qual fosse a decisão das pré-convenções.

A partir daí a situação foi de mal a pior. A maioria dos parlamentares, embora concordasse com a posição do partido ou, ao menos, estivesse pronta a seguir as decisões das pré-convenções, recusou-se a aceitar a renúncia de Aírton Soares, alegando que o debate continuava aberto. No comunicado oficial que emitiram relatando a sua decisão, afirmaram:

> Somos capazes de conviver com a divergência, até porque as nossas afinidades e o nosso compromisso ético-político transcendem eventuais divergências conjunturais, por mais transcendentes que estas sejam. As divergências democraticamente resolvidas só

fortalecem a superior unidade de nossa ação em defesa dos trabalhadores e o povo.[54]

Os que eram a favor do comparecimento no Colégio Eleitoral alegavam que a não participação levaria a mais um pacto da elite, excluindo os trabalhadores da política e marginalizando o PT, num momento em que as bases do partido estavam comparecendo em massa aos comícios pró-Tancredo. Quisessem ou não, diziam eles, a opção existente era entre Tancredo e Malu. [55] Os que eram a favor de boicotar o Colégio Eleitoral argumentavam que a Aliança Democrática havia cinicamente utilizado a mobilização popular para impor o seu candidato. Eles reiteravam a posição tomada pelo Diretório Nacional de que "contra a chantagem do malufismo e o projeto de transição proposto pelas classes dominantes, o PT reafirma sua decisão de boicotar o Colégio Eleitoral e, portanto, não participar da votação indireta de 15 de janeiro de 1985".[56]

Depois que as pré-convenções ratificaram a posição inicial de não comparecer ao Colégio, a questão passou a ser o que fazer com os deputados que pretendiam ir de qualquer maneira; naquela altura, os deputados decididos a votar no Colégio eram Bete Mendes, José Eudes e Aírton Soares. Surgiu uma controvérsia acalorada para decidir se os três deveriam ser expulsos; em meados de janeiro, uma reunião do Diretório Nacional decidiu, em votação, pedir que eles renunciassem. Esta decisão foi arduamente contestada por outros deputados e poderia ter sido reconsiderada, porém os deputados em questão renunciaram e deixaram o partido.

Com a saída de três deputados federais e um deputado estadual em virtude dessa disputa, o PT perdeu dois dos seus políticos mais experientes, que também haviam sido líderes da sua bancada federal (Aírton Soares) e estadual (Marco Aurélio Ribeiro, em São Paulo). Por recusar-se a comparecer ao Colégio Eleitoral, o partido fora acusado de purismo; a saída dos três deputados fez com que ele parecesse também autoritário. Esse conflito deixou um resíduo de tensão e amargura durante todo o ano

[54] "Nota da bancada do Partido dos Trabalhadores", Brasília, 10 de outubro de 1984.
[55] "O Partido dos Trabalhadores, as diretas e a transição", s.d., texto de posicionamento para as pré-convenções do partido, assinado por 23 membros proeminentes do PT, incluindo Soares e os deputados estaduais Marco Aurélio Ribeiro e Paulo Fratesci, de São Paulo.
[56] Partido dos Trabalhadores, Diretório Nacional, "O PT e o momento político", 21 de outubro de 1984, citado em Articulação, "Contra o continuísmo e o pacto social, por uma alternativa democrática e popular", São Paulo, 12 de dezembro de 1984.

seguinte. As feridas só começaram a cicatrizar em 1985 com as eleições para prefeito, depois de Lula declarar à imprensa que qualquer pessoa que havia deixado o partido seria novamente bem-vinda.

A campanha pelas eleições diretas foi um momento dramático na história do PT, produzindo efeitos contraditórios e continuando a gerar debates por muito tempo. Foi a primeira vez que o PT participou de uma frente com outros partidos pela mobilização popular em torno de uma causa. Embora fazendo reservas quando o processo começou a centralizar-se em torno dos governadores que apoiavam a campanha, o PT continuou a mobilizar-se intensamente, e a colaborar de uma maneira relativamente harmoniosa. Os conflitos surgiram devido ao desejo de o PT introduzir questões sócio-econômicas na campanha; de maneira geral, porém, ele participou da criação de um discurso unitário. A desilusão com o esmorecimento da campanha após a derrota da emenda estabelecendo as eleições diretas provavelmente exacerbou o conflito sobre o boicote do Colégio Eleitoral. O comparecimento relativamente baixo nas pré-convenções que tomaram as principais decisões sobre esses temas gerou uma preocupação cada vez maior sobre o futuro do partido. O sucesso do PT em mobilizar-se para uma campanha poderia ter dado ao partido uma injeção de ânimo muito necessária; mas o resultado da campanha pareceu, num primeiro momento, limitar esta possibilidade.

Houve, porém, resultados positivos. A campanha estimulou uma discussão no partido sobre a necessidade de elaborar uma estratégia política, assim como um programa pela mobilização popular em tomo das principais questões da transição. O sucesso do trabalho numa frente suprapartidária possibilitou pensar em outras atividades desse tipo; embora o PT condenasse o PMDB por desertar da campanha pelas eleições diretas, os dois partidos voltaram a colaborar, juntamente com outros grupos, organizando comícios pela convocação de uma Assembleia Constituinte no início de 1985.

A dificuldade do partido de combinar seu foco nos movimentos sociais com a ação na esfera político-institucional produziu sérios conflitos internos entre 1982 e 1985. Externamente, o PT conquistou respeito pela sua capacidade mobilizadora na campanha pelas diretas; quando o apoio popular voltou-se para Tancredo, contudo, o público achou difícil compreender a posição do partido acerca do Colégio Eleitoral. Nem sua

ação nas instituições, nem mesmo sua capacidade de mobilização, explicam o prestígio crescente do partido durante esse período.

Um motivo pelo qual o PT dedicou pouca atenção à elaboração de uma estratégia institucional foi o intenso engajamento de muitos de seus militantes no movimento sindical e em movimentos sociais durante esse período; eles acreditavam que a natureza conservadora do processo de transição exigia que se prestasse especial atenção à sociedade civil, construindo a resistência contra a tentativa das elites conservadoras de limitar o alcance da mudança. Como já discutimos no capítulo anterior, o crescimento da CUT ajudou o público a perceber que a força do PT estava aumentando, apesar dos conflitos, amplamente divulgados, que caracterizaram esse período. Por mais fraco que tenha sido o desempenho do PT como ator institucional na primeira metade da década de 80, ele foi um importante organizador de um espaço de oposição política na sociedade civil. Por causa disso, à medida que o PMDB foi, cada vez mais, tornando-se *establishment*, ou "situação", o PT transformou-se num dos herdeiros da bandeira da oposição. Na segunda metade dos anos 80, começou a ser superada a dicotomia entre o partido como construtor de um movimento e como ator institucional.

Do movimento à política

A campanha pelas eleições presidenciais diretas demonstrou a possibilidade de se combinar a atenção aos mecanismos políticos formais com a organização no plano de sociedade. Em 1985, o sucesso do partido nas eleições para prefeito nas capitais e a participação nas discussões sobre a forma que deveria tomar a futura Assembleia Constituinte reforçaram, para os líderes petistas, uma consciência cada vez maior da necessidade de uma estratégia política mais ampla, que não se limitasse a fortalecer os movimentos e instituições da sociedade civil.

Os conflitos que caracterizaram a relação entre a organização do partido e os seus representantes no Congresso tenderam a dissipar-se com o tempo, em parte devido ao desenvolvimento de formas mais regulares de consulta, mas também devido a uma crescente identidade entre as duas partes. Em 1982, a maior parte dos líderes que fundaram o PT concorreram aos governos estaduais e todos eles perderam. Os que se candidataram ao Congresso Federal eram, em muitos casos, líderes de segundo escalão ou

candidatos do partido que já tinham experiência parlamentar. Vários faziam parte do grupo de "políticos", em relação aos quais alguns fundadores do PT, mais direcionados para os movimentos ou sindicatos, tinham alimentado boa dose de desconfiança. Os atritos acerca da porcentagem do salário que os membros do Congresso deviam contribuir para o partido, assim como a desavença sobre a recusa do PT em participar na eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, foram exacerbados por esse conflito subjacente. O ponto crucial é que os porta-vozes mais conhecidos e mais legítimos do partido não ocupavam cargos eletivos nesse período.

A delegação do PT eleita para o Congresso em 1986 foi muito diferente daquela eleita em 1982. Na 47ª legislatura (1983-87), quatro dos oito deputados federais eleitos por São Paulo haviam se filiado ao partido como políticos; uma (Bete Mendes) era atriz conhecida; dois eram líderes sindicais (Djalma Bom, dos metalúrgicos de São Bernardo, e Luiz Dulci, dos professores de Minas Gerais), e um (José Genoino Neto) era líder esquerdista renomado. Em 1986, Lula foi eleito para a Câmara dos Deputados com mais votos do que qualquer outro candidato do país, e tornou-se o líder da bancada petista; os dezesseis deputados do PT também incluíam o presidente do partido, Olívio Dutra, e vários outros líderes importantes (muitos dos quais eram sindicalistas). Um fenômeno semelhante ocorreu no nível estadual; o secretário-geral do partido, José Dirceu, foi eleito para a Assembleia Legislativa de São Paulo.

As tensões entre os parlamentares e a organização do partido dissiparam-se com essa mudança na composição da delegação petista ao Congresso. Se examinarmos os vinte membros e suplentes da Comissão Executiva Nacional, eleitos em dezembro de 1987, cinco eram deputados federais, dois eram ex-deputados federais e dois eram deputados estaduais.[57] Lula, como líder natural do partido, e Olívio Dutra, como seu presidente, em geral pronunciavam-se a partir de Brasília.

A decisão de tantos líderes petistas de candidatar-se ao Congresso em 1986 resultou também de uma compreensão da importância dessa

[57] Os deputados federais que eram membros da Executiva do partido incluíam o presidente do PT, Olívio Dutra, Paulo Delgado (MG), Luiz Gushiken (SP), José Genoíno Neto (SP) e Luís Inácio Lula da Silva (SP). Os ex-deputados federais eram Djalma de Souza Bom e Luís Soares Dulci, e os deputados estaduais eram José Dirceu (SP), secretário-geral do partido, e Marcelo Deda (SE). Ver a lista dos membros da nova Executiva Nacional e do Diretório Nacional, eleitos no V Encontro do partido em 4-6 de dezembro de 1987, em *PT Boletim Nacional* 33 (novembro-dezembro de 1987-janeiro de 1988).

legislatura, que deveria funcionar também como Assembleia Constituinte; os debates sobre questões sociais vitais ocorreriam ali. O processo de negociações parlamentares, para o qual os deputados petistas tornaram-se cada vez mais capazes durante esse período, foi considerado parte integrante das lutas sociais nas quais o partido também estava envolvido. O PT levou extremamente a sério o processo de elaboração da Constituição. Foi o único partido que formulou um projeto constitucional completo, baseado em discussões de uma proposta de projeto redigida, a pedido da Executiva Nacional, pelo jurista Fábio Konder Comparato.[58]

O partido foi um elemento importante na coalizão que abriu o processo de elaboração da Constituição às iniciativas populares, através de uma alteração das regras internas da Assembleia Constituinte que possibilitava as emendas populares (desde que estas fossem patrocinadas por pelo menos três entidades legalmente constituídas e assinadas por pelo menos trinta mil eleitores). Isso provocou um amplo processo de mobilização popular, acabando por gerar 122 emendas com um total de 12.265.854 assinaturas,[59] da qual participou uma ampla gama de movimentos sociais, sindicatos e outras organizações da sociedade civil.

Os deputados petistas foram muito ativos na Assembleia Constituinte, apresentando artigos e emendas e negociando apoio com deputados de outros partidos. Embora dessem especial atenção às partes da Constituição que tratavam dos direitos dos trabalhadores e da reforma agrária, foram atuantes também em outras áreas. A experiência de negociar alianças no Congresso durante a Assembleia Constituinte influiu muito na abertura do PT para as atividades de coalizão. Visto que a maioria dos partidos na Assembleia Constituinte não seguia uma disciplina partidária nas votações, era necessário alinhavar alianças em torno de cada questão, negociando individualmente com os deputados. Isto era verdade até mesmo (e talvez especialmente) nas questões que se tornaram as controvérsias centrais do processo — a extensão do mandato presidencial de Sarney, a reforma agrária e a questão da estabilidade no emprego. A coerência da

[58] Partido dos Trabalhadores, "Constituição da República Federativa Democrática do Brasil: Projeto de Constituição apresentado pela bancada do Partido dos Trabalhadores à Assembleia Nacional Constituinte", Brasília, 6 de maio de 1987. O projeto foi publicado em Fábio Konder Comparato, *Muda Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1986).

[59] Uma discussão detalhada do processo de emendas populares se encontra em Francisco Whitaker et alii, *Cidadão Constituinte: a saga das emendas populares* (São Paulo, Paz e Terra, 1989).

bancada do PT contrastou-se ao que ocorria nos outros partidos na Assembleia Constituinte.

A volubilidade das alianças políticas nos partidos principais — ainda mais complicada pela existência de "siglas de aluguel", cujo objetivo básico era oferecer um veículo eleitoral para políticos que não foram indicados para os cargos desejados por outros partidos — significa que, em geral, é bem difícil prever, a partir do partido a que pertence um político, que tipo de posição ele adotará no Congresso. Quase a metade dos membros do PMDB no Congresso Constituinte votou contra artigos que faziam parte da plataforma do partido. Assim, os blocos predominantes nas votações na Assembleia Constituinte não eram agrupamentos partidários, mas, sim, grupos de indivíduos; o bloco majoritário, o "Centrão", era composto por membros vindos de quase todos os partidos. Comparando a votação dos seis principais partidos[60] sobre questões polêmicas, Mainwaring concluiu que o PT foi o único cujos membros votavam de acordo com uma linha partidária única, sendo que apenas o PDT aproximou-se dessa posição.[61] O PMDB teve o mais baixo índice de coesão partidária.

A preocupação do PT em apresentar uma posição coerente (e coesa) difçrencia-o nitidamente dos principais partidos políticos brasileiros. Como demonstrou Mainwaring, o sistema partidário brasileiro confere um grau de autonomia incomum aos políticos, individualmente. Isso é reforçado pela combinação da representação proporcional com o sistema de lista aberta, ou seja, que os candidatos competem não só contra outros partidos, mas também entre si, e os partidos têm muito pouco controle sobre as

[60] Em 1986, o número de partidos registrados ou procurando registrar-se havia aumentado de maneira significativa. Onze partidos conseguiram cadeiras no Congresso Federal de 1986. A divisão das 487 cadeiras na Câmara dos Deputados é a seguinte: PMDB-257; PFL-118; PDS-33; PDT-24; PTB-18; PT-16; PC do B-6; PL (Partido Liberal)-6; PDC (Partido Democrata Cristão)-5; PCB-3; e PSB (Partido Socialista Brasileiro)-1. Dados de Leôncio Martins Rodrigues, *Quem é quem na Constituinte* (São Paulo, Oesp-Maltese, 1987), p. 17. Esta divisão mudou um pouco depois que alguns deputados deixaram seus cargos e foram substituídos por suplentes.

[61] Mainwaring produziu um Índice Rice de coesão partidária para onze votações nominais na Assembleia Constituinte, considerando a porcentagem de membros do partido que votaram com a maioria do partido, subtraindo a porcentagem dos membros que votaram contra e multiplicando por 100. Foram comparados apenas os votos dos seis maiores partidos (PMDB, PDS, PFL, PTB, PDT e PT). O índice Rice do PT foi de 100, seguido por 86 do PDT, 58 do PFL, 47 do PDS, 41 do PTB e 33 do PMDB. Mainwaring, "Brazilian party underdevelopment in comparative perspective", p. 13.

campanhas que eles realizam. A facilidade de se trocar de partido faz com que seja difícil para as lideranças aplicarem uma disciplina partidária, embora em princípio elas tenham o direito de agir assim. A instituição do "candidato nato", que dá a qualquer parlamentar o direito de concorrei para o mesmo cargo na eleição seguinte, aumenta essa autonomia.[62] Frances Hagopian ilustra expressivamente o impacto da tendência de os políticos agregarem-se em torno dos vencedores quando descreve a deserção de pelo menos duzentos prefeitos e chefes de diretório do PDS em Minas Gerais que, em meados de 1985, passaram para o PMDB.[63]

Essa estrutura partidária fluida e altamente permeável, reforçada pela excepcional autonomia individual dos políticos, não favorece um comportamento partidariamente responsável. Nessas circunstâncias, a coerência do PT e sua previsibilidade nas votações do Congresso é mais excepcional do que seria se colocada num contexto comparativo mais amplo. Não se trata apenas de notar que as políticas adotadas pelo partido são importantes, embora o caráter abrangente dos partidos brasileiros e o fato de que o Brasil nunca teve um partido legal de esquerda relevante (com a possível exceção do PCB entre 1945-47) faz disso algo notável por si mesmo. O grau de institucionalização formal do PT e a aceitação da disciplina partidária por parte dos seus políticos eleitos também realçam o comportamento institucional dos outros partidos, que não primam por prestar contas de seus atos nem a seus membros nem ao seu eleitorado.

À medida que o PT foi se diferenciando cada vez mais dos outros partidos na sua prática institucional, assim como nas suas relações com os movimentos sociais, mudou também sua maneira de conceber a sua missão. No início, o desejo de expressar no nível político os interesses dos trabalhadores e dos pobres fez com que o PT desconfiasse das alianças políticas, refletindo, assim, de certa maneira, uma falta de confiança em si mesmo como instituição; supunha-se que fazer alianças, mesmo táticas, acarretaria uma diluição do seu programa. Nos primeiros tempos, o partido tendia a considerar-se o porta-voz político do movimento organizado dos

[62] No caso do PT, o regulamento interno do partido rejeita explicitamente a noção de *candidato nato*. Para uma excelente discussão da autonomia dos políticos brasileiros em relação a seus partidos, ver Scott Mainwaring, "Political parties and prospects for democracy in Brazil", cit.

[63] Frances Hagopian, "The politics of oligarchy: the persistence of traditional elites in contemporary Brazil", cit., p. 372-4.

trabalhadores, e essa visão limitava sua capacidade de agregar setores diversos da sociedade brasileira insatisfeitos com o *status quo* e restringia sua capacidade de tomar iniciativas que fossem além do que faziam os sindicatos. Esta visão, juntamente com a fraqueza eleitoral do partido, tendia a provocar no PT uma dicotomia entre a ação social e a ação político-institucional, especialmente no Congresso.

À medida que o partido crescia e ganhava experiência, esses problemas começaram a ser resolvidos. Seu discurso evoluiu ao abandonar a ênfase permanente na organização do trabalho, tornando-se mais abrangente. Na segunda metade dos anos 80, o PT estava muito mais disposto a cooperar com outros partidos, tanto em eleições específicas como em determinadas campanhas políticas. Essa posição foi formalizada no programa político e organizacional aprovado no V Encontro Nacional do PT, em dezembro de 1987. Essa convenção, que os líderes petistas chamaram de *O Encontro do Crescimento*, refletiu a crescente confiança do partido na sua capacidade de desempenhar um papel de primeira importância na política nacional. Em nenhum lugar isso ficou tão evidente, em termos simbólicos, como no discurso de Lula aceitando sua indicação para a presidência do partido, quando ele brincou com a postura do PT sobre as eleições de 1982:

> Em 1982, quando fui candidato a governador por São Paulo, cometi uma grande gafe. Vocês se lembram da propaganda do PT, em que o menos perigoso estava condenado a noventa anos de cadeia. Fizemos uma fala em que eu dizia: "Lula, candidato a governador número 13, ex-tintureiro, ex-torneiro mecânico, ex-sindicalista, ex-preso, ex-não-sei-que-lá. Um brasileiro igualzinho a você".
>
> Eu imaginava que a classe trabalhadora iria compreender: puxa vida, esse cara é isso e é candidato; nós também podemos ser.
>
> Mas parece que os trabalhadores entenderam exatamente o contrário: ninguém queria ser um brasileiro igual a mim. Eles queriam ser um brasileiro com diploma universitário, queriam ser um brasileiro com melhores condições de vida, com melhor formação intelectual, com melhor qualidade de vida. A partir desse erro, comecei a compreender que às vezes a gente não pode fazer um discurso como se todos entendessem o que a gente fala. Numa campanha como a de 88 nós não poderemos ser vanguardistas, não poderemos fazer um discurso que só nós compreendamos.

> Às vezes a gente age como carros de corrida de Fórmula Um: a vanguarda está a 380 km por hora e a massa está num fusquinha a 60 km por hora, sendo multado em cada esquina. Na campanha, o PT tem que ocupar todos os espaços possíveis para educar o povo. Para plantar uma semente, para plantar algo que nunca mais vai morrer.[64]

O mesmo tom caracterizou o programa político e organizacional aprovado no encontro de 1987. A nova posição do partido quanto às alianças reconhecia, em face do equilíbrio real das forças políticas no Brasil, a necessidade de construir alianças tanto estratégicas como táticas. As estratégicas deveriam incluir os partidos que se consideravam socialistas, comunistas, ou que se propunham representar os trabalhadores; mas esses partidos deveriam reconhecer também que

> ... a frente única classista que engloba todos os trabalhadores assalariados não é suficiente para derrotar a dominação burguesa neste país. É necessária uma aliança de todos os setores que, por suas contradições com a burguesia, estejam dispostos a lutar, com os trabalhadores, pelo poder.[65]

Além das alianças estratégicas criadas com o fim de conquistar posições de poder, o partido formaria alianças táticas, tanto no Congresso, como nas lutas sociais, em torno de objetivos de curto e médio prazo. O exemplo dado foi a aliança formada “com partidos progressistas e democráticos” em torno de programas sociais e contra a ala direita da Assembleia Constituinte.

O PT ainda propõe-se a representar os interesses dos trabalhadores, dos pobres e dos excluídos. A diferença é que ele não considera mais estar falando apenas a esses setores da população; ele reconhece que, para falar com eficácia em nome desses setores, deve ampliar a sua base de apoio. Voltando ao plano político e organizacional de 1988-89:

> A influência do PT junto aos setores médios tem crescido. É preciso atraí-los para engrossar a luta dos trabalhadores contra a transição e pela instalação de um Governo democrático e popular. Cabe ao PT, neste momento, simultaneamente à campanha para a Presidência,

[64] Discurso no V Encontro Nacional, reproduzido em *PT Boletim Nacional*, 33, novembro-dezembro de 1987-janeiro de 1988.
[65] “Por um PT de massas, democrático e socialista”, reproduzido em *PT Boletim Nacional*, 33.

> convocar as forças progressistas, democráticas e socialistas, para assegurar as conquistas dos trabalhadores na Constituinte.
>
> O PT reconhece não estar na ordem do dia, neste momento, para a classe trabalhadora, nem a tomada do poder nem a luta direta pelo socialismo. Mas sim o combate por uma alternativa democrática e popular que exige três atividades centrais:
>
> a consolidação das diretas em 88,[66] com presidencialismo, ocupação de espaços e lançamento do maior número de candidatos possível. A candidatura de Lula à Presidência estará apoiada num programa que será mais do que simples reivindicações imediatas;
>
> a organização do PT como força política socialista, independente e de massas;
>
> a construção da CUT, através de um movimento sindical classista, de massas e combativo, e a organização do movimento popular independente.[67]

Dilemas recorrentes

Na segunda metade dos anos 80 o PT fez progressos substanciais, reconciliando a necessidade de trabalhar com eficiência no Congresso e sua prioridade de fortalecer os movimentos sociais. Nesse processo, manteve um forte sentimento de representação e de responsabilidade; permaneceu fiel a noção de que o PT, como partido programático, representava, amplamente, um determinado eleitorado e devia prestar contas aos seus membros, bem como ao seu eleitorado, pelos atos dos seus representantes eleitos. O desenvolvimento de padrões mais coerentes de interação entre a liderança e os parlamentares petistas, e o fato de que muitas vezes as mesmas pessoas ocupavam as duas posições, reduziram os conflitos sobre a disciplina partidária, típicos do início dos anos 80.

Entretanto, quando os candidatos petistas conquistam cargos executivos — até o momento, exclusivamente as prefeituras municipais — essas questões ficam mais difíceis de resolver. A aplicação de noções

[66] A referência às eleições diretas em 1988 baseia-se numa campanha popular por eleições diretas e na luta travada na Assembleia Constituinte para limitar o mandato de Sarney a quatro anos. Ambas não tiveram sucesso, e as eleições diretas para presidente só se realizaram em novembro-dezembro de 1989.
[67] Ibidem.

comparáveis de representação e de responsabilidade política no caso dos petistas em posições executivas é inerentemente problemática: um prefeito tem de lidar com um eleitorado muito mais amplo do que o setor perante o qual o PT se considera primariamente responsável; deve negociar com uma gama mais ampla de poderosos atores sociais e políticos, e muitas vezes, deve fazer concessões em questões que alguns membros do partido consideram negociáveis, a fim de garantir sua sobrevivência e sua capacidade de agir em outras questões. Não obstante, a imagem pública do partido é substancialmente afetada pelo desempenho das prefeituras que ele controla, e, por essa razão, o PT depende muito da maneira como essas prefeituras são governadas, das políticas propostas pelos prefeitos petistas e dos mecanismos pelos quais essas políticas são formuladas e implementadas. Assim, os prefeitos percebem a necessidade de flexibilidade e autonomia em relação ao partido, e o partido — mesmo reconhecendo essa necessidade — tende a buscar um controle maior. Essas tensões parecem ser inerentes à estrutura da relação entre os prefeitos e o partido.

O PT que conquistou importantes cargos municipais em 1988 era muito mais maduro do que nas suas primeiras disputas eleitorais, seis anos antes. Embora a vitória de Luiza Erundina na eleição para a prefeitura de São Paulo causasse uma previsível euforia entre os petistas, que comemoraram o fato numa enorme festa na Avenida Paulista, os órgãos de direção do partido não participavam dessa euforia. As lideranças sabiam que boa parte do apoio que haviam recebido era circunstancial. Sabiam que estavam assumindo prefeituras debilitadas por gravíssimos problemas fiscais e financeiros, com uma infraestrutura extremamente insuficiente e uma folha de pagamento inchada por nomeações clientelistas. A deterioração da economia nacional havia piorado os problemas sociais, e as expectativas populares em relação às administrações petistas decerto estavam além do que os dirigentes eleitos poderiam oferecer. Todos reconheciam que as lutas entre seitas políticas que haviam ocorrido em Diadema e Fortaleza não poderiam se repetir. Assim, não é de admirar que, na reunião do Diretório Nacional em 10-11 de dezembro de 1988, convocada para avaliar as eleições e traçar novas diretrizes, em meio às congratulações, todos os participantes expressavam no rosto uma grande seriedade.

O partido aprendeu muito com as experiências de Diadema e Fortaleza. Em Diadema, a batalha entre a administração municipal e a organização local do partido forçou-o a confrontar-se, logo depois da sua

primeira experiência eleitoral, com o problema da responsabilidade perante o eleitorado. Em Diadema, o partido saiu-se muito melhor do que seria de esperar, dada a turbulência do primeiro ano da administração; o candidato petista elegeu-se novamente prefeito em 1988. Em Fortaleza, o fracasso da primeira administração petista numa capital estadual precipitou uma crise que levou à expulsão da prefeita Maria Luiza Fontenelle. Além da questão das dissidências internas, a administração Fontenelle também serviu como lição objetiva sobre o perigo de se alienar a classe média; os graves problemas relacionados à coleta de lixo e ao conserto de ruas levaram a uma sensação generalizada de que a administração da cidade estava fora de controle. O fato de que o PT não tinha **nenhum** representante na Câmara Municipal obviamente complicava o processo, assim como as dificuldades de comunicação com poderosos interesses comerciais da cidade. A administração petista de Fortaleza conseguiu, porém, um crédito por "moralizar" as práticas de contratação da prefeitura.[68]

Em 1988, a posição do partido era de que os eleitos para cargos municipais deviam tentar executar o programa do partido e representar as necessidades e interesses da população do município, sendo responsáveis perante ela pelos seus atos. Responsabilidade perante o partido significava fidelidade às linhas gerais do seu programa e às suas políticas, e não uma subordinação diária aos seus ditames. Mesmo assim, nos casos em que os prefeitos agiam de uma maneira considerada contrária às posições do PT, o partido reservava-se o direito, depois de uma discussão com a prefeitura em questão, de cortar relações. Essas distinções revelaram-se mais fáceis na teoria do que na prática.

São Paulo foi o maior e o mais visível dos municípios que o PT teve de administrar depois de 1988, e a administração de Luiza Erundina gerou um sem-número de controvérsias internas no partido. A preocupação do PT quanto ao desempenho inicial da administração era particularmente aguda no início por causa das eleições presidenciais de 1989; havia uma crença generalizada de que uma administração exemplar em São Paulo daria um impulso extra à candidatura de Lula à Presidência. Entretanto, durante o primeiro ano, a administração de Erundina ocupou-se basicamente em sanear financeiramente o município; esse processo deveria dar frutos a

[68] Uma avaliação concisa da administração Fontanelle se encontra em Mara Bergamaschi, "Guerra de facções determina fracasso do PT em Fortaleza", *Folha de S. Paulo*, 27 de novembro de 1988, p. A-11.

longo prazo, mas, a curto prazo, não trouxe dividendos políticos para o partido. Quando Erundina assumiu a prefeitura, a cidade estava falida. Tinha uma dívida de cerca de um bilhão de dólares e devia mais de US$ 1,5 milhão em pagamentos atrasados; os estoques de produtos de primeira necessidade estavam a zero; os edifícios públicos (escolas, hospitais etc.) e o equipamento (ônibus, por exemplo) estavam necessitando urgentemente de reparos; a administração Jânio Quadros havia deixado a cidade com dezenas de obras públicas inacabadas, de alto custo e de utilidade duvidosa.[69]

Embora poucas das suas primeiras realizações tivessem visibilidade pública, a administração Erundina conseguiu realizar muita coisa rapidamente. Racionalizou o pagamento das dívidas, fez novos cronogramas ou cancelou contratos de construção, cortou os custos de uma série de áreas-chave (coleta de lixo, por exemplo) sem prejudicar os serviços, e começou a racionalizar a enorme máquina administrativa da cidade. Iniciou também um processo de descentralização, no qual concedeu mais autoridade e maiores recursos às administrações regionais da cidade, estimulando ao mesmo tempo o desenvolvimento de mecanismos de participação nestas micro-regiões.[70] Embora o PT não tivesse maioria na Câmara dos Vereadores, conquistou a presidência desse órgão, e o presidente Eduardo Suplicy demonstrou ser um hábil negociador. A descentralização foi incorporada à nova Lei Orgânica do Município, e outras conquistas também foram realizadas; pela primeira vez o Imposto Territorial tornou-se progressivo.[71] Suplicy também demonstrou seu conhecido talento para a denúncia de irregularidades quando conseguiu que vários vereadores poderosos e notoriamente corruptos fossem processados por suas atividades.

Os benefícios visíveis para os trabalhadores e para os pobres demoraram mais a chegar, com algumas exceções. Uma realização que obteve grande impacto foi a volta da carne na merenda escolar, depois de quatro anos. (Erundina conta a história de uma criança que, ao ver a carne na merenda, saiu correndo e gritando, pensando que um bicho havia entrado na

[69] Maria Aparecida Damasco e Paola Gentile, "PT recebe São Paulo em crise", *O Estado de S. Paulo*, 20 de novembro de 1988; Pedro Jacobi, "Gestão municipal e conflito: o município de São Paulo", texto apresentado na XIV Reunião Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 22-26 de outubro de 1990, p. 5-6.

[70] Pedro Jacobi, "Gestão municipal e conflito...", cit.

[71] Entrevista com Ladislau Dowbor, Secretário de Negócios Extraordinários, Prefeitura Municipal de São Paulo, 19 de outubro de 1990.

sua comida).[72] Em 1990, a administração voltou sua atenção para a infraestrutura social, dando alta prioridade aos centros de saúde, creches e escolas. A área que demonstrou ser a mais difícil de tratar foi a dos transportes. O serviço de ônibus da cidade continuou péssimo, e sérios problemas administrativos e de corrupção na administração da Companhia Municipal de Transportes Coletivos levantaram dúvidas sobre a correção da posição oficial do PT, que propunha a expropriação das linhas de ônibus particulares.

Os conflitos entre setores do partido e a prefeitura de São Paulo surgiram em torno de três questões: políticas públicas e realizações, formas de representação e questões eleitorais. Para os membros do PT que esperavam ver São Paulo revolucionada, a postura pragmática da administração petista foi frustrante e inesperada. Dos dois aspirantes do partido à prefeitura, Erundina era considerada a mais radical. Duas de suas primeiras decisões, em particular, produziram reações iradas: a expropriação (mediante indenização) de uma das últimas mansões da Avenida Paulista e seu tombamento como marco histórico; e as bem-sucedidas negociações com a Shell para a construção de um autódromo de Fórmula-1. Essas atitudes, juntamente com os esforços de Erundina para apaziguar os temores da elite comercial de São Paulo quanto ao possível impacto de uma administração petista, pareceram, para alguns petistas, levantar questões quanto ao compromisso da prefeita com os pobres. Para os comerciantes, porém, muitos dos quais haviam esperado uma hostilidade sem tréguas para com o setor privado, o pragmatismo de Erundina foi uma surpresa bem-vinda; no início de 1990, a revista de negócios *Exame* chegou a publicar um artigo de duas páginas elogiando a prefeitura pela sua proeza ao conseguir equilibrar o orçamento da cidade. Setores esquerdistas do PT acusaram Erundina de trair o seu mandato, e lideraram marchas à prefeitura exigindo mais moradias públicas e serviços sociais. Nas eleições presidenciais de 1989, Lula — mesmo continuando a defender a administração da cidade dos ataques que esta recebia — não a considerava como uma força na sua campanha. No final de 1990, as primeiras avaliações pessimistas começavam a mudar. A prefeitura contratou uma firma de relações públicas para divulgar suas realizações, e as pesquisas de opinião registraram uma mudança na atitude do público, em favor de

[72] Alípio Freire e Ricardo Azevedo, "Sem medo de ser governo", entrevista com Luiza Erundina, *Teoria e Debate 11*, agosto de 1990, p. 12.

Erundina. No partido muitos continuavam a criticá-la, mas passaram a concentrar sua atenção em outros tópicos.

Na sua filosofia em relação à prefeitura, o PT sempre apoiou a formação de conselhos populares como veículo para a participação popular direta na elaboração de políticas. A relação entre esses propostos conselhos e outros veículos de representação política — as Câmaras Municipais, por exemplo — nunca foi definida com clareza, nem tampouco questões vitais como as de que modo e por quem eles deveriam ser organizados, e quais deveriam ser os seus poderes. Imediatamente depois das eleições, Erundina declarou que os conselhos populares iriam determinar as prioridades da sua administração, indicando os conselhos de saúde pública na zona leste da cidade como exemplo desse tipo de organização popular.[73] Esses conselhos, resultado de quatorze anos de organização de movimentos ligados à Igreja e de grupos esquerdistas, são essencialmente grupos de usuários; há por volta de oitenta conselhos de bairro, nos quais 1.500 delegados, representando cerca de cem mil pessoas. Eles são eleitos diretamente, por voto secreto, e têm o direito de intervir na administração de centros de saúde locais (mas não no seu orçamento).[74] O problema era como generalizar essa experiência para outras áreas problemáticas e/ou estabelecer conselhos baseados numa dada região e não numa determinada política. Os líderes da Igreja entusiasmaram-se com a ideia dos conselhos; já os políticos de outros partidos tinham grandes dúvidas. Futuros membros da administração petista foram cautelosos ao discutir os conselhos depois das eleições; tentaram distinguir entre os conselhos organizados pela população e os órgãos deliberativos que a administração poderia criar, evitaram a questão de saber se os conselhos deviam ser consultivos ou deliberativos, e insistiram que esses conselhos não poderiam ser braços do PT.[75] Como disse o líder petista Celso Daniel,

[73] "Erundina diz que conselhos populares definirão prioridades", *Folha de S. Paulo*, 17 de novembro de 1988, p. A-2.

[74] William Waack e Marcos Faerman, "A confusão ronda os conselhos populaies", *Jornal da Tarde*, 23 de novembro de 1988, p. 13; "Estes conselhos vão cobrar o PT", *Jornal da Tarde*, 5 de dezembro de 1988, p. 18.

[75] "PT apoia conselhos populares mas não sabe como trabalhar com eles", *Folha de S. Paulo*, 18 de dezembro de 1988, p. A-8.

> A confusão entre poder, partido e movimentos sociais é perigosa para todos os envolvidos. [...] A hora da maturidade chegou ao PT. Não é mais possível negar o institucional.[76]

Entretanto, dar atenção ao lado institucional significava confrontar-se diretamente com uma série de questões relativas à vinculação do partido com a ideia de democracia direta. Num texto fascinante apresentado no encontro de 1990 da Associação Brasileira de Ciências Sociais, Ana Maria Doimo examinou a lógica contraditória das redes de movimentos sociais e instituições representativas, numa tentativa de situar a proposta dos conselhos.[77] Segundo ela, o problema não se situa no grau relativo de organização dos movimentos sociais ou das redes que daí resultam, mas sim na diferença em termos de lógica de funcionamento entre os movimentos cuja força depende de redes sociais informais, lealdades pessoais, solidariedade e consenso, e os órgãos institucionalizados, caracterizados pela permanência e pelas relações formais. As instituições dependem de um conjunto de regras de procedimento para governar a relação entre o Estado e a sociedade, equilibrando diferentes forças e interesses sociais. Já os movimentos sociais procuram o acesso direto aos responsáveis pela tomada de decisão, colocando a identidade e a solidariedade grupais acima dos vínculos de procedimento, que são vistos como imposições vindas de cima. Nas tentativas por ela estudadas de criar conselhos, a autora afirma que

> ...a força da ideia da auto-organização do povo conduz tão-somente à reprodução, no mesmo espaço social, da competição intergrupos e intragrupos, cada qual tentando reafirmar sua identidade perante os outros.[78]

Por exemplo, numa reunião em Campinas destinada a reunir representantes dos movimentos sociais como base para um conselho popular, os representantes dos movimentos limitaram-se a enumerar reivindicações específicas, e mostraram pouco interesse em discutir como estabelecer prioridades entre elas. Ana Maria Doimo conclui que os movimentos sociais no Brasil têm uma lógica dupla — por um lado, são

[76] "PT discute fórmula para evitar choque entre prefeitos e conselhos populares", Folha de S. Paulo, 14 de dezembro de 1988, p. A-4.

[77] Ana Maria Doimo, "Movimentos sociais e conselhos populares: desafios de institucionalidade democrática". Texto apresentado no XIV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 22-26 de outubro de 1990.

[78] Idem, ibidem, p. 29.

exigentes e tendem à ruptura (na sua vigorosa luta por reivindicações específicas); por outro, são corporativos e integrativos (no seu desejo por um maior acesso às decisões setoriais) — o que não é a lógica das instituições representativas. Os problemas encontrados ao tentar organizar os conselhos populares são, portanto, inerentes à lógica dos movimentos sociais enquanto organizações.

Esse tipo de argumento apresentado por Doimo não convence todos os petistas, e alguns continuam acusando a prefeitura por não dar atenção suficiente à criação de novas formas de participação. Entretanto, para a prefeitura de São Paulo, a questão dos conselhos populares transformou-se, aos poucos, de um projeto a curto prazo para um a longo prazo. Em 1990, no processo de redação da nova Constituição Municipal, os representantes do PT abandonaram o termo "conselhos populares" e começaram a discutir a criação de conselhos representativos, no contexto das administrações regionais recém-descentralizadas. Estas deviam funcionar como congressos regionais, e basear-se-iam em mecanismos tradicionais da democracia direta, tais como audiências públicas, iniciativas populares, referendos e plebiscitos.[79] Luiza Erundina começou a falar dos conselhos como "uma questão política fundamental", e não como uma questão metodológica. Ela afirmou que os comitês não poderiam ser um braço da prefeitura nem do partido, e que sua criação exigia um processo mais longo de construção da consciência através da luta de classes. Sua administração continuou incentivando a formação de conselhos setoriais que comparecessem perante "plenários populares", porém admitiu que estes tinham representatividade limitada.[80]

O conflito mais sério entre a organização do partido e as prefeituras petistas eleitas em 1988 surgiu por causa das eleições para governador de 1990 em São Paulo, as quais, pela primeira vez, foram realizadas em dois turnos, com uni desempate entre os dois candidatos mais votados do primeiro turno. Quando o segundo turno apresentou uma escolha entre Maluf e Fleury (candidato de Orestes Quércia, governador pelo PMDB), o PT, como organização, decidiu instruir os membros do partido para anularem seu voto. Nem todos os líderes petistas concordaram: alguns pensavam que, diante de uma escolha entre o direitista Maluf e o protegido da máquina quercista, altamente clientelista, eles ainda estariam melhor

[79] Idem, ibidem, p. 41.
[80] Alípio Freire e Ricardo Azevedo, "Sem medo de ser governo", cit., p. 15.

com a segunda opção — apesar do envolvimento ambíguo de Fleury num esforço para desacreditar o PT no final da campanha de Lula para presidente.[81] Os prefeitos petistas, em especial, pensavam que lhes seria vantajoso dar um "apoio crítico" a Fleury, especialmente se se pudesse chegar a um acordo pré-eleitoral, garantindo que ele acabaria o suposto boicote de Quércia às prefeituras do PT. Depois das eleições, vários vereadores petistas da Câmara de São Bernardo que haviam trabalhado ativamente na campanha por Fleury foram expulsos do partido; isso fez com que o prefeito petista de São Bernardo, Maurício Soares, e outros membros da Câmara também saíssem do partido em sinal de protesto. Jacó Bittar, prefeito de Campinas (cidade natal de Quércia), desenvolveu fortes vínculos com a máquina quercista. Após declarar, em dezembro de 1990, que não estava mais preso às decisões do diretório de Campinas, também foi expulso do PT em fevereiro de 1991.

Mesmo considerando que essas deserções também tinham raízes mais profundas do que o conflito específico que as originou — em especial no caso de Jacó Bittar —, elas demonstram que os limites da disciplina partidária ainda não estão bem definidos no PT. Não é de se admirar, já que o exercício da disciplina partidária é algo alheio à prática tradicional da maioria dos partidos brasileiros. Mesmo assim, a linha que divide a coerência (amplamente considerada um dos pontos fortes do PT) e a rigidez (tida, em geral, como um ponto fraco) é muito tênue, e muitas vezes o preço de tentar apresentar uma posição partidária coerente foi ser considerado sectário. Por vezes a passagem do tempo atenua tais julgamentos; depois de cinco anos de governo Sarney, o boicote do PT às eleições indiretas de 1985 passou a parecer a muita gente mais razoável do que parecia na época. A definição das relações entre o partido e as prefeituras, e a esfera de ação autônoma de cada um, ainda está em processo de evolução. Experiências como o Conselho Político, que se reúne semanalmente com membros da administração de Luiza Erundina e desempenha um papel de consultoria,

[81] Quando o empresário paulista Abílio Diniz foi sequestrado, na última semana da campanha, materiais de divulgação do PT foram encontrados (ou, segundo alguns, "plantados") em posse dos sequestradores. Este fato obteve ampla repercussão, e alguns meios de comunicação chegaram a dizer que o PT tinha se envolvido no sequestro. Mais tarde, Fleury reconheceu que, como Secretário da Segurança Pública, sofreu na época uma considerável pressão para envolver o PT.

podem contribuir para tal definição, na medida em que atenua as tensões inerentes a essa relação.

Conclusões

À primeira vista, a história contada neste capítulo parece o relato de um fracasso. No início dos anos 80, era fácil para os observadores — e mesmo para alguns membros e militantes do PT — interpretá-la assim. Em minhas conversas com vários líderes petistas em meados de 1985, muitos expressaram uma séria preocupação quanto a saber se o partido duraria até o fim do ano. O PT parecia passar de uma crise a outra. Diante dos problemas levantados pelo caso de Diadema, pelas difíceis relações com os parlamentares petistas e pelo aparente declínio na atividade interna do partido, a "volta às bases" parecia algo permanente. Quando líderes-chave do partido como Lula e Olívio Dutra começaram a dar mais atenção a seus cargos nos sindicatos do que ao partido, foi fácil predizer que o PT logo voltaria a dissolver-se no amplo espectro de movimentos dos quais ele surgiu.

Esta interpretação, mesmo compreensível, demonstrou estar errada. Quando o partido ressurgiu na esfera pública, com as eleições para prefeito de 1985, passou a encarar os dilemas colocados na primeira metade dos anos 80 com renovado vigor. Por mais difíceis que fossem de resolver, esses dilemas forçaram o PT a confrontar-se com uma série de escolhas políticas cruciais no início do seu desenvolvimento. Reforçar a capacidade organizacional dos movimentos sociais, construir um movimento político amplo buscando uma mudança fundamental nas relações sociais, construir um partido de militantes com estruturas democráticas, funcionar no nível eleitoral, participar das instituições políticas, eram objetivos que muitas vezes pareciam impossíveis — e irreconciliáveis. Contudo, foi precisamente o esforço contínuo de o PT equilibrar todos eles que constituía a sua identidade política e o diferenciava dos outros partidos políticos brasileiros. As diferenças que pareciam afirmar a sua marginalidade nas primeiras fases da transição foram exatamente aquelas que fizeram dele o eixo de uma nova "oposição" no final dos anos 80.

9. Conclusão

Em novembro de 1988 o Partido dos Trabalhadores abalou a elite política brasileira ao vencer as disputas para prefeito em três capitais (São Paulo, Porto Alegre e Vitória) e em 29 outras cidades brasileiras (incluindo vários dos maiores centros industriais paulistas). Em 1989, na primeira eleição presidencial direta em três décadas, Lula chegou a um passo de ganhar a presidência, perdendo no segundo turno, com 47% dos votos válidos, para os 53% de Fernando Collor de Mello.[1] Nada, no crescimento gradual do partido durante os anos intermediários, havia tornado inevitável qualquer um desses extraordinários acontecimentos políticos. Mais uma vez, a dinâmica peculiar da transição brasileira criou o lugar que o PT deveria ocupar — o de última esperança de mudança. Mesmo assim, a capacidade de o partido desempenhar esse papel aumentou com seu próprio processo de maturação dos anos precedentes.

Dizer que os resultados das eleições para prefeito de 1988 representaram uma transformação radical na política brasileira ou no comportamento eleitoral do país seria exagero. Mesmo assim, muitos eleitores enviaram um sinal ao governo (como supostamente disse o governador de São Paulo, Orestes Quércia, eles não mandaram um telegrama, mas colocaram um *outdoor* no meio da estrada), no sentido de que esperavam mais seriedade e consciência dos políticos eleitos. O PT, visto como partido sério e responsável serviu como veículo para esse protesto maciço. Pelo fato de existir, ele ajudou a tornar essa mensagem mais clara.

Em 1988, a posição anômala do PT durante a transição havia se transformado numa vantagem. Em 1982 e 1986 a afirmação do PMDB de ser o partido da transição para a democracia foi um poderoso gerador de votos, mas a ampla desilusão com o processo de transição fez-com que essa alegação revertesse contra o partido em 1988. A bancarrota política do

[1] A Constituição Brasileira de 1988 estipula que as eleições presidenciais diretas se realizam em dois turnos, com os dois candidatos mais votados no primeiro turno concorrendo um mês depois. No primeiro turno, em 15 de novembro, Lula derrotou Brizola por uma pequena margem, chegando ao segundo lugar. No primeiro turno o PT formou uma aliança eleitoral com o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e com o Partido Comunista do Brasil (PC do B), chamada Frente Brasil Popular; no segundo turno, a Frente conseguiu o apoio do Partido Verde, do Partido Comunista, do PSDB de Mário Covas, do PDT de Brizola e de setores do PMDB.

governo Sarney era evidente, acompanhada por uma severa crise econômica que afetou a classe média, a classe trabalhadora e os pobres. As deliberações amplamente difundidas da Assembleia Constituinte chamaram a atenção pública para o comportamento destituído de princípios de grande parte dos políticos eleitos, incluindo muitos do antigo partido de oposição. Especialmente prejudicial foi a boa vontade de muitos políticos do PMDB em apoiar a desesperada (e altamente impopular) campanha de Sarney para um quinto ano no poder, em troca de privilégios para si mesmos ou para seus eleitores. Em termos socioeconômicos, a década de 80 foi uma montanha-russa: uma grave queda no início; uma breve melhora em 1986, com os primeiros estágios do Plano Cruzado; e, no final da década, a erosão de muitas dessas conquistas com a alta da inflação. Em números agregados, a renda *per capita* caiu em 6,59% durante a década[2] e, num efeito perverso, a distribuição da renda ficou ainda mais desigual do que no auge do governo militar. A Pesquisa Domiciliar (PNAD) publicada em 1990 mostrou que, de 1981 a 1989, o décimo superior da população aumentou sua participação na renda de 46,6% para 53,2%, enquanto a participação dos 50% inferiores caiu de 13,4% para 10,4%.[3] Em 1988 e 1989, os brasileiros seguiram uma longa tradição de votar contra a situação e a favor da oposição — ou seja, o PT e outros partidos menos identificados com o *status quo*.

Uma série de experiências estimulou o PT a começar a resolver alguns dos dilemas que o dilaceraram em meados da década de 80. As grandes esperanças de que houvesse uma administração municipal exemplar em Diadema e Fortaleza foram destruídas, mas as lições resultantes foram valiosas. As contínuas dificuldades com os agrupamentos organizados de esquerda, os "partidos dentro do partido", foram submetidas a um extenso debate interno e resultaram na formulação de regras partidárias quanto à formação e ao comportamento das correntes. A tensão inerente ao desejo de ser um partido de ação e mobilização social e ao mesmo tempo agir com eficiência no plano das instituições políticas permaneceu um elemento-chave no caráter do partido, deixando de ser vista

[2] Dados do Banco Central indicavam que em 1990 a renda *per capita* de 147,4 milhões de brasileiros era de US$2.020, comparada a US$2.400 para 124 milhões de habitantes em 1981. Dados publicados em *O Globo*, 29 de janeiro de 1991, reproduzidos na conferência eletrônica na rede Alternex, "Renda *per capita* teve queda de 6,59% na década de 80", Topic 25, 14 de fevereiro de 1991.

[3] Reproduzido em "Trancos e barrancos", *Veja*, 21 de novembro de 1990, p. 42-5.

como uma contradição. À medida que o partido se fortaleceu e ganhou experiência politica, as vantagens de fazer alianças em torno de determinadas questões ou candidaturas tornaram-se mais relevantes do que os perigos.

Através de todo este estudo, afirmei que compreender a natureza da transição brasileira — o contexto, ou "estrutura de oportunidade política", em que se desenvolveu o Partido dos Trabalhadores — era crucial para compreender a ação e a evolução do partido. Certas características do PT, responsabilizadas pelo seu "fracasso" nos primeiros estágios da transição, tornaram-se elementos vitais para a sua sobrevivência política e sua contínua evolução. Atos que inicialmente foram vistos como provas de rigidez e sectarismo, como, por exemplo, a decisão de não participar nas eleições presidenciais indiretas em 1985, acabaram sendo considerados demonstrações de coerência e de fidelidade aos princípios. O contínuo esforço do PT para funcionar democraticamente e incentivar a participação mais ampla possível de seus membros frutificou, resultando na sua crescente visibilidade; em 1988, os analistas políticos consideravam a capacidade de o partido convocar seus militantes para campanhas sociais e políticas um recurso político que quase compensava a sua carência de recursos financeiros. Enquanto os dissidentes do PMDB lutavam para que suas lideranças convocassem uma convenção do partido, o PT continuava realizando encontros regulares em todos os níveis, renovando suas lideranças e envolvendo-se em debates prolongados, e por vezes apaixonados, sobre questões políticas.

Afirmei que o Partido dos Trabalhadores constituiu um fato novo entre as instituições políticas brasileiras por diversas razões: primeira, porque ele se propôs a ser um partido que expressava os interesses dos trabalhadores e dos pobres na esfera política; segunda, porque procurou ser um partido internamente democrático; e, por fim, porque queria representar todos os seus membros e responsabilizar-se perante eles pelos seus atos. Todos esses conceitos evoluíram muito desde sua fundação, mas permaneceram elementos centrais na identidade do partido e são justamente o que faz dele uma inovação.

A própria organização do Partido dos Trabalhadores desafiou elementos importantes no conceito predominante que se faz de política no Brasil. A noção de que os trabalhadores deveriam representar a si mesmos na cena política parecia "absurda" sob vários aspectos. Primeiro, os trabalhadores não possuíam o **conhecimento** político para representar a si

mesmos; faltava-lhes não só a instrução como também a familiaridade com assuntos públicos, que os membros da elite política devem ter. Segundo, dada a muito citada importância dos vínculos pessoais na política de conciliação e negociação, considerada uma característica central do sistema brasileiro, era claro que os trabalhadores não possuíam a rede de relações que os tornaria atores eficientes na arena pública. Para a maioria dos brasileiros, essas observações não eram nada mais do que "bom senso", uma avaliação do que era possível e do que era "meramente" utópico. O PT, por outro lado, propôs um novo "bom senso" para os trabalhadores — um bom senso que reconhecia a possibilidade de traição por parte das elites políticas e argumentava que "se você quer que alguma coisa seja feita, faça você mesmo".[4]

O elitismo na política brasileira não se originou com o regime autoritário. Vários autores já afirmaram que a dinâmica predominante nesse sistema é a de conciliação e negociação entre as elites. Através de formas populistas de mobilização popular em momentos críticos (as quais, porém, raramente determinavam resultados políticos) e de formas corporativas de representação de interesses, uma elite dirigente relativamente estrita manteve um grau de controle excepcionalmente alto da arena política. Os casos em que os conflitos traduziram-se numa polarização social ampla foram relativamente raros.

Uma das colunas mestras deste modelo foi a capacidade de cooptação dos líderes populares. Enquanto um controle corporativista das associações conseguiu evitar a articulação de uma base de poder independente para os líderes de classe e a percepção de um conflito genuíno acerca das alternativas, "o sistema" foi capaz de oferecer incentivos pessoais para adoção de um comportamento integrativo, "construtivo".[5] Um alto grau de estratificação social e desigualdade social e econômica reforçava a convicção popular de que não era possível mudar muita coisa, e que as

[4] Este dito popular, comum nos Estados Unidos, é um excelente exemplo das diferenças na construção do "bom senso" em contextos culturais diversos. No Brasil isso é um absurdo, uma falta total de bom senso, ilustrada pela importância do *despachante* profissional: pessoa que cobra para cuidar dos incômodos trâmites legais envolvidos no trato com os órgãos públicos, como a renovação de uma carteira de motorista e daí para cima. "Faça você mesmo" seria uma perda de tempo e pode ser até contraproducente, já que os cidadãos comuns não têm os conhecimentos necessários sobre os mecanismos internos da burocracia.

[5] Philippe Schmitter, *Interest conflict and political change in Brazil* (Stanford, Stanford University Press, 1971), Parte IV.

relações pessoais eram mais confiáveis do que a atividade política. Faltava ao Brasil uma tradição de responsabilidade dos cidadãos e também de que os políticos prestassem conta dos seus atos. Como disse Schmitter,

> "O sistema", como se diz no jargão local, é concreto e não analítico; é "um complexo de experiências que se inter-relacionam de maneira distinta e aparentemente necessária". Um tal sistema não existe apenas na mente do observador, condicionando invisivelmente as respostas e aplicando correções homeostáticas. Não, ele é real, e é percebido pelos próprios atores da elite culta, que em geral procuram conscientemente preservá-lo. As necessidades desse sistema consistem num conjunto de relações estruturais e de expectativas de valores que condicionam e limitam o comportamento, fazendo-o assim mutuamente previsível.[6]

Através da sua forma de organização e da sua insistência em apresentar seus próprios candidatos em 1982, o Partido dos Trabalhadores tentou pôr em prática o princípio da auto-organização, procurando formar um partido democrático popular, baseado na classe trabalhadora. Embora a sua forma de organização fosse limitada pelas exigências da legislação partidária, é verdade que o PT tentou estabelecer estruturas para a participação das bases e procedimentos mais democráticos para as convenções do que os determinados pelos dispositivos legais. Em 1982, o contexto eleitoral plebiscitário, combinado com a inexperiência e os erros de cálculo do partido, produziram resultados profundamente decepcionantes. Além disso, o PT revelou-se incapaz, em boa medida, de utilizar a única prefeitura importante obtida em 1982 como administração "modelo", através da qual poderia ampliar a sua influência. Em meados de 1985, o Partido dos Trabalhadores estava às voltas com uma profunda crise acerca de seu futuro.

Apesar do fraco desempenho eleitoral do partido, ele conservou um grau de prestígio significativo na sociedade brasileira. De particular importância foi a sua contínua identificação com o setor mais combativo do movimento dos trabalhadores, especialmente na área da indústria moderna, mas com a crescente influência, no início dos anos 80, em alguns setores industriais mais tradicionais, entre os trabalhadores *white collar* recém-organizados e também entre os trabalhadores rurais. Nas eleições para

[6] Idem, ibidem, p. 377. Citação interna de Carl J. Friedrich, *Man and his government* (New York, 1963), p. 24.

prefeito de 1985, o discurso eleitoral do partido tornou-se mais abrangente, enfatizando tanto as questões mais amplas de cidadania e justiça social como os problemas locais. O eleitorado reagiu positivamente, criando ao mesmo tempo novos problemas e novas oportunidades para o processo de autodefinição partidária.

Será possível dizer que essa mudança, no sentido de uma convocação multiclassista, significava que o PT estava a caminho de se tornar um partido populista? Vários autores afirmaram que os fatos recentes na política brasileira (assim como na mexicana, argentina e peruana) demonstraram que o populismo não desaparece com o fim do estágio da industrialização, caracterizado pela substituição das importações, e com o surgimento de regimes burocrático-autoritários. Perruci e Sanderson atribuem o surgimento de candidatos populistas à "incapacidade de o Estado cimentar um pacto social para fins de desenvolvimento nacional".[7] Na difícil situação econômica dos anos 80, um acordo pluriclassista acerca da necessidade de transição política não podia se estender a um acordo sobre medidas para resolver a crise econômica. Perruci e Sanderson realçam os aspectos do populismo associados com o estilo polftico, envolvendo um apelo direto às massas (o povão). Com este fundamento, eles justificam a inclusão de Lula e do PT entre os novos populistas.

A meu ver, a abordagem desses dois autores deixa escapar algumas das características **políticas** mais importantes do ressurgimento populista na América Latina. Os atores políticos dominantes reagiram ao duplo desafio da transição política e da crise econômica com uma série de *escolhas* sobre como construir um arcabouço político-institucional para resolver esses problemas. No Brasil, essas escolhas quase invariavelmente favoreciam coalizões relacionais difusas a respeito da construção de instituições representativas e o estabelecimento de regras e normas claras de comportamento político.[8] Esse lado político do ressurgimento populista foi bem percebido por Castro-Rea, Ducatenzeiler e Faucher, quando observam:

[7] Gamaliel Perruci Jr. e Steven E. Sanderson, "Presidential succession, economic crisis and populist resurgence in Brazil", *Studies in Comparative International Development 24* (3): 45, Oct. 1989.

[8] Pesquisas recentes de Alfred Stepan demonstram que sempre que têm de escolher entre conservar a liberdade de ação dos políticos ou estabelecer instituições políticas baseadas em regras, as elites de transição escolhem a primeira opção. Conversa com Alfred Stepan, São Paulo, 17 de novembro de 1989.

> A atração do populismo é a do consenso de curto prazo, conseguido por meio de um discurso ambivalente de mudança e conciliação, sem as incômodas responsabilidades da representação. (...)
>
> O populismo pode ser compreendido como um arranjo político caracterizado pelo vínculo privilegiado entre a liderança política carismática do Estado e as massas, combinado à ineficiência da organização social e dos partidos políticos como canais intermediários de mediação. (...)
>
> Além dos casos nacionais específicos, o populismo representa um denominador comum de regimes caracterizados pela representação política ineficaz, compensada pelo corporativismo latente e um florescente clientelismo. O peso da tradição política é reproduzido pelos atores políticos como uma tática de sobrevivência. O ressurgimento populista evidente no Peru e na Argentina e antecipado nos outros casos que estudamos [Brasil e México] é a manifestação do fracasso. É o fracasso de governos que se opõem a projetos modernizadores da sociedade civil. É a recusa de abrir canais de genuína competição democrática, combinada com a incapacidade dos governos de corresponderem às expectativas reformistas que lhes foram confiadas e sua incompetência para lidar com os desafios do presente. O populismo é uma solução escapista. Independentemente das concessões, ele representa uma volta à ordem tradicional, e não a uma mudança em direção à construção de uma sociedade democrática.[9]

Todo o projeto do PT envolvia uma recusa em aceitar esse conceito de política e também a massificação da sociedade civil aí implícita. Mesmo assim, sua capacidade de continuar resistindo à "tentação populista" dependerá, em boa medida, da sua capacidade de manter seu compromisso com a construção das instituições e de formular um conceito de representação coerente com sua compreensão da sua base social e do seu desenvolvimento institucional. Desde o início, o Partido dos Trabalhadores comprometeu-se com a noção de "mudança vinda de baixo", de uma política "de baixo para cima". Esse conceito inclui duas ideias analiticamente distintas, cuja integração por vezes conflitante é intrínseca à identidade do partido: uma, que a "mudança vinda de baixo" significa

[9] Julian Castro-Rea, Graciela Ducatenzeiler e Philippe Faucher, "Back to populism: Latin America's alternative to democracy", texto elaborado para a conferência da American Political Science Association, San Francisco, California, setembro de 1990.

basicamente a auto-ativação da classe trabalhadora; e, a outra, que essa mudança significa o desenvolvimento de uma cidadania e uma participação democrática efetivas. Sustentei que na campanha eleitoral de 1982 predominou um discurso classista. À medida que a década de 80 ia terminando, o segundo conceito tornou-se um elemento muito mais central da força de atração do partido. Mudar "de baixo para cima" passou a significar um compromisso com um processo de mudança baseado em iniciativas vindas de um amplo espectro de organizações sociais. Embora o partido tenha ampliado a concepção inicial da sua base na classe trabalhadora, incluindo também os trabalhadores *white collar* e os pequenos proprietários rurais, sua mensagem continua a sensibilizar um segmento ativo e organizado da sociedade civil brasileira.

As origens do PT foram profundamente influenciadas pela percepção da ampla mobilização em torno das reivindicações sociais no final dos anos 70; no início dos anos 80, à medida que foi ficando claro que a organização em nível local em torno de reivindicações específicas não se traduzia automaticamente num movimento social mais amplo, o partido foi colocado na ambígua posição de ter de ajudar a organizar aquilo que ele alegava estar representando. Isto é inteiramente coerente com a visão de Przeworski da formação de classes, discutida anteriormente. Entretanto, o fato de o partido ter aceitado abertamente desempenhar tal papel complicou-se pelo conceito de auto-organização característico de duas das correntes mais influentes do partido: os militantes sindicais e os militantes católicos, cuja visão política fora influenciada por sua experiência nas CEBs e em outras organizações de base ligadas à Igreja. Ambos os grupos desconfiavam da mediação política, e acreditavam que o papel do partido era unir e generalizar (mas não organizar ou transformar) as reivindicações dos sindicatos ou movimentos. Ao mesmo tempo, porém, pensavam que os membros do partido deviam participar nos sindicatos e movimentos e ajudar a fortalecê-los (sem, porém, subordiná-los ao partido). Segundo eles, a democracia devia ser direta, envolvendo delegação e não representação, reiterando assim uma tradição que provém de Rousseau e que recentemente originou intensos debates sobre a possibilidade de recombinar instituições da democracia representativa e da democracia direta; este é um forte elemento no ideário do Partido Verde da Alemanha Ocidental.[10]

[10] Ver, por exemplo, Carole Pateman, *Participation and democratic theory* (Cambridge, Cambridge University Press, 1970); Benjamin Barber, *Strong democracy* (Berkeley,

Dada a importância desse tipo de concepções no partido, no início dos anos 80 era difícil formular uma estratégia institucional. A persistente separação entre as esferas da ação social e política no Brasil colocava o PT numa espécie de posição esquizofrênica entre as duas. Dentro da sociedade civil, ele se dedicava a fortalecer os atores sociais cujo recurso político mais potente era a capacidade de confronto;[11] dentro das instituições políticas, seu trabalho era expandir o espaço político disponível para integrar a participação e as demandas populares de maneira regulada. O PT foi mais eficaz nos momentos em que a separação desapareceu temporariamente, como por exemplo, durante a maciça campanha pelas eleições presidenciais diretas em 1984. Articulando uma demanda pela cidadania democrática, apoiada pela esmagadora maioria dos brasileiros, o PT conseguiu agir eficazmente tanto em relação aos outros partidos quanto à organização dos movimentos. Em 1985, após a derrota da emenda pelas eleições diretas, o partido mais uma vez se viu isolado. Não teve capacidade nem disposição para participar das negociações entre as elites políticas acerca da candidatura de Tancredo Neves e adotou uma posição intransigente ao abster-se nas eleições indiretas. Como resultado, perdeu três (ou seja, 37,5%) dos seus deputados federais, que optaram por votar em Tancredo no Colégio Eleitoral, contrariando a posição oficial do partido.

A posição do PT na questão das eleições diretas era coerente com seu compromisso de ampliar a democratização no Brasil; durante as mobilizações maciças de 1984, ela foi adotada por mais de 80% da população brasileira. Entretanto, após a derrota da emenda e a decisão do PMDB de não continuar a campanha, o estado de espírito da população mudou, passando da percepção de uma situação aberta, onde era possível uma mudança real, a uma rápida aceitação da volta ao processo normal de negociações entre as elites. O bom senso dizia que não havia motivo para continuar a luta. Esta deixou de ser um ponto da agenda política. A tentativa aparentemente quixotesca feita pelo PT de promover uma mobilização popular contínua sobre esta questão fracassou.

University of California Press, 1983); Carmen Sirianni, "Councils and parliaments: the problems of dual power and democracy in comparative perspective", Politcs *and Society, 12* (2): 83-123, 1983. Sobre o Partido Verde alemão, ver Claus Offe, "'Reaching for the brake': the Greens in Germany", *New Political Science*, p. 45-62, Spring 1983.

[11] Quanto a esse ponto, ver Frances Fox Piven e Richard A. Cloward, *Poor peoples' movements: why they succeed, how they fail* (New York, Vintage Books, 1977).

Apesar da posição anômala do partido dentro das regras que governam o contexto da ação política no Brasil, ele ajudou a manter a visibilidade das questões sociais em nível nacional, num período em que se poderia esperar que estas ficassem na retaguarda em relação aos aspectos político-institucionais da transição. Embora o partido não conseguisse mudar a agenda política nacional, sua presença contínua era testemunho daquilo que fora excluído. Como o PT existia, e não era imediatamente cooptável pelo sistema político, o grau de elitização persistente da política brasileira ficou mais visível no período de transição.

Subjacente à visão que o PT tinha da transição havia uma recusa em aceitar as limitações de um conjunto de opções estruturado em torno de duas alternativas: governo *versus* oposição, PMDB *versus* PDS, Tancredo *versus* Maluf — e no qual havia pouco espaço para a expressão independente das necessidades dos trabalhadores e de outros que buscavam maneiras mais criativas de imaginar o futuro. Um padrão de dualidade, uma espécie de lógica binária, permeou a política brasileira durante toda a década que se seguiu ao início do processo de liberalização. Era uma lógica de oposição, mas ainda não de política democrática.

No contexto em que o PT nasceu as relações políticas assumiam a aparência de uma série de antinomias — autoritarismo e democracia, mas também Estado e sociedade, governo e oposição, corporativismo e autonomia, integração e resistência (ou ruptura) — às quais o partido acrescentou uma visão de polarização de classes.[12] Durante a transição, muitas vezes houve uma tendência de apresentar esses conceitos como pólos opostos num *continuum*; na verdade, como demonstra a história da transição brasileira para a democracia, essas relações são complexas e dialéticas, e não mutuamente exclusivas. O Estado desempenha um papel importante ao estruturar a sociedade civil, e há elementos desta que também impregnam as instituições estatais. A tarefa da oposição é tornar-se governo, e a ambiguidade do processo pelo qual isto ocorreu no Brasil levou à caracterização dos governadores do PMDB eleitos em 1982 como "governadores de oposição". Os movimentos sociais buscavam construir formas autônomas de organização; muitas vezes procuravam negociar melhores condições diretamente com os órgãos estatais, numa relação que

[12] Em minha discussão sobre essas "antinomias", fui influenciada por uma discussão semelhante em Daniel James, *Resistance and integration...*, cit., p. 3.

algumas pessoas podem chamar de corporativista; o movimento "autônomo" dos trabalhadores cresceu dentro das instituições corporativistas estatais. A resistência e a integração, como observa James no caso dos trabalhadores peronistas na Argentina, podem ser consideradas, mais corretamente, como respostas estratégicas de atores históricos reais a situações concretas, e não caracterizações transcendentais de objetivos organizacionais com significado normativo.[13] A ênfase no segundo termo dessas antinomias — a associação da democracia com sociedade, oposição, autonomia e resistência — foi incorporada no conceito de classes do PT, um conceito em expansão, ajudando a definir a identidade do partido.

Assim, o PT não escapou ao tipo de raciocínio que pensa em termos de opostos, mas sua experiência, ao traduzir a lógica polarizada em prática política, ajudou a desenvolver uma visão mais pluralista das alternativas. A sua marginalização ou auto-exclusão das principais polarizações do início dos anos 80 — as eleições de 1982 e a luta anti-Maluf — assim como sua contínua participação numa variedade de movimentos, reforçou a possibilidade de uma visão mais policêntrica do conflito. Entretanto, dentro do próprio PT, assim como nas suas relações com outros grupos, as tendências para a homogeneização lutavam contra a lógica da diferença. Seria espantoso se assim não fosse.

Boa parte da história inicial do partido deve ser compreendida em termos da sua necessidade de continuar sendo um movimento, ao mesmo tempo em que lutava para definir o que significava ser um partido; para muitos petistas, o partido como instituição era um elemento numa rede de organizações. Percebendo que seus objetivos e prioridades não poderiam encontrar um lugar na agenda do processo de transição conservadora, o PT integrou-se a um esforço mais amplo de redefinir a pauta de mudanças a partir de fora do sistema político. Assim, via a política como um processo de *reivindicação de direitos* na prática, e não de pedir que o Estado os concedesse. Através da auto-organização da sociedade, as relações de poder entre Estado e sociedade mudariam, e uma nova pauta, baseada nas necessidades sociais, seria criada. A boa sociedade não é teorizada no discurso do PT, porque ela surgirá a partir da prática democrática de atores sociais autônomos. Ela inclui a ideia de uma sociedade sem exploradores nem explorados e algumas referências ao controle dos meios de produção

[13] Idem, ibidem.

por parte dos trabalhadores, mas falta-lhe uma visão do Estado, e ela não recomenda nenhum mecanismo claro para atingir um fim que não se pode descrever claramente.

Em boa medida, o partido cresceu com uma proposta ética, mais que com uma ideologia, dentro da qual competiam uma série de visões alternativas sobre a boa sociedade, utilizando linguagens diferentes. Um discurso sobre classe, um discurso sobre cidadania e um discurso sobre autonomia formavam um amálgama cuja característica central era a imagem de um "nós" difuso, atualmente excluído do processo, que na prática conquistaria os direitos que eram inerentemente "nossos". É uma linguagem utópica, mas o PT não tem nenhuma visão de utopia.

É uma lógica de movimento e não de finalidades. Nessa concepção, o partido é tanto catalisador como participante, porém ainda não representa, pois aquilo que ele deseja representar ainda está em formação. Essa é a principal razão pela qual a articulação de uma estratégia institucional foi tão difícil, e a relação entre o partido e seus políticos eleitos tão conflituosa, ou então, difusa, no seu início. Embora a eleição para o Congresso em 1986 de líderes petistas que se notabilizaram nas lutas populares tenha aplacado as tensões entre o partido e os seus representantes eleitos, ela não resolveu a questão fundamental. Porém, na medida em que o PT é um partido político, cada vez mais capaz de ganhar eleições, seu futuro depende da sua capacidade de criar um espaço para si no sistema político dentro do qual pode buscar seus objetivos. Esse processo tem sido muito lento. Em parte isso se deveu à própria dinâmica da transição, que produziu um discurso sobre a democracia mais notável pelos seus limites do que pela sua busca de maneiras alternativas de estruturar as relações políticas no Brasil. Contudo, à medida que o PT institucionalizou-se e adquiriu confiança política, na segunda metade dos anos 80, a liderança petista tornou-se cada vez mais consciente da necessidade de se ter uma compreensão mais bem articulada da relação entre a construção do movimento na sociedade e a ação política. Esse reconhecimento levou a um enriquecimento do debate político e teórico dentro do partido, tanto nos jornais do PT como em artigos assinados em jornais como a *Folha de S. Paulo* e em livros destinados a um público mais amplo.[14] Um jornal teórico trimestral, *Teoria e Debate*, começou a ser publicado em 1988.

[14] A primeira dessas coletâneas de debates foi em Emir Sader, ed., *E agora PT: caráter e identidade* (São Paulo, Brasiliense, 1986). Ver também Apolônio de Carvalho et alii, *PT: um*

A tarefa de esclarecer a definição político-ideológica do PT é particularmente complexa, não só por causa das condições em que o partido nasceu, mas também devido ao momento histórico mundial em que ele chegou à maturidade. Como afirmou Francisco Weffort na sua contribuição para o debate sobre a natureza do partido,

> ...o PT não nasceu de nenhuma definição teórica, mas de uma intuição prática que se revelou teoricamente correta, a respeito da condição dos trabalhadores na sociedade capitalista e a respeito da afirmação política independente dos trabalhadores como classe.[15]

Embora sempre tenha se definido como um partido socialista, o PT resistiu aos esforços das suas facções mais doutrinárias de classificar-se como marxista-leninista, ou mesmo marxista. Ao mesmo tempo, seus líderes expressaram profundas dúvidas sobre os perigos de o PT se tornar um partido social-democrata, o que, segundo eles, representa uma abordagem legalista para com as reformas legislativas vindas de cima, sem envolver as massas organizadas na participação do processo de mudança política e social. Esta última preocupação reflete um elemento profundamente antiestatista na autodefinição do PT como um partido de massas, socialista e democrata, refletindo tanto as suas origens como o seu desejo de diferenciar-se dos modelos disponíveis de socialismo:

> O PT é a primeira corrente socialista brasileira que apresenta potencialidade real de dar caráter massivo ao ideal socialista. Primeiro, porque o Partido dos Trabalhadores surge e se desenvolve como um partido que sintetiza as aspirações e reivindicações das camadas mais amplas da população trabalhadora; porque surge, portanto, como expressão direta e imediata das grandes massas, que o identificam como seu partido. Segundo porque o PT procura construir a ideia e a prática socialista a partir daquelas aspirações e

projeto para o Brasil (São Paulo, Brasiliense, 1989), que reproduz as comunicações feitas num seminário organizado pelo PT em São Paulo em 15-16 de abril de 1989. Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, *Pra que PT*, combinam a narrativa com uma história documental dos debates políticos no partido.

[15] Francisco Weffort, "Consolidar o partido, construir a democracia", *Teoria e Debate 4*, setembro 1988, p. 33.

reivindicações, em lugar de querer moldar tais aspirações e reivindicações num modelo preconcebido de socialismo.[16]

Em essência, a visão que o PT faz do socialismo é um conceito radical de democracia. Citando mais uma vez Weffort,

> No fundamento da nossa concepção de partido está uma *concepção democrática radical sobre a sociedade e a política em geral:* "A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores". Quem entenda o que isso significa deve entender também que *a emancipação dos trabalhadores é a raiz da emancipação social em geral.* Ou seja, a organização autônoma dos trabalhadores é o caminho não apenas da *construção da democracia política* mas também o da *transformação da sociedade.*[17] (Grifos do autor.)

Esse tipo de visão democrática radical que implica dar poderes à sociedade civil contém uma poderosa rejeição da visão essencialmente estatista de mudança que historicamente caracterizou todo o espectro político brasileiro. O poder, naquela visão democrática, não é apenas algo que é "tomado", através do Estado, mas também algo construído (na sociedade). A tensão essencial dentro do discurso do PT acerca de seu papel como parte de um movimento na sociedade e seu papel como instituição política é também uma tensão entre esses dois conceitos de poder. Contudo, para um partido legal, que concorre a eleições e espera assumir posições de poder no sistema político, não será necessário algo mais que isto em termos de um conceito de Estado?

A ambiguidade do discurso político do PT e sua dificuldade em chegar a um acordo com respeito ao seu duplo caráter de movimento e instituição refletem contradições muito reais no mundo político em que o partido surgiu. Os capítulos anteriores concentraram-se basicamente nas maneiras em que o contexto político brasileiro — o legado da dominação autoritária, a hegemonia de uma definição altamente conservadora da possibilidade de mudança durante a transição e os padrões não institucionais e mesmo antiinstitucionais de tomada de decisão, assim como a fraqueza histórica dos setores que o partido pretendia representar —

[16] Wladimir Pomar, "Atos de hoje constroem o amanhã", *Teoria e Debate 4*, setembro 1988, p. 36.
[17] Francisco Weffort, "Consolidar o partido, construir a democracia", cit., p. 35. Grifo do autor.

restringiram o desenvolvimento inicial do PT. Porém há ainda uma outra dimensão essencial para a compreensão do dilema do partido, referida na

"Introdução", quanto à diferença no "tempo mundial" entre o surgimento dos primeiros partidos socialistas e o nascimento do Partido dos Trabalhadores no Brasil. A referência feita na "Introdução" dizia respeito basicamente aos diversos tipos de oportunidades e recursos disponíveis aos movimentos e partidos mais antigos. Mais difícil de captar, mas talvez ainda mais poderosa, é a limitação no repertório de discursos políticos disponíveis para a esquerda no final dos anos 80.

Logo antes das eleições presidenciais de 1989, fui entrevistada por um jornalista da *Gazeta Mercantil*. As eleições presidenciais coincidiram com o colapso espantosamente rápido dos regimes comunistas no Leste Europeu e o jornalista perguntou-me se, naquelas circunstâncias, eu não acreditava que o PT representava uma força política anacrônica — uma força cada vez mais irrelevante à medida que o socialismo parecia estar perdendo a sua base política por toda parte. Respondi que não achava essas situações comparáveis. Mesmo assim, a questão vem persistindo, não apenas entre jornalistas e políticos que não têm simpatia pelo Partido dos Trabalhadores, mas também para o próprio partido e para a esquerda em geral e, em especial, para a esquerda no Terceiro Mundo.[18] Se, como afirmaram muitos participantes no debate do PT sobre este assunto, o que aconteceu nos países onde os regimes comunistas estão caindo não pode ser explicado simplesmente com base em "limitações concretas, históricas, materiais",[19] então se faz necessário um conceito radicalmente diferente de socialismo, no qual a democracia seja uma característica central. Contudo, embora os acontecimentos mundiais reforcem diariamente este conceito, sérios dilemas persistem.

Nesse início de década, a esquerda no Brasil, como em boa parte do Terceiro Mundo, vive num país caracterizado por extremos de pobreza e desigualdade de renda. Nisso não há nada de novo. Ao mesmo tempo, contudo, a esquerda viu-se despojada do repertório de argumentos com os

[18] O Partido dos Trabalhadores reconheceu desde o início que o colapso dos regimes do "socialismo real" tinha sérias implicações para a esquerda em geral. Ver, a este respeito, a rica série de debates sobre o assunto em *Teoria e Debate 8*, outubro-dezembro 1989, e *9*, janeiro-março 1990.
[19] Ver especialmente Augusto de Franco, "Muito o que (des)fazer", *Teoria e Debate 9*, janeiro-março 1990, p. 49-52.

quais seus antecessores sustentavam a afirmação de que elevar o padrão de vida da maioria do povo era um bem universal que beneficiaria toda a sociedade. Por mais críticas que tenham sido as forças democráticas da esquerda em relação à repressão política nos países do "socialismo real", o colapso generalizado da economia, assim como das bases políticas desses regimes, deixou-lhes apenas débeis respostas. Juntamente com a discutida questão do fim do keynesianismo do pós-guerra[20] sob o peso da estagflação dos anos 70, as mudanças ocorridas no Leste Europeu e na União Soviética parecem estar acabando com a crença de que o Estado poderia efetivamente intervir para conciliar a reivindicação de igualdade com o imperativo do crescimento econômico.

Assim, ao procurar definir o que significa ser um partido socialista democrático num país caracterizado por problemas sociais agudos, o PT enfrenta um conjunto de dilemas imensos. Como, concretamente, um tal partido lidará com uma desigualdade tão radical? Sugerir que os meios de produção passem a ser propriedade estatal, por exemplo, parece algo especialmente inadequado num país onde a presença substancial do Estado na economia por meio século não redundou em benefícios apreciáveis para a maioria da população e onde o estatismo na economia é crescentemente identificado ao autoritarismo. Apesar de o conceito do PT de propriedade estatal incluir a democratização das empresas estatais, permanece uma disjunção entre a sua visão do Estado como panaceia para uma sociedade injusta e sua ênfase na autonomia desta.

O discurso de fundação tanto da CUT como do PT caracterizou-se por um profundo anti-estatismo com respeito às relações sociais e à organização da sociedade civil, justaposto a um estatismo de esquerda bastante tradicional quanto ao papel do Estado na economia e como provedor do bem-estar social. Enquanto o desenvolvimentismo estatista permaneceu relativamente incontestado como ideologia predominante dos burocratas e políticos do Brasil, era possível conviver com as ambiguidades implícitas nesta justaposição. A crescente importância das propostas

[20] As doutrinas e práticas keynesianas não foram, de forma alguma, adotadas igualmente por todas as nações industriais adiantadas durante o período do pós-guerra, mas foram especialmente predominantes sob os auspícios de governos social-democratas. Os aspectos políticos, assim como econômicos, da receptividade aos argumentos keynesianos são discutidos nos artigos de Peter A. Hall, ed., *The political power of economic ideas: keynesianism across nations* (Princeton, Princeton University Press, 1989).

neoliberais (ainda longe de ser coerentes), associada aos acontecimentos no Leste Europeu, levou ao menos ao reconhecimento de que essas questões precisam ser discutidas. Um dos resultados foi um debate interno mais sério no PT acerca das tealizações e também das contradições da democracia social europeia, debate esse que, antes, tendia a concentrar-se na contradição de "administrar a crise capitalista". O fato de que Lula chegou pertíssimo de ganhar a presidência em 1989, numa situação em que a vitória não teria acarretado a implantação do socialismo no Brasil, estimulou ainda mais essa discussão.

Pensar no que significa ser socialista no final do século XX é, obviamente, um problema de proporções internacionais (e monumentais). Mesmo assim, esse problema tem dimensões especificamente latino-americanas, que vale a pena destacar. Na América Latina o "ataque ao Estado" não é basicamente um ataque à esquerda, mas às tradições desenvolvimentistas e populistas que, nos últimos cinquenta anos, têm sido elementos fundamentais do próprio conceito de nação em muitos países do continente, incluindo o Brasil. Repensar o Estado — tanto a partir da direita como da esquerda — implica também repensar muitos dos fundamentos do nacionalismo. Devido às recentes experiências das oposições antiautoritárias, a esquerda começou a oscilar entre sua ênfase histórica na questão de classe, ou naquilo que O'Donnell chamou de *lo popular* ou *el pueblo* — componente básico do nacionalismo esquerdista na América Latina — e uma tentativa de redefinir o alcance da noção de cidadania; contudo, uma mudança para o terreno da cidadania significa entrar no terreno histórico do liberalismo.[21] Em essência, o problema da esquerda é a necessidade de definir, simultaneamente, um espaço político próprio e aliados potenciais, tanto em face da agenda neoliberal como em face do *status quo* — isto é, em face das formas históricas de desenvolvimentismo estatista — sem unir os dois. Uma tal definição complica-se pelo fato de que a esquerda contém elementos de duas tradições. Ela tem de realizar essa tarefa num contexto em que, na maioria dos casos, "a direita" não é nem coerente nem bem identificada do ponto de vista institucional, e num momento em que a esquerda está em crise no mundo inteiro.

[21] Para uma discussão com fundamentação teórica sobre os limites da reivindicação do liberalismo para uma visão universalista da cidadania, ver Uday S. Mehta, "Liberal strategies of exclusion", *Politics and Society 18* (4): 427-54, 1990.

Embora a tentativa de resolver essa questão seja, provavelmente, prolongada e extremamente difícil, o PT inicia esse processo com diversos trunfos. O fato de ele ter resistido aos esforços de várias de suas facções para impor uma visão doutrinária do caminho "correto" para o socialismo, insistindo, pelo contrário, na coexistência legítima, dentro do partido, de uma ampla gama de concepções, acabará por constituir-se numa força e não numa fraqueza. Sua visãp da necessidade de fortalecer a sociedade civil no Brasil, estimulando a possibilidade de uma mudança democrática vinda de baixo, oposta a um sistema político autoritário e elitista, oferece uma base para se repensar as ideias socialistas tradicionais do Estado como panaceia. A crença do partido de que as instituições estatais devem tornar-se "transparentes" para a sociedade civil — objetivo muito reiterado, mesmo que nem sempre realizado, nas suas administrações municipais — é o começo de uma visão de um Estado democrático, atento às necessidades da população. O partido tem uma intuição, se não um argumento teórico bem elaborado, de que o socialismo ao qual ele aspira é também, e essencialmente, uma aspiração à democracia.

Dada a centralidade de uma visão democrática radical da política para a identidade do PT e a distância entre essa visão e as características predominantemente elitistas do sistema político brasileiro, não é de se admirar que a institucionalização do PT ainda não tenha atenuado sua imagem enquanto "sistema de solidariedade". O "modelo genético" do PT oferece uma ilustração interessante para a hipótese de Panebianco de que os fatores ligados ao contexto politico são uma variável importante para se compreender o processo de institucionalização de um partido.[22] O PT tornou-se cada vez mais institucionalizado ao longo de várias das dimensões organizacionais que Panebianco discute. Ele cresceu a partir da sua base inicial em São Paulo para tornar-se um partido nacional, ao mesmo tempo em que seus fundadores conservaram elevado grau de autoridade ao moldar a identidade do partido. Isso corresponde ao conceito de Panebianco de um partido que se desenvolve basicamente (embora não exclusivamente) através da expansão territorial.[23] Apesar de a legitimação externa ter sido alvo de Crítica nos primeiros tempos do partido, ele próprio tornou-se cada vez mais um veículo para entrada na vida política; ao mesmo tempo, continua incentivando seus membros a participarem de diversas

[22] Angelo Panebianco, *Political parties: organization and power*, cit., p. 67.
[23] Idem, ibidem, p. 50.

organizações sociais e continua integrando lideres de organizações populares nos seus escalões principais.[24]

Contudo, apesar do desenvolvimento da vida interna do PT como fonte de oportunidade para "carreiras" dentro do partido (nas quais os incentivos seletivos são quase exclusivamente de *status* e não materiais), ele não perdeu seu caráter de movimento, uma "comunidade de destino" cujo desenvolvimento continua basicamente fundamentado em incentivos coletivos. Embora em seu processo de institucionalização a organização tenha se tornado valiosa em si mesma, e sua sobrevivência tenha se transformado em objetivo central, a identificação da organização com seus fins continuou excepcionalmente forte.

As razões para este fato, a meu ver, situam-se na relação entre o PT e o contexto político no qual ele surgiu. No processo altamente conservador de transição para a democracia, o PT foi uma anomalia, não só devido ao tipo de mudanças sociais que ele propunha, mas também pelas mudanças político-institucionais que ele representava. Desse ponto de vista, o desenvolvimento do PT e de outras organizações sociais, em especial o combativo movimento sindical, puseram em relevo características importantes da transição do autoritarismo para a democracia no Brasil. Em primeiro lugar, o fato de o processo ter sido extremamente gradual deixou abertas áreas de contestação das regras do jogo, muito depois do ponto em que o partido de oposição dominante passou a ocupar posições de significativo poder político, pelo menos aos olhos do público. Houve muita ambiguidade, em especial no discurso do PMDB, sobre se a situação no governo Sarney ainda era de transição ou se, apesar das eleições indiretas, a transição democrática já fora concluída quanto ao principal, permanecendo a questão das eleições presidenciais e de outras mudanças institucionais como matérias de ajustes técnicos.

Em segundo, o crescimento do PT e do movimento sindical elevou os custos políticos de se adiar até depois de um período de transição indeterminado as questões da desigualdade e da redistribuição da renda. Isso complicou a capacidade do regime de implementar uma política econômica dotada de autoridade. Na falta de um. acordo, seja substantivo ou institucional, a respeito de o quanto os trabalhadores ainda teriam de esperar para que sua situação melhorasse, não havia razão, dada a

[24] Idem, ibidem, p. 51-2; 62.

experiência histórica destes, " para que acreditassem em novas promessas. Isso se complicou pelas sérias restrições econômicas sob as quais ocorreu a democratização brasileira, que fizeram com que as reivindicações substantivas levantadas pelo PT e pelo movimento sindical fossem difíceis de atender sem medidas radicais de redistribuição, o que, aos olhos das elites conservadoras no poder, poderia destruir o processo de transição.

Enquanto durasse este impasse, a possibilidade de o PT integrar-se plenamente à política institucional brasileira era muito baixa. A estrutura bipolar de opções deixava pouco espaço para a invenção. A dinâmica da transição conservadora era tal que sua principal esfera de oportunidade situava-se fora das instituições políticas e não dentro delas. A esse respeito, os dilemas que o PT enfrentava pareciam-se com os encontrados pelo Solidariedade na Polônia, quando este tentou "institucionalizar-se como sindicato e ao mesmo tempo proporcionar o alicerce de uma sociedade civil reconstruída".[25] Ironicamente, na medida em que boa parte dos votos no PT nas eleições de 1988 e 1989 foi motivada por uma rejeição às elites políticas que haviam conduzido a transição para a democracia, o próprio partido acabou beneficiando-se dessa lógica polarizada, que ele sempre rejeitara. Seu avanço dependerá da sua capacidade de catalisar um movimento que vá além da rejeição, rumo à construção, juntamente com uma sociedade civil mais complexa e organizada, de uma lógica diferente.

Parte do processo de imaginar a democracia deveria ser a comparação e a combinação de alternativas, aceitando o conflito como componente normal da criatividade. No Brasil, esse tipo de processo ainda parece estar bem longe. Se de fato é assim, esse é um problema tanto para o desenvolvimento do PT como para a consolidação da democracia. Ainda faz falta no Brasil um componente central do processo de se imaginar a democracia, qual seja, a aceitação e a mediação institucional dos conflitos, envolvendo a possibilidade de se comparar e combinar muitas alternativas, em vez de uma visão bipolar que confronta a ordem ao caos.

Mesmo assim, alguma coisa mudou no Brasil. Em 1987, num editorial na *Folha de S. Paulo*, o cientista político Luciano Martins escreveu que o trabalho da Assembleia Constituinte lembrava um grupo de políticos sentados numa sala rodeada de espelhos: para onde quer que olhassem,

[25] Bronislaw Misztal e Barbara A. Misztal, "Democratization processes as an objective of new social movements", *Research in Social Movements, Conflicts and Change 10*: 102, 1988.

viam apenas a sua própria imagem. O desenvolvimento e a sobrevivência do Partido dos Trabalhadores representa um poderoso sinal de que setores importantes da sociedade brasileira estão procurando substituir esses espelhos por painéis de vidro. Ninguém duvida que a mudança é necessária no Brasil. A consolidação da democracia brasileira depende de se quebrarem as barreiras que ainda existem entre o conceito de "mudança vinda de cima" e o de "mudança vinda de baixo". O futuro do Partido dos Trabalhadores estará integralmente ligado a esse processo.

BIBLIOGRAFIA

1. Artigos sem citação de autor

A crise política e institucional. *Revista de Cultura Contemporânea, 1* (2): 44-66, jan. 1979.

A greve na voz dos trabalhadores da Scania a Itu. In: OBORÉ, ed. *História imediata*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.

Liberdade sindical e democracia. *Revista de Cultura Contemporânea, 1* (1): 33-48, jul. 1978.

Mesa-redonda: novos partidos políticos: as tendências das oposições. *Contraponto, 3* (3): 11-49, set. 1978.

Movimento operário, hoje. Entrevista coletiva. *Cara a Cara, 1* (2): 11-53, jul.-dez. 1978.

Para onde vai o sindicalismo brasileiro? *Escrita Ensaio*, São Paulo, 2 (4), 1978.

São Bernardo: uma experiência de sindicalismo "autêntico" — entrevista com Luís Inácio da Silva. *Cara a Cara, 1 (2)*: 54-66, jul.-dez. 1978.

Sindicalismo e política. *Contraponto, 3* (3): 50-8, ago. 1978.

2. Livros e artigos

Nota: Quando foi citado mais de um artigo de um volume editado, apenas o volume aparece na bibliografia; as referências completas dos artigos aparecem nas notas. Quando foi utilizado apenas um artigo, citou-se o artigo.

ALMEIDA, Fernando Lopes de. *Política salarial, emprego e sindicalismo 1964/1981*. Petrópolis, Vozes, 1982.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. *Debate e Crítica, 6*: 49-74, jul. 1975.

____. Tendências recentes da negociação coletiva no Brasil. *Dados, 24*(2), 1981.

____. Novo sindicalismo e política (análise de uma trajetória). São Paulo, 1983. Mimeografado.

ALVES, Márcio Moreira. New political parties. *Latin American Perspectives, 23*: 108-20, Fali 1979.

____. *A força do povo: democracia participativa em Lajes*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

ALVES, Maria Helena Moreira. "The formation of the National Security State: the State and the oppositin in military Brasil." Massachusetts Institute of Technology, 1982. PhD dissertation.

____. "Diadema: an experience of popular government within an authoritarian context." Texto apresentado no XII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, Cidade do México, 28 de setembro – 1 de outubro, 1983.

____. *State and opposition in military Brazil*. Austin, University of Texas Press, 1985.

ANDRADE, Fernando. Movimento operário e sindicatos: a greve de Osasco vista por José Ibrahim. *Debate, 22*: 25-34, maio 1976.

ANGELL, Alan. *Politics and the labour movement in Chile*. London, Oxford University Press, 1972.

BARBER, Benjamin. *Strong democracy*. Berkeley, University of California Press, 1983.

BARNES, Samuel H. Party democracy and the logic of collective action. In: Cmirry, William J., ed. *Approaches to the study of party organization*. Boston, Allyn and Bacon, 1968.

BARTOLINI, Stefano. The membership of mass parties: the social democratic experience 1889-1978. In: DAALDER, Hans & MAIR, Peter, eds. *Western European party systems*. Beverly Hills, Sage, 1983.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965).* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

____. *O PTB e o trabalhismo*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BOFF, Clodovis. Orientação partidária para as CEBs. *Tempo e Presença*, 166: 20, mar. 1981.

BOSI, Alfredo et alii. *Conjuntura nacional*. Petrópolis, Vozes, 1979.

BRANDI, Paulo. *Vargas: da vida para a história*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

BRITO, José Carlos Aguiar. *A tomada da Ford: o nascimento de um sindicato livre*. Petrópolis, Vozes, 1983.

BRUNEAU, Thomas. *The political transformation of the Brazilian Catholic Church*. New York, Cambridge University Press, 1974.

CALDEIRA, Teresa. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

____. Electoral struggles in a neighborhood on the periphery of São Paulo. *Politics and Society*, 15 (1): 43-66, 1986-7.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de et alii. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo, Loyola, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique. Regime político e mudança social. *Revista de Cultura e Política, 3*: 7-26, nov.-jan. 1981.

____. A questão da democracia. In: KRISCHKE, Paulo, ed. *Brasil: do "milagre" à abertura*. São Paulo, Cortez, 1982. p. 103-19.

____. O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro. *Dados, 26*(1) : 9-27, 1983.

CARDOSO, Ruth. Duas faces de uma experiência. *Novos Estudos Cebrap, 1* (2): 53-58, abr. 1982.

CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1945-1964)*. São Paulo, Difel, 1981.

____. *Movimento operário no Brasil (1964-1984).* São Paulo, Difel, 1984.

CARVALHO, Apolônio de et alii. *PT: um projeto para o Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

CASTLES, Francis G., ed. *The impact of parties: politics and policies in democratic capitalist States*. London, Sage, 1982

CASTRO-REA, Julian; DUCATENZEILER, Graciela; FAUCHER, Philippe. "Back to populism: Latin America's altemative to democracy." Texto elaborado para a conferência da American Political Science Association, San Francisco, setembro 1990.

CAVAROZZI, Marcelo. *Sindicatos y política en Argentina*. Buenos Aires, CEDES, 1984.

____ & GARRETÓN, Manuel Antonio, eds. *Muerte y resurrección: los partidos políticos en el autoritarismo y las transiciones del Cono Sur*. Santiago, Flacso, 1989.

CEDEC, ed. *Sindicatos em uma época de crise*. Petrópolis, Vozes/CEDEC, 1984.

CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação). Trabalhadores urbanos no Brasil/1980. *Aconteceu 7*, jun. 1981. Edição especial da revista do CEDI, que apresenta um resumo dos artigos publicados na imprensa em 1980 sobre as lutas dos trabalhadores.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. O intelectual e os setores populares. *Encontros com a Civilização Brasileira, 24*: 15-20, jun. 1980.

CHALMERS, Douglas A. Parties and society in Latin America. In: SCHMIDT, Steffen W.; Scorr, James C.; LANDE, Carl; GUASTI, Laura. *Friends, followers and factions: a reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977. p. 401-21.

____ & ROBINSON, Craig. Why power contenders choose liberalization. *International Studies Quarterly*, mar. 1982, p. 3-36.

CHILCOTE, Ronald H. *The Brazilian Communist Party: conflict and integration 1922-1972*. New York, Oxford University Press, 1974.

COLLIER, David, ed. *The new authoritarianism in Latin America*. Princeton, Princeton University Press, 1980.

COMPARATO, Fábio Konder. *Muda Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CONNOLLY, William E. *The terms of political discourse*. Princeton, Princeton University Press, 1983.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. *Encontros com a Civilização Brasileira, 9*: 33-47, mar. 1979.

CROTTY, William J., ed. *Approaches to the study of party organization*. Boston, Allyn and Bacon, 1968.

CROUCH, Colin & PIZZORNO, Alessandro, eds. *The resurgence of class conflict in Western Europe since 1968*. New York, Holmes & Meier, 1978. 2 v.

DAHL, Robert A., ed. *Political oppositions in Western democracies*. New Haven, Yale University Press, 1966.

____. *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven, Yale University Press,1971.

DAHRENDORF, Ralf. *Class and class conflict in industrial society*. Stanford, Stanford University Press, 1959.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

____. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

DANTAS JR., Altino, ed. *Lula sem censura*. Petrópolis, Vozes, 1981.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas 1951-1954*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

DASSIN, Joan R. Press censorship and the military State in Brazil. In: CURRY, Jane Leftwich & DASSIN, Joan R., eds. *Press control around the world*. New York, Praeger, 1982. p. 149-86.

DELDYCKE, T.; GELDERS, H.; LIMBOR, J. M. *La population active et sa structure*. Bruxelas, Université Libre de Bruxelles, Editions de l'Institut de Sociologie, 1968.

DOIMO, Ana Maria. Social movements and the Catholic Church in Vitória, Brazil. In: MAINWARING, SCOtt & WILDE, Alexander, eds. *The progressive church in Latin America*. Notre Dame, University of Notre Dame Press, 1989. p. 193-252.

____. "Movimentos sociais e conselhos populares: desafios da institucionalidade democrática." Texto apresentado no XIV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 22-26 outubro 1990.

DOWNS, Anthony. *An economic theory of democracy*. New York, Harper and Row,1957.

DUARTE, Celina R. "The press and redemocratization in Brazil." Texto apresentado no XII Congresso Mundial da International Political Science Association, Rio de Janeiro, 9-14 agosto 1982.

ERBES-SEGUIN, Sabine. Les deux champs de l'affrintement professionel. *Sociologie du Travail, 18*: 121-38, abr.-jun. 1976.

ERICKSON, Kenneth Paul. *The Brazilian corporative State and working class politics*. Berkeley, University of California Press, 1977.

ESPING-ANDERSON, Gosta. *Politics against markets: the social democratic road to power*. Princeton, Princeton University Press, 1985.

EVANS, Peter. *Dependent development: the alliance between multinational, State and local capital in Brazil*. Princeton, Princeton University Press, 1979.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Intervenções sindicais e o "novo sindicalismo". *Dados, 17*: 136-45, 1978.

FIGUEIREDO, Marcus Faria & CHEIBUB, José Antonio Borges. A abertura política de 1973 a 1981: quem disse o quê, quando — inventário de um debate. *Bib, 14*: 29-61, 1982.

FLEISCHER, David V., ed. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981. 2 v.

FOUCAULT, Michel. A preface to transgression. In: BOUCHARD, Donald, ed. *Language, countermemory, practice.* Ithaca, Cornell University Press, 1977. p. 29-52.

____. *Power/knowledge: selected interviews and other writings 1972-1977*. New York, Pantheon Books, 1980.

FRENCH, John. Workers and the rise of adhemarista populism in São Paulo, Brazil 1945-47. *Hispanic American Historical Review, 68* (1): 1-43, 1988.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro, Nova Fronteira,1982.

GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT*. São Paulo, Cortez, 1989.

GALLIE, W. B. Essentially contested concepts. *Proceedings of the Aristotelian Society, 56*: 167-98, 1955-1956.

GARGIULO, Martin. “El desafio de la democracia: la izquierda política y sindical en el Uruguay post-autoritario.” Texto apresentado na reunião da Latin American Studies Association, Boston, 22-25 outubro, 1986.

GARRETÓN, Manuel Antonio. Chile: in search of lost democracy. *Working Paper n. 56*. Notre Dame, The Kellogg Institute, University of Notre Dame, 1986.

GILLESPIE, Charles Guy. *Negotiating democracy: politicians and generais in Uruguay*. New York, Cambridge University Press, no prelo.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, IUPERJ/Vértice, 1988.

GONZÁLEZ, Luiz Eduardo. “Political structures and the prospects for democracy in Uruguay.” Yale University, 1988. PhD dissertation.

GRAMSCI, Antonio. *Selections from the prison notebooks*. New York, International Publishers, 1971.

HAGOPIAN, Frances. “The politics of oligarchy: the persistence of traditional elites in contemporary Brazil.” Massachusetts Institute of Technology, 1986. PhD dissertation.

HALL, Peter, ed. *The political power of economic ideas: keynesianism across nations*. Princeton, Princeton University Press, 1989.

HARDING, Timothy Fox. “The political history of organized labor in Brazil.” Stanford University, 1973. PhD dissertation.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas — o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

HOHLFELDT, Antonio. Olívio Dutra: um líder sindical. *Encontros com a Civilização Brasileira, 22*: 11-36, abr. 1980.

HUMPHREY, John. *Capitalist control and workers’ struggle in the Brazilian auto industry*. Princeton, Princeton University Press, 1982.

HUNTINGTON, Samuel P. *Political order in changing societies*. New Haven, Yale University Press, 1968.

IBRAHIM, José. A história do movimento de Osasco. *Cadernos do Presente 2*, s.d.

INGLEHART, Ronald. *The silent revolution: changing values and political styles among Western publics*. Princeton, Princeton University Press, 1977.

JACOBI, Pedro. “Gestão municipal e conflito: o município de São Paulo.” Texto apresentado no XIV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 22-26 outubro 1990.

JAMES, Daniel. *Resistance and integration: peronism and the Argentine working class*, 1946-1976. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

JELIN, Elisabeth. Spontaneité et organisation dans le mouvement ouvrier: le cas de l’Argentine, du Brésil et du Mexique. *Sociologie du Travail*, abr.-jun. 1976. p. 139-68.

KECK, Margaret E. Brazil: metalworkers’ strike. *NACLA Report on the Americas*, jul.-ago. 1980, p. 42-4.

____. Update on the Brazilian labor movement. *Latin American Perspectives, 11* (1): 27-34, Winter 1984.

____. “From movement to polida: the formation of the Workers’ Party in Brazil.” Columbia University, 1986. PhD dissertation.

____. The new unionism in the Brazilian transition. In: STEPAN, Alfred, ed. *Democratizing Brazil*. New York, Oxford University Press, 1989. p. 252-98.

____. Labor and transition in Brazil. In: VALENZUELA, Samuel, ed. *Labor movements and transition to democracy*. Notre Dame, University of Notre Dame Press, no prelo.

KINZO, Maria d'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo*. São Paulo, IDESP/Vértice, 1988.

KIRCHHEIMER, Otto. The transformation of Western European party systems. In: LA PALOMBARA, Joseph & WEINER, Myron, eds. *Political parties and political development*. Princeton, Princeton University Press, 1966. p. 177-200.

KORNHAUSSER, William. *The politics of mass society*. Glencoe, The Free Press, 1959.

KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo, Editora Brasil Debates, 1982.

LAMOUNIER, Bolivar, ed. *Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979*. Petrópolis, Vozes, 1980.

____. & CARDOSO, Fernando Henrique, eds. *Os partidos políticos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

____. & MENEGUELLO, Rachel. P*artidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

LANGE, Peter & MEADWELL, Hudson. Typologies of democratic systems: from political inputs to political economy. In: WIARDA, Howard, ed. *New directions in comparative politics*. Bouder, Westview Press, 1985. p. 80-112.

____; ROSS, George; VANNICELLI, Maurizio. *Unions, change and crisis: French and Italian union strategy and the political economy, 1945-1980*. London, George Allen & Unwin, 1982.

LECHNER, Norbert, ed. *Estado y política en América Latina*. México, Siglo Veintiuno, 1981.

____. Pacto social nos processos de democratização: a experiência latino-americana. *Novos Estudos Cebrap, 13*: 29-44, out. 1985.

LEITE, Márcia de Paula. Reivindicações sociais dos metalúrgicos. *Cadernos CEDEC 3*, 1984.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. *Os partidos políticos brasileiros, a experiência federal e regional: 1945-1964*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1983.

LINHARES, Herminio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. São Paulo, Alfa-ômega, 1977.

LINZ, Juan. The new Spanish party system. In: ROSE, Richard, ed. *Electoral participation*. Beverly Hills, Sage, 1980. p. 101-90.

____. Oppositions in and under an authoritarian regime: the case of Spain. In: DAHL, Robert A., ed. *Regimes and oppositions*. New Haven, Vale University Press, 1973. p. 171-260.

____. The future of an authoritarian situation or the institutionalization of an authoritarian regime: the case of Brazil. In: STEPAN, Alfred, ed. *Authoritarian Brazil*. New Haven, Yale University Press, 1973. p. 223-54.

LIPSET, Seymour Martin & ROKKAN, Stein. Cleavage structures, party systems, and voter alignments: an introduction. In: ____, eds. *Party systems and voter alignments*. New York, Free Press, 1967. p. 1-64.

LOYOLA, Maria Andrea. *Os sindicatos e o PTB: estudo de um caso em Minas Gerais*. Petropolis, Vozes/CEBRAP, 1980.

MACEDO, Roberto. A dimensão social da crise. In: SILVA, Adroaldo Moura da et alii, eds. *FMI x Brasil: a armadilha da recessão*. São Paulo, Forum GazetaMercantil, 1983. p. 217-49.

MAINWARING, Scott. The Catholic Youth Workers movement (JOC) and the emergence of the popular Church in Brasil. *Working Paper* n. 6, Notre Dame, The Kellogg Institute, University of Notre Dame, dezembro 1983.

____. *The Catholic Church and politics in Brazil 1916-1985*. Stanford, Stanford University Press, 1986.

____. Political parties and democratization in Brazil and the Southern Cone. *Comparative Politics*, Oct. 1988, p. 91-120.

____. "Political parties and prospects for democracy in Brazil." Texto apresentado no XIV Congresso Mundial da International Political

Science Association, Washington, 28 de agosto-1º de setembro, 1988.

____. Brazilian party underdevelopment in comparative perspective. *Working Paper* n. 134, Notre Dame, The Kellogg Institute, University of Notre Dame, Jan. 1990.

____.& VIOLA, Eduardo. New social movements, political culture, and democracy: Brasil and Argentina in the 1980's. *Telos, 61*: 17-52, Fali 1984.

MALEFAKIS, Edward. Spain and its francoist heritage. In: HERZ, John, ed. *From dictatorship to democracy*. CT, Greenwood Press, 1982. p. 215-30.

MALLOY, James M. *The politics of social security in Brasil*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1979.

MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e democratização 1945-1950*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

MARINS, José et alii. *De Medellín a Puebla*. São Paulo, Edições Paulinas, 1979.

MARSHALL, T. H. *Citizenship and social class and other essays*. Cambridge, The University Press, 1950.

MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1979.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981.

McKENZIE, R. T. *British political parties*. London, William Heinemann, 1955.

McKLUSON, Ross. *The evolution of the Labour Party 1910-1924*. Oxford, Clarendon Press, 1974.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Contag: um balanço. *Reforma Agrária*, Campinas, 11 (6): 9-16, nov.-dez. 1981.

MEHTA, Uday S. Liberal strategies of exclusion. *Politics and Society, 18* (4): 427-54, 1990.

MENDES JR., Antonio. *Movimento estudantil no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982. (Série "Tudo é História".)

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido 1979-1982*. São Paulo, Paz e Terra, 1989.

MENEZES, Clarice Melamed & SARTI, Ingrid. *Conclat 1981: a melhor expressão do movimento sindical brasileiro*. Rio de Janeiro, ILDES, 1982.

MERICLE, Kenneth Scott. "Conflict regulation in the Brazilian industrial relations system." University of Wisconsin, 1974. PhD dissertation.

____. Corporatist control of the working class: authoritarian Brasil since 1964. In: MALLOY, James M., ed. *Authoritarianism and corporatism in Latin America*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1977. p. 303-38.

MINKIN, Lewis & SEYD, Patrick. The British Labour Party. In: PATTERSON, William E. & THOMAS, Alistair, eds. *Social democratic parties in Western Europe*. New York, St. Martin's Press, 1977. p. 101-52.

MISZTAL, Bronislaw & MISZTAL, Barbara A. Democratization processes as an objective of new social movements. *Research in Movements, Conflicts, and Change*, 10: 93-106, 1988.

MOISÉS, José Álvaro. "Classes populares e protesto urbano." Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1978. Tese de doutoramento.

____. *Greve de massa e crise política (estudo da greve dos 300 mil em São Paulo – 1953-1954).* São Paulo, Polis (Teoria e História), 1978.

____. Problemas atuais do movimento operário no Brasil. *Revista de Cultura Contemporânea, 1* (1): 49-62, jul. 1978.

____. Current issues in the labor movement in Brazil. *Latin American Perspectives*, 23: 51-70, Fall 1979.

____. *Lições de liberdade e de opressão*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

MORAES FILHO, Evaristo de. *O problema do sindicato único no Brasil*. São Paulo, Alfa-ômega, 1952.

MOREL, Mário. *Lula, o metalúrgico: anatomia de uma liderança*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.

NEVES, Lucilia de Almeida. *CGT no Brasil 1961-1964*. Belo Horizonte, Vega, 1981.

NUN, José. "Elementos para una teoria de la democracia: Gramsci y el sentido comun." Texto apresentado para o Seminário Internacional sobre Gramsci e a América Latina, Instituto Gramsci, Ferrara, Itália, 11-13 setembro 1985.

O'DONNELL, Guillermo. Corporatism and the question of the State. In: MALLOY, James M., ed. *Authoritarianism and corporatism in Latin America*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1977. p. 47-80.

____. Tensions in the bureaucratic-authoritarian State and the question of democracy. In: COLLIER, David, ed. *The new authoritarianism in Latin America*, Princeton, Princeton University Press, 1979. p. 285-318.

____. Y a mi, que me importa? Notas sobre sociabilidad y política en Argentina y Brasil. *Estudios Cedes*, nov. 1984.

____. Challenges to democratization in Brazil. *World Policy Journal, 5* (2): 281-300, Spring 1988.

____; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence, eds. *Transitions from authoritarian rule: prospects for democracy*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1986. 4v.

OFFE, Claus. A democracia partidária competitiva e o Welfare State keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização. *Dados, 26* (1): 29-51, 1983.

____. "Reaching for the brake": the Greens in Germany. *New Political Science*, Spring 1983, p. 45-52.

OSTROGORSKI, M. *Democracy and the organization of political parties*. Chicago, Quadrangle Books, 1964. 2 v.

PACKENHAM, Robert. Functions of the Brazilian National Congress. In: AGOR, Weston, ed. *Latin American legislatures: their role and influence*. New York, Praeger, 1971. p. 259-86.

PANEBIANCO, Angelo. *Political parties: organization and power*. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

PANICH, Leo. Trade Unions and the State. *New Left Review, 125*: 21-44, jan.-fev. 1981.

PATEMAN, Carole. *Participation and democratic theory*. Cambridge, Cambridge University Press, 1970.

PATERSON, William E. & THOMAS, Alastair H. *Social democratic parties in Western Europe*. New York, St. Martin's Press, 1977.

PEDROSA, Mário. *Sobre o PT*. São Paulo, CHED Editorial, 1980.

PERANI, Cláudio. A greve dos bóias-frias em São Paulo. *Cadernos do CEAS, 93*: 17-23, set.-out. 1984.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *O colapso de uma aliança de classes*. São Paulo, Brasiliense, 1978.

PERRUCI JR., Gamaliel & SANDERSON, Steven E. Presidential succession, economic crisis, and populist resurgence in Brazil. *Studies in Comparative International Development, 24* (3): 30-50, Fali 1989.

PETERSON, Phyllis J. "Brazilian political parties: formation, organization, and leadership, 1945-1959." University of Michigan, 1962. PhD dissertation.

PIERCE, Robert N. *Keeping the flame: media and government in Latin America*. New York, Hastings House, 1979.

PIERUCCI, Antonio Flávio de Oliveira. Democracia, Igreja e voto: o envolvimento dos padres de paróquia de São Paulo nas eleições de 1982. Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1984. Tese de doutoramento.

____. Comunidades eclesiais: origens e desenvolvimento. *Novos Estudos Cebrap*, 1 (2), alv. 1982.

PIVEN, Frances Fox & CLOWARD, Richard. *Poor people's movements: why they succeed, how they fail*. New York, Vintage Books, 1979.

PIZZORNO, Alessandro. Les sindicats et l'action politique. *Sociologie du Travail, 13*:115-40, abr.-jun. 1971.

____. Entre l'action de classe et le corporatisme. *Sociologie du Travail, 20*: 129-52, abr.-jun. 1978.

PRZEWORSKI, Adam. Material bases of consent: economics and polida in a hegemonic system. *Political Power and Social Theory, 1*, 1980. p. 21-66.

____. "Democracy as a contingent outcome of conflicts." Texto apresentado no seminário Issues on Democracy and Democratization: North and South, no Helen Kellogg Institute for International Affairs, University of Notre Dame, 14-16 novembro 1983.

____. *Capitalism and social democracy*. Cambridge, Cambridge University Press,1985.

QUARTIM, João. *Dictatorship and armed struggle in Brazil*. London, New Left Books, 1971.

RAINHO, Luís Flavio & BARGAS, Osvaldo Martines. *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo do Campo.* São Bernardo do Campo, Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, 1983.

RAWLS, John. *A theory of justice*. Cambridge, Harvard University Press, 1971.

REIS, Fábio Wanderley, ed. *Os partidos e o regime*. São Paulo, Símbolo, 1978.

RIZ, Liliana de. Política y partidos. Ejercicio de análisis comparado: Argentina, Chile, Brasil y Uruguay. *Desarrollo Económico, 25* (100): 659-82, jan.-mar. 1986.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil.* São Paulo, Símbolo, 1978.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1966.

____. *Sindicalismo e sociedade*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968.

____. *Quem é quem na Constituinte*. São Paulo, Oesp-Maltese, 1987.

____. La composition sociale des cercles dirigeants du parti des travailleurs au Brésil. *Problèmes d'Amerique Latine, 93*:13-31, 30 trimestre 1989.

____. *CUT: os militantes e a ideologia*. São Paulo, Paz e Terra, 1990.

____. *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política*. São Paulo, Ática, 1990. (Série Temas.)

ROXBOROUGH, Ian & BIZBERG, Ilan. Union locais in Mexico: the "new unionism" in steel and automobiles. *Journal of Latin American Studies, 15* (1): 117-35.

RUSTOW, Dankwart A. Transitions to democracy: toward a dynamic model. *Comparative Politics*, 2: 337-63, abr. 1970.

SADEK, Maria Tereza, ed. *Eleições/1986*. São Paulo, IDESP/Vértice, 1989.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

____. *E agora PT: caráter e identidade*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

SAMPAIO, Regina. *Ademar de Barros e o PSP*. São Paulo, Global, 1982.

SANKS, T. Howland & SMITH, Brian. Liberation ecclesiology: praxis, theory, praxis. *Theological Studies, 38*: 3-38, mar. 1977.

SANTOS, Abdias José dos & CHAVES, Ercy Rocha. *Consciência operária e luta sindical: metalúrgicos de Niterói no movimento sindical brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1980.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

SARTORI, Giovanni. From the sociology of politics to political sociology. In: LIPSET, Seymour Martin, ed. *Politics and the social sciences*. New York, Oxford University Press, 1969.

____. *Parties and party systems: a framework for analysis*. Cambridge, Cambridge University Press, 1976.

____. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

SCHMITTER, Philippe. *Interest conflict and political change in Brazil*. Stanford, Stanford University Press, 1971.

SCHNEIDER, Ben Ross. *Politics within the State: elite bureaucrats and industrial policy in authoritarian Brazil*. Berkeley, University of California, 1987. PhD dissertation.

SCHORSKE, Carl. *German social democracy*, 1905-1917. New York, Harper & Row, 1955.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalism, socialism and democracy*. New York, Harper & Row, 1950.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1982.

SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. São Paulo, Livr. Ed. Ciências Humanas, 1981.

SHARE, Donald & MAINWARING, Scott. Transitions through transaction: democratization in Brazil and Spain. In: SELCHER, Wayne, ed. *Political Liberalization in Brazil*. Boulder, Westview Press, 1986. p. 175-216.

SHORTER, Edward & TILLY, Charles. *Strikes in France 1830-1968*. London, Cambridge University Press, 1974.

SILVA, Luis Inácio da. *Lula: entrevistas e discursos*. Guarulhos, Ed. O Repórter de Guarulhos, 1981.

SILVA, Roque Aparecido da. “A campanha da reposição de 1977.” São Paulo, CEDEC, s.d. Mimeografado.

____. Sindicato e sociedade na palavra dos metalúrgicos. In: CLACSO. *El sindicalismo latinoamericano en los ochenta*. Santiago, CLACSO, s.d.

SIMÃO, Aziz. *O sindicato e Estado*. São Paulo, Dominus, 1966.

SINGER, Paul & BRANT, Vinicius Caldeira, eds. *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1980.

SIRIANNI, Carmen. Councils and Parliaments: the problems of dual power and democracy in comparative perspective. *Politics and Society, 12* (2): 83-123, 1983.

SKIDMORE, Thomas. *Politics in Brazil*. New York, Oxford University Press, 1967. SOARES, Gláucio Ary Dillon. Colégio eleitoral, convenções partidárias e eleições diretas. Petrópolis, Vozes, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. Posição e responsabilidade dos intelectuais. *Encontros com a Civilização Brasileira, 18*: 99-122, dez. 1979.

SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de, eds. *Sociedade e política no Brasil pós-1964*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

SOUSA, Maria Tereza Sadek R. de. *Concentração industrial e estrutura partidária: o processo eleitoral no ABC 1966-1982*. Universidade de São Paulo, 1984. Tese de doutoramento.

SOUZA, Amaury de & LAMOUNIER, Bolivar. Governo e sindicatos no Brasil: a perspectiva dos anos 80. *Dados, 24* (2), 1981.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964).* São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

SPALDING JR., Hobart A. *Organized labor in Latin America*. New York, Harper & Row, 1977.

SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na gênese do populismo*. São Paulo, Símbolo, 1980.

STEPAN, Alfred. State power and the strength of civil society in the Southern Cone of Latin America. In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda, eds. *Bringing the State back in*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985. p. 317-46.

____. *Rethinking military politics: Brazil and the Southern Cone*. Princeton, Princeton University Press, 1988.

____, ed. *Democratizing Brazil*. New York, Oxford University Press, 1989.

STEPHENS, Evelyne Huber. The Peruvian military government, labor mobilization, and the political strength of the left. *Latin American Research Review, 18* (2): 57-94, 1983.

STRAUBHAAR, Joseph D. Television and video in the transition from military to civilian rule in Brasil. *Latin American Research Review, 24* (1), 1989.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. *Da distribuição da renda e dos direitos à cidadania*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

SYRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. São Paulo, Global, 1980.

TARROW, Sidney. National politics and collective action: recent theory and research in Western Europe and the United States. *Annual Review of Sociology, 14*: 421-40, 1988.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Reading, Addison-Wesley, 1978.

TORRE, Juan Carlos. Esquema para a análise dos movimentos sociais na América Latina. *Revista de Cultura Contemporânea, 1* (2): 67-74, jan. 1979.

VALENZUELA, Arturo & VALENZUELA, J. Samuel. Party oppositions under the Chilean authoritarian regime. In: *Military rule in Chile: dictatorships and oppositions*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1986. p. 184-229.

VALENZUELA, J. Samuel. The Chilean labor movement: the institutionalization of conflict. In: & VALENZUELA, Arturo, eds. *Chile: politics and society*. New Brunswick, Transaction Books, 1976. p. 135-71.

____. Labor movement formation and politics: the Chilean and French cases in comparative perspective. Columbia University, 1979. PhD dissertation.

VIOLA, Eduardo J. The ecologist movement in Brazil (1974-1986): from environmentalism to ecopolitics. *International Journal of Urban and Regional Research*, 12 (2), jun. 1988.

VON BEYME, Klaus. Governments, Parliaments, and the structure of power in political parties. In: DAALDER, Hans & MAIR, Peter, eds. *Western European party systems*. Beverly Hills, Sage, 1983.

WALZER, Michael. *Spheres of justice*. New York, Basic Books, 1983.

WEFFORT, Francisco. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968. *Estudos Cebrap*, Caderno 5, 1972.

____. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964 (Parte I). *Revista de Cultura Contemporânea, 1* (1): 7-14, jul. 1978.

____. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

____. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964 (Parte II). *Revista de Cultura Contemporânea, 1* (2): 3-12, jan. 1979.

____. A cidadania dos trabalhadores. In: LAMOUNIER, Bolivar; BENEVIDES, Maria Victoria, eds. *Direito, cidadania e participação*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1981. p. 141-52.

____. *Por que democracia?* São Paulo, Brasiliense, 1984.

____. "Sindicatos e política." Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1987. Tese de livre-docência.

WHITAKER, Francisco et alii. *Cidadão constituinte: a saga das emendas populares*. São Paulo, Paz e Terra, 1989.

3. Obras de referência geral

ALMANAQUE ABRIL. São Paulo, Abril, anual.

CAMPANHOLE, Adriano & CAMPANHOLE, Hilton Lobo, eds. *Consolidação das Leis de Trabalho e Legislação Complementar*. 62. ed. São Paulo, Atlas, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico do Brasil 1980*.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1982.

4. Periódicos

Os seguintes periódicos brasileiros foram consultados para o período 1978-1985. As referências aos periódicos vêm nas notas, porém os artigos de jornais e revistas não estão incluídos na bibliografia.

abcd Jornal

Boletim do DIEESE

Coojornal

Diário do Grande ABC

Em Tempo

Folha de S. Paulo

IstoÉ

Jornal do Brasil

Jornal do Planalto (Diadema)

Movimento

O Estado de S. Paulo

Senhor

Veja

5. Entrevistas

São Paulo

Airton Soares (líder do PT na Câmara Federal, deixou o partido depois de sua decisão de não comparecer ao Colégio Eleitoral), Brasília, 22 de setembro de 1983.

Alfonso Delelis (ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, expulso em 1984, ativo na coordenação do apoio das classes trabalhadoras para a campanha do PMDB em São Paulo em 1982), São Paulo, 30 de março de 1982.

Almir Pazzianotto Pinto (deputado estadual do PMDB de São Paulo, advogado trabalhista, depois ministro do Trabalho no governo Tancredo Neves/Sarney), São Paulo, 1º de abril de 1982.

Anísio Batista de Oliveira (organizador do PT no distrito da Saúde, São Paulo, ativo na Pastoral Operária, eleito deputado estadual pelo PT em novembro de 1982), São Paulo, 18 de outubro de 1982; 1º de setembro de 1983.

Antonio Carlos Fon (assessor do gabinete de João Carlos Alves, vereador do PT de São Paulo), São Paulo, 1º de setembro de 1983.

Assessores do gabinete de Luiza Erundina, vereadora pelo PT de São Paulo, durante a segunda metade de agosto de 1983, incluindo Flávio, Vané e Adriano.

Candidato a prefeito e membros do Diretório do PT, Jandira, São Paulo, 4 de dezembro de 1982.

Devanir Ribeiro (membro do Diretório Estadual do PT, depois seu presidente), São Paulo, 29 de novembro de 1982.

Dom Paulo Evaristo Arns (cardeal de São Paulo), São Paulo, 3 de abril de 1982.

Francisco Weffort (sociólogo, membro da Executiva Nacional do PT e secretário-geral do partido, eleito em agosto de 1983, coordenador da comissão eleitoral do PT em 1982, ex-presidente do Cedec), São Paulo, outubro de 1982; 16 de novembro de 1982; dezembro de 1982; janeiro de 1983; 29 de agosto de 1983; 13 de setembro de 1983; 25 de julho de 1985.

Gilmar Carneiro (Sindicato dos Bancários de São Paulo, militante do PT, fundador e membro da executiva da CUT), São Paulo, 30 de novembro de 1982.

Hugo Perez (presidente da Federação dos Eletricitários de São Paulo), São Paulo, 1º de abril de 1982.

Jair Meneguelli e Oswaldo Bargas (respectivamente presidente e secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema; Meneguelli tornou-se presidente da CUT em agosto de 1983), São Bernardo do Campo, 2 de abril de 1982; 1º de dezembro de 1982; julho de 1983.

João Carlos Alves (líder da Pastoral Operária e das CEBs em Santo Amaro, eleito vereador pelo PT de São Paulo em 1982), São Paulo, setembro de 1982, 1ºde setembro de 1983.

João Paulo (vereador do PT, Osasco), São Paulo, 23 de janeiro de 1983.

José Cicote (deputado estadual do PT, ex-líder do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André), São Paulo, 9 de agosto de 1983.

José Ibrahim (membro da Executiva Nacional do PT até 1983, primeiro diretor da Secretaria de Organização), Osasco, 29 de março de 1982.

José Pedro da Silva (líder das "oposições sindicais" e líder do PT em Osasco, candidato a deputado federal em 1982), Osasco, 20 de janeiro de 1983.

Luís Eduardo Greenhalg (advogado especialista em direitos humanos, membro da Executiva Nacional, chefe da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e advogado do PT), São Paulo, 30 de março de 1982; 8 de setembro de 1983.

Luís Inácio Lula da Silva, São Paulo, 10 de dezembro de 1982; 12 de setembro de 1983.

Luzia Rodrigues (militante do PT, ex-membro do Coletivo responsável pelo *abcd Jornal*), São Paulo, 25 de novembro de 1982.

Marco Aurélio Ribeiro (líder do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo), São Paulo, dezembro de 1982.

Maria Helena Gregori (militante do PMDB), São Paulo, 30 de março de 1982.

Maria Helena Moreira Alves (cientista política, assessora do deputado estadual Eduardo Suplicy no Congresso e militante ativa do PT), São Paulo, 28 de novembro de 1982.

Mauro de Melo Leonel (correspondente da Gazeta Mercantil para questões do trabalho, militante do PT), São Paulo, 2 de setembro de 1983.

Miguel Rupp (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André), Santo André, abril de 1982; 6 de setembro de 1983.

Paulo Azevedo (membro da Executiva Nacional do PT e responsável pela Secretaria Sindical, ex-presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo), São Paulo, 27 de julho de 1985.

Roque Aparecido da Silva (sociólogo e ex-militante, responsável pelo projeto do CEDEC quanto às questões do trabalho, antigo apoiador crítico do PT), São Paulo, 27 de novembro de 1982.

Waldemar Rossi (líder da oposição dos metalúrgicos em São Paulo, ativo na Pastoral Operária), São Paulo, 6 de janeiro de 1983.

Diadema

Amir Khair (chefe do Departamento de Planejamento da Prefeitura de Diadema), Diadema, 20 de julho de 1983.

Carlos Lira (chefe do Departamento de Programas Culturais da Prefeitura de Diadema), Diadema, 31 de agosto de 1983.

Cleusa de Oliveira (presidente do Diretório do PT em Diadema, 1982-1983, e crítica de Gilson Menezes), Diadema, 5 de setembro de 1983.

Gilson Menezes (prefeito de Diadema pelo PT), Diadema, 14 de setembro de 1983.

José Augusto da Silva Ramos (chefe do Departamento de Saúde da Prefeitura de Diadema), Diadema, 20 de julho de 1983.

Maria Helena Moreira Alves (diretora de relações públicas da Prefeitura de Diadema), Diadema, 20 de julho de 1983.

Outros lugares do Brasil

Ari Damasceno de Oliveira (membro do Sindicato dos Professores e militante do PT em Natal, RN), Natal, 9 de abril de 1982.

Chico Mendes (líder do PT e ex-vereador do MDB), Rio Branco, 19 de dezembro de 1982.

Dom Moacyr Grechi (bispo do Acre, ex-chefe da Pastoral da Terra da CNBB), Rio Branco, 18 de dezembro de 1982.

Helena Greco (líder do Movimento pela Anistia, eleita vereadora pelo PT em Belo Horizonte em novembro de 1982), Belo Horizonte, 12 de abril de 1982.

Isabel Picaluga (socióloga, presidenta da Associação dos Sociólogos do Rio de Janeiro, militante do PT e membro do Diretório Nacional), Rio de Janeiro, abril de 1982.

João Maia (delegado da CONTAG e fundador do PT), Rio Branco, 18 de dezembro de 1982.

João Paulo Pires Vasconcelos (secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, MG), João Monlevade, 13 de abril de 1982.

Jorge Bittar (presidente do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro e militante do PT), Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1983.

Jorge Bittar, Isabel Picaluga e outros membros da CUT do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1983.

José Francisco da Silva (presidente da CONTAG), Brasília, 5 de abril de 1982 e 17 de dezembro de 1982.

José Rodrigues (presidente da FETAPE, Pernambuco) e Romeu Fonte (advogado da FETAPE, Pernambuco), Recife, 6 de abril de 1982.

Manoel da Conceição (membro da Comissão Nacional Provisória e do primeiro Diretório Nacional do PT, fundador do PT em Pernambuco), Recife, 8 de abril de 1982 e 28 de dezembro de 1982.

Miguel Arraes (PMDB de Pernambuco, ex-governador de Pernambuco), Recife, 7 de abril de 1982.

Nilson Morão (candidato ao governo do Acre pelo PT), Rio Branco, 19 de dezembro de 1982.

Olivio Dutra (fundador e vice-presidente do PT), Porto Alegre, 13 e 14 de dezembro de 1982.

Ubirantim (membro do Diretório Municipal do PT, Belém, PA), Belém, 21 de dezembro de 1982.

Umberto (candidato a vereador do PT em São Luís, MA), São Luis, 23 de dezembro de 1982.

Wando Nogueira (Instituto Josué de Castro, Recife, membro do PT, ex-secretário de Manoel da Conceição), Recife, 29 de dezembro de 1983.

6. Documentação do PT

As referências aos jornais do PT por vezes são confusas porque os periódicos mudam de nome durante sua publicação.

Jornal dos Trabalhadores, o primeiro jornal nacional do partido, saiu entre abril e novembro de 1982.

PT Boletim foi basicamente um boletim informativo nacional até meados de 1985, quando começou a aparecer em formato tablóide como PT Boletim Nacional.

PT São Paulo foi publicado irregularmente entre 1980 e 1982, e saiu mais ou menos mensalmente a partir de julho de 1983.

Teoria e Debate é um jornal teórico em forma de revista, que começou a sair em 1988.

A documentação do Partido dos Trabalhadores que serviu como fonte de informações vem citada com a referência completa nas notas; o material consultado é demasiado extenso para se listar os documentos um a um. Além do próprio PT, há no CEDEC e no Centro Pastoral Vergueiro, em São Paulo, alguns documentos do PT e arquivos bem organizados de recortes de jornais sobre o partido. Também sou grata a Francisco Weffort, Maria Helena Moreira Alves e Francisco Salles por me cederem o acesso a seus arquivos pessoais.

Outra fonte importante, já que conserva arquivos contendo toda a correspondência e documentação legal dos diretórios do PT no Estado de São Paulo, incluindo as minutas dos Encontros do partido, é o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Esta também foi a fonte para os dados relativos aos filiados e aos resultados das eleições.